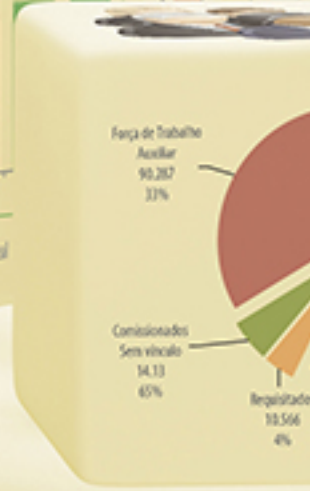
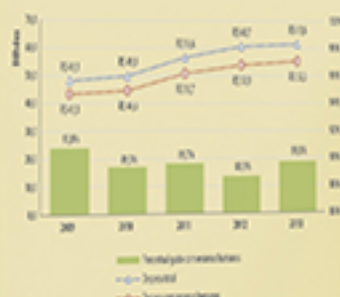


Justiça Estadual

Justiça

em números

2014



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Justiça em Números 2013

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrighi

Conselheiros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Deborah Ciocci
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Saulo José Casali Bahia
Flavio Portinho Sirangelo
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Gisela Gondin Ramos
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Emmanoel Campelo de Souza
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Fabricio Bittencourt da Cruz

Diretor-Geral Carlos Roberto Gonçalves

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretor Executivo Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretora Técnica Thamara Duarte Cunha Medeiros

Pesquisadores Daniel Augusto Vila-Nova
Ganem Amiden Neto
Paula Karina Rodriguez Ballesteros
Santiago Falluh Varella

Estatísticos Filipe Pereira da Silva
Gabriela Moreira
Jaqueline Barbão
Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Danielly dos Santos Queiros
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
Pedro Amorim
Raquel da Veiga Araújo de Meneses
Raquel Wanderley da Cunha
Ricardo Marques

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	7
1.1. Recursos Financeiros	7
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	7
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	10
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	13
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	16
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	19
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	22
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	25
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	28
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	31
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante	34
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	37
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	40
1.1.12. I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	43
1.1.13. I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual	46
1.1.14. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	49
1.1.15. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	52
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	55
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	55
1.2.2. Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	58
1.2.3. Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	61
1.2.4. MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	64
1.2.5. MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	67
1.2.6. Mag - Total de Magistrados: Força de Trabalho	70
1.2.7. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	73
1.2.8. TS - Total de Servidores	76
1.2.9. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	79
1.2.10. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	82
1.2.11. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	85
1.2.12. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	88
1.2.13. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	91
1.2.14. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	94
1.2.15. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	97
1.2.16. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	100
1.2.17. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	103
1.2.18. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	106
1.2.19. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	109
1.2.20. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	112

2. Litigiosidade.	115
2.1. Litigiosidade de 2º grau	115
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	115
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	118
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	121
2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	124
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	127
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	130
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	133
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	136
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	139
2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	142
2.1.11. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	145
2.1.12. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	148
2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	151
2.1.14. Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	154
2.1.15. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	157
2.2. Litigiosidade de 1º grau	160
2.2.1. CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	160
2.2.2. CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	163
2.2.3. TBAixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	166
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	169
2.2.5. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	172
2.2.6. ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	175
2.2.7. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	178
2.2.8. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	181
2.2.9. ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	184
2.2.10. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	187
2.2.11. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	190
2.2.12. TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	193
2.2.13. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	196
2.2.14. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	199
2.2.15. SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau	202
2.2.16. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	205
2.2.17. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	208
2.2.18. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	211
2.2.19. ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	214
2.2.20. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	217
2.2.21. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	220
2.2.22. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	223
2.2.23. PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	226
2.2.24. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	229
2.2.25. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	232
2.2.26. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	235
2.2.27. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	238
2.2.28. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	241
2.2.29. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	244
2.2.30. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	247
2.2.31. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	250
2.2.32. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	253
2.2.33. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	256
2.2.34. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	259
2.2.35. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	262
2.2.36. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	265
2.2.37. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	268
2.2.38. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	271
2.2.39. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	274

2.2.40. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau	277
2.2.41. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	280
2.3. Litigiosidade de Turma Recursal	283
2.3.1. CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	283
2.3.2. CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal	286
2.3.3. TBAixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal	289
2.3.4. DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal	292
2.3.5. ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais	295
2.3.6. CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais	298
2.3.7. CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais	301
2.3.8. KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais	304
2.3.9. TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais	307
2.3.10. DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal	310
2.3.11. ProcETR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais	313
2.3.12. TbCnTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais	316
2.3.13. RinTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais	319
2.3.14. RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais	322
2.4. Litigiosidade de Juizado Especial	325
2.4.1. CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	325
2.4.2. CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	328
2.4.3. TBAixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	331
2.4.4. SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	334
2.4.5. ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais	337
2.4.6. CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	340
2.4.7. ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais	343
2.4.8. CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais	346
2.4.9. TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais	349
2.4.10. TBAixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	352
2.4.11. SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais	355
2.4.12. SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais	358
2.4.13. ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais	361
2.4.14. CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais	364
2.4.15. CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais	367
2.4.16. PExSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais	370
2.4.17. KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	373
2.4.18. KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	376
2.4.19. KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais	379
2.4.20. TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	382
2.4.21. TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais	385
2.4.22. TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais	388
2.4.23. SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	391
2.4.24. SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	394
2.4.25. SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais	397
2.4.26. ProcEJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais	400
2.4.27. TbCnCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais	403
2.4.28. TbCnExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais	406
2.4.29. TbCnJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais	409
2.4.30. RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais	412
2.4.31. ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais	415
2.4.32. RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	418
2.4.33. RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais	421

2.5. Litigiosidade Total	424
2.5.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	424
2.5.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	427
2.5.3. Cs - Casos Novos por Servidor	430
2.5.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	433
2.5.5. TC - Taxa de Congestionamento	436
2.5.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	439
2.5.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	442
2.5.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	445
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	448
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual	448
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes	451
3.3. Dem - Demandantes.	454
3.4. Poder Público como Demandante.	457
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	457
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	460
3.5. Poder Público como Demandado.	463
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	463
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	466

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

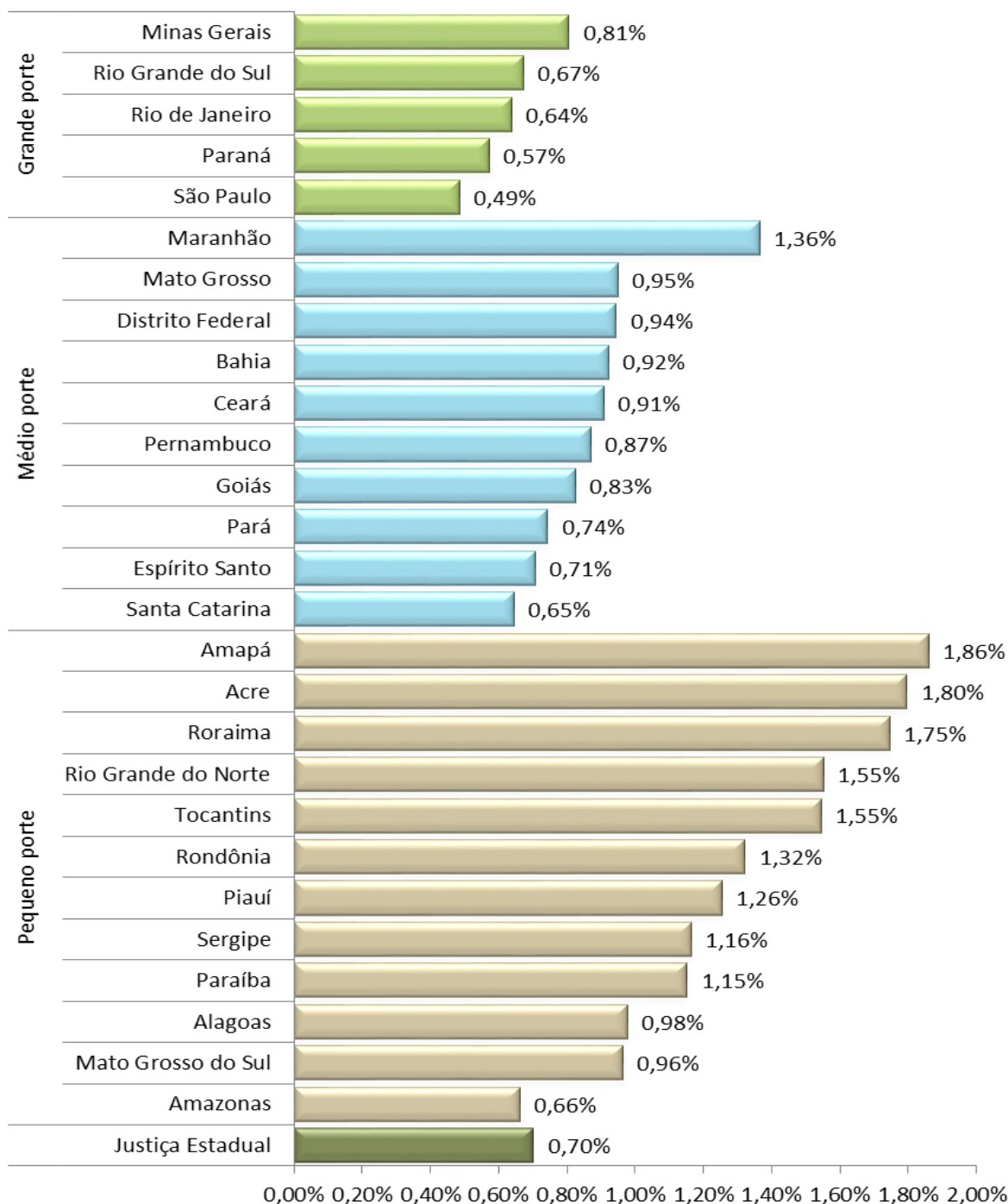
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
Acre	184.449.924	10.269.501.550	1,80%
Alagoas	325.855.126	33.327.569.091	0,98%
Amazonas	498.871.481	75.383.734.035	0,66%
Amapá	194.895.573	10.472.302.648	1,86%
Bahia	1.722.593.385	186.684.498.411	0,92%
Ceará	933.076.155	102.740.363.270	0,91%
Distrito Federal	1.814.485.943	192.071.869.238	0,94%
Espírito Santo	807.404.499	114.080.266.665	0,71%
Goiás	1.072.849.330	129.932.407.188	0,83%
Maranhão	831.737.327	60.940.929.410	1,36%
Minas Gerais	3.633.001.295	450.928.211.229	0,81%
Mato Grosso do Sul	554.526.530	57.502.002.760	0,96%
Mato Grosso	791.820.050	83.397.214.293	0,95%
Pará	767.267.656	103.193.631.312	0,74%
Paraíba	477.094.037	41.389.073.790	1,15%
Pernambuco	1.060.324.127	121.904.714.342	0,87%
Piauí	360.621.011	28.734.309.695	1,26%
Paraná	1.602.385.145	279.516.549.038	0,57%
Rio de Janeiro	3.443.112.609	539.933.810.437	0,64%
Rio Grande do Norte	654.198.196	42.159.044.676	1,55%
Rondônia	429.910.092	32.508.798.908	1,32%
Roraima	141.705.326	8.117.161.780	1,75%
Rio Grande do Sul	2.070.026.368	307.854.475.349	0,67%
Santa Catarina	1.274.020.234	197.405.392.081	0,65%
Sergipe	356.018.290	30.593.434.857	1,16%
São Paulo	7.658.857.221	1.575.820.385.779	0,49%
Tocantins	325.821.100	21.088.348.167	1,55%
Justiça Estadual	33.986.928.028	4.837.949.999.999	0,70%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas representa em relação ao PIB estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal e suas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

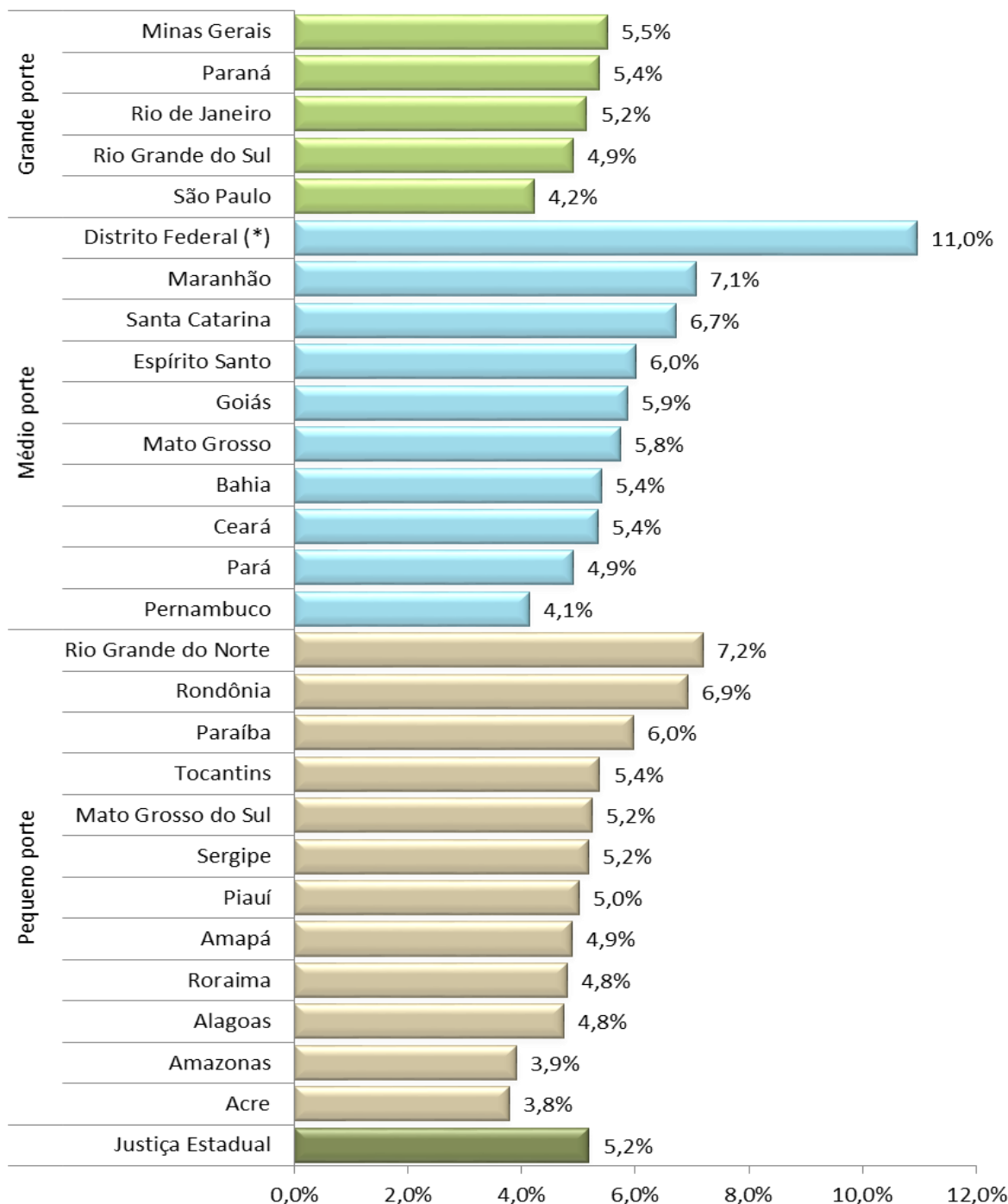
Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
Acre	184.449.924	4.878.414.523	3,8%
Alagoas	325.855.126	6.857.128.217	4,8%
Amazonas	498.871.481	12.735.205.267	3,9%
Amapá	194.895.573	3.981.226.517	4,9%
Bahia	1.722.593.385	31.819.191.405	5,4%
Ceará	933.076.155	17.426.290.954	5,4%
Distrito Federal (*)	1.814.485.943	16.566.679.660	11,0%
Espírito Santo	807.404.499	13.429.335.892	6,0%
Goiás	1.072.849.330	18.267.912.527	5,9%
Maranhão	831.737.327	11.765.287.153	7,1%
Minas Gerais	3.633.001.295	65.839.450.359	5,5%
Mato Grosso do Sul	554.526.530	10.562.676.469	5,2%
Mato Grosso	791.820.050	13.768.952.971	5,8%
Pará	767.267.656	15.615.749.474	4,9%
Paraíba	477.094.037	7.990.386.567	6,0%
Pernambuco	1.060.324.127	25.628.977.661	4,1%
Piauí	360.621.011	7.178.410.770	5,0%
Paraná	1.602.385.145	29.840.197.411	5,4%
Rio de Janeiro	3.443.112.609	66.842.166.219	5,2%
Rio Grande do Norte	654.198.196	9.097.207.353	7,2%
Rondônia	429.910.092	6.201.082.631	6,9%
Roraima	141.705.326	2.945.695.450	4,8%
Rio Grande do Sul	2.070.026.368	42.108.192.988	4,9%
Santa Catarina	1.274.020.234	18.945.635.887	6,7%
Sergipe	356.018.290	6.865.883.118	5,2%
São Paulo	7.658.857.221	181.306.224.898	4,2%
Tocantins	325.821.100	6.056.672.181	5,4%
Justiça Estadual	33.986.928.028	654.520.234.522	5,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

(*) Tendo em vista que o TJDF é custeado pela União é interessante comparar sua despesa com aquela, ou seja, 0,11% do gasto total da União(1.667.660.463.126).

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



(*) Tendo em vista que o TJDF é custeado pela União é interessante comparar sua despesa com aquela, ou seja, 0,11% do gasto total da União(1.667.660.463.126).

Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas representa em relação à despesa pública total dos Estados no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: Refere-se à Despesa Pública Total Estadual (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

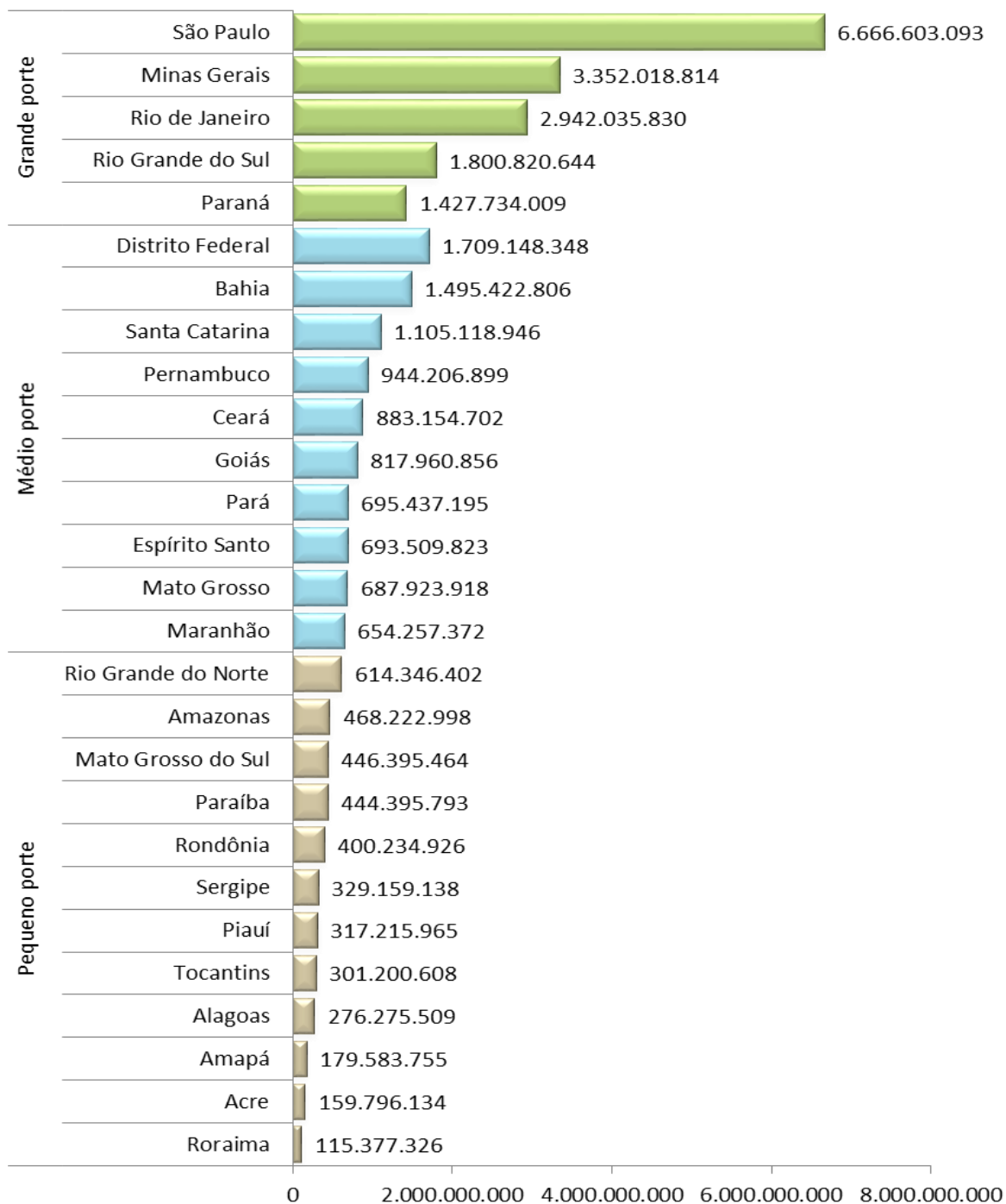
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal de Justiça	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Acre	149.179.286	1.081.218	2.332.921	5.702.908	1.499.800
Alagoas	254.408.352	4.657.758	4.966.551	11.753.305	489.544
Amazonas	419.369.726	29.470.407	6.107.839	11.319.655	1.955.371
Amapá	134.724.288	16.829.799	11.538.454	11.006.284	5.484.929
Bahia	1.078.654.094	99.151.983	220.690.152	43.979.594	52.946.983
Ceará	575.740.117	15.411.206	248.831.703	39.663.554	3.508.121
Distrito Federal	1.311.859.576	97.230.062	195.537.990	90.459.252	14.061.469
Espírito Santo	490.787.541	68.261.432	98.319.043	18.328.599	17.813.208
Goiás	705.466.033	28.831.242	15.769.520	51.415.228	16.478.833
Maranhão	464.914.720	88.197.361	59.735.344	3.935.658	37.474.289
Minas Gerais	2.510.478.087	210.354.898	389.345.360	201.766.209	40.074.260
Mato Grosso do Sul	306.152.373	33.323.867	57.563.791	18.907.625	30.447.808
Mato Grosso	506.733.389	33.523.565	51.993.721	39.584.073	56.089.170
Pará	538.123.877	41.476.599	84.703.448	17.006.556	14.126.715
Paraíba	300.626.321	65.762.727	60.523.566	12.487.073	4.996.106
Pernambuco	675.924.666	76.659.688	136.964.422	46.612.480	8.045.644
Piauí	218.750.262	26.873.328	63.554.905	4.533.015	3.504.456
Paraná	1.105.958.844	100.180.995	91.963.705	105.622.579	24.007.886
Rio de Janeiro	2.038.862.517	304.879.178	283.799.552	270.496.721	43.997.862
Rio Grande do Norte	455.991.561	33.652.497	92.011.223	29.271.430	3.419.692
Rondônia	272.833.416	30.322.970	27.371.146	16.039.436	53.667.958
Roraima	84.288.499	15.460.265	8.585.499	4.271.756	2.771.307
Rio Grande do Sul	1.571.403.288	31.382.864	69.796.708	94.002.355	34.235.428
Santa Catarina	716.914.786	134.776.739	119.458.679	84.371.976	49.596.766
Sergipe	229.517.558	2.109.965	39.650.610	20.868.449	37.012.556
São Paulo	4.907.787.644	372.911.717	965.282.641	383.104.064	37.517.027
Tocantins	231.380.475	13.377.480	36.838.930	13.785.854	5.817.869
Justiça Estadual	22.256.831.295	1.976.151.809	3.443.237.419	1.650.295.689	601.041.057

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais, adicionais, abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas com recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), atinentes a magistrados e servidores ativos e a servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

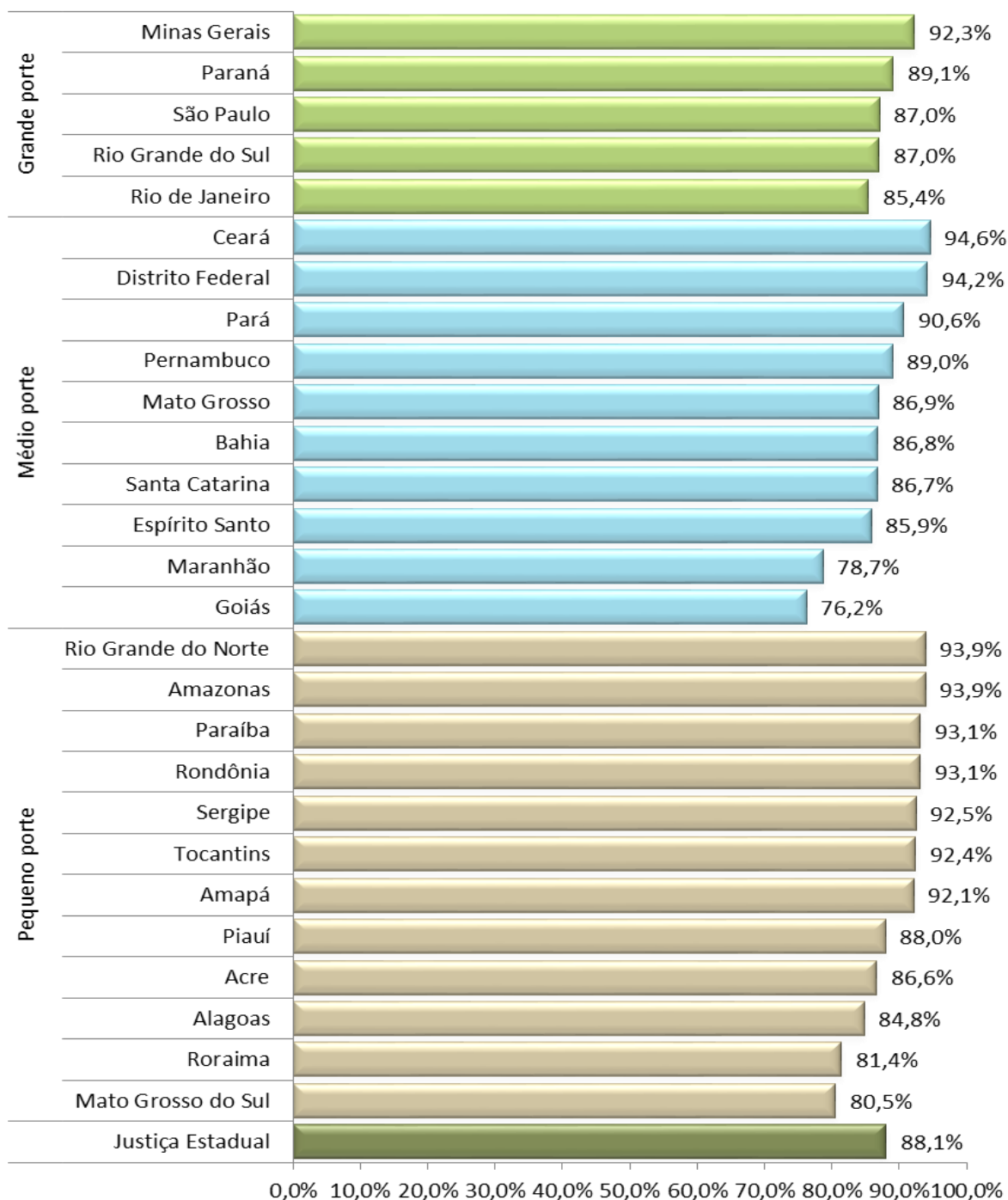
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	159.796.134	184.449.924	86,6%
Alagoas	276.275.509	325.855.126	84,8%
Amazonas	468.222.998	498.871.481	93,9%
Amapá	179.583.755	194.895.573	92,1%
Bahia	1.495.422.806	1.722.593.385	86,8%
Ceará	883.154.702	933.076.155	94,6%
Distrito Federal	1.709.148.348	1.814.485.943	94,2%
Espírito Santo	693.509.823	807.404.499	85,9%
Goiás	817.960.856	1.072.849.330	76,2%
Maranhão	654.257.372	831.737.327	78,7%
Minas Gerais	3.352.018.814	3.633.001.295	92,3%
Mato Grosso do Sul	446.395.464	554.526.530	80,5%
Mato Grosso	687.923.918	791.820.050	86,9%
Pará	695.437.195	767.267.656	90,6%
Paraíba	444.395.793	477.094.037	93,1%
Pernambuco	944.206.899	1.060.324.127	89,0%
Piauí	317.215.965	360.621.011	88,0%
Paraná	1.427.734.009	1.602.385.145	89,1%
Rio de Janeiro	2.942.035.830	3.443.112.609	85,4%
Rio Grande do Norte	614.346.402	654.198.196	93,9%
Rondônia	400.234.926	429.910.092	93,1%
Roraima	115.377.326	141.705.326	81,4%
Rio Grande do Sul	1.800.820.644	2.070.026.368	87,0%
Santa Catarina	1.105.118.946	1.274.020.234	86,7%
Sergipe	329.159.138	356.018.290	92,5%
São Paulo	6.666.603.093	7.658.857.221	87,0%
Tocantins	301.200.608	325.821.100	92,4%
Justiça Estadual	29.927.557.269	33.986.928.028	88,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRH - Despesa com Recursos Humanos: As despesas efetivamente realizadas com recursos humanos, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

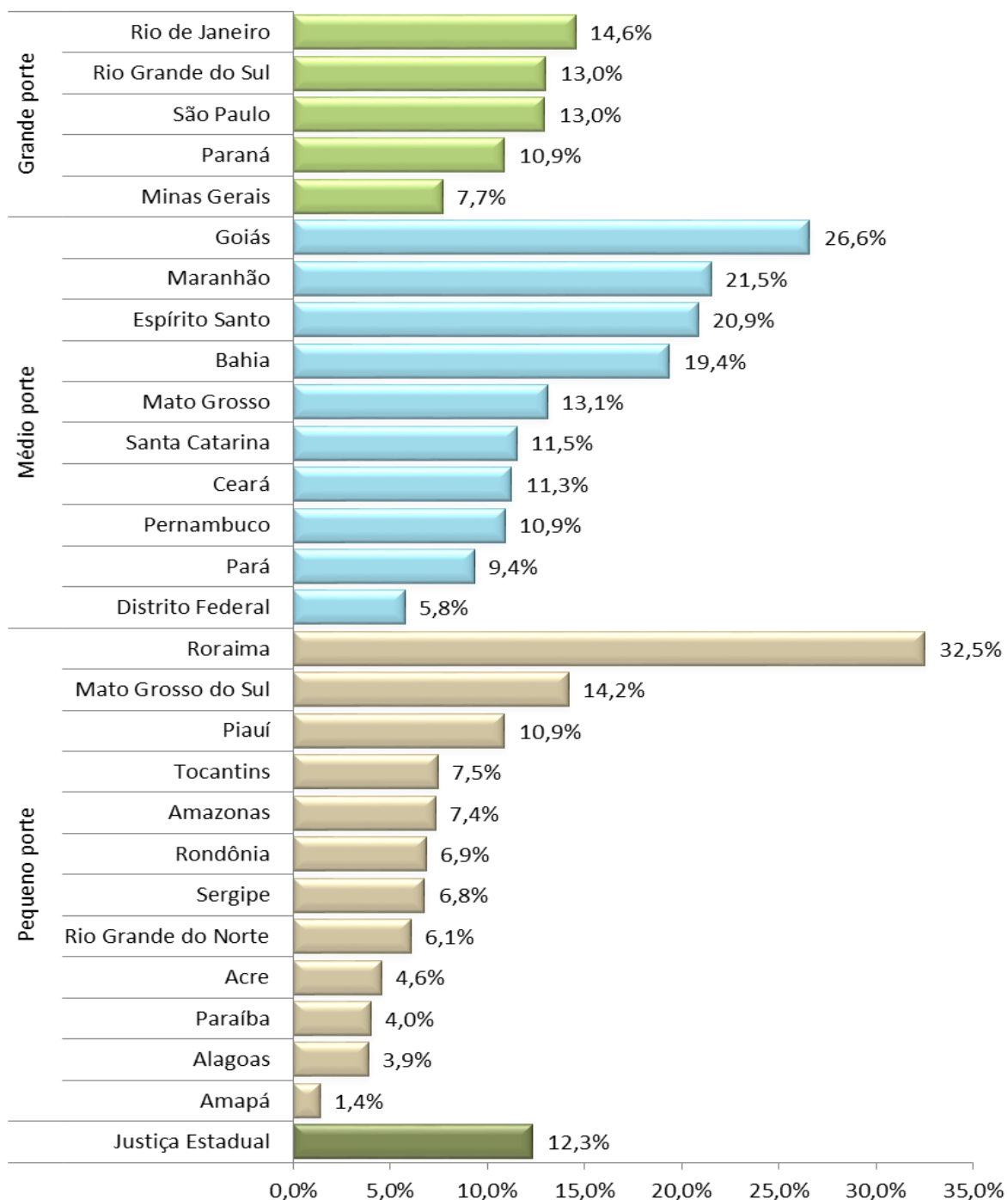
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	8.447.096	184.449.924	4,6%
Alagoas	12.777.938	325.855.126	3,9%
Amazonas	36.756.322	498.871.481	7,4%
Amapá	2.720.346	194.895.573	1,4%
Bahia	333.956.987	1.722.593.385	19,4%
Ceará	105.072.189	933.076.155	11,3%
Distrito Federal	105.337.595	1.814.485.943	5,8%
Espírito Santo	168.552.250	807.404.499	20,9%
Goiás	285.367.242	1.072.849.330	26,6%
Maranhão	178.955.157	831.737.327	21,5%
Minas Gerais	280.982.481	3.633.001.295	7,7%
Mato Grosso do Sul	78.792.105	554.526.530	14,2%
Mato Grosso	103.890.713	791.820.050	13,1%
Pará	71.830.461	767.267.656	9,4%
Paraíba	19.226.115	477.094.037	4,0%
Pernambuco	115.774.287	1.060.324.127	10,9%
Piauí	39.287.256	360.621.011	10,9%
Paraná	174.651.136	1.602.385.145	10,9%
Rio de Janeiro	501.076.778	3.443.112.609	14,6%
Rio Grande do Norte	39.851.794	654.198.196	6,1%
Rondônia	29.630.278	429.910.092	6,9%
Roraima	46.106.602	141.705.326	32,5%
Rio Grande do Sul	269.205.724	2.070.026.368	13,0%
Santa Catarina	147.110.729	1.274.020.234	11,5%
Sergipe	24.126.963	356.018.290	6,8%
São Paulo	992.254.128	7.658.857.221	13,0%
Tocantins	24.287.561	325.821.100	7,5%
Justiça Estadual	4.196.028.232	33.986.928.028	12,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital - incluídas as inscritas em “restos a pagar” -, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas com bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

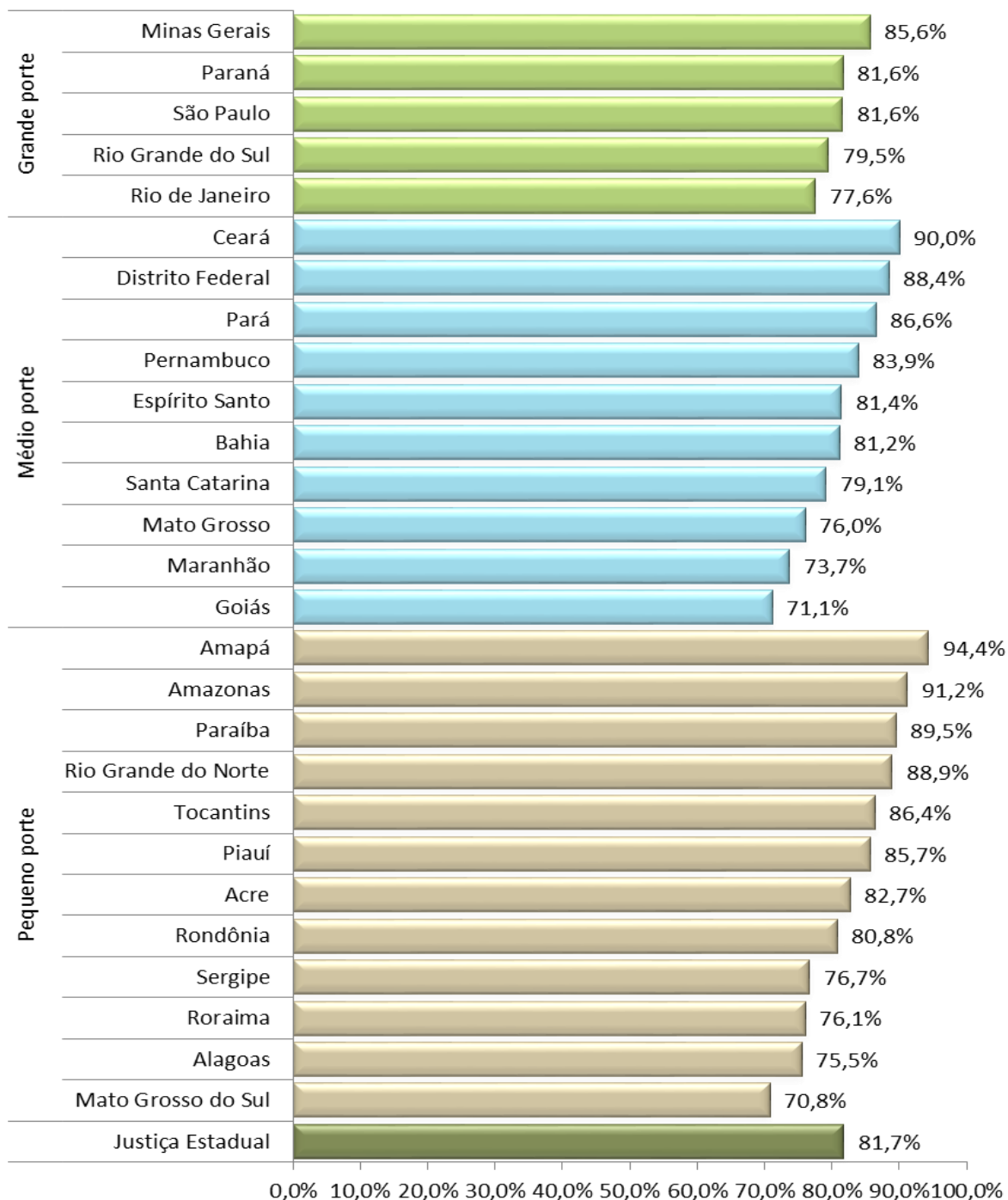
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	152.593.425	184.449.924	82,7%
Alagoas	246.029.032	325.855.126	75,5%
Amazonas	454.947.972	498.871.481	91,2%
Amapá	183.887.145	194.895.573	94,4%
Bahia	1.398.496.229	1.722.593.385	81,2%
Ceará	839.983.026	933.076.155	90,0%
Distrito Federal	1.604.627.628	1.814.485.943	88,4%
Espírito Santo	657.368.016	807.404.499	81,4%
Goiás	763.128.517	1.072.849.330	71,1%
Maranhão	612.847.425	831.737.327	73,7%
Minas Gerais	3.111.269.541	3.633.001.295	85,6%
Mato Grosso do Sul	392.871.718	554.526.530	70,8%
Mato Grosso	602.009.231	791.820.050	76,0%
Pará	664.303.924	767.267.656	86,6%
Paraíba	426.912.613	477.094.037	89,5%
Pernambuco	889.548.775	1.060.324.127	83,9%
Piauí	309.178.494	360.621.011	85,7%
Paraná	1.308.151.275	1.602.385.145	81,6%
Rio de Janeiro	2.671.539.109	3.443.112.609	77,6%
Rio Grande do Norte	581.655.280	654.198.196	88,9%
Rondônia	347.502.452	429.910.092	80,8%
Roraima	107.854.840	141.705.326	76,1%
Rio Grande do Sul	1.645.274.804	2.070.026.368	79,5%
Santa Catarina	1.007.908.878	1.274.020.234	79,1%
Sergipe	273.119.864	356.018.290	76,7%
São Paulo	6.245.982.002	7.658.857.221	81,6%
Tocantins	281.596.884	325.821.100	86,4%
Justiça Estadual	27.780.588.099	33.986.928.028	81,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com instituidores de pensão e servidores requisitados; além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

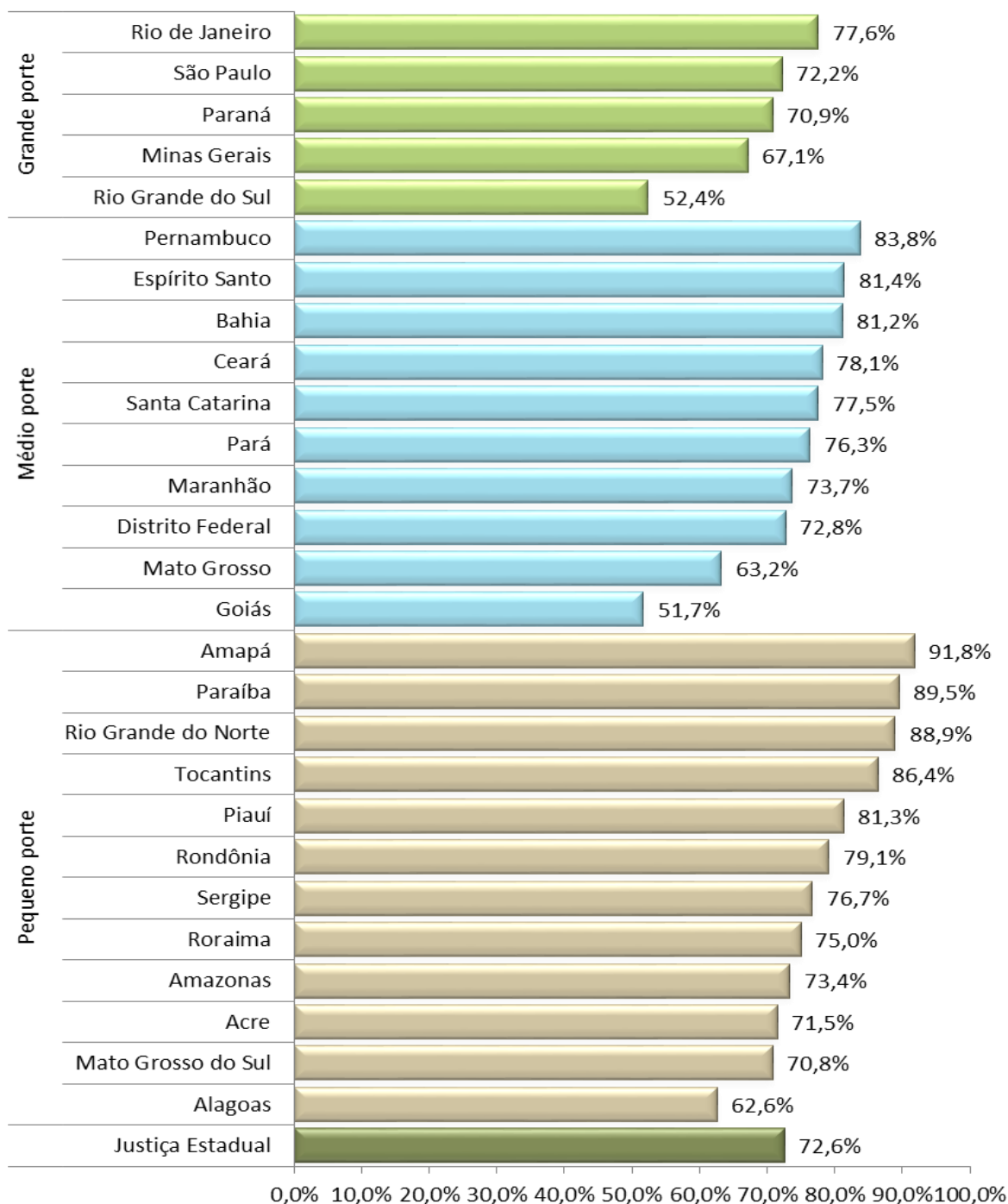
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	131.852.325	184.449.924	71,5%
Alagoas	204.120.771	325.855.126	62,6%
Amazonas	366.077.127	498.871.481	73,4%
Amapá	178.908.038	194.895.573	91,8%
Bahia	1.398.496.229	1.722.593.385	81,2%
Ceará	728.943.480	933.076.155	78,1%
Distrito Federal	1.320.280.431	1.814.485.943	72,8%
Espírito Santo	657.368.016	807.404.499	81,4%
Goiás	554.575.899	1.072.849.330	51,7%
Maranhão	612.847.425	831.737.327	73,7%
Minas Gerais	2.439.066.956	3.633.001.295	67,1%
Mato Grosso do Sul	392.871.718	554.526.530	70,8%
Mato Grosso	500.501.481	791.820.050	63,2%
Pará	585.539.833	767.267.656	76,3%
Paraíba	426.912.613	477.094.037	89,5%
Pernambuco	888.204.916	1.060.324.127	83,8%
Piauí	293.202.739	360.621.011	81,3%
Paraná	1.135.313.355	1.602.385.145	70,9%
Rio de Janeiro	2.671.539.109	3.443.112.609	77,6%
Rio Grande do Norte	581.655.280	654.198.196	88,9%
Rondônia	340.202.705	429.910.092	79,1%
Roraima	106.298.921	141.705.326	75,0%
Rio Grande do Sul	1.084.297.588	2.070.026.368	52,4%
Santa Catarina	987.774.050	1.274.020.234	77,5%
Sergipe	273.119.864	356.018.290	76,7%
São Paulo	5.530.969.073	7.658.857.221	72,2%
Tocantins	281.596.884	325.821.100	86,4%
Justiça Estadual	24.672.536.826	33.986.928.028	72,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas no ano-base, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados pela Justiça, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.7 . G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

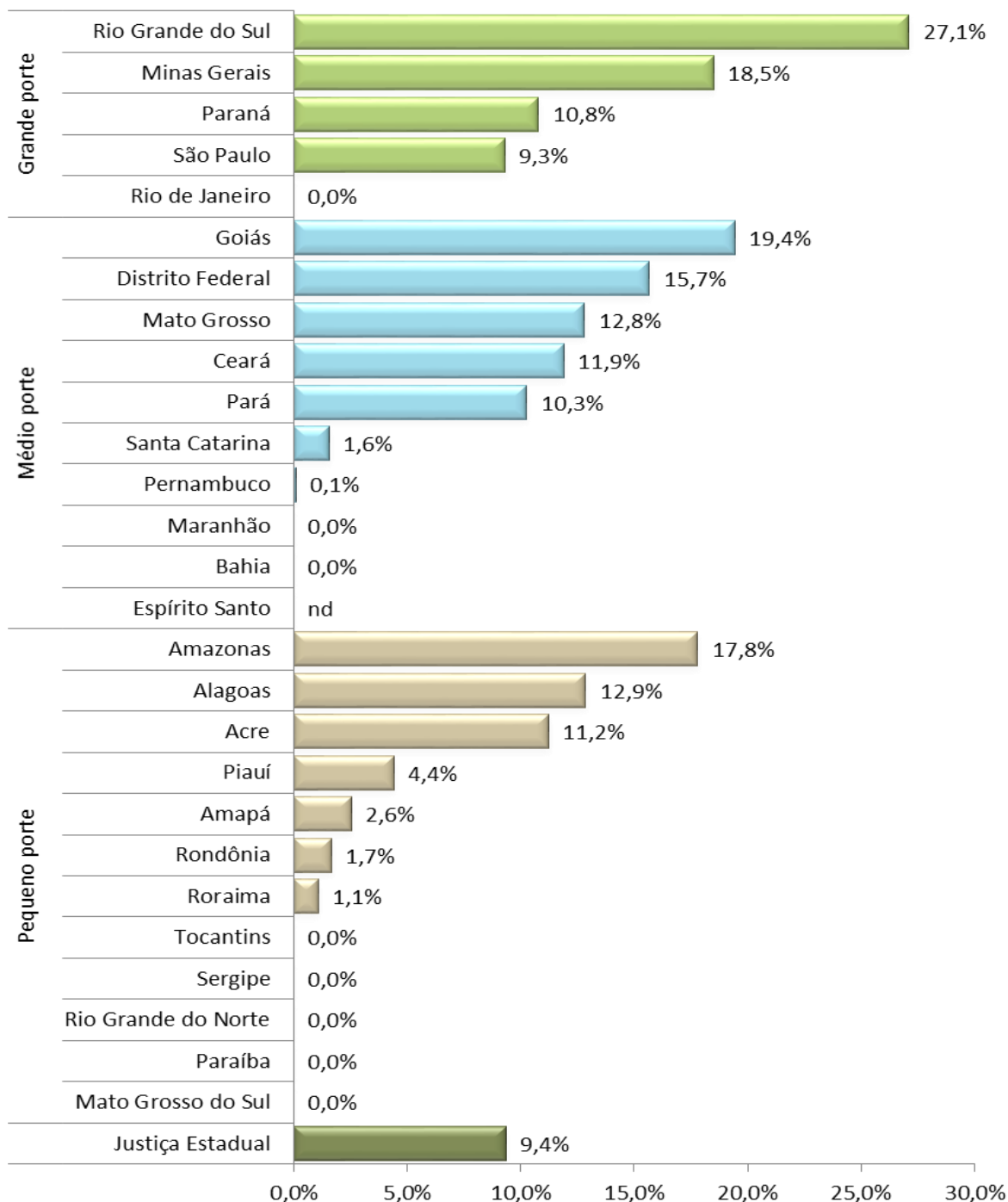
Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	20.741.100	184.449.924	11,2%
Alagoas	41.908.261	325.855.126	12,9%
Amazonas	88.870.845	498.871.481	17,8%
Amapá	4.979.107	194.895.573	2,6%
Bahia	0	1.722.593.385	0,0%
Ceará	111.039.547	933.076.155	11,9%
Distrito Federal	284.347.197	1.814.485.943	15,7%
Espírito Santo	nd	807.404.499	nd
Goiás	208.552.618	1.072.849.330	19,4%
Maranhão	0	831.737.327	0,0%
Minas Gerais	672.202.584	3.633.001.295	18,5%
Mato Grosso do Sul	0	554.526.530	0,0%
Mato Grosso	101.507.750	791.820.050	12,8%
Pará	78.764.090	767.267.656	10,3%
Paraíba	0	477.094.037	0,0%
Pernambuco	1.343.859	1.060.324.127	0,1%
Piauí	15.975.756	360.621.011	4,4%
Paraná	172.837.920	1.602.385.145	10,8%
Rio de Janeiro	0	3.443.112.609	0,0%
Rio Grande do Norte	0	654.198.196	0,0%
Rondônia	7.299.746	429.910.092	1,7%
Roraima	1.555.919	141.705.326	1,1%
Rio Grande do Sul	560.977.216	2.070.026.368	27,1%
Santa Catarina	20.134.828	1.274.020.234	1,6%
Sergipe	0	356.018.290	0,0%
São Paulo	715.012.928	7.658.857.221	9,3%
Tocantins	0	325.821.100	0,0%
Justiça Estadual	3.108.051.272	33.986.928.028	9,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

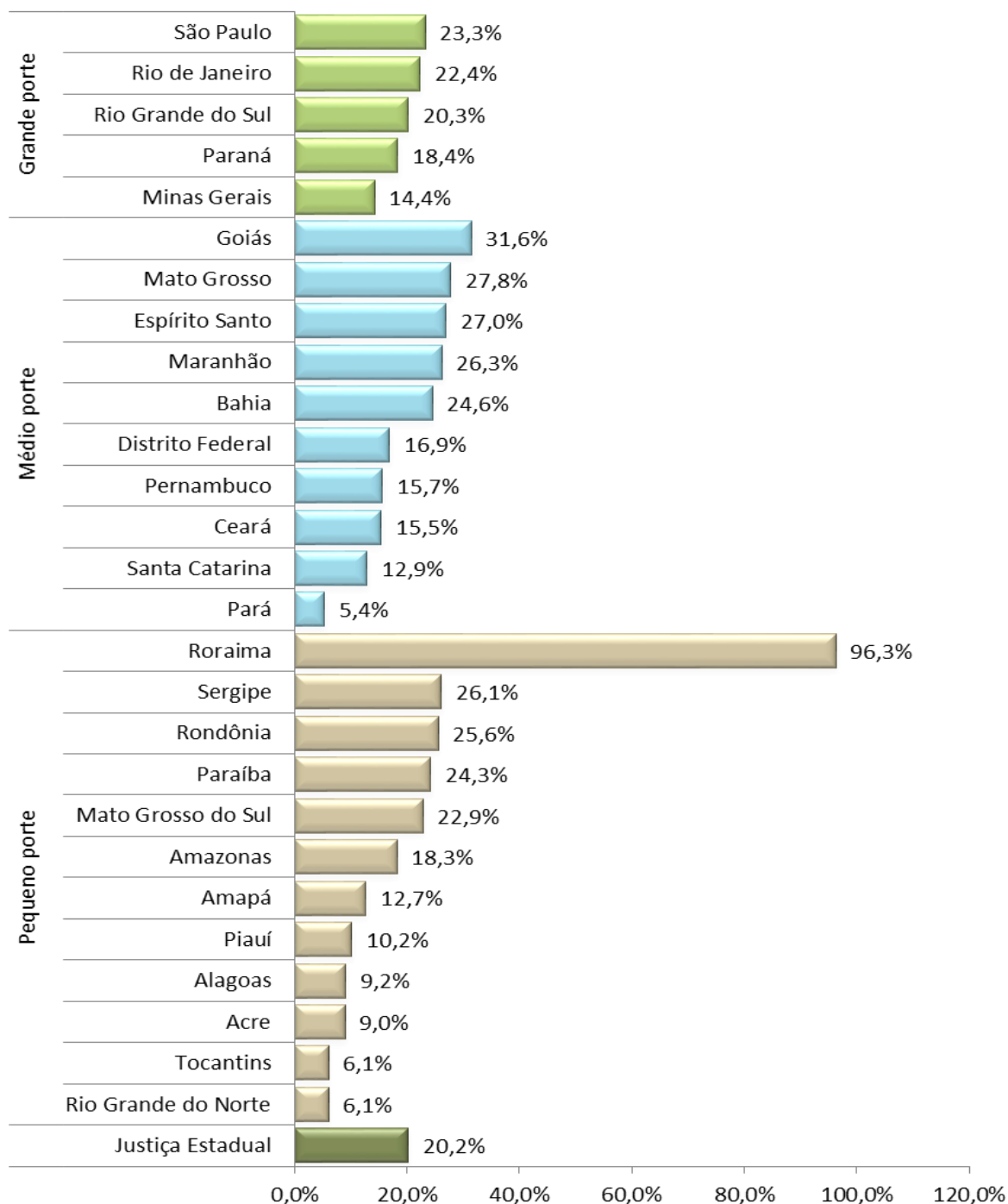
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	184.449.924	13.169.400	3.480.099	9,0%
Alagoas	325.855.126	29.692.748	297.175	9,2%
Amazonas	498.871.481	79.501.755	11.836.547	18,3%
Amapá	194.895.573	22.036.007	2.720.346	12,7%
Bahia	1.722.593.385	359.830.462	63.289.848	24,6%
Ceará	933.076.155	131.705.706	12.590.390	15,5%
Distrito Federal	1.814.485.943	263.736.735	43.351.642	16,9%
Espírito Santo	807.404.499	180.961.249	37.336.666	27,0%
Goiás	1.072.849.330	199.920.664	138.631.371	31,6%
Maranhão	831.737.327	150.896.453	67.993.448	26,3%
Minas Gerais	3.633.001.295	360.306.982	161.424.773	14,4%
Mato Grosso do Sul	554.526.530	107.837.988	19.200.703	22,9%
Mato Grosso	791.820.050	178.591.159	41.734.060	27,8%
Pará	767.267.656	17.006.556	24.576.047	5,4%
Paraíba	477.094.037	113.666.512	2.202.386	24,3%
Pernambuco	1.060.324.127	112.922.267	53.588.540	15,7%
Piauí	360.621.011	13.414.229	23.396.970	10,2%
Paraná	1.602.385.145	219.820.072	74.413.798	18,4%
Rio de Janeiro	3.443.112.609	574.611.324	196.962.176	22,4%
Rio Grande do Norte	654.198.196	32.296.511	7.713.299	6,1%
Rondônia	429.910.092	95.731.429	14.395.062	25,6%
Roraima	141.705.326	115.377.326	21.101.772	96,3%
Rio Grande do Sul	2.070.026.368	288.827.260	131.749.341	20,3%
Santa Catarina	1.274.020.234	84.371.976	80.429.920	12,9%
Sergipe	356.018.290	84.578.970	8.471.113	26,1%
São Paulo	7.658.857.221	1.615.104.807	172.991.429	23,3%
Tocantins	325.821.100	11.918.348	8.081.417	6,1%
Justiça Estadual	33.986.928.028	5.457.834.896	1.423.960.337	20,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as atinentes a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- DCt - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos relativos a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

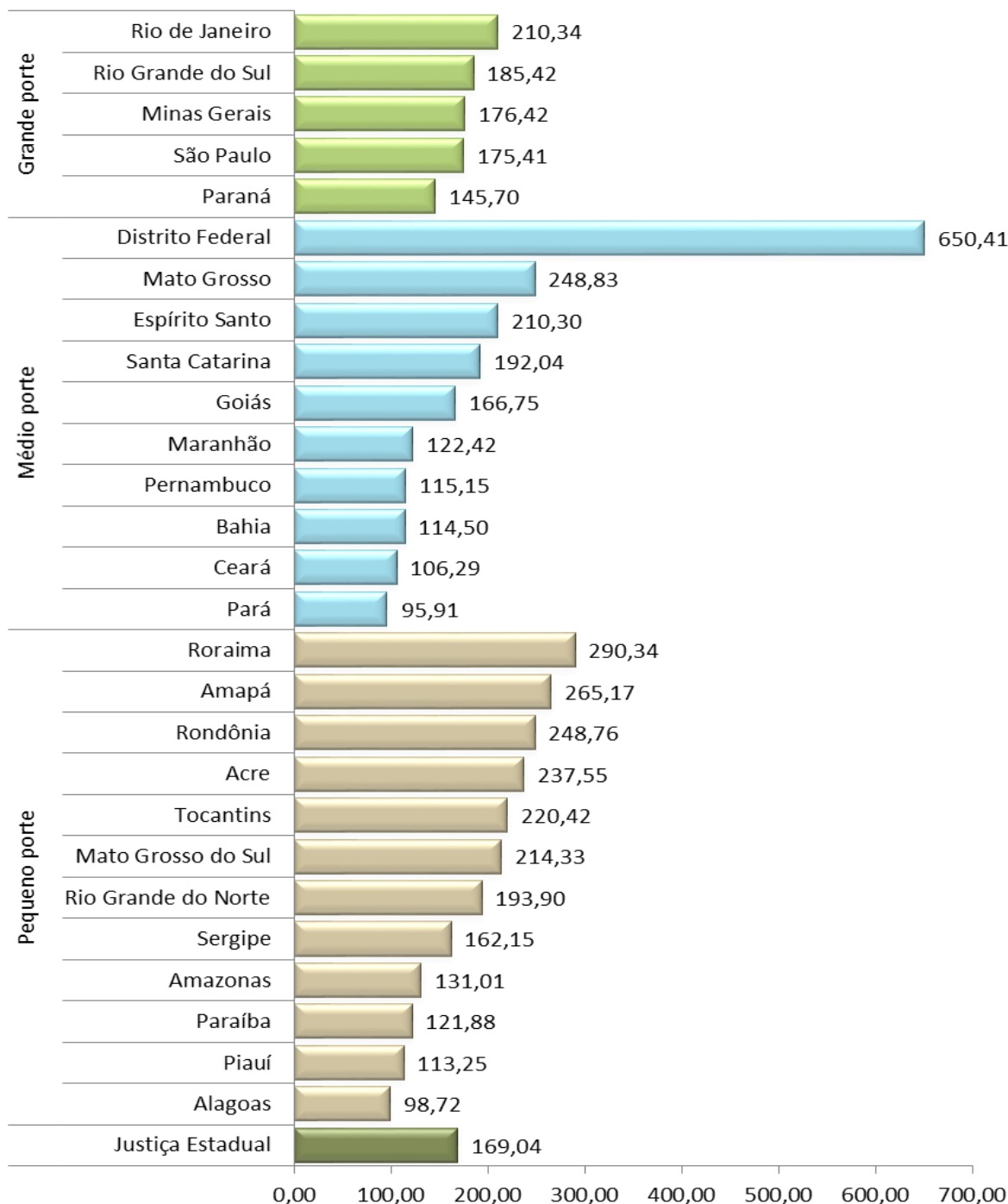
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Tribunal de Justiça	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)
Acre	184.449.924	776.463	237,55
Alagoas	325.855.126	3.300.935	98,72
Amazonas	498.871.481	3.807.921	131,01
Amapá	194.895.573	734.996	265,17
Bahia	1.722.593.385	15.044.137	114,50
Ceará	933.076.155	8.778.576	106,29
Distrito Federal	1.814.485.943	2.789.761	650,41
Espírito Santo	807.404.499	3.839.366	210,30
Goiás	1.072.849.330	6.434.048	166,75
Maranhão	831.737.327	6.794.301	122,42
Minas Gerais	3.633.001.295	20.593.356	176,42
Mato Grosso do Sul	554.526.530	2.587.269	214,33
Mato Grosso	791.820.050	3.182.113	248,83
Pará	767.267.656	7.999.729	95,91
Paraíba	477.094.037	3.914.421	121,88
Pernambuco	1.060.324.127	9.208.550	115,15
Piauí	360.621.011	3.184.166	113,25
Paraná	1.602.385.145	10.997.465	145,70
Rio de Janeiro	3.443.112.609	16.369.179	210,34
Rio Grande do Norte	654.198.196	3.373.959	193,90
Rondônia	429.910.092	1.728.214	248,76
Roraima	141.705.326	488.072	290,34
Rio Grande do Sul	2.070.026.368	11.164.043	185,42
Santa Catarina	1.274.020.234	6.634.254	192,04
Sergipe	356.018.290	2.195.662	162,15
São Paulo	7.658.857.221	43.663.669	175,41
Tocantins	325.821.100	1.478.164	220,42
Justiça Estadual	33.986.928.028	201.062.789	169,04

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada um dos Tribunais Estaduais e das respectivas unidades vinculadas em relação à população do Estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

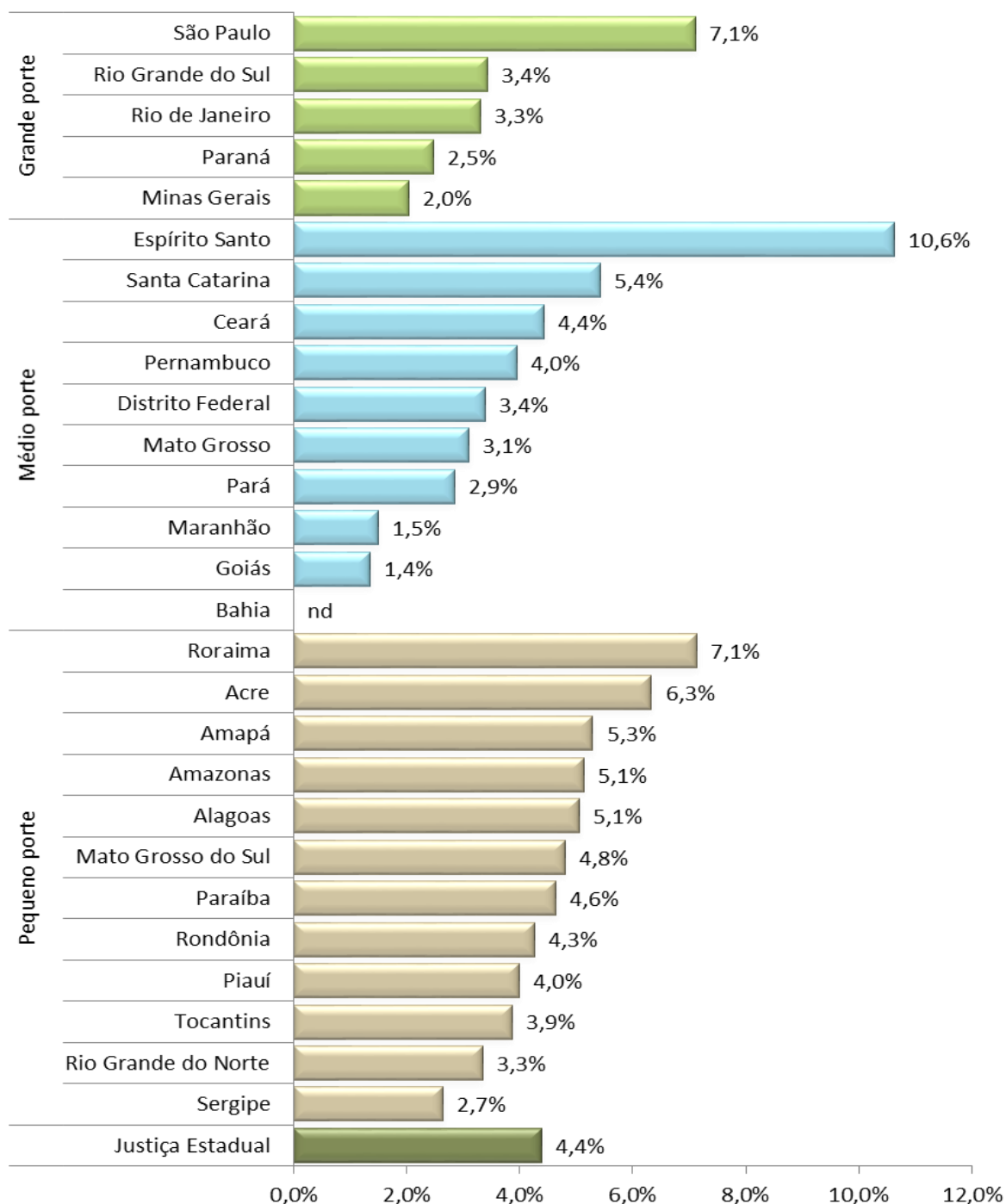
Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	2.059.110	6.382.418	3.243.674	184.449.924	6,3%
Alagoas	592.391	8.776.180	7.141.358	325.855.126	5,1%
Amazonas	9.782.467	8.008.156	7.816.268	498.871.481	5,1%
Amapá	1.123.920	9.197.448	0	194.895.573	5,3%
Bahia	27.046.940	70.731.716	nd	1.722.593.385	nd
Ceará	15.933.368	13.825.945	11.637.839	933.076.155	4,4%
Distrito Federal	5.420.555	37.060.643	19.078.119	1.814.485.943	3,4%
Espírito Santo	27.999.206	15.741.735	42.040.945	807.404.499	10,6%
Goiás	2.356.411	7.325.322	4.968.911	1.072.849.330	1,4%
Maranhão	2.080.603	9.095.426	1.306.217	831.737.327	1,5%
Minas Gerais	18.932.946	22.057.279	32.987.970	3.633.001.295	2,0%
Mato Grosso do Sul	8.754.616	13.567.683	4.319.370	554.526.530	4,8%
Mato Grosso	8.732.173	15.764.172	149.482	791.820.050	3,1%
Pará	4.575.849	8.234.587	9.122.891	767.267.656	2,9%
Paraíba	633.765	10.858.901	10.663.259	477.094.037	4,6%
Pernambuco	9.791.180	18.228.861	14.017.940	1.060.324.127	4,0%
Piauí	10.191.730	4.199.041	24.900	360.621.011	4,0%
Paraná	20.986.451	11.701.706	7.194.366	1.602.385.145	2,5%
Rio de Janeiro	10.679.043	55.370.079	47.841.539	3.443.112.609	3,3%
Rio Grande do Norte	3.927.491	9.777.352	8.209.345	654.198.196	3,3%
Rondônia	4.941.747	13.191.480	211.332	429.910.092	4,3%
Roraima	2.133.737	6.531.507	1.455.789	141.705.326	7,1%
Rio Grande do Sul	28.856.512	19.002.793	23.265.001	2.070.026.368	3,4%
Santa Catarina	27.582.774	25.405.312	16.200.316	1.274.020.234	5,4%
Sergipe	1.608.508	1.426.623	6.412.297	356.018.290	2,7%
São Paulo	275.096.046	30.838.288	239.275.061	7.658.857.221	7,1%
Tocantins	874.824	6.245.806	5.469.329	325.821.100	3,9%
Justiça Estadual	532.694.364	458.546.460	524.053.517	33.986.928.028	4,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades vinculadas no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça Estadual: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

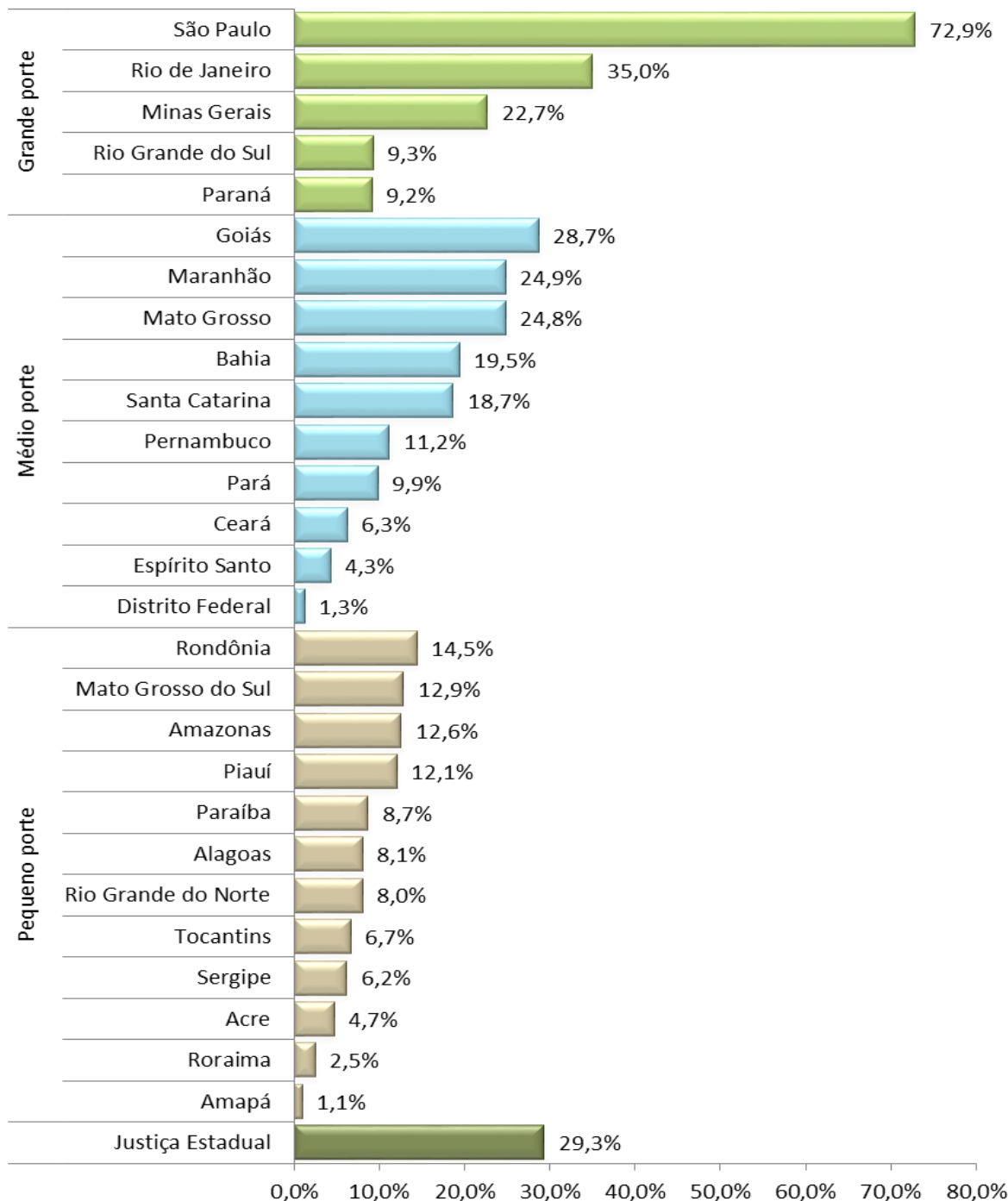
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	8.715.828	184.449.924	4,7%
Alagoas	26.238.610	325.855.126	8,1%
Amazonas	62.633.025	498.871.481	12,6%
Amapá	2.102.575	194.895.573	1,1%
Bahia	335.305.472	1.722.593.385	19,5%
Ceará	58.934.886	933.076.155	6,3%
Distrito Federal	22.876.308	1.814.485.943	1,3%
Espírito Santo	34.594.103	807.404.499	4,3%
Goiás	308.439.999	1.072.849.330	28,7%
Maranhão	206.824.667	831.737.327	24,9%
Minas Gerais	824.788.681	3.633.001.295	22,7%
Mato Grosso do Sul	71.373.049	554.526.530	12,9%
Mato Grosso	196.554.318	791.820.050	24,8%
Pará	76.145.041	767.267.656	9,9%
Paraíba	41.571.561	477.094.037	8,7%
Pernambuco	118.528.708	1.060.324.127	11,2%
Piauí	43.499.681	360.621.011	12,1%
Paraná	146.673.264	1.602.385.145	9,2%
Rio de Janeiro	1.206.080.117	3.443.112.609	35,0%
Rio Grande do Norte	52.544.856	654.198.196	8,0%
Rondônia	62.166.808	429.910.092	14,5%
Roraima	3.521.762	141.705.326	2,5%
Rio Grande do Sul	192.840.656	2.070.026.368	9,3%
Santa Catarina	237.700.707	1.274.020.234	18,7%
Sergipe	22.135.276	356.018.290	6,2%
São Paulo	5.580.699.223	7.658.857.221	72,9%
Tocantins	21.700.831	325.821.100	6,7%
Justiça Estadual	9.965.190.012	33.986.928.028	29,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante de arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

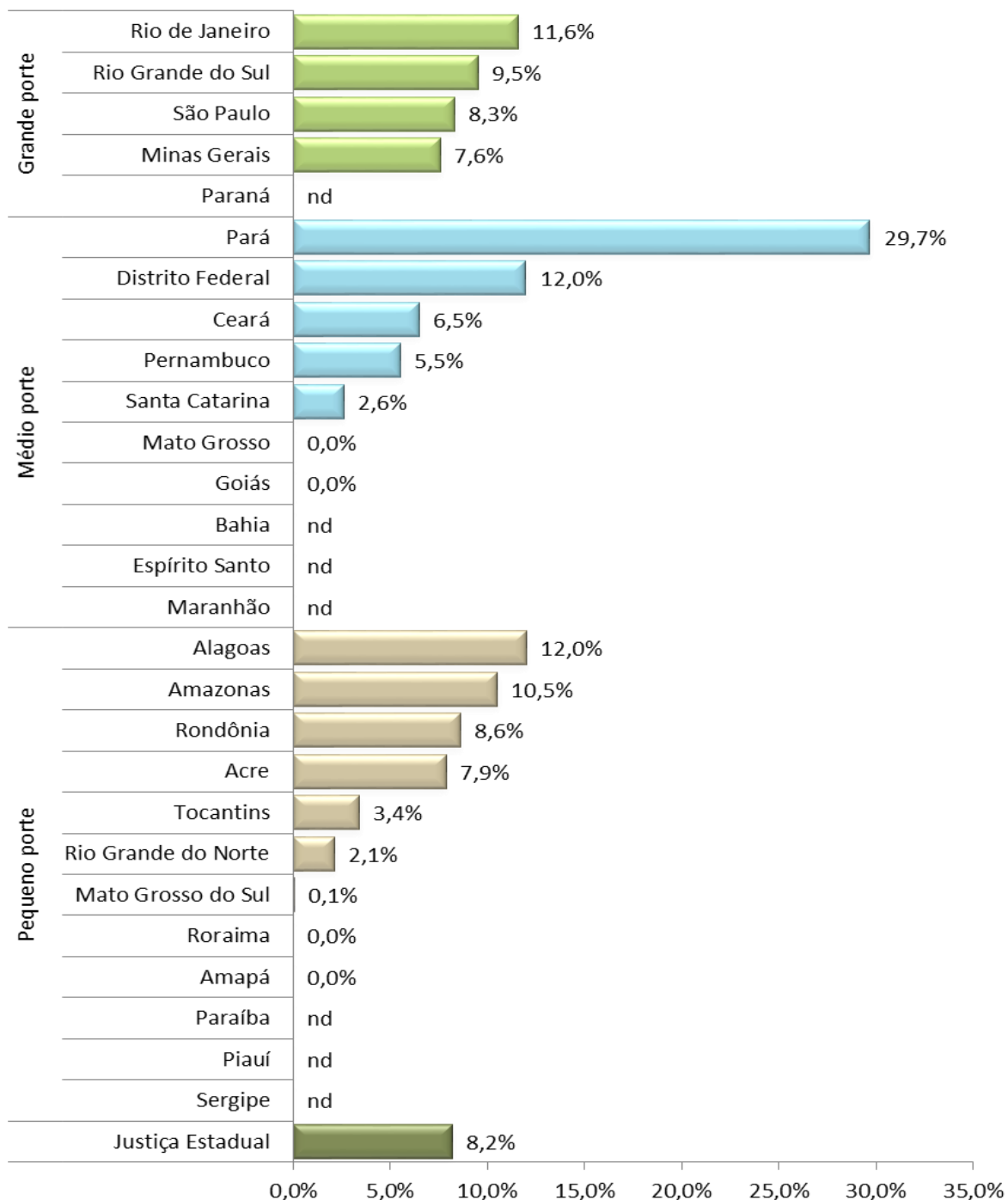
Tabela 1.13 I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	14.567.375	184.449.924	7,9%
Alagoas	39.109.960	325.855.126	12,0%
Amazonas	52.453.482	498.871.481	10,5%
Amapá	0	194.895.573	0,0%
Bahia	nd	1.722.593.385	nd
Ceará	60.509.149	933.076.155	6,5%
Distrito Federal	217.650.202	1.814.485.943	12,0%
Espírito Santo	nd	807.404.499	nd
Goiás	0	1.072.849.330	0,0%
Maranhão	nd	831.737.327	nd
Minas Gerais	276.695.792	3.633.001.295	7,6%
Mato Grosso do Sul	398.894	554.526.530	0,1%
Mato Grosso	0	791.820.050	0,0%
Pará	227.774.020	767.267.656	29,7%
Paraíba	nd	477.094.037	nd
Pernambuco	58.842.308	1.060.324.127	5,5%
Piauí	nd	360.621.011	nd
Paraná	nd	1.602.385.145	nd
Rio de Janeiro	399.515.010	3.443.112.609	11,6%
Rio Grande do Norte	14.026.968	654.198.196	2,1%
Rondônia	37.044.798	429.910.092	8,6%
Roraima	0	141.705.326	0,0%
Rio Grande do Sul	197.176.526	2.070.026.368	9,5%
Santa Catarina	33.400.249	1.274.020.234	2,6%
Sergipe	nd	356.018.290	nd
São Paulo	638.589.388	7.658.857.221	8,3%
Tocantins	11.175.235	325.821.100	3,4%
Justiça Estadual	2.278.929.356	33.986.928.028	8,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 12 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2 - Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que a receita de execução fiscal da Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I2 = REF / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais: As receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal da Justiça Estadual no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.13. I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

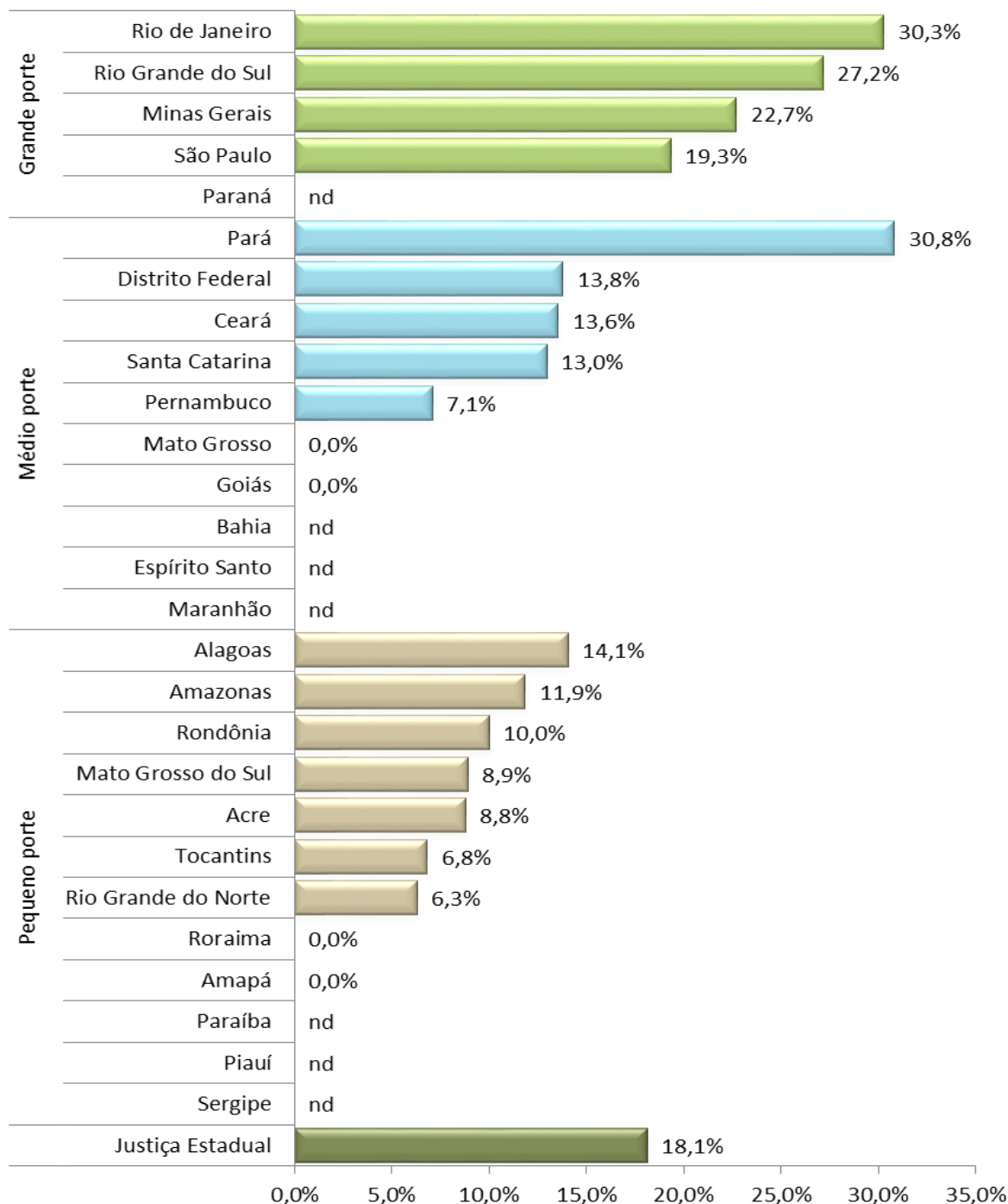
Tabela 1.14 I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais	RICM - Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/arrolamentos	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	14.567.375	1.702.138	184.449.924	8,8%
Alagoas	39.109.960	6.807.556	325.855.126	14,1%
Amazonas	52.453.482	6.760.919	498.871.481	11,9%
Amapá	0	0	194.895.573	0,0%
Bahia	nd	nd	1.722.593.385	nd
Ceará	60.509.149	66.033.153	933.076.155	13,6%
Distrito Federal	217.650.202	32.669.908	1.814.485.943	13,8%
Espírito Santo	nd	36.453.961	807.404.499	nd
Goiás	0	0	1.072.849.330	0,0%
Maranhão	nd	0	831.737.327	nd
Minas Gerais	276.695.792	548.511.818	3.633.001.295	22,7%
Mato Grosso do Sul	398.894	49.098.581	554.526.530	8,9%
Mato Grosso	0	0	791.820.050	0,0%
Pará	227.774.020	8.780.527	767.267.656	30,8%
Paraíba	nd	nd	477.094.037	nd
Pernambuco	58.842.308	16.368.895	1.060.324.127	7,1%
Piauí	nd	nd	360.621.011	nd
Paraná	nd	267.757.641	1.602.385.145	nd
Rio de Janeiro	399.515.010	643.522.113	3.443.112.609	30,3%
Rio Grande do Norte	14.026.968	27.358.390	654.198.196	6,3%
Rondônia	37.044.798	5.979.982	429.910.092	10,0%
Roraima	0	0	141.705.326	0,0%
Rio Grande do Sul	197.176.526	365.435.110	2.070.026.368	27,2%
Santa Catarina	33.400.249	131.918.821	1.274.020.234	13,0%
Sergipe	nd	nd	356.018.290	nd
São Paulo	638.589.388	843.235.218	7.658.857.221	19,3%
Tocantins	11.175.235	11.122.321	325.821.100	6,8%
Justiça Estadual	2.278.929.356	3.069.517.051	33.986.928.028	18,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 12a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2a - Arrecadação com Execução Fiscal e Impostos causa mortis em Relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o montante da arrecadação decorrente da execução fiscal e dos impostos causa mortis em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I2a = (REF + RICM) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- REF - Receita decorrente de Execuções Fiscais: As receitas transferidas aos cofres públicos em decorrência da atividade de execução fiscal da Justiça Estadual no ano-base.
- RICM - Receitas de Imposto Causa Mortis nos inventários/ arrolamentos: Receitas transferidas aos cofres públicos decorrentes do imposto causa mortis nos inventários/arrolamentos no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.14. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

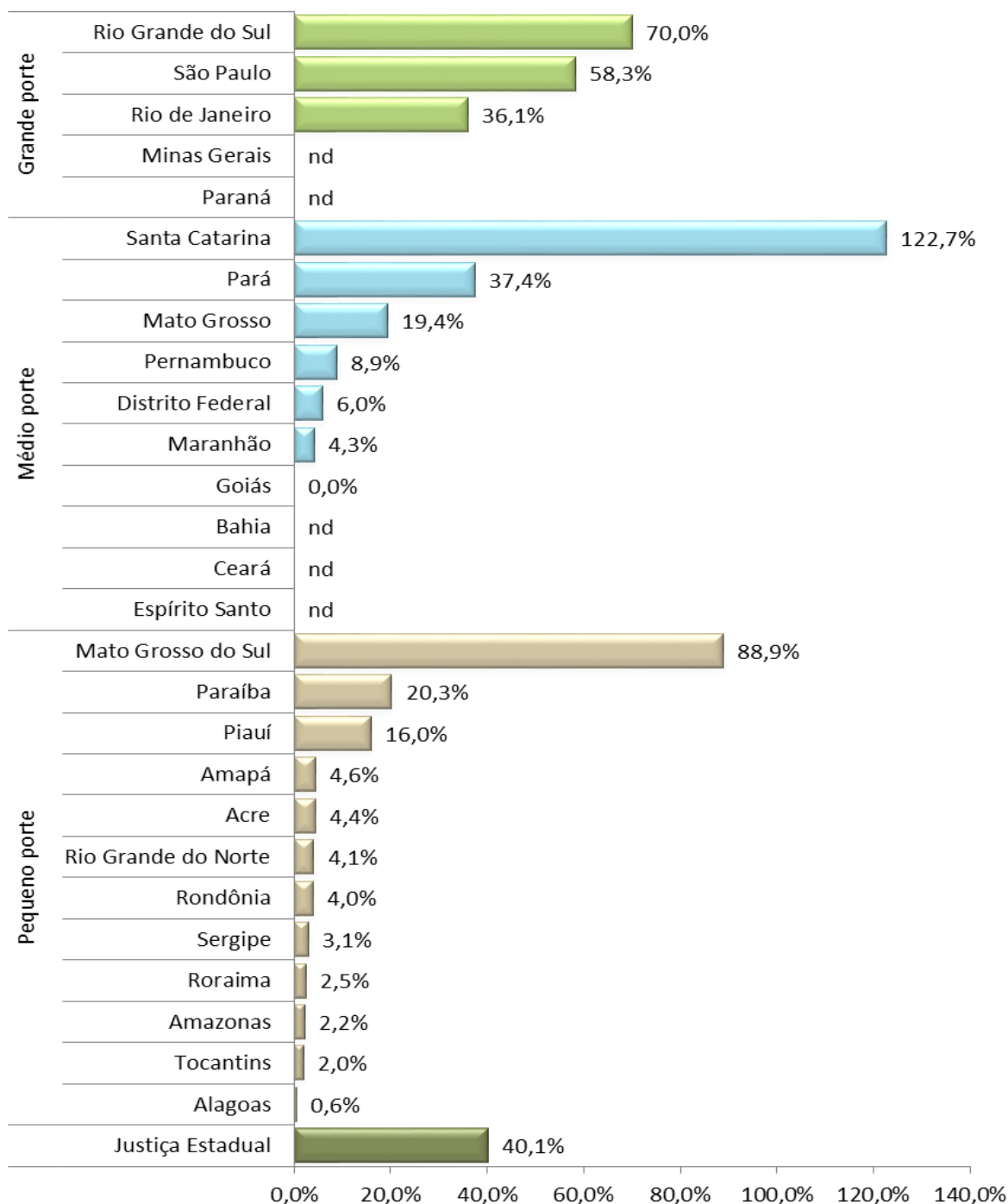
Tabela 1.15 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	8.159.328	184.449.924	4,4%
Alagoas	1.897.310	325.855.126	0,6%
Amazonas	11.180.317	498.871.481	2,2%
Amapá	8.905.567	194.895.573	4,6%
Bahia	nd	1.722.593.385	nd
Ceará	nd	933.076.155	nd
Distrito Federal	109.141.338	1.814.485.943	6,0%
Espírito Santo	nd	807.404.499	nd
Goiás	0	1.072.849.330	0,0%
Maranhão	35.665.440	831.737.327	4,3%
Minas Gerais	nd	3.633.001.295	nd
Mato Grosso do Sul	492.751.779	554.526.530	88,9%
Mato Grosso	153.828.221	791.820.050	19,4%
Pará	287.098.208	767.267.656	37,4%
Paraíba	96.661.169	477.094.037	20,3%
Pernambuco	94.096.957	1.060.324.127	8,9%
Piauí	57.574.410	360.621.011	16,0%
Paraná	nd	1.602.385.145	nd
Rio de Janeiro	1.241.419.006	3.443.112.609	36,1%
Rio Grande do Norte	26.976.826	654.198.196	4,1%
Rondônia	17.224.335	429.910.092	4,0%
Roraima	3.569.275	141.705.326	2,5%
Rio Grande do Sul	1.449.238.702	2.070.026.368	70,0%
Santa Catarina	1.563.763.558	1.274.020.234	122,7%
Sergipe	10.894.650	356.018.290	3,1%
São Paulo	4.468.377.995	7.658.857.221	58,3%
Tocantins	6.529.184	325.821.100	2,0%
Justiça Estadual	10.144.953.578	33.986.928.028	40,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça Estadual representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no exercício.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça Estadual durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais (estaduais e municipais) e aos recolhimentos previdenciários.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar", excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

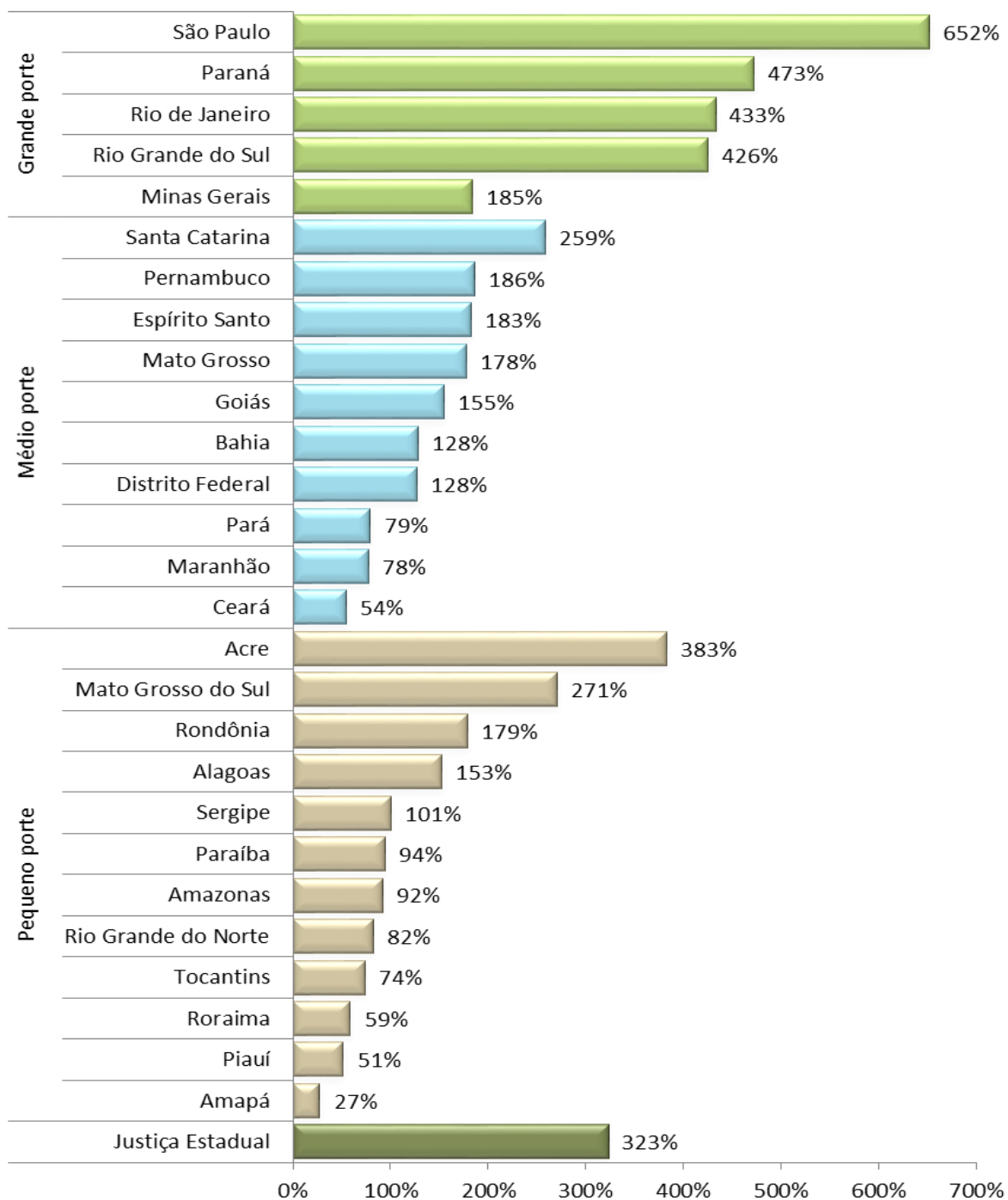
1.1.15. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 1.16 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	706.093.678	184.449.924	383%
Alagoas	497.382.732	325.855.126	153%
Amazonas	458.740.452	498.871.481	92%
Amapá	52.828.819	194.895.573	27%
Bahia	2.212.225.127	1.722.593.385	128%
Ceará	506.878.429	933.076.155	54%
Distrito Federal	2.315.776.121	1.814.485.943	128%
Espírito Santo	1.473.554.990	807.404.499	183%
Goiás	1.659.707.138	1.072.849.330	155%
Maranhão	645.631.787	831.737.327	78%
Minas Gerais	6.704.253.547	3.633.001.295	185%
Mato Grosso do Sul	1.504.096.317	554.526.530	271%
Mato Grosso	1.408.102.215	791.820.050	178%
Pará	607.407.415	767.267.656	79%
Paraíba	449.094.601	477.094.037	94%
Pernambuco	1.975.226.916	1.060.324.127	186%
Piauí	185.542.093	360.621.011	51%
Paraná	7.572.070.579	1.602.385.145	473%
Rio de Janeiro	14.917.784.977	3.443.112.609	433%
Rio Grande do Norte	538.019.275	654.198.196	82%
Rondônia	770.864.656	429.910.092	179%
Roraima	83.536.532	141.705.326	59%
Rio Grande do Sul	8.815.663.754	2.070.026.368	426%
Santa Catarina	3.298.048.999	1.274.020.234	259%
Sergipe	357.859.519	356.018.290	101%
São Paulo	49.954.111.694	7.658.857.221	652%
Tocantins	240.814.878	325.821.100	74%
Justiça Estadual	109.911.317.240	33.986.928.028	323%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.16 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais pela Justiça Estadual no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

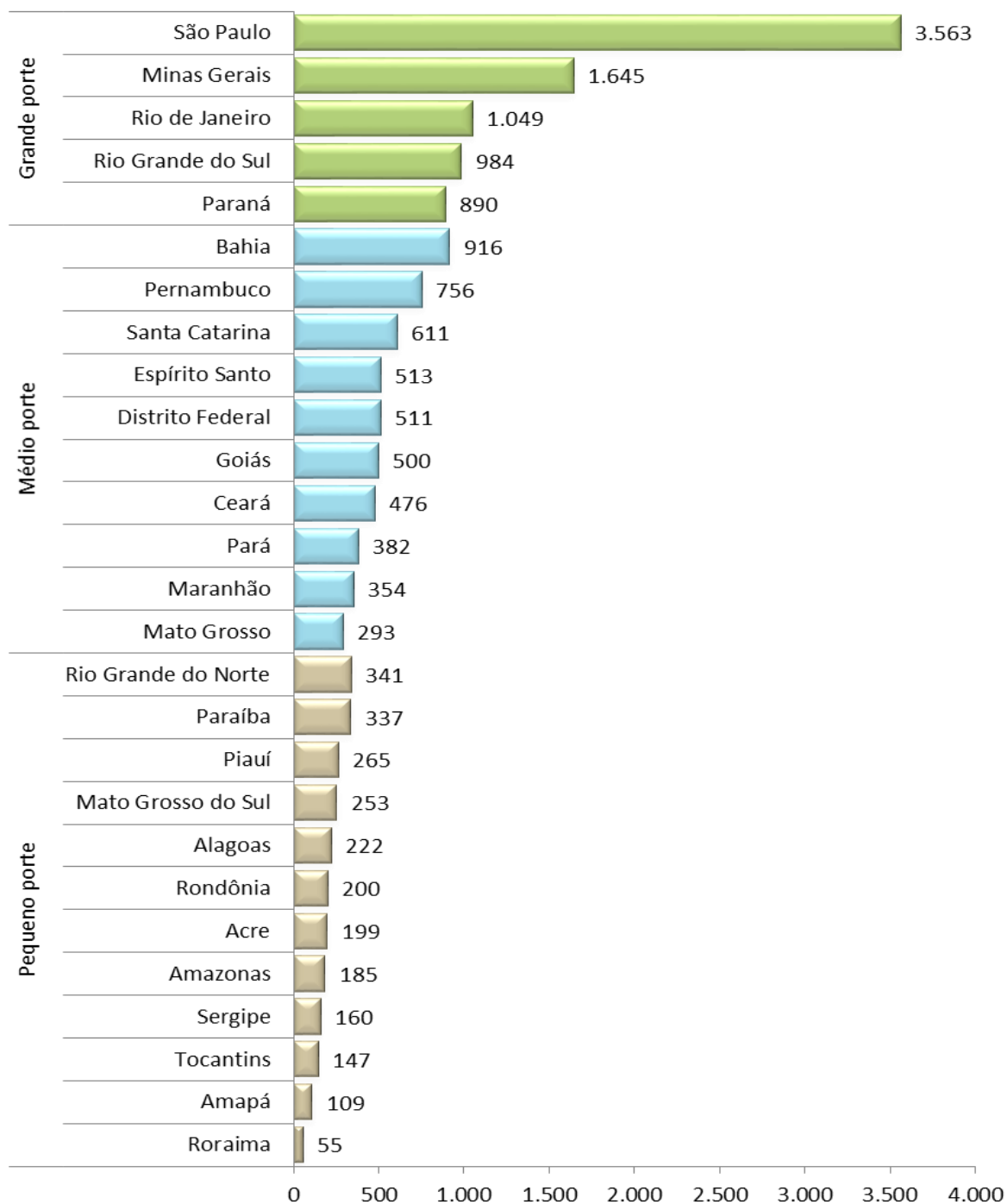
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.17 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal de Justiça	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagEJe - Número de Cargos Existentes de Magistrado nos Juizados Especiais	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
Acre	12	0	131	56	199
Alagoas	15	0	186	21	222
Amazonas	19	0	137	29	185
Amapá	9	0	84	16	109
Bahia	49	0	785	82	916
Ceará	43	0	390	43	476
Distrito Federal	40	10	461	0	511
Espírito Santo	30	0	412	71	513
Goiás	36	16	370	78	500
Maranhão	27	0	294	33	354
Minas Gerais	140	0	1.359	146	1.645
Mato Grosso do Sul	31	0	204	18	253
Mato Grosso	30	1	236	26	293
Pará	30	0	327	25	382
Paraíba	19	0	294	24	337
Pernambuco	46	0	629	81	756
Piauí	19	0	219	27	265
Paraná	120	0	700	70	890
Rio de Janeiro	180	0	760	109	1.049
Rio Grande do Norte	15	0	281	45	341
Rondônia	21	0	161	18	200
Roraima	7	0	43	5	55
Rio Grande do Sul	140	0	812	32	984
Santa Catarina	62	30	491	28	611
Sergipe	13	0	131	16	160
São Paulo	360	85	2.978	140	3.563
Tocantins	12	0	118	17	147
Justiça Estadual	1.525	142	12.993	1.256	15.916

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.17 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE}2^{\text{º}} + \text{MagESub}2^{\text{º}} + \text{MagE}1^{\text{º}} + \text{MagEJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagESub2º** - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau: Número de cargos de Juiz Substituto existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Não havendo o cargo de Juiz Substituto em 2º grau, o campo deve ser preenchido com o valor igual a 0 (zero).
- **MagE1º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça Estadual no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagEJe** - Número de Cargos Existentes de Magistrado nos Juizados Especiais: Número de cargos de Magistrados existentes, providos ou não, nos Juizados Especiais exclusivos no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

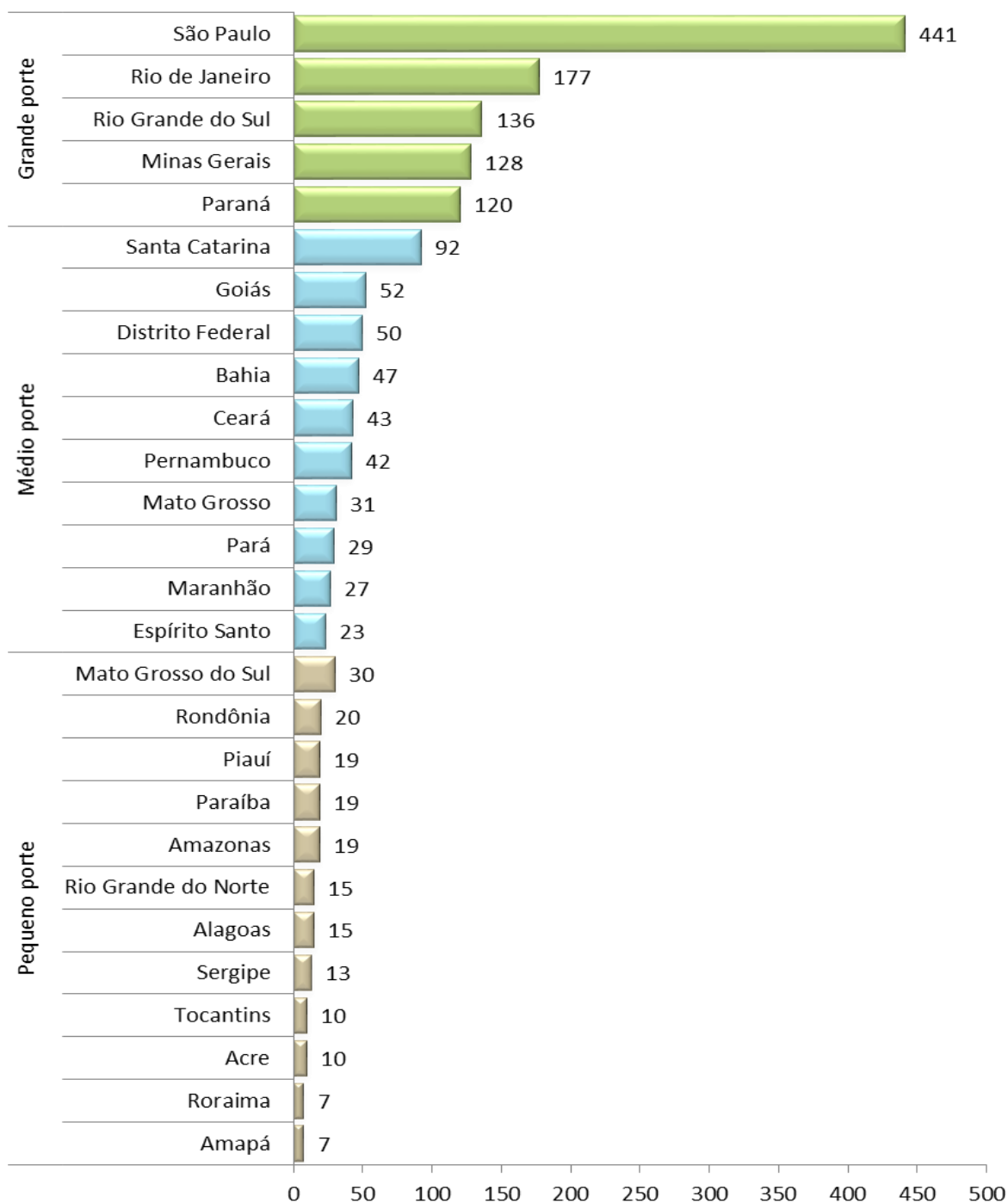
1.2.2. Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Tabela 1.18 Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau
Acre	10	0	10
Alagoas	15	0	15
Amazonas	19	0	19
Amapá	7	0	7
Bahia	47	0	47
Ceará	43	0	43
Distrito Federal	40	10	50
Espírito Santo	23	0	23
Goiás	36	16	52
Maranhão	27	0	27
Minas Gerais	128	0	128
Mato Grosso do Sul	30	0	30
Mato Grosso	30	1	31
Pará	29	0	29
Paraíba	19	0	19
Pernambuco	42	0	42
Piauí	19	0	19
Paraná	120	0	120
Rio de Janeiro	177	0	177
Rio Grande do Norte	15	0	15
Rondônia	20	0	20
Roraima	7	0	7
Rio Grande do Sul	136	0	136
Santa Catarina	62	30	92
Sergipe	13	0	13
São Paulo	356	85	441
Tocantins	10	0	10
Justiça Estadual	1.480	142	1.622

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.18 Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau



Glossário:

Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação em cada um dos Tribunais Estaduais no final período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Mag2º} = \text{MagP2º} + \text{MagESub2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau:** Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagESub2º - Número de Cargos Existentes de Juiz Substituto no 2º Grau:** Número de cargos de Juiz Substituto existentes no 2º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), providos ou não. Não havendo o cargo de Juiz Substituto em 2º grau, o campo deve ser preenchido com o valor igual a 0 (zero).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

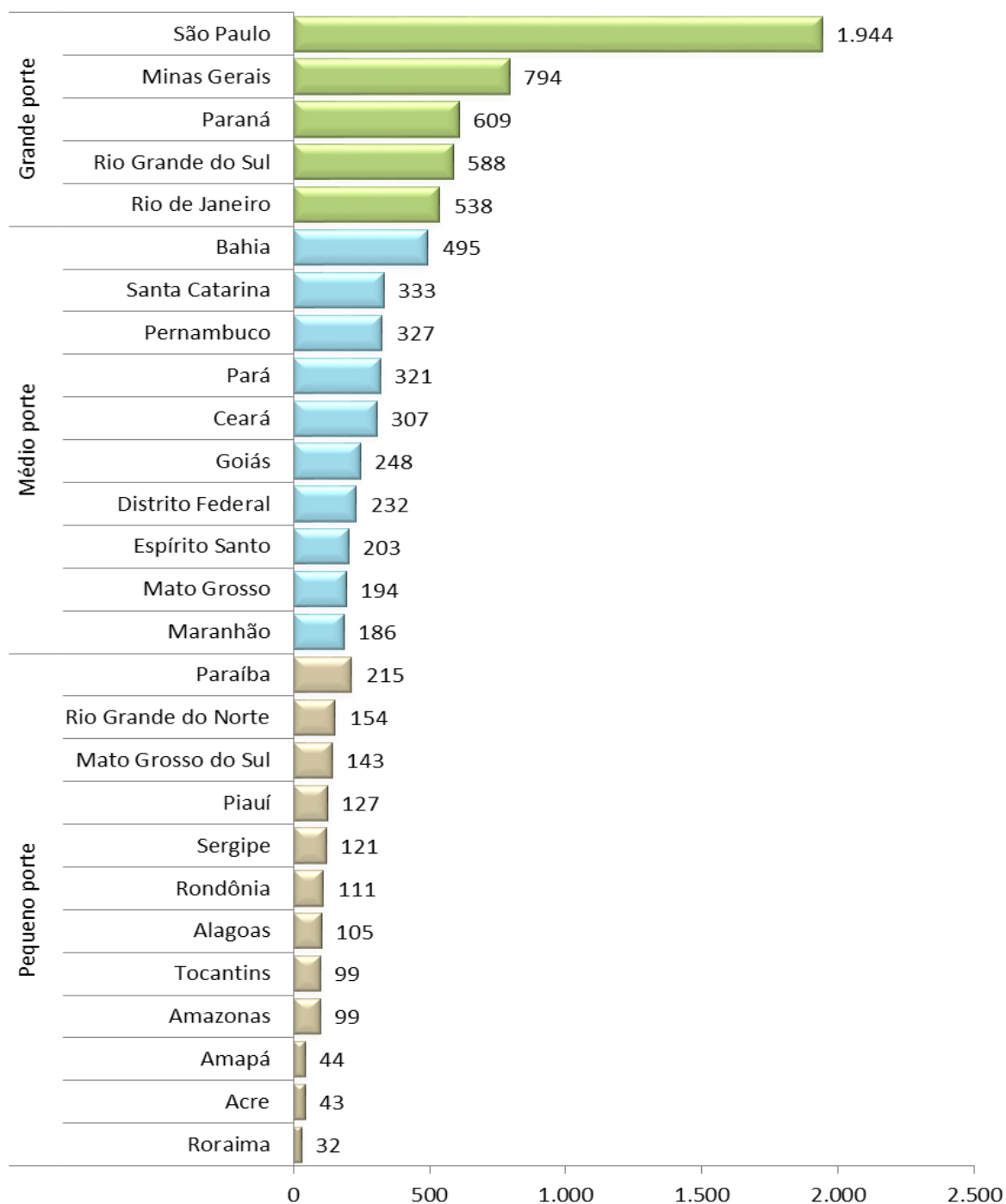
1.2.3. Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Tabela 1.19 Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	MagPAe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau com Atuação Exclusiva	MagPAcJe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais	MagPAcTr1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau
Acre	39	0	6	2	43
Alagoas	106	1	9	11	105
Amazonas	98	6	3	8	99
Amapá	46	0	0	2	44
Bahia	501	0	0	6	495
Ceará	312	0	14	19	307
Distrito Federal	239	0	5	12	232
Espírito Santo	201	0	12	10	203
Goiás	180	26	43	1	248
Maranhão	153	30	14	11	186
Minas Gerais	273	295	236	10	794
Mato Grosso do Sul	90	55	6	8	143
Mato Grosso	203	0	0	9	194
Pará	290	29	4	2	321
Paraíba	148	23	54	10	215
Pernambuco	312	8	23	16	327
Piauí	118	4	9	4	127
Paraná	564	123	0	78	609
Rio de Janeiro	534	28	9	33	538
Rio Grande do Norte	154	0	10	10	154
Rondônia	106	5	6	6	111
Roraima	32	0	4	4	32
Rio Grande do Sul	407	216	0	35	588
Santa Catarina	161	155	28	11	333
Sergipe	126	0	0	5	121
São Paulo	792	573	638	59	1.944
Tocantins	101	2	4	8	99
Justiça Estadual	6.286	1.579	1.137	390	8.612

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.19 Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau



Glossário:

Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação no 1º grau da Justiça Estadual no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em Juizados Especiais ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{Mag1º} = \text{MagPAe1º} + \text{MagPACJE1º} + \text{MagPACTR1º} - \text{MagAJ1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagPAe1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau com Atuação Exclusiva: Número de Magistrados com atuação exclusiva no 1º Grau da Justiça Estadual no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Excluem-se os magistrados que atuam cumulativamente em Juizado Especial ou em Turma Recursal.
- **MagPACJe1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagPACTr1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça Estadual afastados da jurisdição de 1º grau durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se também aqueles que teriam atuação cumulativa nos Juizados Especiais.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

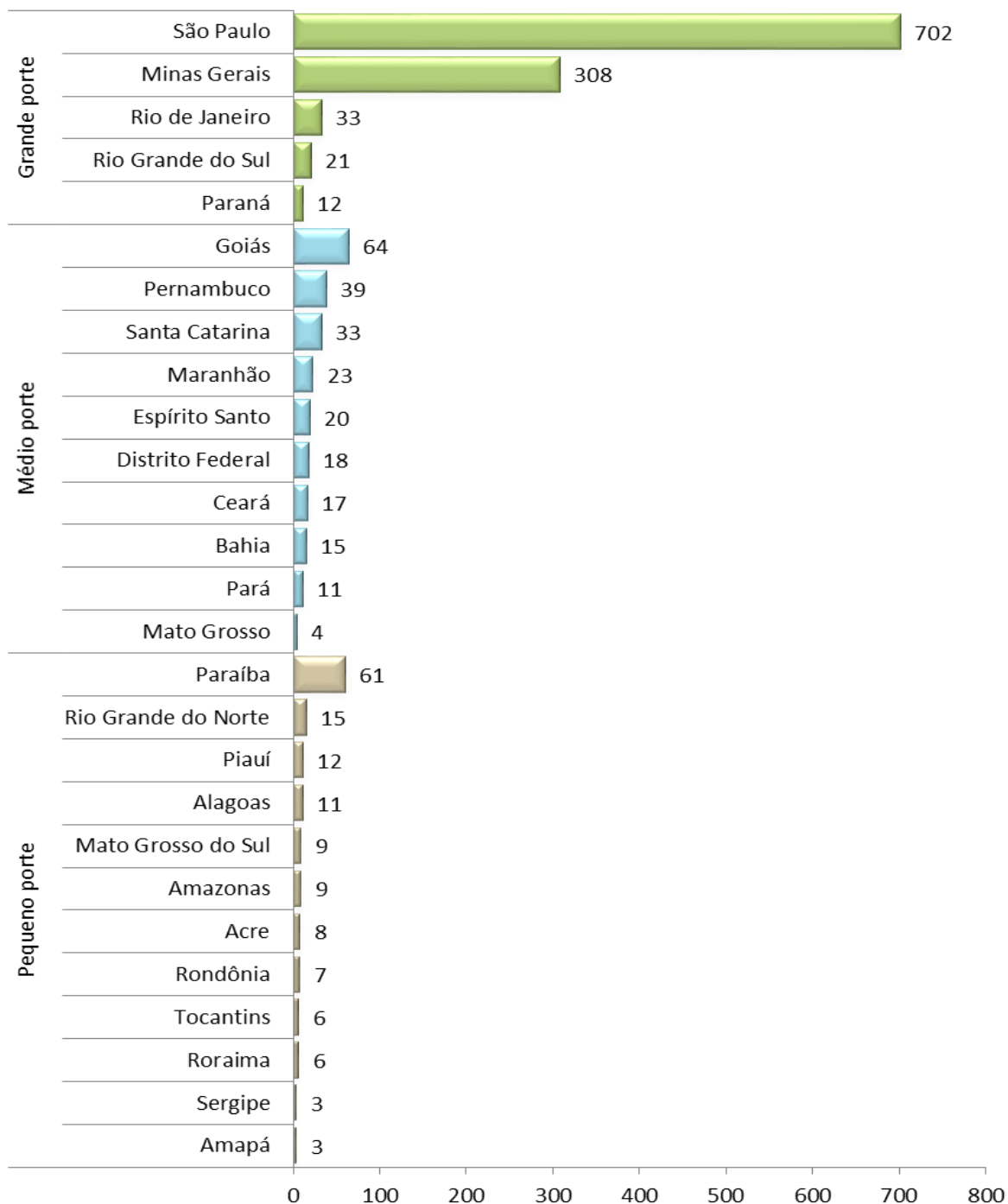
1.2.4. MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Tabela 1.20 MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	MagPAeTr - Número de Cargos Providos de Magistrado nas Turmas Recursais com atuação exclusiva	MagPAcTr1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagPAcTrJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJTR - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nas Turmas Recursais	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais
Acre	0	6	2	0	8
Alagoas	0	9	3	1	11
Amazonas	0	3	6	0	9
Amapá	3	0	0	0	3
Bahia	15	0	0	0	15
Ceará	0	14	3	0	17
Distrito Federal	9	5	4	0	18
Espírito Santo	0	12	8	0	20
Goiás	0	43	21	0	64
Maranhão	3	14	6	0	23
Minas Gerais	0	236	72	0	308
Mato Grosso do Sul	0	6	3	0	9
Mato Grosso	4	0	0	0	4
Pará	0	4	7	0	11
Paraíba	0	54	8	1	61
Pernambuco	0	23	16	0	39
Piauí	0	9	3	0	12
Paraná	13	0	0	1	12
Rio de Janeiro	20	9	4	0	33
Rio Grande do Norte	0	10	5	0	15
Rondônia	0	6	1	0	7
Roraima	0	4	2	0	6
Rio Grande do Sul	24	0	0	3	21
Santa Catarina	0	28	5	0	33
Sergipe	3	0	0	0	3
São Paulo	0	638	64	0	702
Tocantins	0	4	2	0	6
Justiça Estadual	94	1.137	245	6	1.470

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.20 MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais



Glossário:

MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação nas Turmas Recursais no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em 1º grau ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{MagTR} = \text{MagPAeTR} + \text{MagPACtr1º} + \text{MagPACtrJE} - \text{MagAJTR}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagPAeTr** - Número de Cargos Providos de Magistrado nas Turmas Recursais com atuação exclusiva: Número de magistrados com atuação exclusiva nas Turmas Recursais no final do período-base (semestre). Excluem-se os que atuam cumulativamente nos Juizados Especiais ou no 1º grau.
- **MagPACtr1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagPACtrJe** - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados dos Juizados Especiais, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- **MagAJTR** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nas Turmas Recursais: Número de Magistrados afastados da jurisdição da Turma Recursal durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se apenas aqueles que teriam atuação exclusiva na própria Turma.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

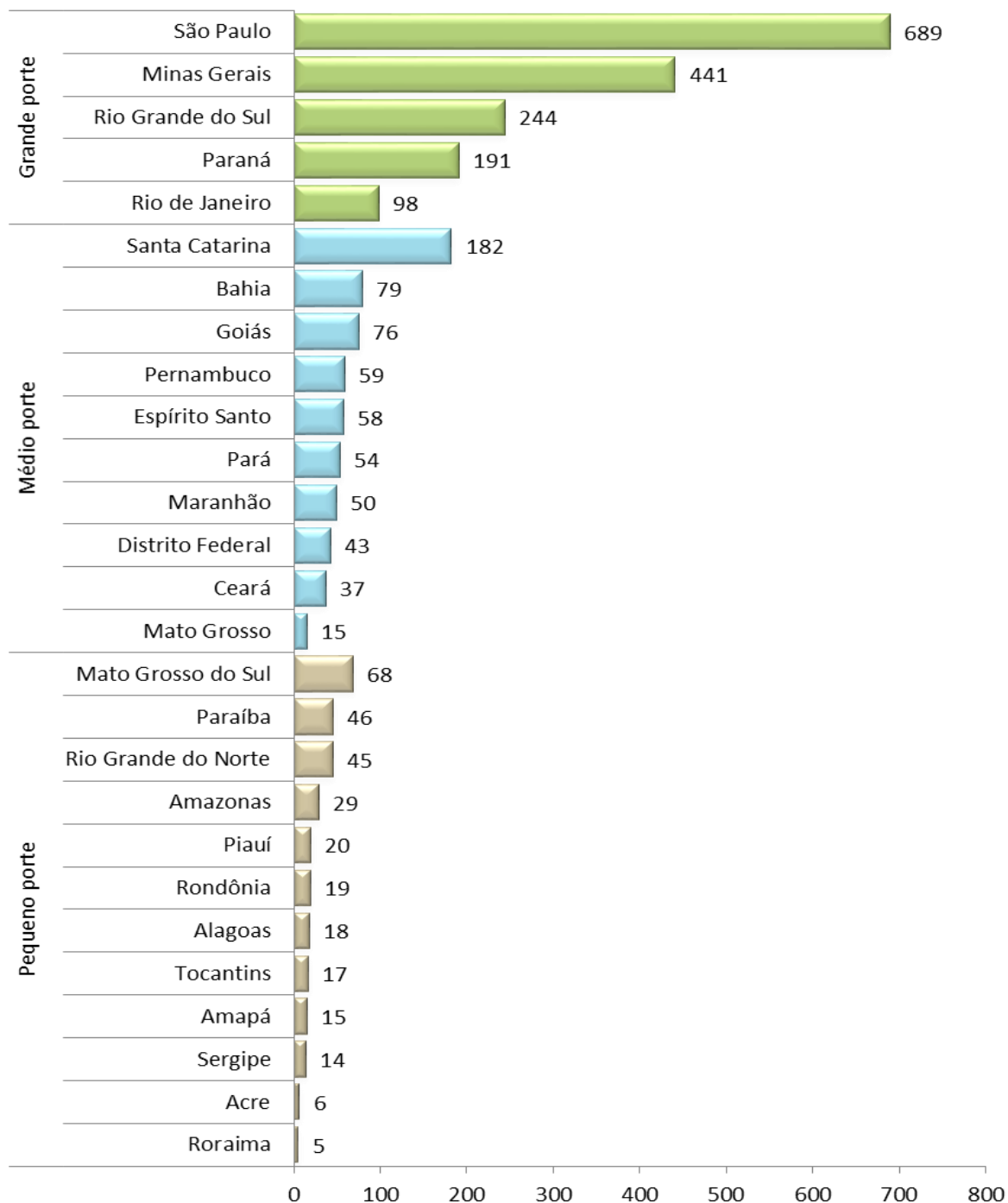
1.2.5. MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Tabela 1.21 MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	MagPAeJe - Número de Cargos Providos nos Juizados Especiais com Atuação Exclusiva	MagPAcJe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais	MagPAcTrJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais	MagAJJE - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais
Acre	4	0	2	0	6
Alagoas	16	1	3	2	18
Amazonas	17	6	6	0	29
Amapá	16	0	0	1	15
Bahia	79	0	0	0	79
Ceará	35	0	3	1	37
Distrito Federal	41	0	4	2	43
Espírito Santo	51	0	8	1	58
Goiás	29	26	21	0	76
Maranhão	18	30	6	4	50
Minas Gerais	74	295	72	0	441
Mato Grosso do Sul	10	55	3	0	68
Mato Grosso	22	0	0	7	15
Pará	18	29	7	0	54
Paraíba	16	23	8	1	46
Pernambuco	36	8	16	1	59
Piauí	13	4	3	0	20
Paraná	70	123	0	2	191
Rio de Janeiro	69	28	4	3	98
Rio Grande do Norte	43	0	5	3	45
Rondônia	13	5	1	0	19
Roraima	3	0	2	0	5
Rio Grande do Sul	28	216	0	0	244
Santa Catarina	24	155	5	2	182
Sergipe	16	0	0	2	14
São Paulo	57	573	64	5	689
Tocantins	14	2	2	1	17
Justiça Estadual	832	1.579	245	38	2.618

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.21 MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais



Glossário:

MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação nos Juizados Especiais no final período-base (semestre), inclusive aqueles que acumulam função em 1º grau ou em Turmas Recursais.

Fórmula: $\text{MagJE} = \text{MagPAeJE} + \text{MagPACJe1º} + \text{MagPACTrJE} - \text{MagAJJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MagPAeJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais com Atuação Exclusiva: Número de Magistrados com atuação exclusiva nos Juizados Especiais no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e Juízes Substitutos. Excluem-se os magistrados que atuam cumulativamente em 1º grau ou em Turma Recursal.
- MagPACJe1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau que Acumulam Função em Juizados Especiais: Número de Magistrados do 1º Grau da Justiça Estadual, que acumulam função em Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- MagPACTrJe - Número de Cargos Providos de Magistrado nos Juizados Especiais que Acumulam Função em Turmas Recursais: Número de Magistrados dos Juizados Especiais, que acumulam função em Turma Recursal, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.
- MagAJJE - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição nos Juizados Especiais: Número de Magistrados afastados da jurisdição do Juizado Especial durante todo o período-base (semestre), incluindo os convocados para outros órgãos. Consideram-se apenas aqueles que teriam atuação exclusiva no próprio Juizado.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

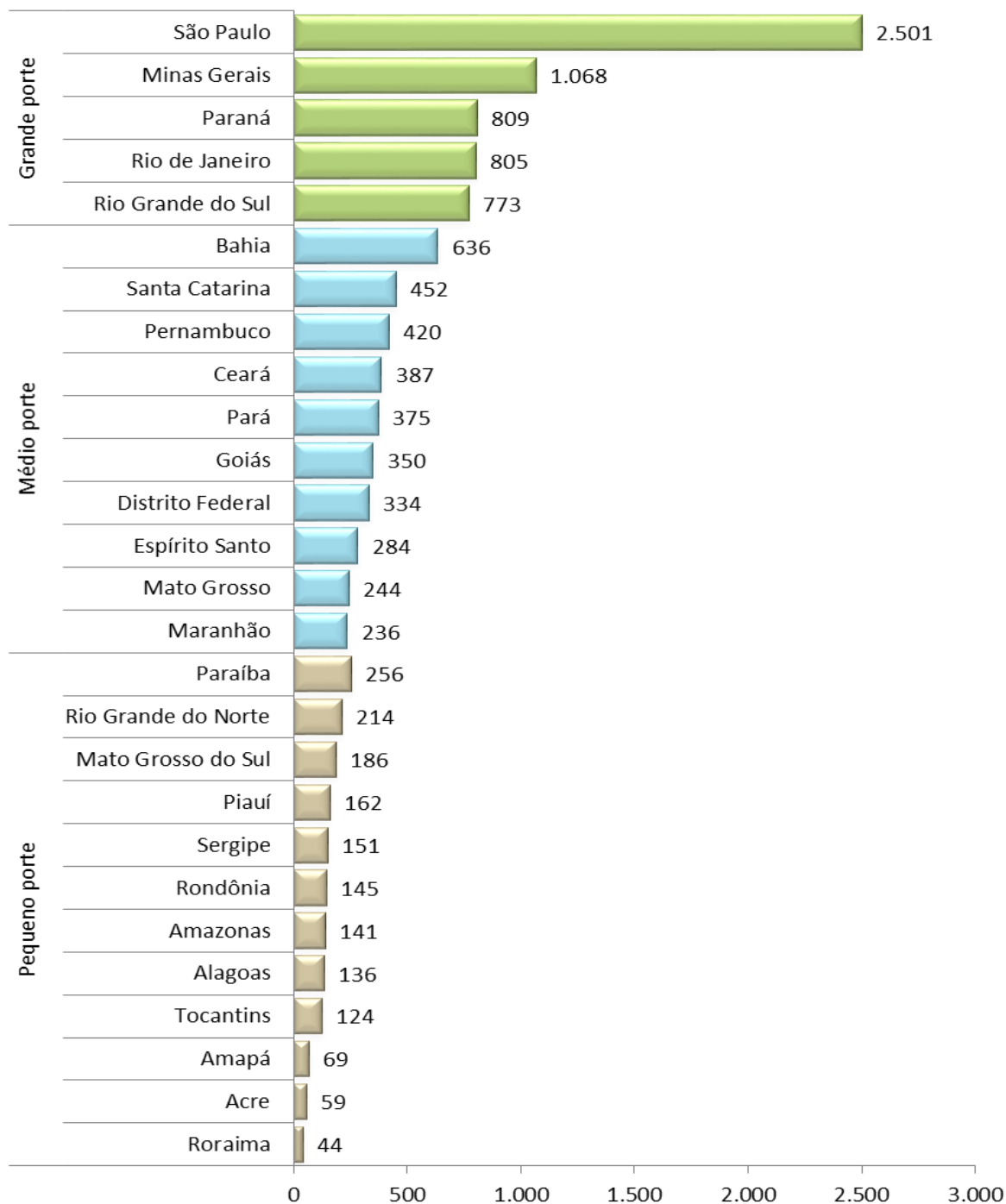
1.2.6. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.22 Mag - Total de Magistrados

Tribunal de Justiça	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	MagPac1TRJE - Número de Cargos Providos de Magistrado que Acumulam Função no 1º Grau, em Turmas Recursais ou Juizados Especiais	Mag - Total de Magistrados
Acre	10	43	8	6	8	59
Alagoas	15	105	11	18	13	136
Amazonas	19	99	9	29	15	141
Amapá	7	44	3	15	0	69
Bahia	47	495	15	79	0	636
Ceará	43	307	17	37	17	387
Distrito Federal	50	232	18	43	9	334
Espírito Santo	23	203	20	58	20	284
Goiás	52	248	64	76	90	350
Maranhão	27	186	23	50	50	236
Minas Gerais	128	794	308	441	603	1.068
Mato Grosso do Sul	30	143	9	68	64	186
Mato Grosso	31	194	4	15	0	244
Pará	29	321	11	54	40	375
Paraíba	19	215	61	46	85	256
Pernambuco	42	327	39	59	47	420
Piauí	19	127	12	20	16	162
Paraná	120	609	12	191	123	809
Rio de Janeiro	177	538	33	98	41	805
Rio Grande do Norte	15	154	15	45	15	214
Rondônia	20	111	7	19	12	145
Roraima	7	32	6	5	6	44
Rio Grande do Sul	136	588	21	244	216	773
Santa Catarina	92	333	33	182	188	452
Sergipe	13	121	3	14	0	151
São Paulo	441	1.944	702	689	1.275	2.501
Tocantins	10	99	6	17	8	124
Justiça Estadual	1.622	8.612	1.470	2.618	2.961	11.361

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.22 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de magistrados com atuação em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{Mag2} + \text{Mag1} + \text{MagTR} + \text{MagJE} - \text{MagPacJE1}^\circ - \text{MagPacTR1}^\circ - \text{MagPacTRJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag2}^\circ = \text{MagP2}^\circ + \text{MagESub2}^\circ$
- $\text{Mag1}^\circ = \text{MagPAe1}^\circ + \text{MagPacJE1}^\circ + \text{MagPacTR1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$
- $\text{MagTR} = \text{MagPAeTR} + \text{MagPacTR1}^\circ + \text{MagPacTRJE} - \text{MagAJTR}$
- $\text{MagJE} = \text{MagPAeJE} + \text{MagPacJE1}^\circ + \text{MagPacTRJE} - \text{MagAJJE}$
- MagPac1TRJE - Número de Cargos Providos de Magistrado que Acumulam Função no 1º Grau, em Turmas Recursais ou Juizados Especiais: Número de Magistrados da Justiça Estadual, que acumulam função do 1º Grau, em Turma Recursal ou Juizado Especial, no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

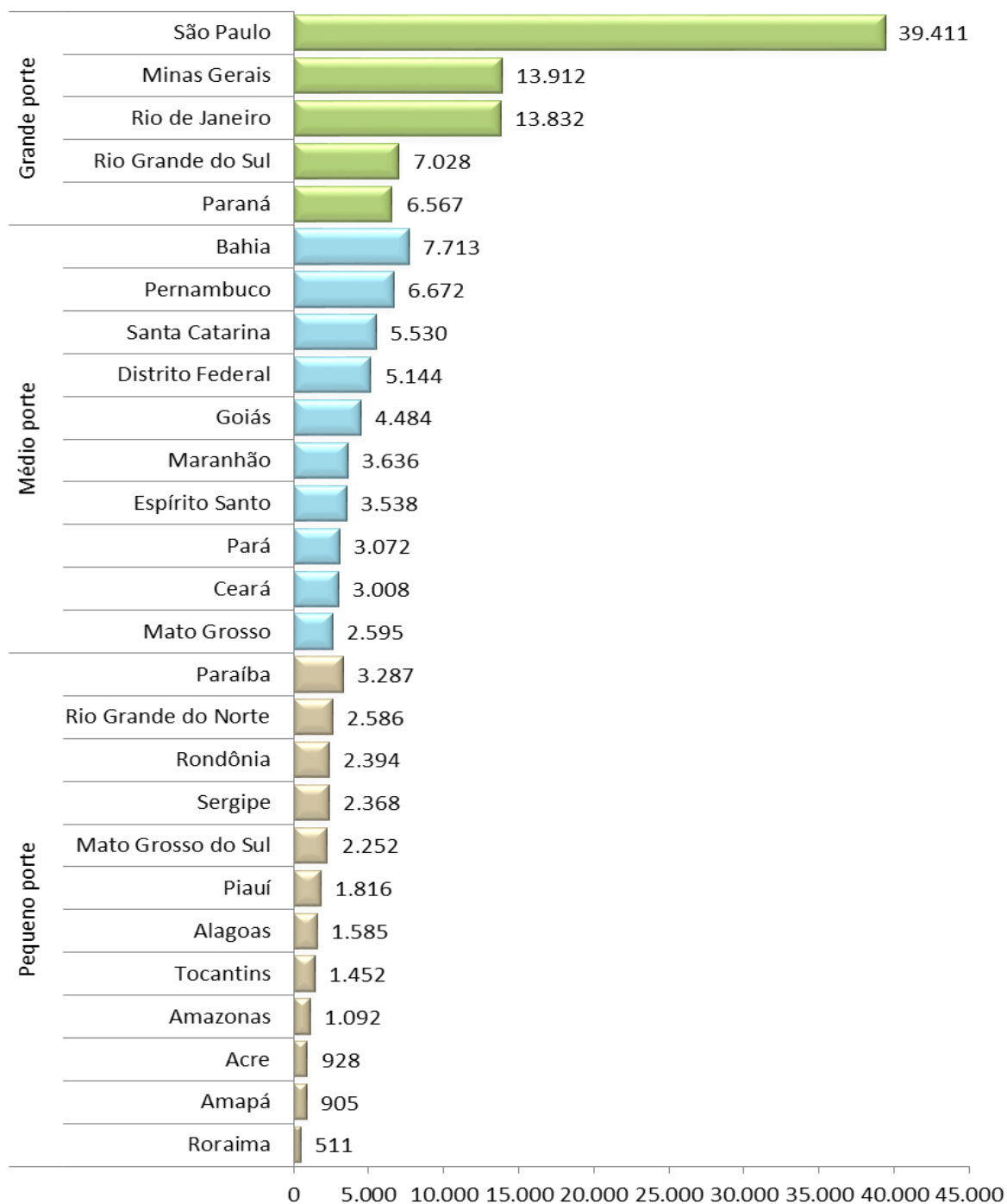
1.2.7. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tabela 1.23 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tribunal de Justiça	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	SaJud1º - Total de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	SaJudTR - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária das Turmas Recursais	SaJudJE - Total de Servidores Lotados na Área Judiciária dos Juizados Especiais	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária
Acre	103	533	18	274	928
Alagoas	347	1.074	10	154	1.585
Amazonas	286	631	21	154	1.092
Amapá	96	673	9	127	905
Bahia	662	4.963	35	2.053	7.713
Ceará	296	2.347	22	365	3.008
Distrito Federal	1.099	3.553	24	468	5.144
Espírito Santo	479	2.683	35	1.074	3.538
Goiás	735	3.199	16	534	4.484
Maranhão	579	2.465	77	515	3.636
Minas Gerais	1.672	10.920	19	1.301	13.912
Mato Grosso do Sul	294	1.716	16	226	2.252
Mato Grosso	165	2.232	10	239	2.595
Pará	444	2.371	14	378	3.072
Paraíba	336	2.733	17	201	3.287
Pernambuco	529	5.534	10	599	6.672
Piauí	60	1.570	13	173	1.816
Paraná	1.313	4.551	29	1.222	6.567
Rio de Janeiro	1.548	10.650	64	1.673	13.832
Rio Grande do Norte	321	1.890	17	358	2.586
Rondônia	519	1.732	6	137	2.394
Roraima	90	363	5	53	511
Rio Grande do Sul	1.127	5.594	92	1.085	7.028
Santa Catarina	555	4.733	23	357	5.530
Sergipe	285	1.878	10	195	2.368
São Paulo	4.115	32.483	109	2.991	39.411
Tocantins	239	1.074	5	134	1.452
Justiça Estadual	18.294	114.145	726	17.040	147.318

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.23 SaJUD - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária



Glossário:

SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Finalidade: Indicar o número total de servidores lotados na área judiciária em efetiva atividade no final do período-base (semestre).

Fórmula: $SaJud = SaJud2 + SaJud1 + SaJudTR + SaJudJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- $SaJud1º = SaJudAe1º + SaJudAcJE1º$
- SaJudTR - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária das Turmas Recursais: Número total de servidores lotados na área judiciária das turmas recursais, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- $SaJudJE = SaJudAeJE + SaJudAcJE1º$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

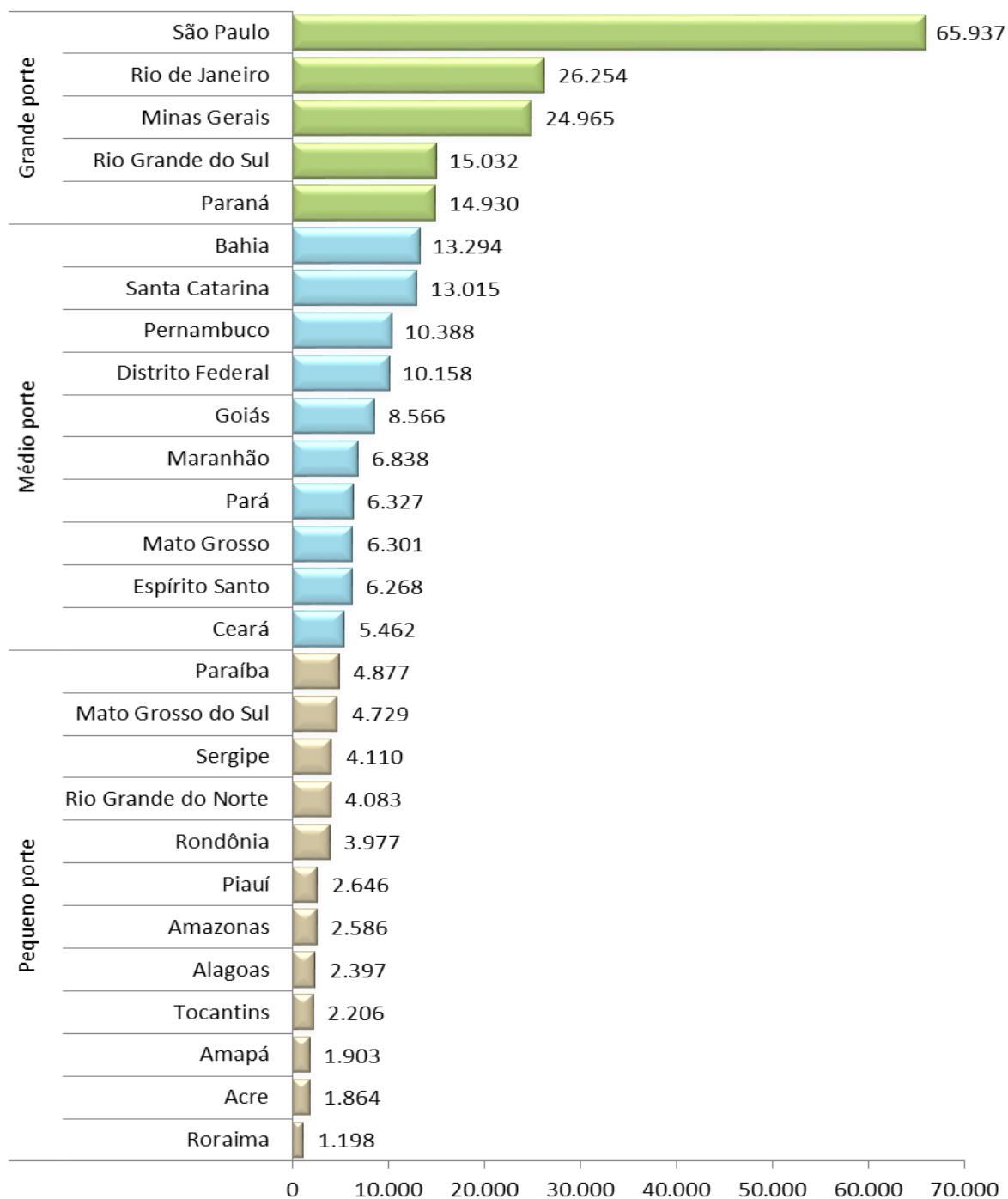
1.2.8. TS - Total de Servidores

Tabela 1.24 TS - Total de Servidores

Tribunal de Justiça	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
Acre	1.256	17	130	385	110	1.864
Alagoas	1.164	15	71	643	534	2.397
Amazonas	1.361	9	184	904	146	2.586
Amapá	879	12	326	619	91	1.903
Bahia	9.321	31	89	3.526	389	13.294
Ceará	3.137	18	160	1.582	601	5.462
Distrito Federal	7.137	194	111	3.067	37	10.158
Espírito Santo	3.244	10	45	2.317	672	6.268
Goiás	4.024	38	207	3.259	1.114	8.566
Maranhão	4.008	50	503	1.451	926	6.838
Minas Gerais	13.911	138	956	9.143	1.093	24.965
Mato Grosso do Sul	3.094	15	53	1.437	160	4.729
Mato Grosso	3.387	12	14	2.001	911	6.301
Pará	3.206	37	1.045	1.613	500	6.327
Paraíba	3.052	31	744	759	353	4.877
Pernambuco	6.672	94	1.078	2.494	238	10.388
Piauí	1.772	25	87	238	574	2.646
Paraná	6.002	5	254	6.962	1.717	14.930
Rio de Janeiro	14.520	57	885	10.640	266	26.254
Rio Grande do Norte	1.963	22	652	1.112	378	4.083
Rondônia	2.574	12	72	1.069	274	3.977
Roraima	678	11	8	400	123	1.198
Rio Grande do Sul	6.726	12	166	6.984	1.168	15.032
Santa Catarina	6.018	6	180	6.045	778	13.015
Sergipe	2.513	52	421	1.009	219	4.110
São Paulo	43.743	201	1.868	20.182	345	65.937
Tocantins	1.106	22	257	446	419	2.206
Justiça Estadual	156.468	1.146	10.566	90.287	14.136	270.311

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.24 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPEfet** - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- **TPCed** - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq** - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux** - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários, juízes leigos e conciliadores do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPSV** - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

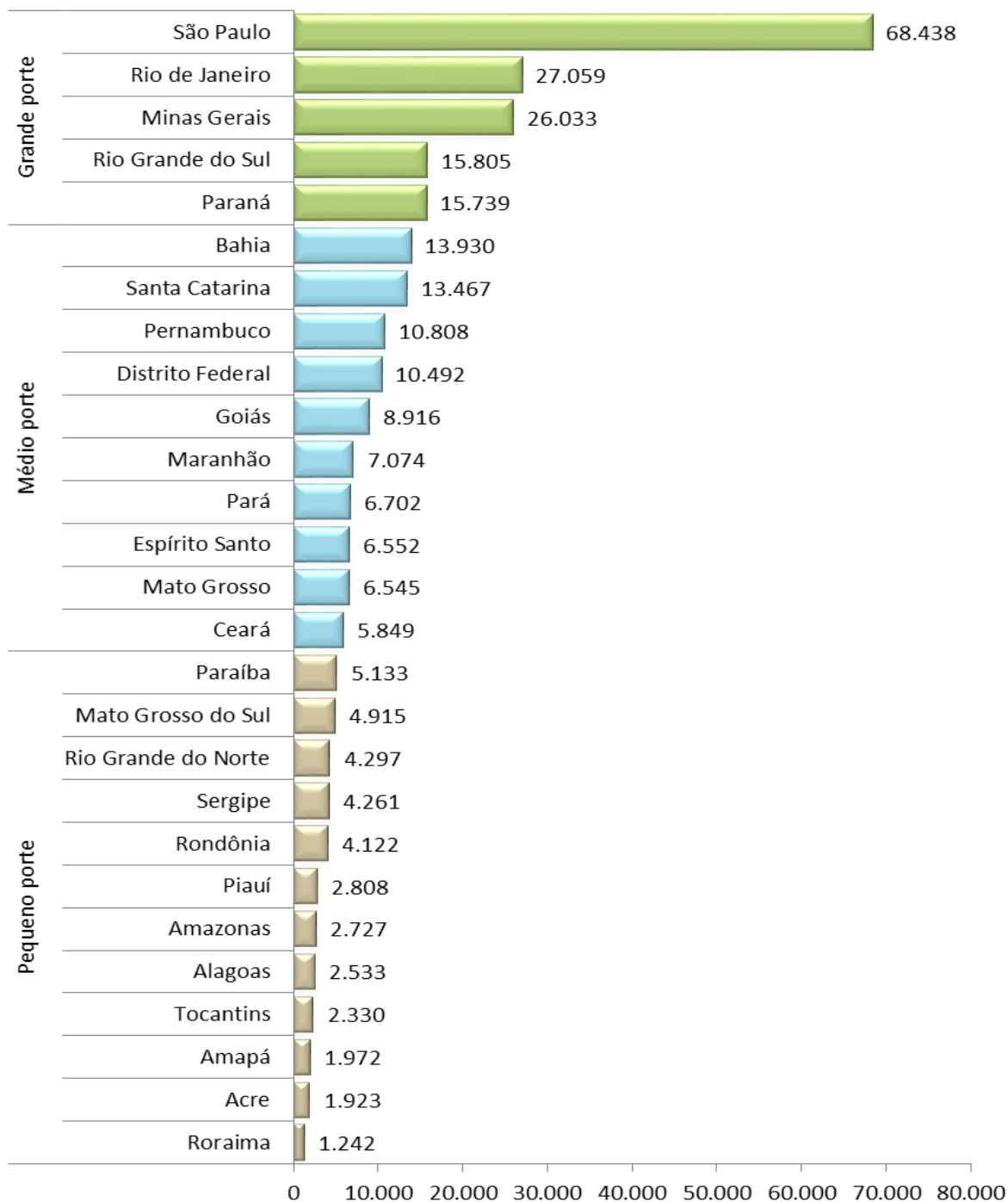
1.2.9. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.25 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal de Justiça	Mag - Total de Magistrados	TS - Total de Servidores	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
Acre	59	1.864	1.923
Alagoas	136	2.397	2.533
Amazonas	141	2.586	2.727
Amapá	69	1.903	1.972
Bahia	636	13.294	13.930
Ceará	387	5.462	5.849
Distrito Federal	334	10.158	10.492
Espírito Santo	284	6.268	6.552
Goiás	350	8.566	8.916
Maranhão	236	6.838	7.074
Minas Gerais	1.068	24.965	26.033
Mato Grosso do Sul	186	4.729	4.915
Mato Grosso	244	6.301	6.545
Pará	375	6.327	6.702
Paraíba	256	4.877	5.133
Pernambuco	420	10.388	10.808
Piauí	162	2.646	2.808
Paraná	809	14.930	15.739
Rio de Janeiro	805	26.254	27.059
Rio Grande do Norte	214	4.083	4.297
Rondônia	145	3.977	4.122
Roraima	44	1.198	1.242
Rio Grande do Sul	773	15.032	15.805
Santa Catarina	452	13.015	13.467
Sergipe	151	4.110	4.261
São Paulo	2.501	65.937	68.438
Tocantins	124	2.206	2.330
Justiça Estadual	11.361	270.311	281.672

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.25 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho incluindo magistrados e servidores em cada Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $FTT = Mag + TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPAcJE1º - MagPAcTR1º - MagPAcTRJE$
- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

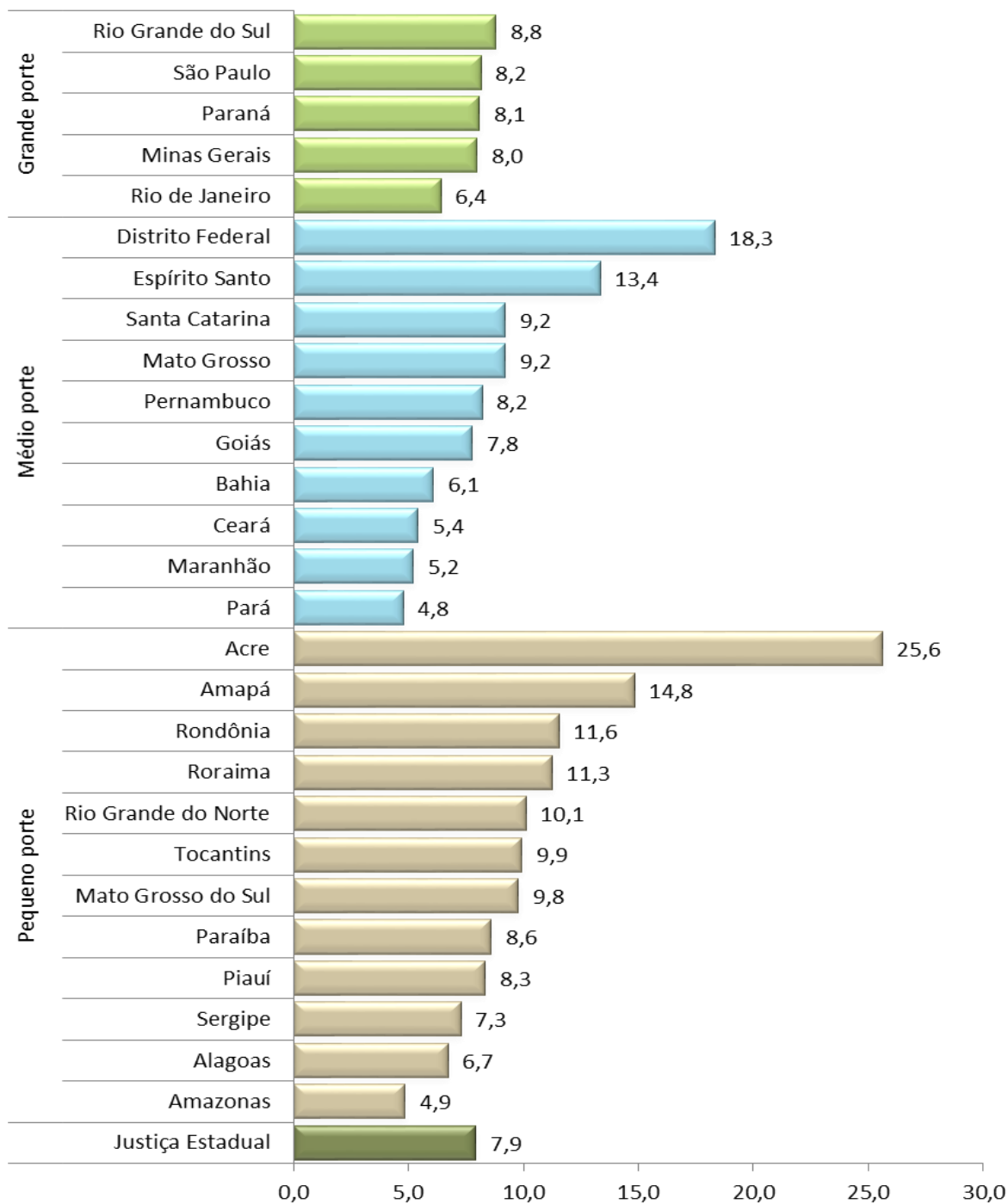
1.2.10. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
Acre	199	8	25,6
Alagoas	222	33	6,7
Amazonas	185	38	4,9
Amapá	109	7	14,8
Bahia	916	150	6,1
Ceará	476	88	5,4
Distrito Federal	511	28	18,3
Espírito Santo	513	38	13,4
Goiás	500	64	7,8
Maranhão	354	68	5,2
Minas Gerais	1.645	206	8,0
Mato Grosso do Sul	253	26	9,8
Mato Grosso	293	32	9,2
Pará	382	80	4,8
Paraíba	337	39	8,6
Pernambuco	756	92	8,2
Piauí	265	32	8,3
Paraná	890	110	8,1
Rio de Janeiro	1.049	164	6,4
Rio Grande do Norte	341	34	10,1
Rondônia	200	17	11,6
Roraima	55	5	11,3
Rio Grande do Sul	984	112	8,8
Santa Catarina	611	66	9,2
Sergipe	160	22	7,3
São Paulo	3.563	437	8,2
Tocantins	147	15	9,9
Justiça Estadual	15.916	2.011	7,9

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.26 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagESub2}^{\circ} + \text{MagE1}^{\circ} + \text{MagEJE}$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

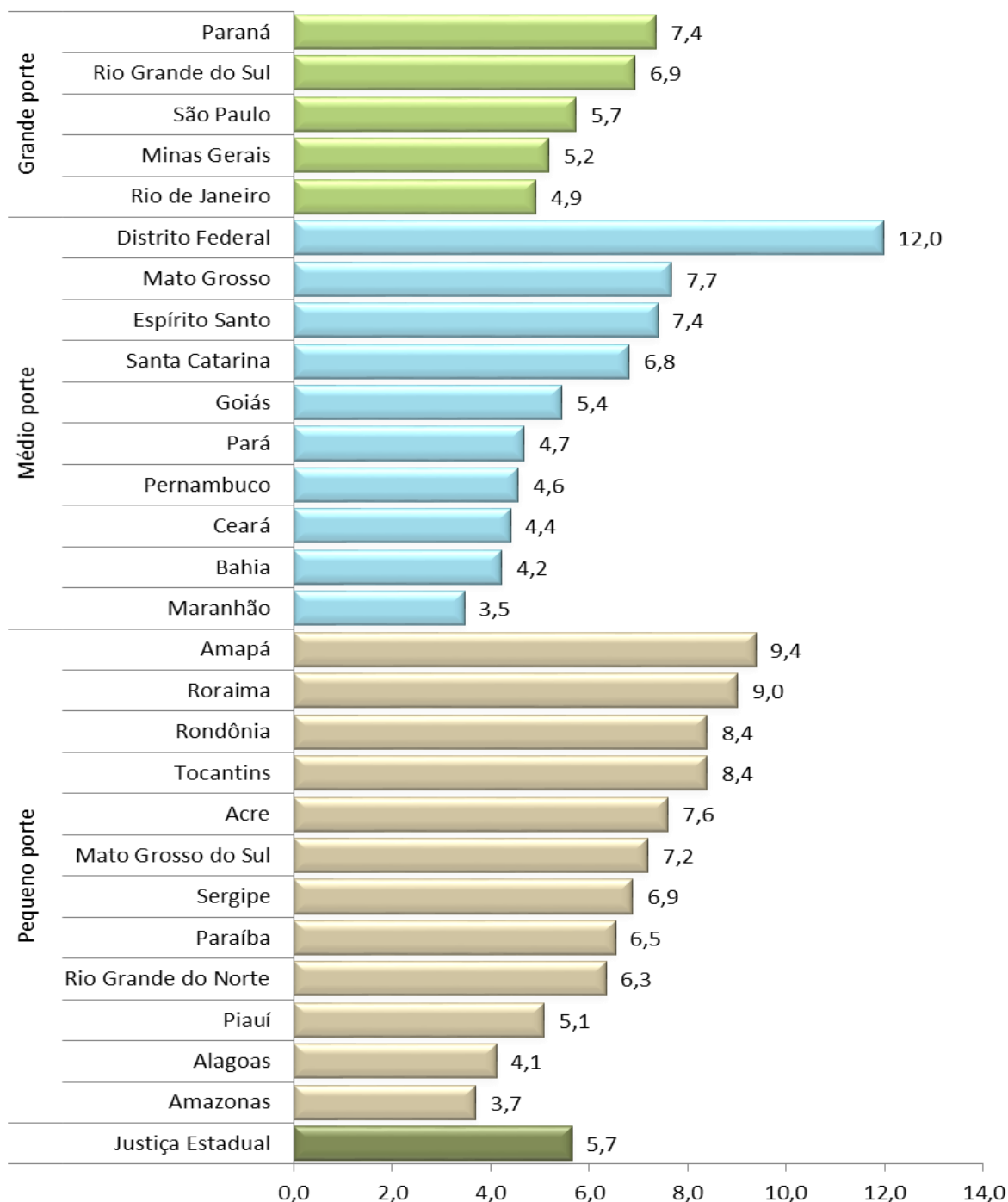
1.2.11. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
Acre	59	8	7,6
Alagoas	136	33	4,1
Amazonas	141	38	3,7
Amapá	69	7	9,4
Bahia	636	150	4,2
Ceará	387	88	4,4
Distrito Federal	334	28	12,0
Espírito Santo	284	38	7,4
Goiás	350	64	5,4
Maranhão	236	68	3,5
Minas Gerais	1.068	206	5,2
Mato Grosso do Sul	186	26	7,2
Mato Grosso	244	32	7,7
Pará	375	80	4,7
Paraíba	256	39	6,5
Pernambuco	420	92	4,6
Piauí	162	32	5,1
Paraná	809	110	7,4
Rio de Janeiro	805	164	4,9
Rio Grande do Norte	214	34	6,3
Rondônia	145	17	8,4
Roraima	44	5	9,0
Rio Grande do Sul	773	112	6,9
Santa Catarina	452	66	6,8
Sergipe	151	22	6,9
São Paulo	2.501	437	5,7
Tocantins	124	15	8,4
Justiça Estadual	11.361	2.011	5,7

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.27 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F2 = (Mag) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPAcJE1º - MagPAcTR1º - MagPAcTRJE$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

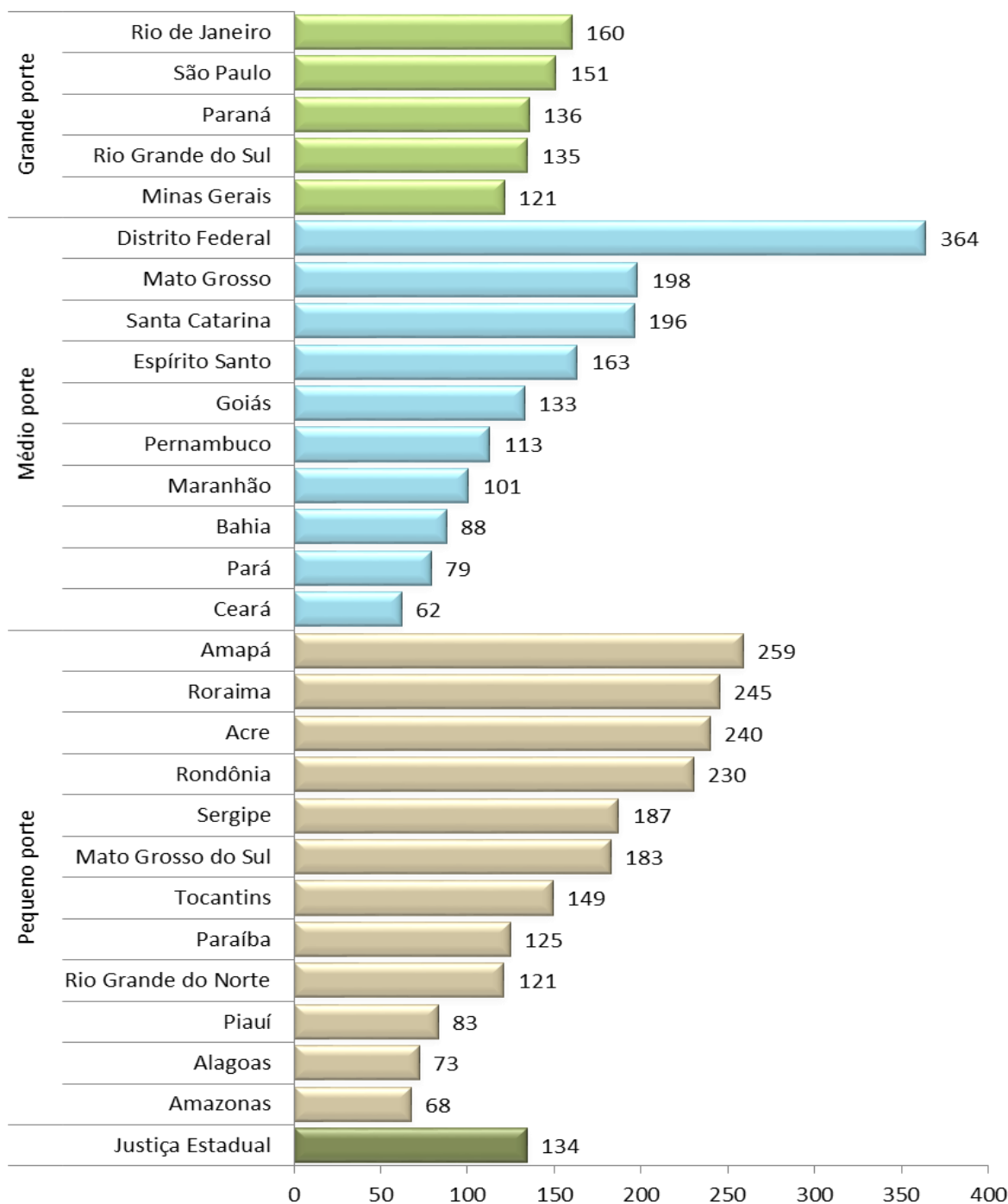
1.2.12. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
Acre	1.864	8	240
Alagoas	2.397	33	73
Amazonas	2.586	38	68
Amapá	1.903	7	259
Bahia	13.294	150	88
Ceará	5.462	88	62
Distrito Federal	10.158	28	364
Espírito Santo	6.268	38	163
Goiás	8.566	64	133
Maranhão	6.838	68	101
Minas Gerais	24.965	206	121
Mato Grosso do Sul	4.729	26	183
Mato Grosso	6.301	32	198
Pará	6.327	80	79
Paraíba	4.877	39	125
Pernambuco	10.388	92	113
Piauí	2.646	32	83
Paraná	14.930	110	136
Rio de Janeiro	26.254	164	160
Rio Grande do Norte	4.083	34	121
Rondônia	3.977	17	230
Roraima	1.198	5	245
Rio Grande do Sul	15.032	112	135
Santa Catarina	13.015	66	196
Sergipe	4.110	22	187
São Paulo	65.937	437	151
Tocantins	2.206	15	149
Justiça Estadual	270.311	2.011	134

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.28 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

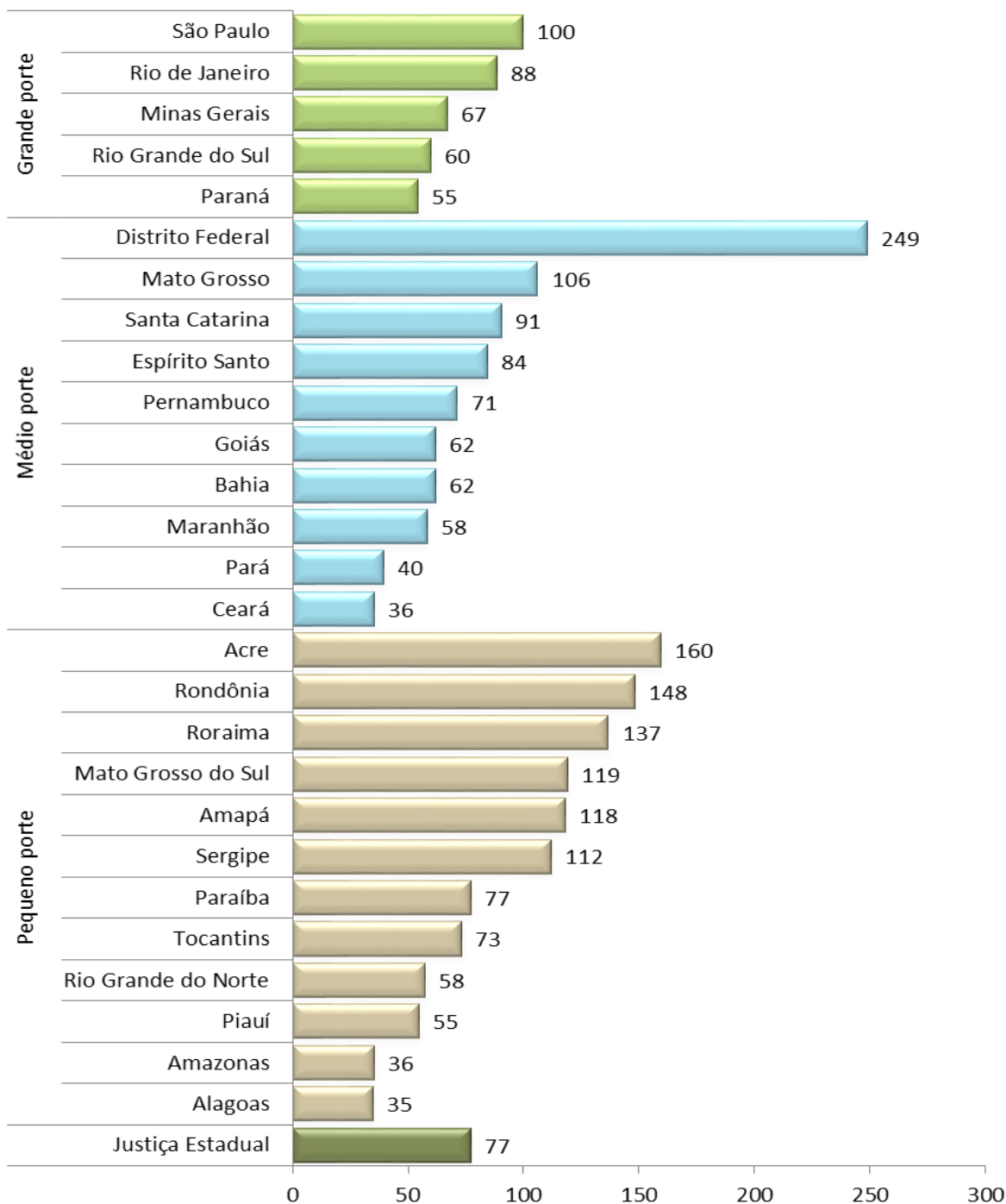
1.2.13. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
Acre	1.256	17	8	160
Alagoas	1.164	15	33	35
Amazonas	1.361	9	38	36
Amapá	879	12	7	118
Bahia	9.321	31	150	62
Ceará	3.137	18	88	36
Distrito Federal	7.137	194	28	249
Espírito Santo	3.244	10	38	84
Goiás	4.024	38	64	62
Maranhão	4.008	50	68	58
Minas Gerais	13.911	138	206	67
Mato Grosso do Sul	3.094	15	26	119
Mato Grosso	3.387	12	32	106
Pará	3.206	37	80	40
Paraíba	3.052	31	39	77
Pernambuco	6.672	94	92	71
Piauí	1.772	25	32	55
Paraná	6.002	5	110	55
Rio de Janeiro	14.520	57	164	88
Rio Grande do Norte	1.963	22	34	58
Rondônia	2.574	12	17	148
Roraima	678	11	5	137
Rio Grande do Sul	6.726	12	112	60
Santa Catarina	6.018	6	66	91
Sergipe	2.513	52	22	112
São Paulo	43.743	201	437	100
Tocantins	1.106	22	15	73
Justiça Estadual	156.468	1.146	2.011	77

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.29 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado, no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

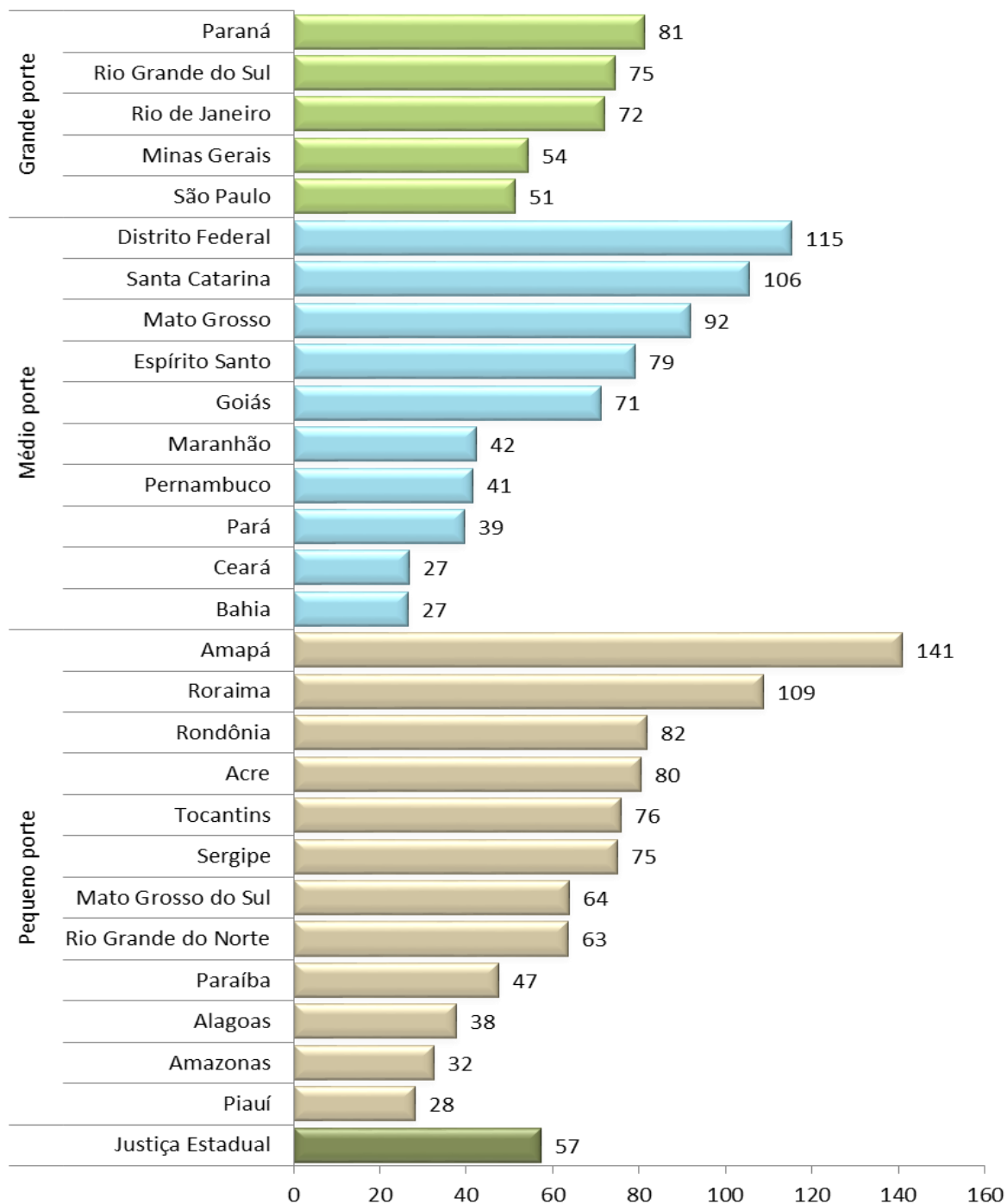
1.2.14. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.30 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
Acre	110	130	385	8	80
Alagoas	534	71	643	33	38
Amazonas	146	184	904	38	32
Amapá	91	326	619	7	141
Bahia	389	89	3.526	150	27
Ceará	601	160	1.582	88	27
Distrito Federal	37	111	3.067	28	115
Espírito Santo	672	45	2.317	38	79
Goiás	1.114	207	3.259	64	71
Maranhão	926	503	1.451	68	42
Minas Gerais	1.093	956	9.143	206	54
Mato Grosso do Sul	160	53	1.437	26	64
Mato Grosso	911	14	2.001	32	92
Pará	500	1.045	1.613	80	39
Paraíba	353	744	759	39	47
Pernambuco	238	1.078	2.494	92	41
Piauí	574	87	238	32	28
Paraná	1.717	254	6.962	110	81
Rio de Janeiro	266	885	10.640	164	72
Rio Grande do Norte	378	652	1.112	34	63
Rondônia	274	72	1.069	17	82
Roraima	123	8	400	5	109
Rio Grande do Sul	1.168	166	6.984	112	75
Santa Catarina	778	180	6.045	66	106
Sergipe	219	421	1.009	22	75
São Paulo	345	1.868	20.182	437	51
Tocantins	419	257	446	15	76
Justiça Estadual	14.136	10.566	90.287	2.011	57

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.30 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários, juízes leigos e conciliadores do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

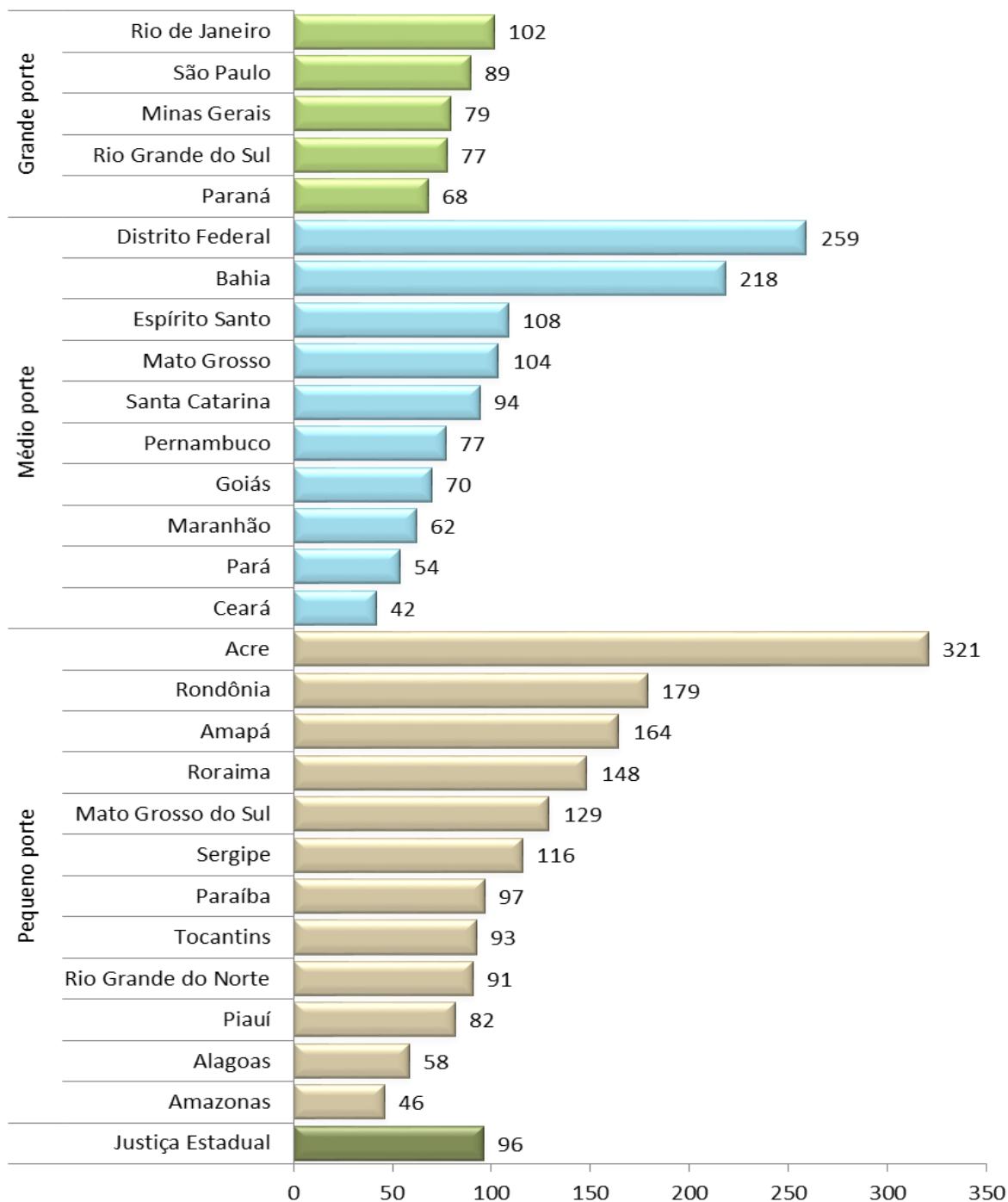
1.2.15. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.31 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
Acre	2.490	8	321
Alagoas	1.929	33	58
Amazonas	1.763	38	46
Amapá	1.208	7	164
Bahia	32.813	150	218
Ceará	3.675	88	42
Distrito Federal	7.228	28	259
Espírito Santo	4.163	38	108
Goiás	4.498	64	70
Maranhão	4.232	68	62
Minas Gerais	16.364	206	79
Mato Grosso do Sul	3.343	26	129
Mato Grosso	3.295	32	104
Pará	4.323	80	54
Paraíba	3.796	39	97
Pernambuco	7.100	92	77
Piauí	2.615	32	82
Paraná	7.487	110	68
Rio de Janeiro	16.627	164	102
Rio Grande do Norte	3.059	34	91
Rondônia	3.091	17	179
Roraima	723	5	148
Rio Grande do Sul	8.649	112	77
Santa Catarina	6.266	66	94
Sergipe	2.541	22	116
São Paulo	39.068	437	89
Tocantins	1.368	15	93
Justiça Estadual	193.714	2.011	96

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.31 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes do Estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

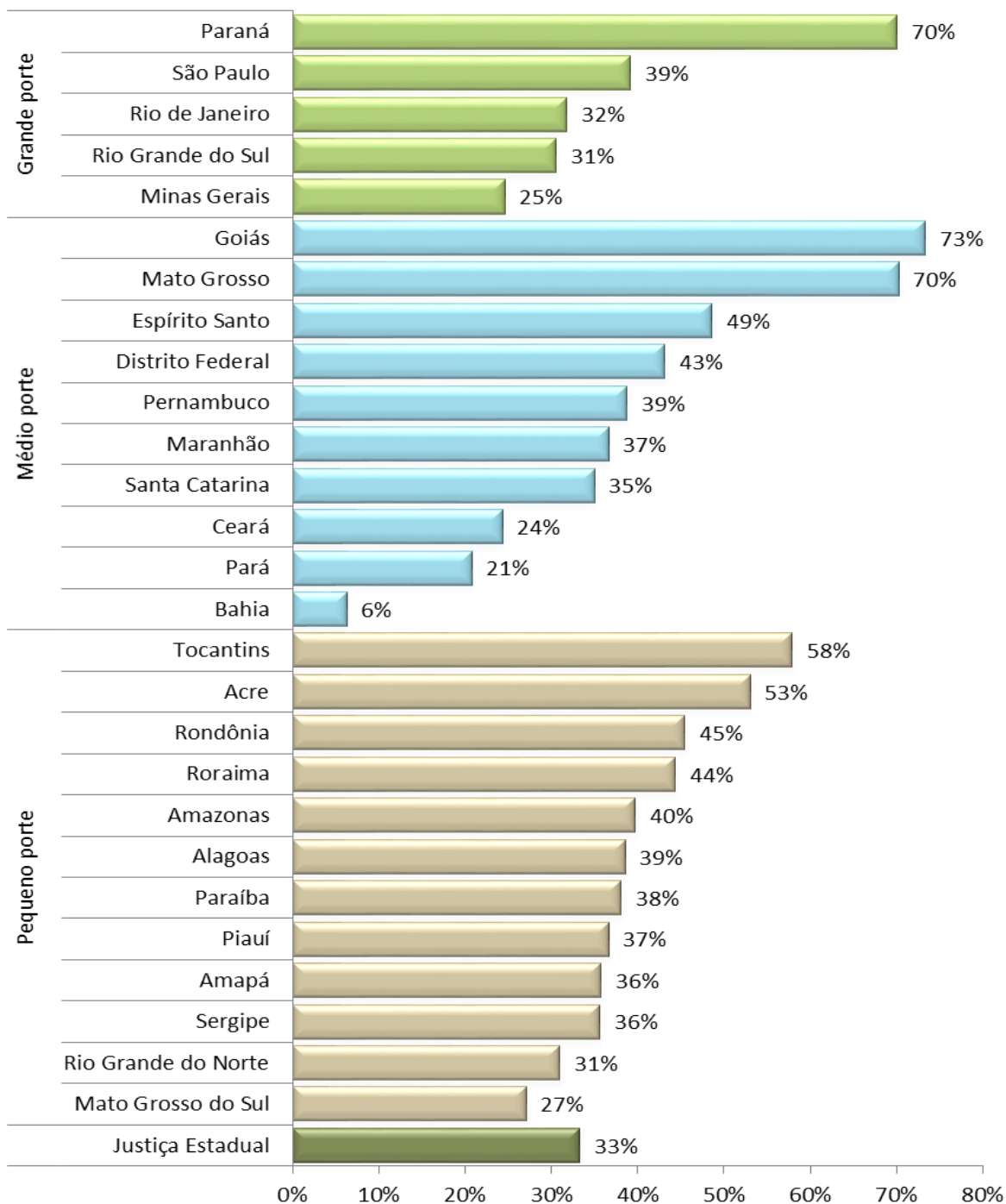
1.2.16. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.32 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal de Justiça	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
Acre	0	445	2.490	53%
Alagoas	1	135	1.929	39%
Amazonas	0	226	1.763	40%
Amapá	0	223	1.208	36%
Bahia	1	0	32.813	6%
Ceará	1	0	3.675	24%
Distrito Federal	0	2.599	7.228	43%
Espírito Santo	1	1.101	4.163	49%
Goiás	1	1.583	4.498	73%
Maranhão	1	177	4.232	37%
Minas Gerais	1	515	16.364	25%
Mato Grosso do Sul	0	452	3.343	27%
Mato Grosso	1	1.001	3.295	70%
Pará	1	96	4.323	21%
Paraíba	1	522	3.796	38%
Pernambuco	1	2.301	7.100	39%
Piauí	1	234	2.615	37%
Paraná	1	2.898	7.487	70%
Rio de Janeiro	1	4.345	16.627	32%
Rio Grande do Norte	1	0	3.059	31%
Rondônia	0	748	3.091	45%
Roraima	1	0	723	44%
Rio Grande do Sul	1	1.231	8.649	31%
Santa Catarina	1	145	6.266	35%
Sergipe	1	250	2.541	36%
São Paulo	1	2.999	39.068	39%
Tocantins	1	57	1.368	58%
Justiça Estadual	1	24.283	193.714	33%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.32 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes, no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.17. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

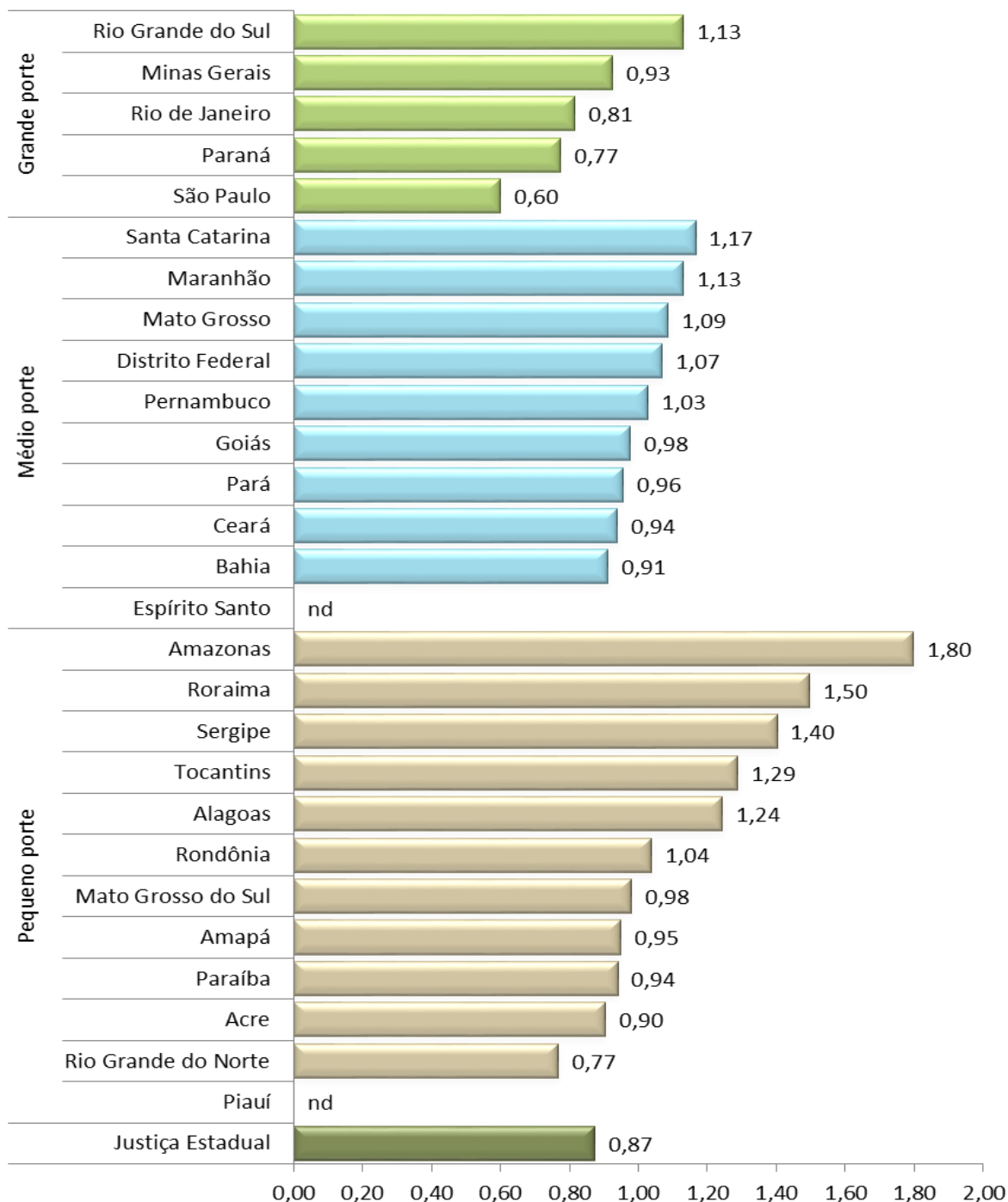
Tabela 1.33 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal de Justiça	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
Acre	1.809	2.003	0,90
Alagoas	3.040	2.443	1,24
Amazonas	4.586	2.551	1,80
Amapá	1.695	1.789	0,95
Bahia	14.237	15.604	0,91
Ceará	6.734	7.168	0,94
Distrito Federal	11.226	10.507	1,07
Espírito Santo	nd	25.446	nd
Goiás	9.442	9.673	0,98
Maranhão	6.500	5.759	1,13
Minas Gerais	20.721	22.394	0,93
Mato Grosso do Sul	4.864	4.971	0,98
Mato Grosso	7.058	6.497	1,09
Pará	5.255	5.500	0,96
Paraíba	3.980	4.233	0,94
Pernambuco	9.249	9.013	1,03
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	14.307	18.485	0,77
Rio de Janeiro	24.019	29.488	0,81
Rio Grande do Norte	3.383	4.408	0,77
Rondônia	3.560	3.427	1,04
Roraima	1.439	962	1,50
Rio Grande do Sul	17.559	15.533	1,13
Santa Catarina	14.757	12.658	1,17
Sergipe	4.388	3.130	1,40
São Paulo	47.750	79.641	0,60
Tocantins	2.513	1.950	1,29
Justiça Estadual	244.071	305.233	0,87

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.33 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) em comparação com o número de usuários em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal e em suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Estadual e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

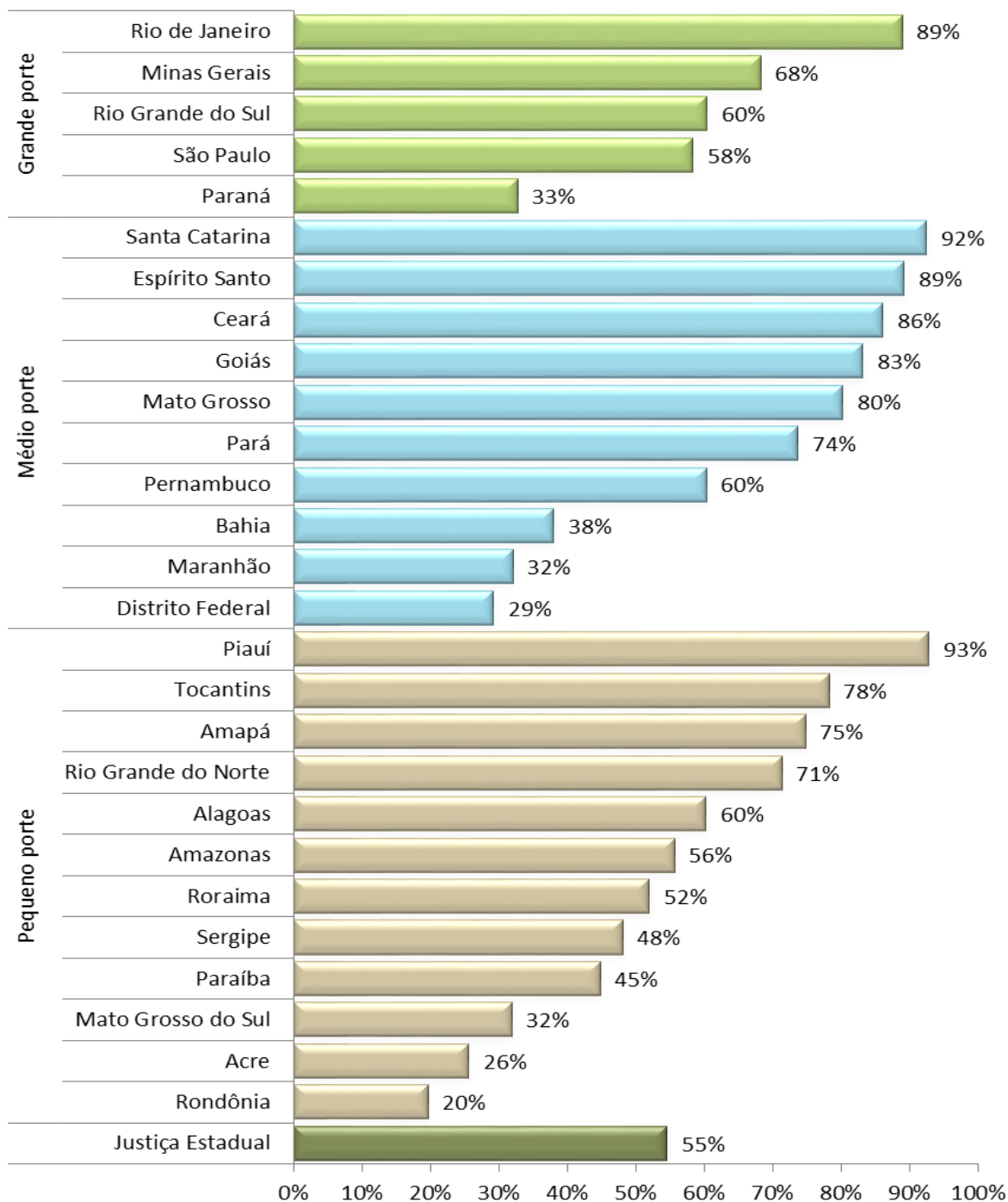
1.2.18. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.34 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal de Justiça	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
Acre	40.783	159.239	26%
Alagoas	74.029	122.745	60%
Amazonas	46.360	83.199	56%
Amapá	38.518	51.478	75%
Bahia	534.833	1.406.666	38%
Ceará	360.019	418.018	86%
Distrito Federal	216.673	741.174	29%
Espírito Santo	143.877	161.194	89%
Goiás	254.904	306.458	83%
Maranhão	85.832	267.732	32%
Minas Gerais	517.383	757.481	68%
Mato Grosso do Sul	105.623	331.101	32%
Mato Grosso	286.370	356.586	80%
Pará	126.213	171.274	74%
Paraíba	110.446	246.367	45%
Pernambuco	240.876	399.057	60%
Piauí	52.732	56.792	93%
Paraná	441.698	1.347.987	33%
Rio de Janeiro	589.240	662.068	89%
Rio Grande do Norte	96.567	135.208	71%
Rondônia	64.090	324.954	20%
Roraima	25.979	49.937	52%
Rio Grande do Sul	577.000	955.000	60%
Santa Catarina	267.247	288.938	92%
Sergipe	109.852	228.221	48%
São Paulo	712.194	1.219.767	58%
Tocantins	67.693	86.445	78%
Justiça Estadual	6.187.031	11.335.086	55%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.34 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios (próprios ou não) dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

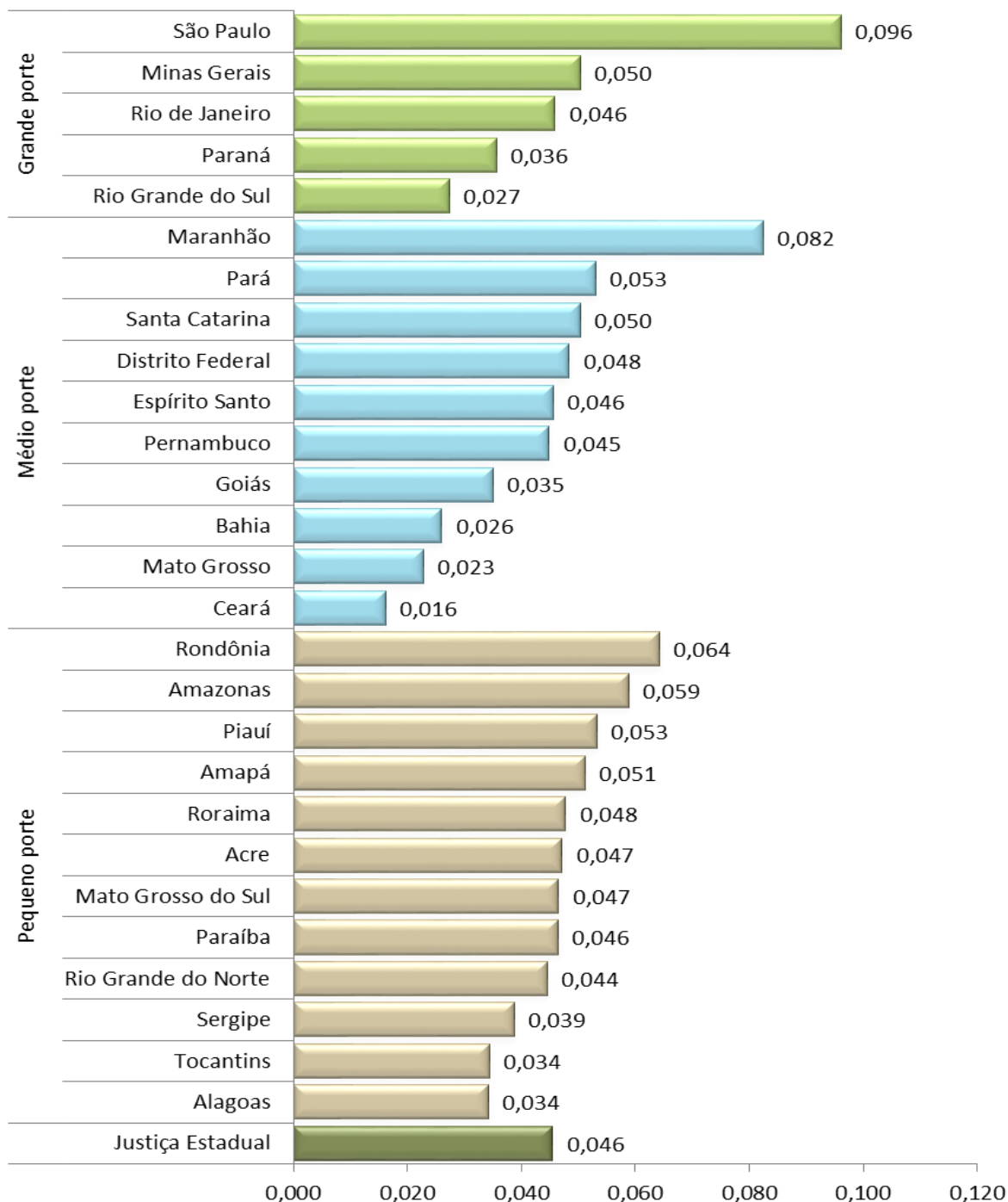
1.2.19. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.35 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal de Justiça	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
Acre	1.923	40.783	0,047
Alagoas	2.533	74.029	0,034
Amazonas	2.727	46.360	0,059
Amapá	1.972	38.518	0,051
Bahia	13.930	534.833	0,026
Ceará	5.849	360.019	0,016
Distrito Federal	10.492	216.673	0,048
Espírito Santo	6.552	143.877	0,046
Goiás	8.916	254.904	0,035
Maranhão	7.074	85.832	0,082
Minas Gerais	26.033	517.383	0,050
Mato Grosso do Sul	4.915	105.623	0,047
Mato Grosso	6.545	286.370	0,023
Pará	6.702	126.213	0,053
Paraíba	5.133	110.446	0,046
Pernambuco	10.808	240.876	0,045
Piauí	2.808	52.732	0,053
Paraná	15.739	441.698	0,036
Rio de Janeiro	27.059	589.240	0,046
Rio Grande do Norte	4.297	96.567	0,044
Rondônia	4.122	64.090	0,064
Roraima	1.242	25.979	0,048
Rio Grande do Sul	15.805	577.000	0,027
Santa Catarina	13.467	267.247	0,050
Sergipe	4.261	109.852	0,039
São Paulo	68.438	712.194	0,096
Tocantins	2.330	67.693	0,034
Justiça Estadual	281.672	6.187.031	0,046

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.35 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = Mag + TS$
- $m^2\text{Util}$ - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.20. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

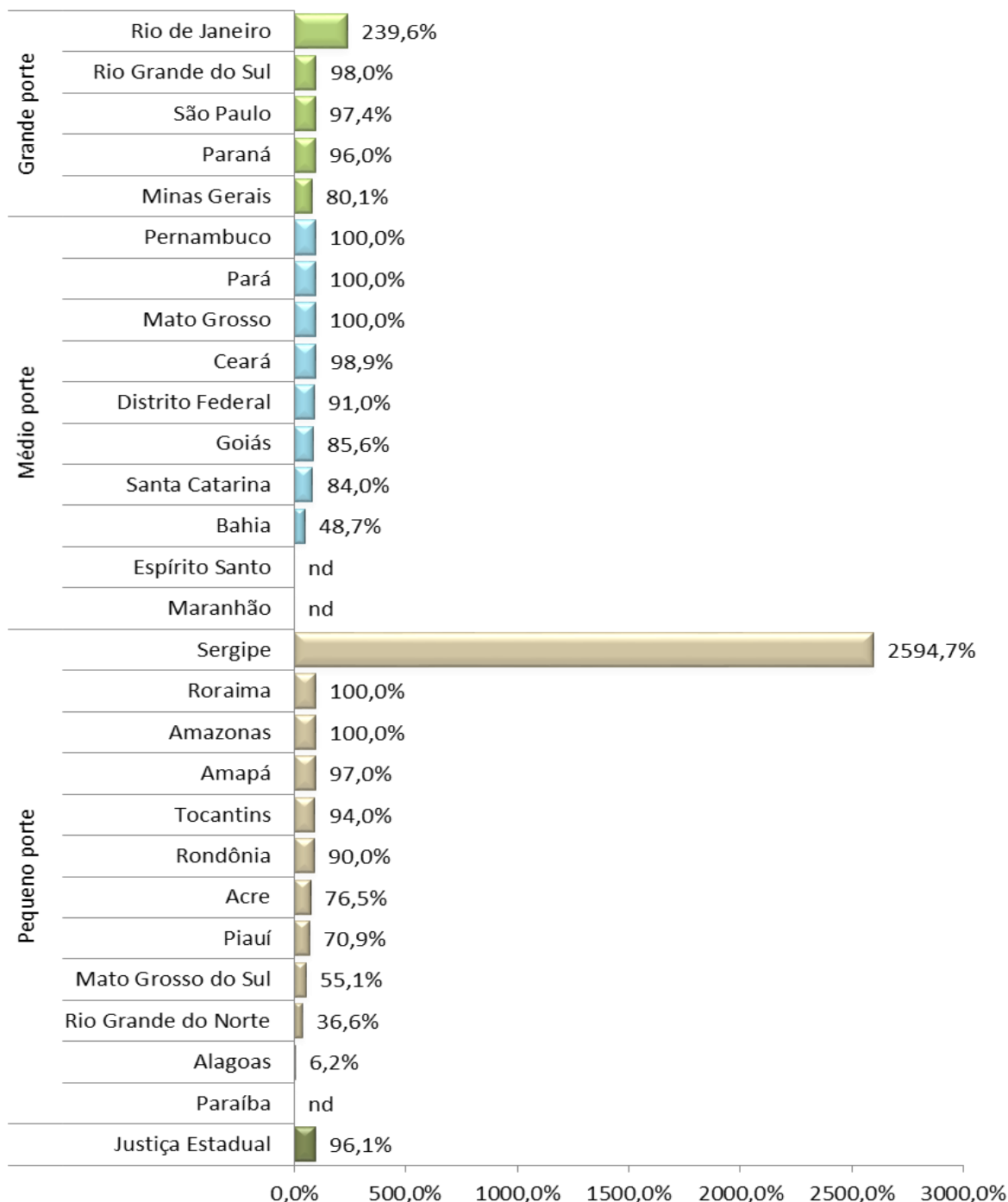
Tabela 1.36 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal de Justiça	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
Acre	5.871	7.674	76,5%
Alagoas	2.082	33.770	6,2%
Amazonas	4.493	4.493	100,0%
Amapá	25.982	26.777	97,0%
Bahia	35.465	72.800	48,7%
Ceará	22.921	23.174	98,9%
Distrito Federal	70.348	77.308	91,0%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	66.165	77.296	85,6%
Maranhão	nd	nd	nd
Minas Gerais	256.403	320.199	80,1%
Mato Grosso do Sul	38.722	70.310	55,1%
Mato Grosso	2.300	2.300	100,0%
Pará	29.713	29.713	100,0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	147.574	147.574	100,0%
Piauí	1.570	2.214	70,9%
Paraná	6.564	6.835	96,0%
Rio de Janeiro	225.599	94.174	239,6%
Rio Grande do Norte	2.499	6.823	36,6%
Rondônia	19.705	21.895	90,0%
Roraima	1.669	1.669	100,0%
Rio Grande do Sul	240.000	245.000	98,0%
Santa Catarina	99.225	118.125	84,0%
Sergipe	17.696	682	2594,7%
São Paulo	998.051	1.024.280	97,4%
Tocantins	29.229	31.083	94,0%
Justiça Estadual	2.349.846	2.446.168	96,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.36 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Estaduais e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Estadual e suas unidades vinculadas no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

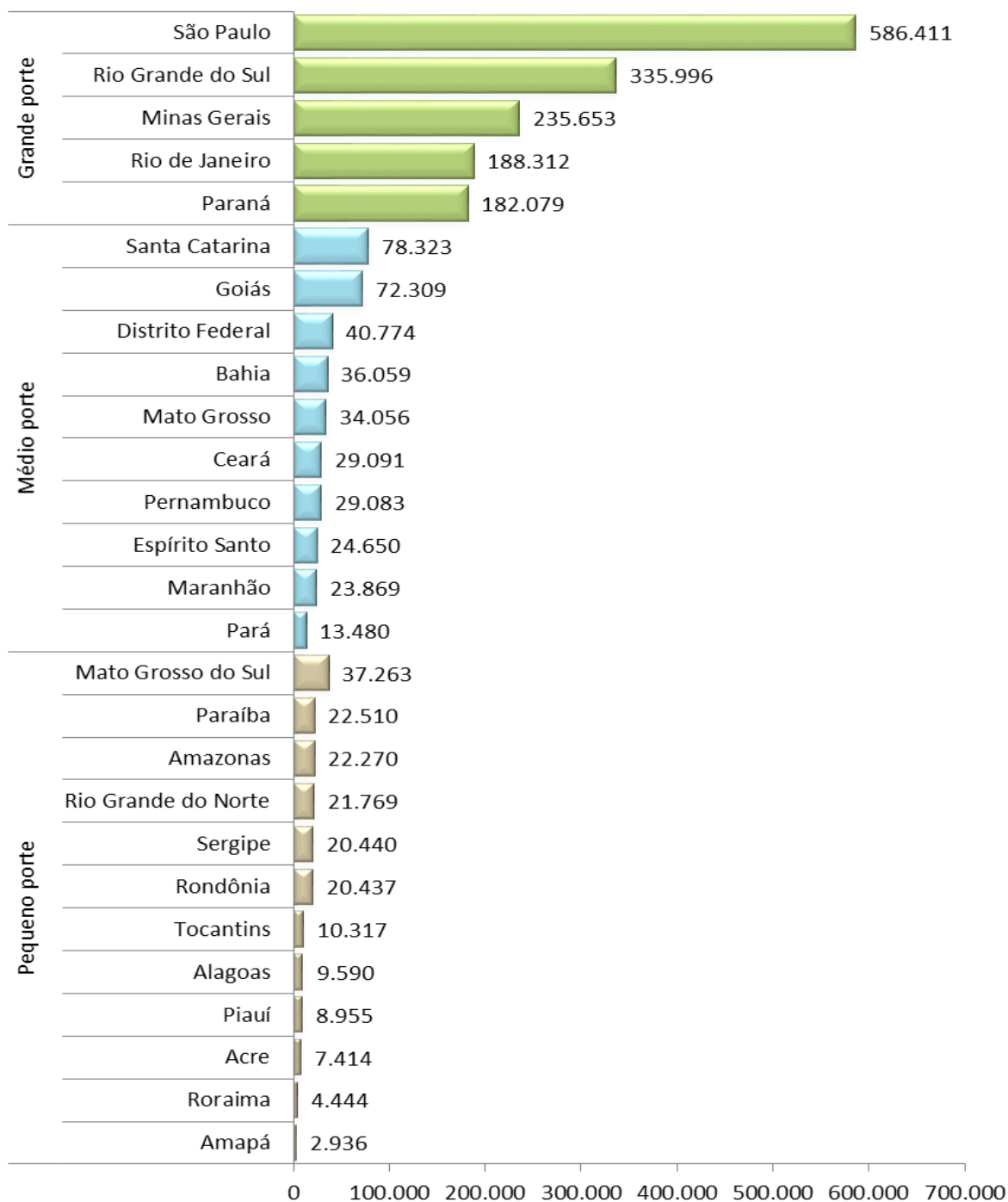
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais	CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Acre	3.047	4.367	7.414
Alagoas	1.856	7.734	9.590
Amazonas	5.372	16.898	22.270
Amapá	1.051	1.885	2.936
Bahia	11.360	24.699	36.059
Ceará	11.214	17.877	29.091
Distrito Federal	9.903	30.871	40.774
Espírito Santo	7.924	16.726	24.650
Goiás	13.103	59.206	72.309
Maranhão	4.667	19.202	23.869
Minas Gerais	58.012	177.641	235.653
Mato Grosso do Sul	10.877	26.386	37.263
Mato Grosso	7.890	26.166	34.056
Pará	5.297	8.183	13.480
Paraíba	3.581	18.929	22.510
Pernambuco	7.790	21.293	29.083
Piauí	2.925	6.030	8.955
Paraná	20.162	161.917	182.079
Rio de Janeiro	27.356	160.956	188.312
Rio Grande do Norte	2.699	19.070	21.769
Rondônia	5.319	15.118	20.437
Roraima	919	3.525	4.444
Rio Grande do Sul	44.414	291.582	335.996
Santa Catarina	12.553	65.770	78.323
Sergipe	3.892	16.548	20.440
São Paulo	155.255	431.156	586.411
Tocantins	2.521	7.796	10.317
Justiça Estadual	440.959	1.657.531	2.098.490

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais:** Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- **CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais:** Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, embargos infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

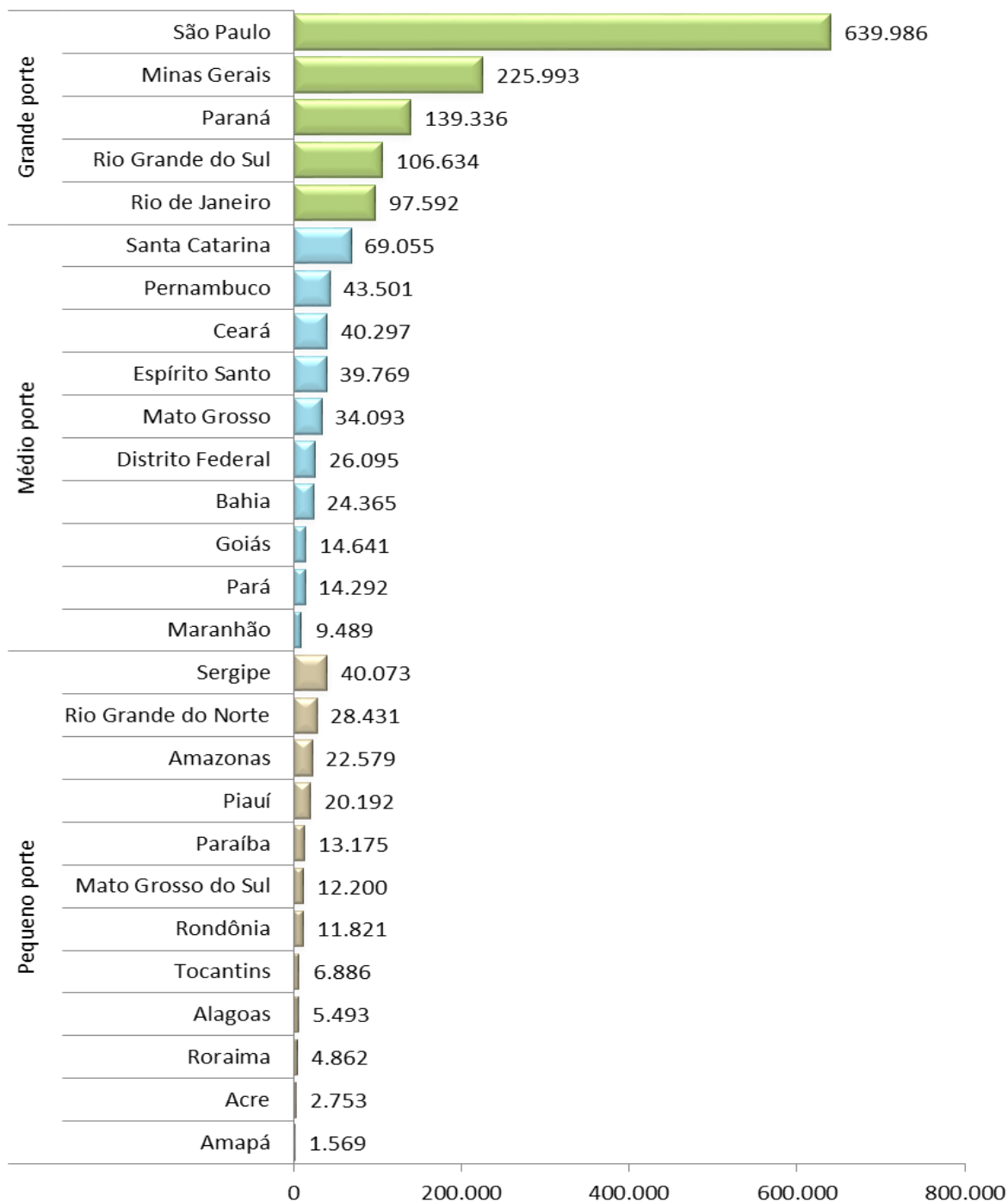
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Acre	1.510	1.243	2.753
Alagoas	1.484	4.009	5.493
Amazonas	3.998	18.581	22.579
Amapá	554	1.015	1.569
Bahia	5.308	19.057	24.365
Ceará	13.329	26.968	40.297
Distrito Federal	4.303	21.792	26.095
Espírito Santo	9.516	30.253	39.769
Goiás	3.660	10.981	14.641
Maranhão	2.027	7.462	9.489
Minas Gerais	38.571	187.422	225.993
Mato Grosso do Sul	3.887	8.313	12.200
Mato Grosso	6.955	27.138	34.093
Pará	4.931	9.361	14.292
Paraíba	1.467	11.708	13.175
Pernambuco	8.427	35.074	43.501
Piauí	3.648	16.544	20.192
Paraná	28.112	111.224	139.336
Rio de Janeiro	15.662	81.930	97.592
Rio Grande do Norte	2.617	25.814	28.431
Rondônia	2.931	8.890	11.821
Roraima	911	3.951	4.862
Rio Grande do Sul	16.512	90.122	106.634
Santa Catarina	6.503	62.552	69.055
Sergipe	8.013	32.060	40.073
São Paulo	117.911	522.075	639.986
Tocantins	1.436	5.450	6.886
Justiça Estadual	314.183	1.380.989	1.695.172

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CpCrim2º** - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, os recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- **CpNCrim2º** - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça Estadual de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração e infringentes, bem como os agravos), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

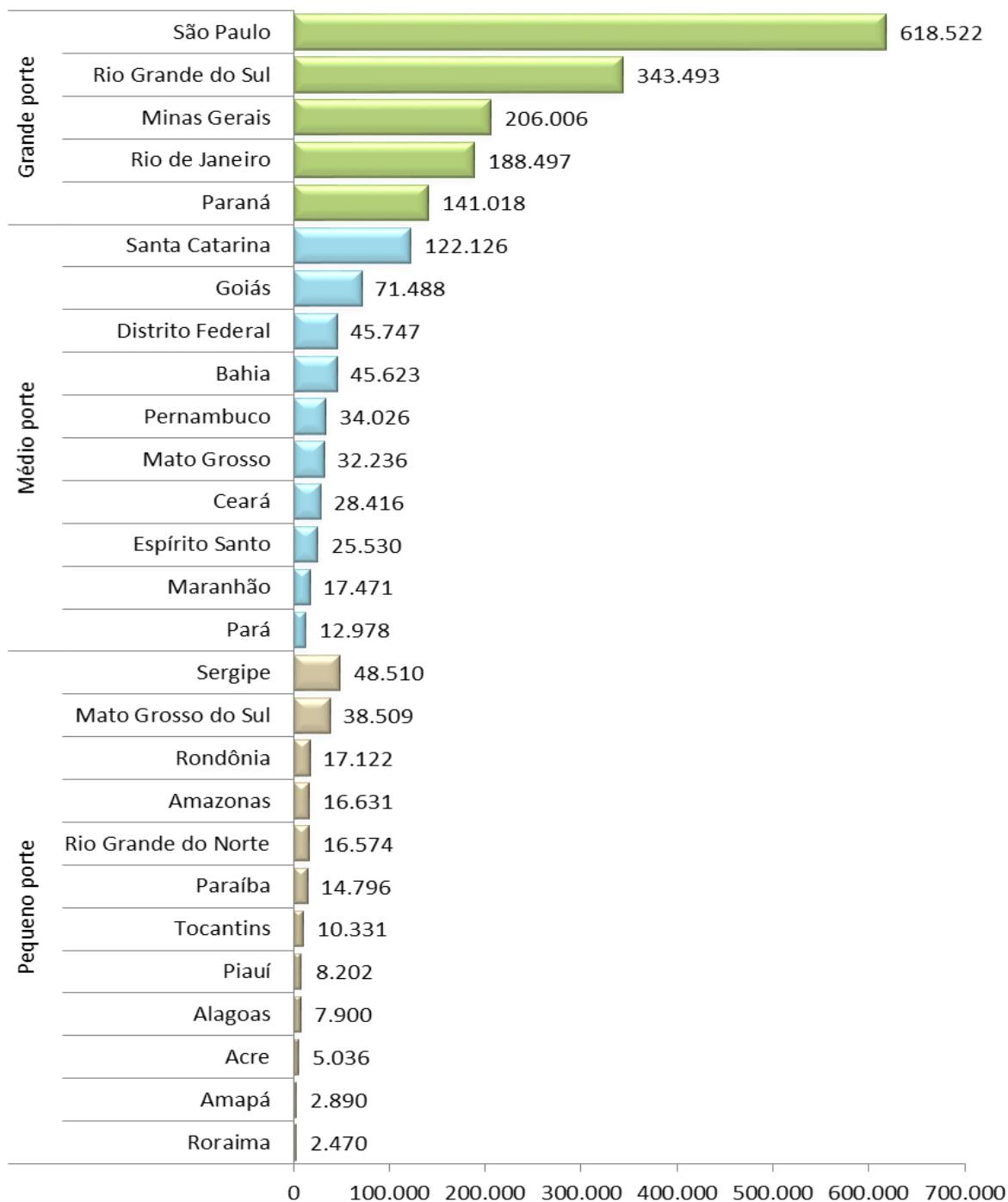
2.1.3. TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tabela 2.3 - TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	TBAixNCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	TBAix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Acre	1.776	3.260	5.036
Alagoas	1.679	6.221	7.900
Amazonas	2.866	13.765	16.631
Amapá	952	1.938	2.890
Bahia	14.604	31.019	45.623
Ceará	7.291	21.125	28.416
Distrito Federal	10.017	35.730	45.747
Espírito Santo	7.591	17.939	25.530
Goiás	11.304	60.184	71.488
Maranhão	2.957	14.514	17.471
Minas Gerais	56.578	149.428	206.006
Mato Grosso do Sul	8.689	29.820	38.509
Mato Grosso	7.344	24.892	32.236
Pará	6.487	6.491	12.978
Paraíba	2.610	12.186	14.796
Pernambuco	8.158	25.868	34.026
Piauí	2.993	5.209	8.202
Paraná	20.758	120.260	141.018
Rio de Janeiro	28.021	160.476	188.497
Rio Grande do Norte	2.138	14.436	16.574
Rondônia	5.022	12.100	17.122
Roraima	910	1.560	2.470
Rio Grande do Sul	38.268	305.225	343.493
Santa Catarina	15.133	106.993	122.126
Sergipe	6.691	41.819	48.510
São Paulo	175.303	443.219	618.522
Tocantins	3.036	7.295	10.331
Justiça Estadual	449.176	1.672.972	2.122.148

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.3 - TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos baixados no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos novos no 2º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- **TBaixNCrim2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrim2º - Casos novos no 2º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

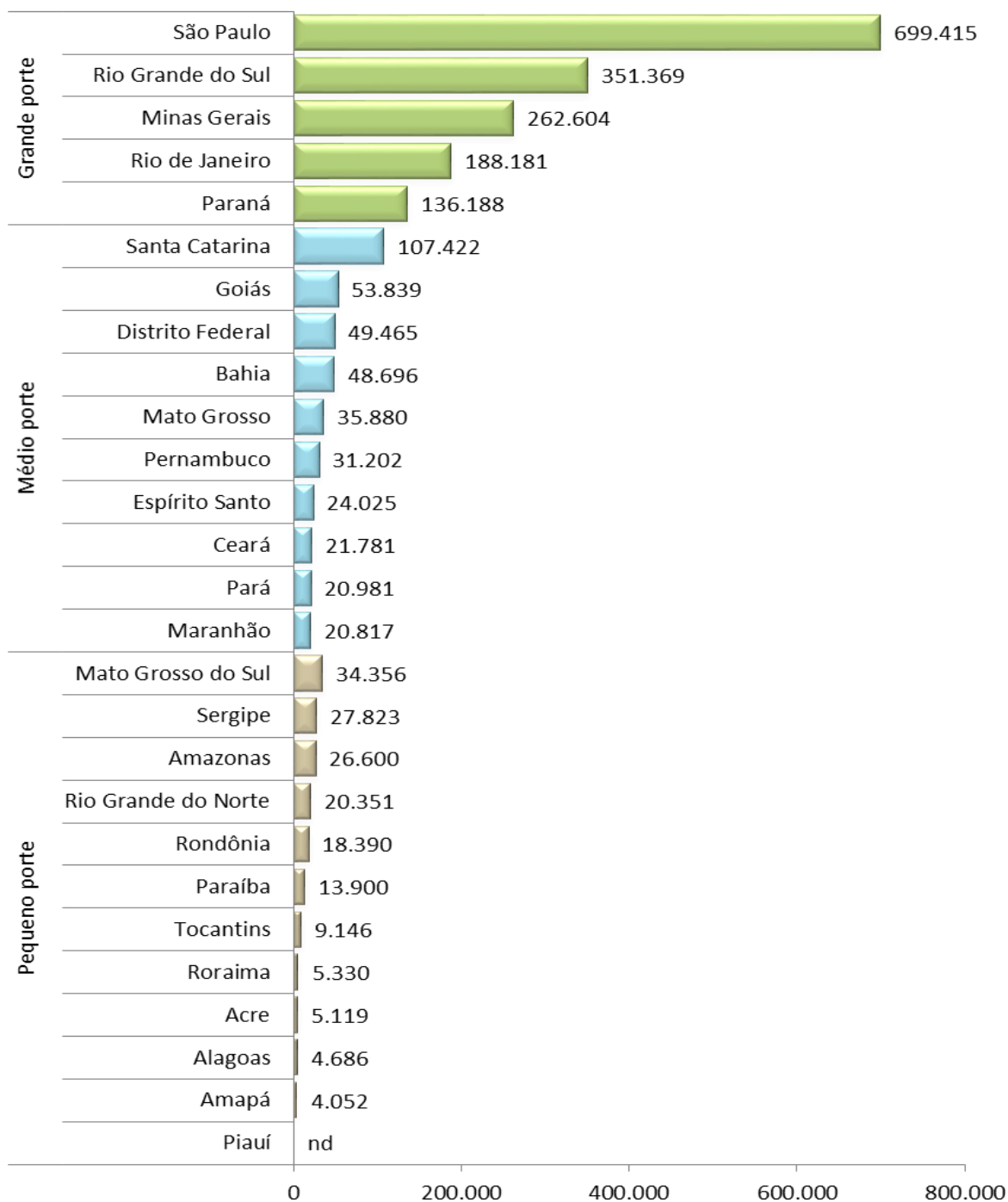
Tabela 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tribunal de Justiça	DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau
Acre	1.824	3.295	5.119
Alagoas	1.718	2.968	4.686
Amazonas	2.816	23.784	26.600
Amapá	1.439	2.613	4.052
Bahia	14.841	33.855	48.696
Ceará	4.975	16.806	21.781
Distrito Federal	9.611	39.854	49.465
Espírito Santo	7.701	16.324	24.025
Goiás	16.791	37.048	53.839
Maranhão	4.118	16.699	20.817
Minas Gerais	63.970	198.634	262.604
Mato Grosso do Sul	8.792	25.564	34.356
Mato Grosso	8.342	27.538	35.880
Pará	9.471	11.510	20.981
Paraíba	1.273	12.627	13.900
Pernambuco	7.258	23.944	31.202
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	21.372	114.816	136.188
Rio de Janeiro	28.322	159.859	188.181
Rio Grande do Norte	2.773	17.578	20.351
Rondônia	5.197	13.193	18.390
Roraima	1.250	4.080	5.330
Rio Grande do Sul	39.932	311.437	351.369
Santa Catarina	14.974	92.448	107.422
Sergipe	4.780	23.043	27.823
São Paulo	165.602	533.813	699.415
Tocantins	2.742	6.404	9.146
Justiça Estadual	451.884	1.769.734	2.221.618

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{Dec2º} = \text{DecCrim2º} + \text{DecNCrim2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau: Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau: Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2ºNCrim - Casos novos no 2º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

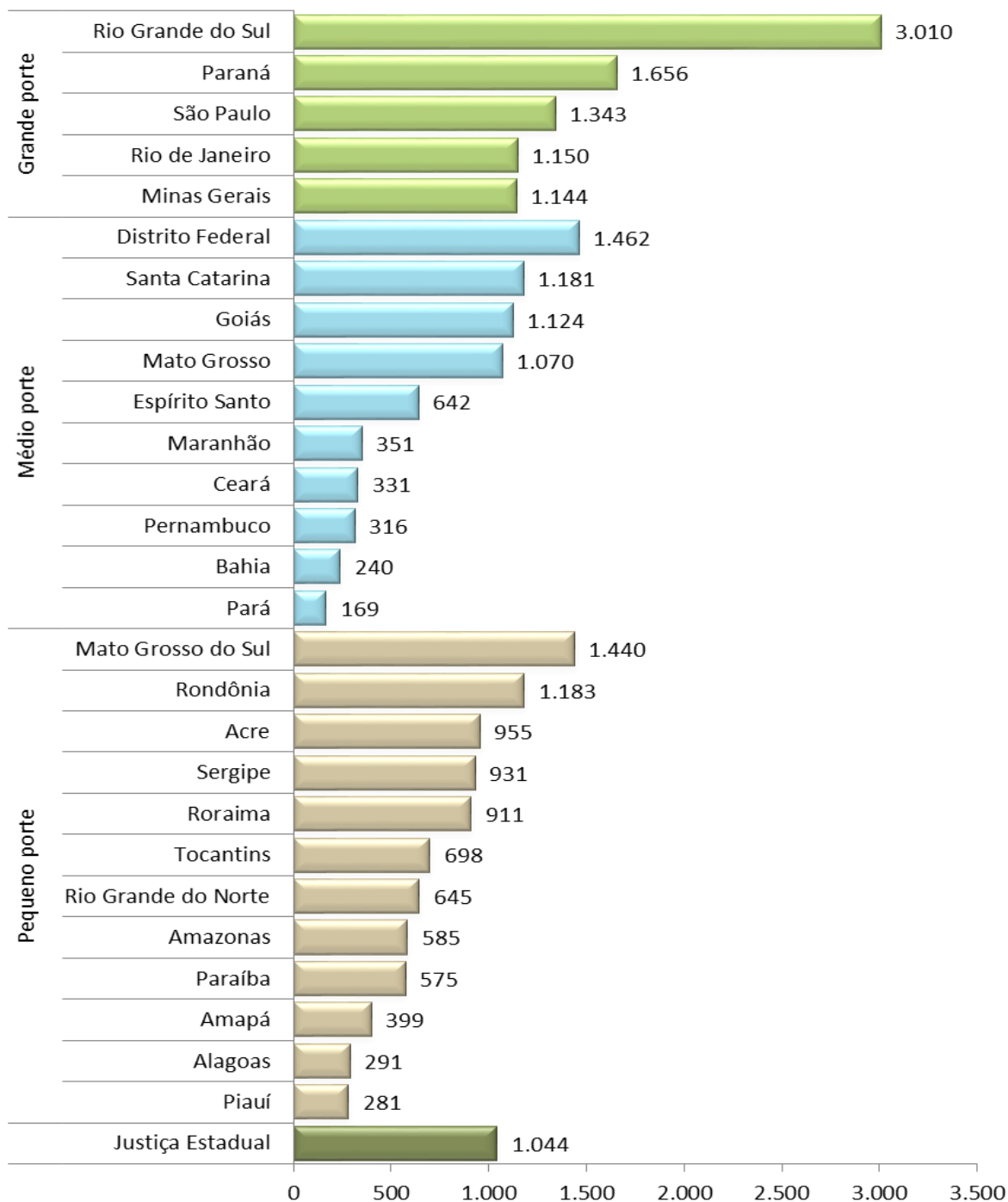
2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	h2 - Número de Habitantes por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
Acre	7.414	8	955
Alagoas	9.590	33	291
Amazonas	22.270	38	585
Amapá	2.936	7	399
Bahia	36.059	150	240
Ceará	29.091	88	331
Distrito Federal	40.774	28	1.462
Espírito Santo	24.650	38	642
Goiás	72.309	64	1.124
Maranhão	23.869	68	351
Minas Gerais	235.653	206	1.144
Mato Grosso do Sul	37.263	26	1.440
Mato Grosso	34.056	32	1.070
Pará	13.480	80	169
Paraíba	22.510	39	575
Pernambuco	29.083	92	316
Piauí	8.955	32	281
Paraná	182.079	110	1.656
Rio de Janeiro	188.312	164	1.150
Rio Grande do Norte	21.769	34	645
Rondônia	20.437	17	1.183
Roraima	4.444	5	911
Rio Grande do Sul	335.996	112	3.010
Santa Catarina	78.323	66	1.181
Sergipe	20.440	22	931
São Paulo	586.411	437	1.343
Tocantins	10.317	15	698
Justiça Estadual	2.098.490	2.011	1.044

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça Estadual para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

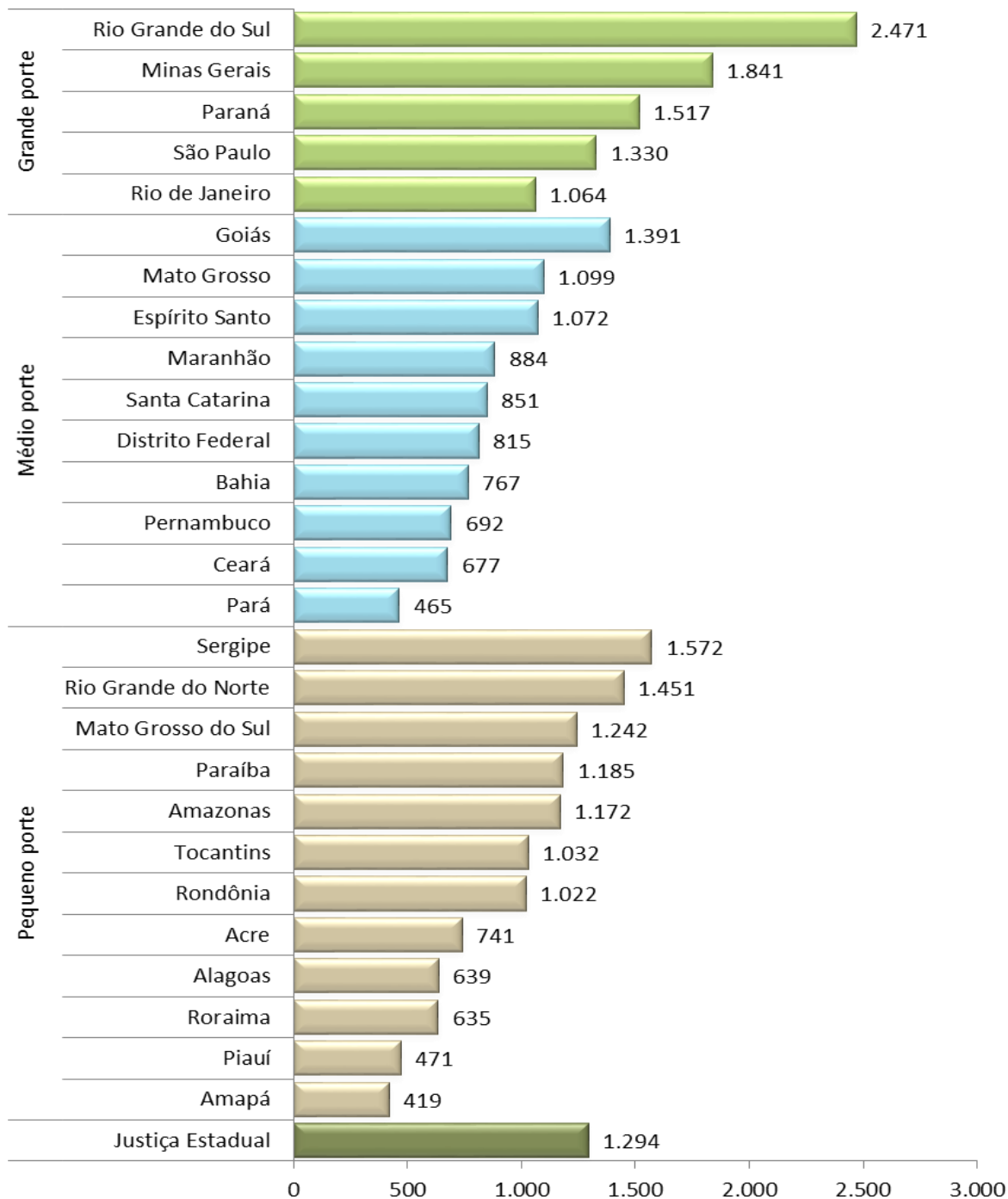
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
Acre	7.414	10	741
Alagoas	9.590	15	639
Amazonas	22.270	19	1.172
Amapá	2.936	7	419
Bahia	36.059	47	767
Ceará	29.091	43	677
Distrito Federal	40.774	50	815
Espírito Santo	24.650	23	1.072
Goiás	72.309	52	1.391
Maranhão	23.869	27	884
Minas Gerais	235.653	128	1.841
Mato Grosso do Sul	37.263	30	1.242
Mato Grosso	34.056	31	1.099
Pará	13.480	29	465
Paraíba	22.510	19	1.185
Pernambuco	29.083	42	692
Piauí	8.955	19	471
Paraná	182.079	120	1.517
Rio de Janeiro	188.312	177	1.064
Rio Grande do Norte	21.769	15	1.451
Rondônia	20.437	20	1.022
Roraima	4.444	7	635
Rio Grande do Sul	335.996	136	2.471
Santa Catarina	78.323	92	851
Sergipe	20.440	13	1.572
São Paulo	586.411	441	1.330
Tocantins	10.317	10	1.032
Justiça Estadual	2.098.490	1.622	1.294

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 2º Grau, para cada magistrado dos Tribunais Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ + MagESub2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

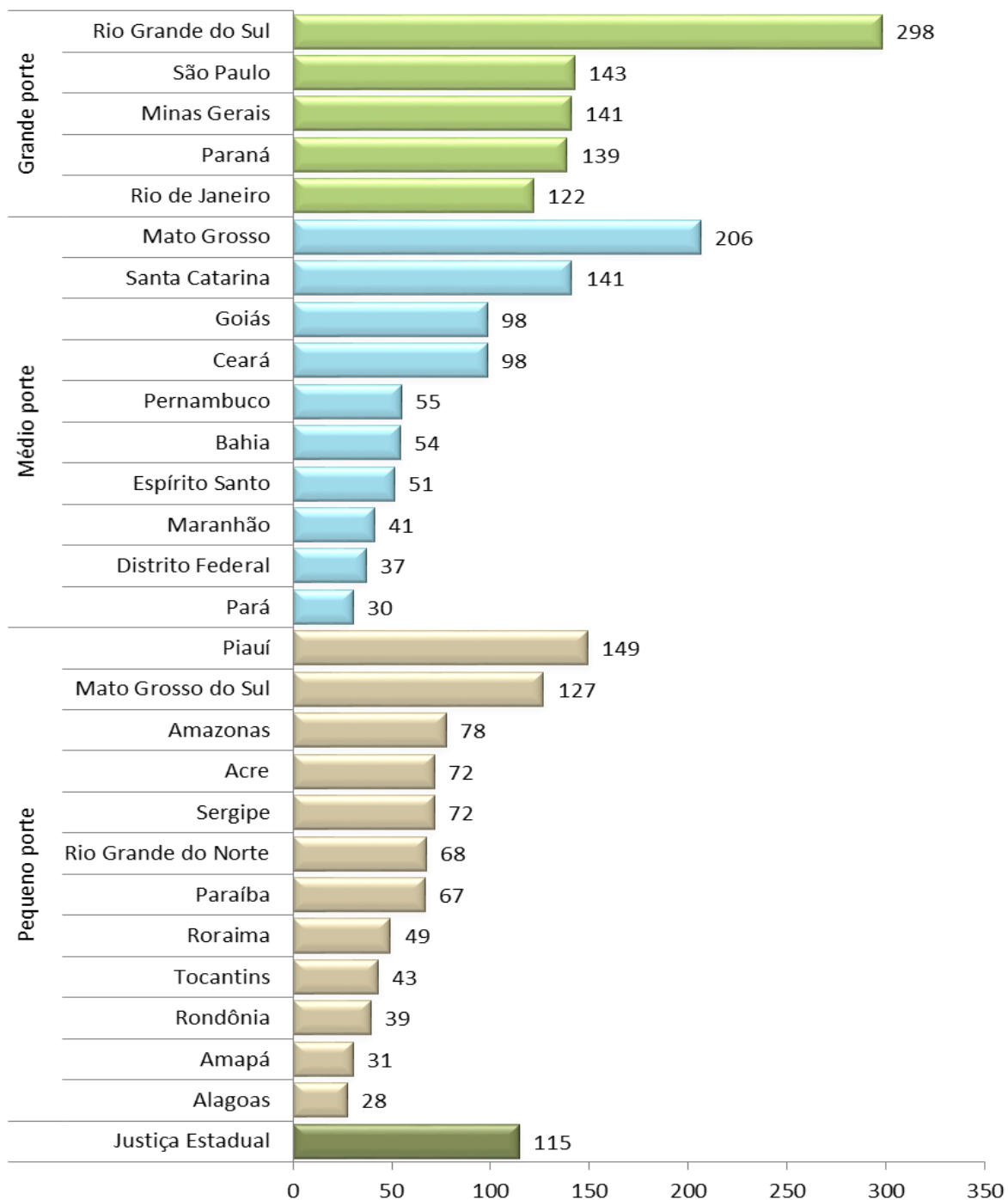
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
Acre	7.414	103	72
Alagoas	9.590	347	28
Amazonas	22.270	286	78
Amapá	2.936	96	31
Bahia	36.059	662	54
Ceará	29.091	296	98
Distrito Federal	40.774	1.099	37
Espírito Santo	24.650	479	51
Goiás	72.309	735	98
Maranhão	23.869	579	41
Minas Gerais	235.653	1.672	141
Mato Grosso do Sul	37.263	294	127
Mato Grosso	34.056	165	206
Pará	13.480	444	30
Paraíba	22.510	336	67
Pernambuco	29.083	529	55
Piauí	8.955	60	149
Paraná	182.079	1.313	139
Rio de Janeiro	188.312	1.548	122
Rio Grande do Norte	21.769	321	68
Rondônia	20.437	519	39
Roraima	4.444	90	49
Rio Grande do Sul	335.996	1.127	298
Santa Catarina	78.323	555	141
Sergipe	20.440	285	72
São Paulo	586.411	4.115	143
Tocantins	10.317	239	43
Justiça Estadual	2.098.490	18.294	115

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Tribunais Estaduais, por servidor lotado na área judiciária dos Tribunais Estaduais no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

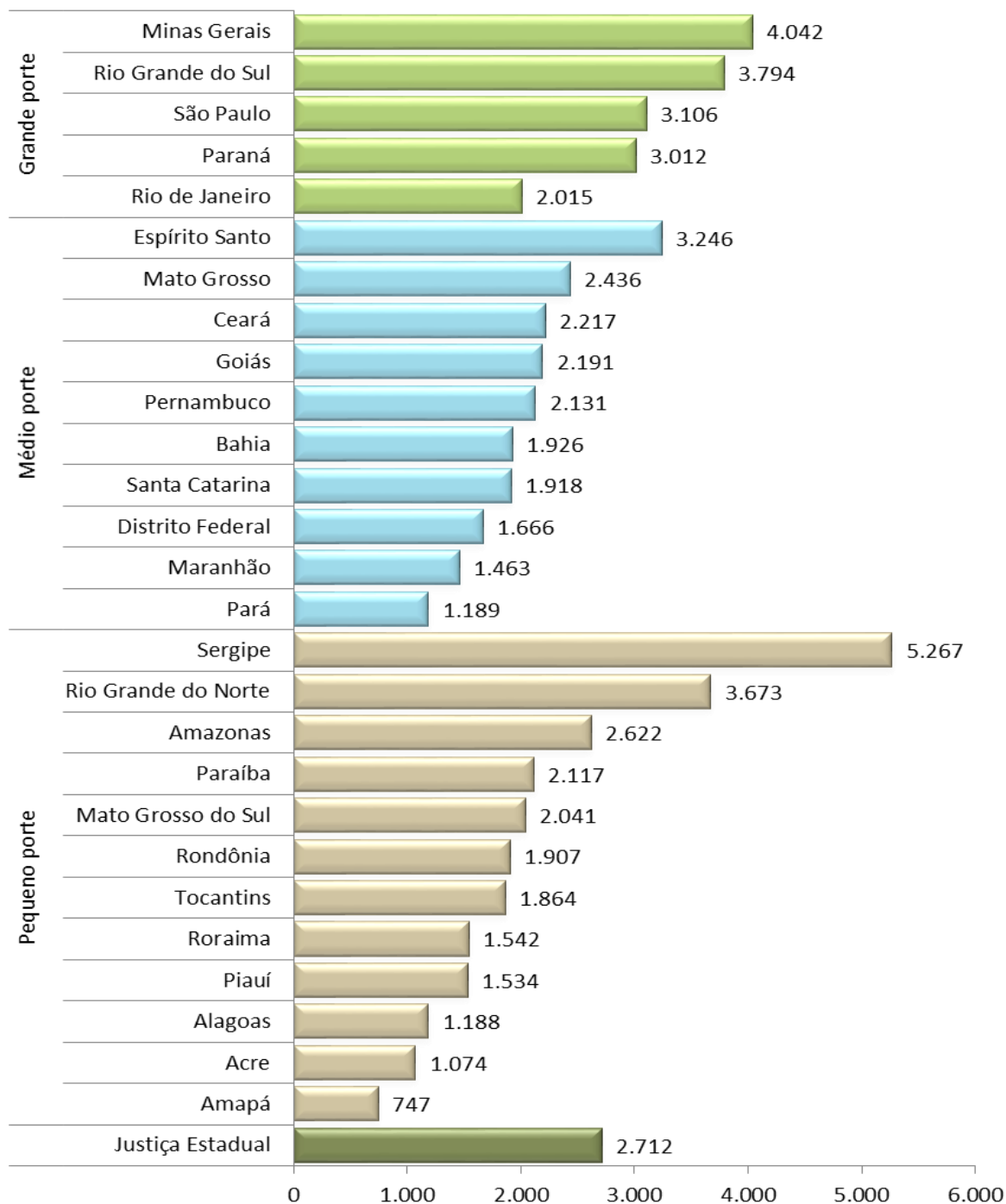
Tabela 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
Acre	7.414	2.753	477	93	10	1.074
Alagoas	9.590	5.493	2.079	659	15	1.188
Amazonas	22.270	22.579	2.054	2.916	19	2.622
Amapá	2.936	1.569	668	53	7	747
Bahia	36.059	24.365	13.323	16.766	47	1.926
Ceará	29.091	40.297	12.555	13.367	43	2.217
Distrito Federal	40.774	26.095	14.281	2.150	50	1.666
Espírito Santo	24.650	39.769	9.676	573	23	3.246
Goiás	72.309	14.641	20.387	6.606	52	2.191
Maranhão	23.869	9.489	5.147	983	27	1.463
Minas Gerais	235.653	225.993	43.065	12.635	128	4.042
Mato Grosso do Sul	37.263	12.200	11.213	551	30	2.041
Mato Grosso	34.056	34.093	5.766	1.599	31	2.436
Pará	13.480	14.292	1.740	4.975	29	1.189
Paraíba	22.510	13.175	4.541	nd	19	2.117
Pernambuco	29.083	43.501	13.906	3.016	42	2.131
Piauí	8.955	20.192	nd	nd	19	1.534
Paraná	182.079	139.336	33.379	6.636	120	3.012
Rio de Janeiro	188.312	97.592	62.901	7.854	177	2.015
Rio Grande do Norte	21.769	28.431	4.805	90	15	3.673
Rondônia	20.437	11.821	3.065	2.809	20	1.907
Roraima	4.444	4.862	1.136	350	7	1.542
Rio Grande do Sul	335.996	106.634	65.320	8.042	136	3.794
Santa Catarina	78.323	69.055	22.963	6.140	92	1.918
Sergipe	20.440	40.073	5.940	2.022	13	5.267
São Paulo	586.411	639.986	122.261	20.965	441	3.106
Tocantins	10.317	6.886	1.424	9	10	1.864
Justiça Estadual	2.098.490	1.695.172	484.072	121.859	1.622	2.712

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça Estadual de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$
- $RInt2^\circ$ - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $RIntP2^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ + MagESub2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

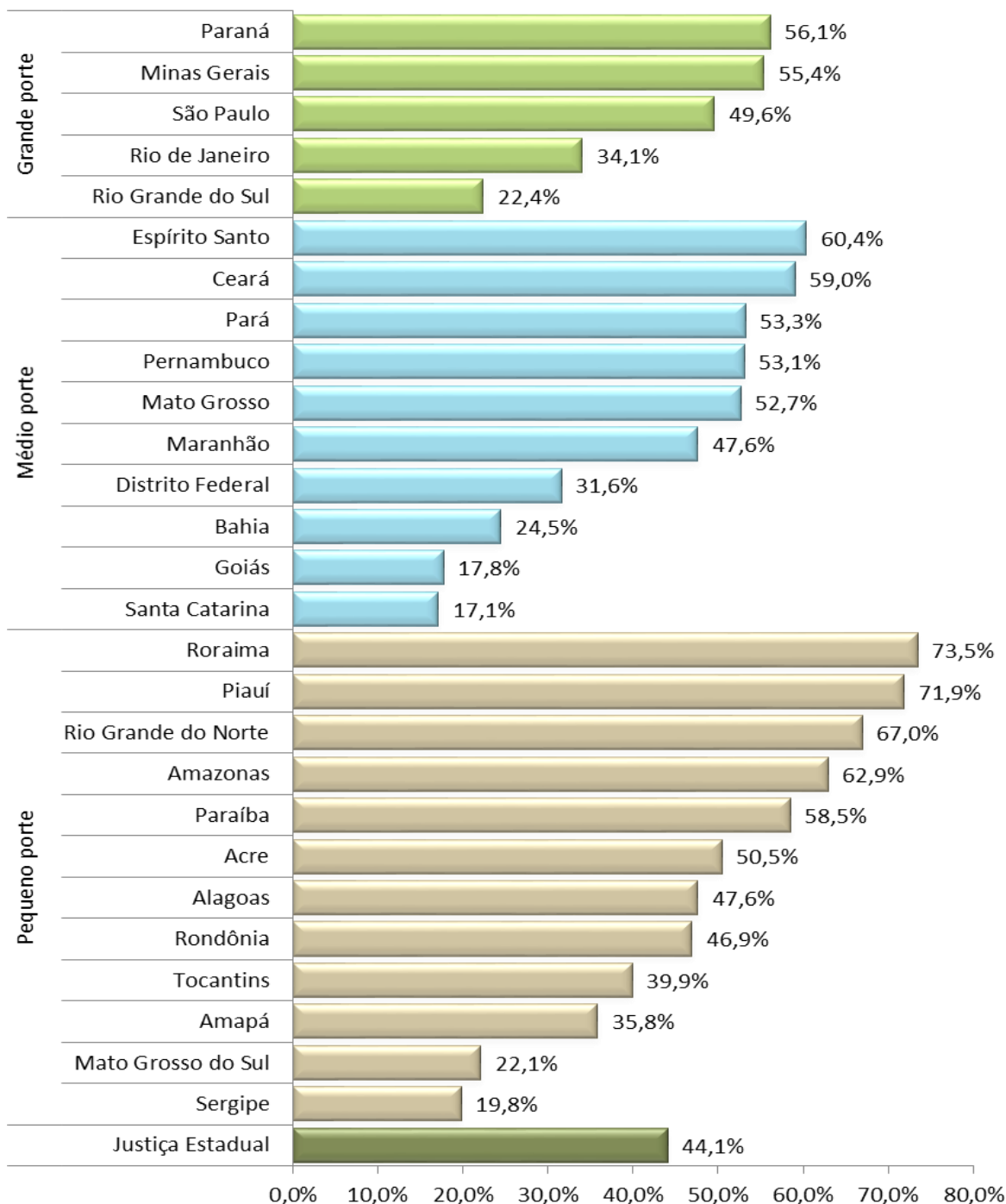
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tabela 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal de Justiça	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
Acre	5.036	7.414	2.753	50,5%
Alagoas	7.900	9.590	5.493	47,6%
Amazonas	16.631	22.270	22.579	62,9%
Amapá	2.890	2.936	1.569	35,8%
Bahia	45.623	36.059	24.365	24,5%
Ceará	28.416	29.091	40.297	59,0%
Distrito Federal	45.747	40.774	26.095	31,6%
Espírito Santo	25.530	24.650	39.769	60,4%
Goiás	71.488	72.309	14.641	17,8%
Maranhão	17.471	23.869	9.489	47,6%
Minas Gerais	206.006	235.653	225.993	55,4%
Mato Grosso do Sul	38.509	37.263	12.200	22,1%
Mato Grosso	32.236	34.056	34.093	52,7%
Pará	12.978	13.480	14.292	53,3%
Paraíba	14.796	22.510	13.175	58,5%
Pernambuco	34.026	29.083	43.501	53,1%
Piauí	8.202	8.955	20.192	71,9%
Paraná	141.018	182.079	139.336	56,1%
Rio de Janeiro	188.497	188.312	97.592	34,1%
Rio Grande do Norte	16.574	21.769	28.431	67,0%
Rondônia	17.122	20.437	11.821	46,9%
Roraima	2.470	4.444	4.862	73,5%
Rio Grande do Sul	343.493	335.996	106.634	22,4%
Santa Catarina	122.126	78.323	69.055	17,1%
Sergipe	48.510	20.440	40.073	19,8%
São Paulo	618.522	586.411	639.986	49,6%
Tocantins	10.331	10.317	6.886	39,9%
Justiça Estadual	2.122.148	2.098.490	1.695.172	44,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$
- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- $Cp2^\circ = CpCrim2^\circ + CpNCrim2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

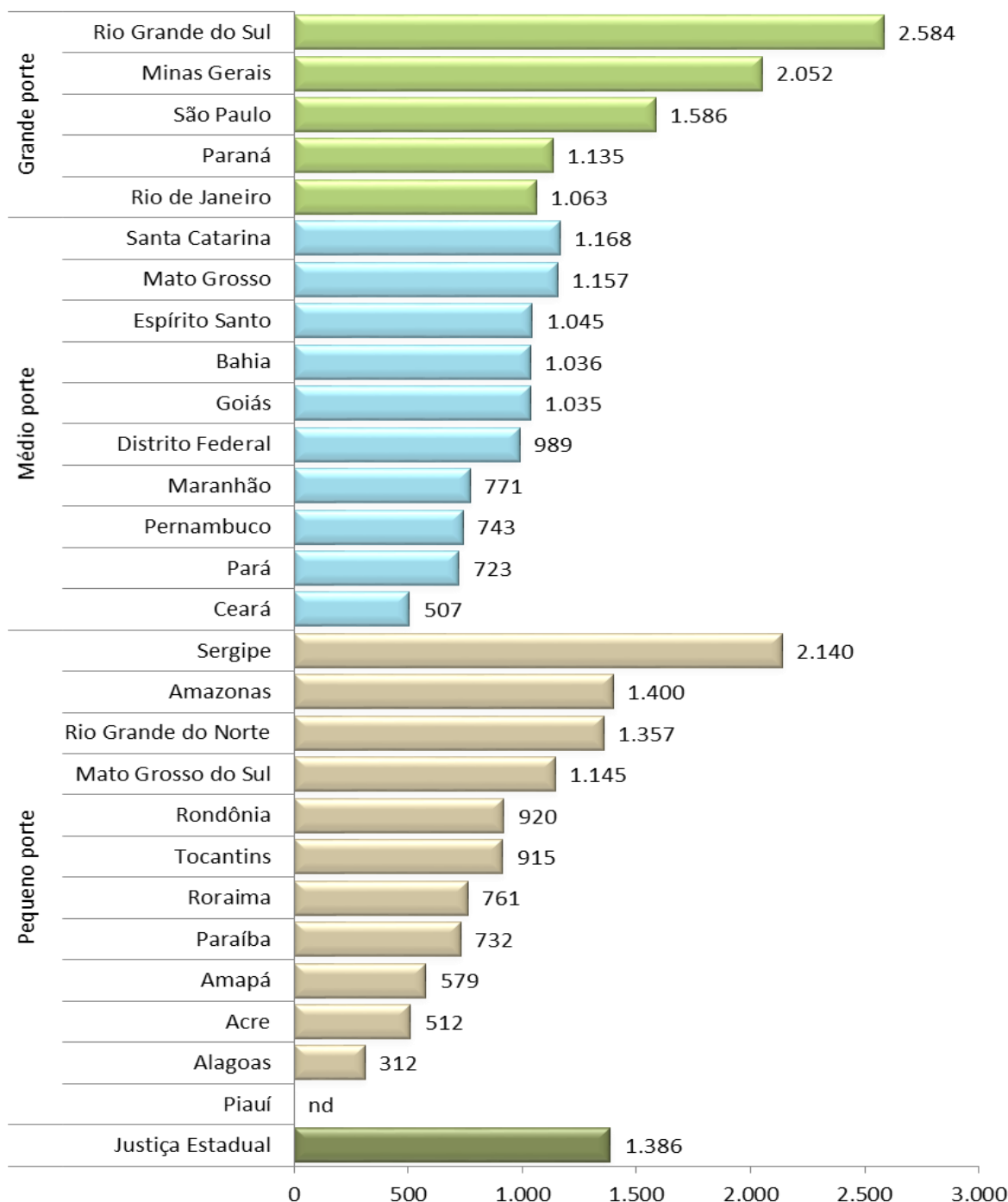
Tabela 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
Acre	5.119	10	512
Alagoas	4.686	15	312
Amazonas	26.600	19	1.400
Amapá	4.052	7	579
Bahia	48.696	47	1.036
Ceará	21.781	43	507
Distrito Federal	49.465	50	989
Espírito Santo	24.025	23	1.045
Goiás	53.839	52	1.035
Maranhão	20.817	27	771
Minas Gerais	262.604	128	2.052
Mato Grosso do Sul	34.356	30	1.145
Mato Grosso	35.880	31	1.157
Pará	20.981	29	723
Paraíba	13.900	19	732
Pernambuco	31.202	42	743
Piauí	nd	19	nd
Paraná	136.188	120	1.135
Rio de Janeiro	188.181	177	1.063
Rio Grande do Norte	20.351	15	1.357
Rondônia	18.390	20	920
Roraima	5.330	7	761
Rio Grande do Sul	351.369	136	2.584
Santa Catarina	107.422	92	1.168
Sergipe	27.823	13	2.140
São Paulo	699.415	441	1.586
Tocantins	9.146	10	915
Justiça Estadual	2.221.618	1.622	1.386

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Dec2^\circ = DecCrim2^\circ + DecNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ + MagESub2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

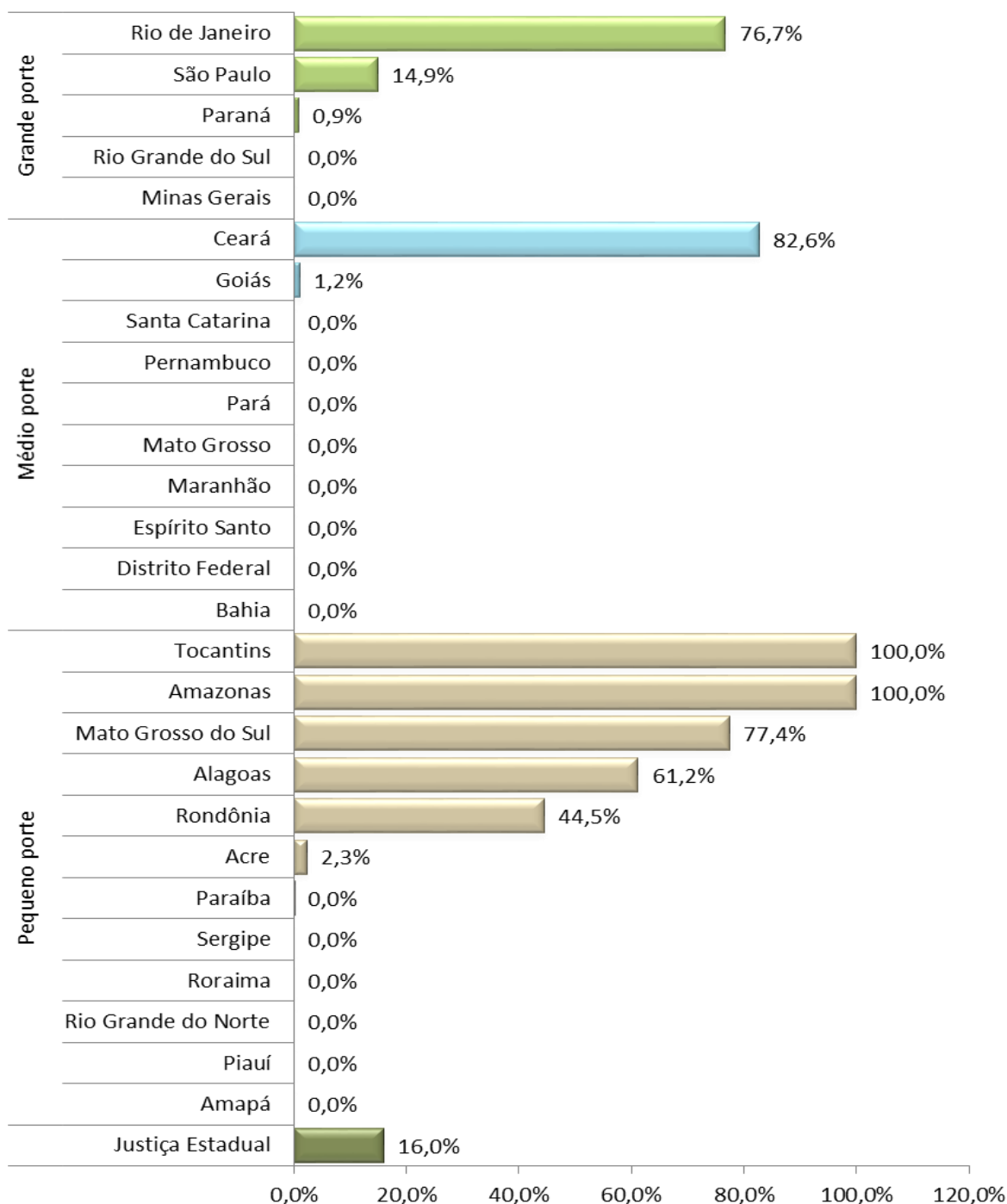
2.1.11. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tabela 2.11 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal de Justiça	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
Acre	173	7.414	2,3%
Alagoas	5.867	9.590	61,2%
Amazonas	22.270	22.270	100,0%
Amapá	0	2.936	0,0%
Bahia	0	36.059	0,0%
Ceará	24.039	29.091	82,6%
Distrito Federal	0	40.774	0,0%
Espírito Santo	0	24.650	0,0%
Goiás	861	72.309	1,2%
Maranhão	0	23.869	0,0%
Minas Gerais	0	235.653	0,0%
Mato Grosso do Sul	28.837	37.263	77,4%
Mato Grosso	0	34.056	0,0%
Pará	0	13.480	0,0%
Paraíba	2	22.510	0,0%
Pernambuco	0	29.083	0,0%
Piauí	0	8.955	0,0%
Paraná	1.587	182.079	0,9%
Rio de Janeiro	144.379	188.312	76,7%
Rio Grande do Norte	0	21.769	0,0%
Rondônia	9.089	20.437	44,5%
Roraima	0	4.444	0,0%
Rio Grande do Sul	0	335.996	0,0%
Santa Catarina	0	78.323	0,0%
Sergipe	0	20.440	0,0%
São Paulo	87.550	586.411	14,9%
Tocantins	10.317	10.317	100,0%
Justiça Estadual	334.971	2.098.490	16,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.11 - ProcEJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau não-criminais e b) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau criminais.

- $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

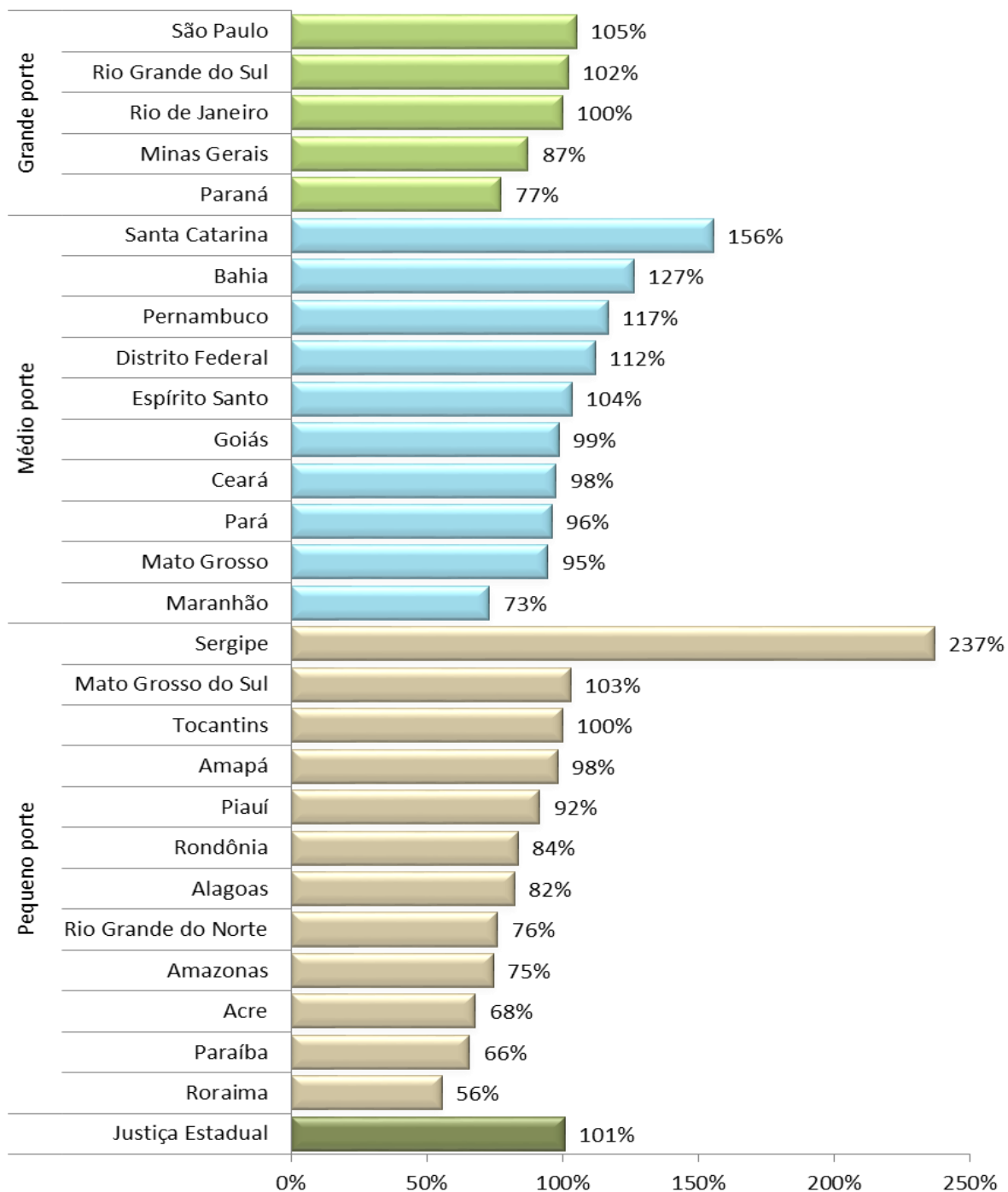
2.1.12. IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.12 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal de Justiça	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
Acre	5.036	7.414	68%
Alagoas	7.900	9.590	82%
Amazonas	16.631	22.270	75%
Amapá	2.890	2.936	98%
Bahia	45.623	36.059	127%
Ceará	28.416	29.091	98%
Distrito Federal	45.747	40.774	112%
Espírito Santo	25.530	24.650	104%
Goiás	71.488	72.309	99%
Maranhão	17.471	23.869	73%
Minas Gerais	206.006	235.653	87%
Mato Grosso do Sul	38.509	37.263	103%
Mato Grosso	32.236	34.056	95%
Pará	12.978	13.480	96%
Paraíba	14.796	22.510	66%
Pernambuco	34.026	29.083	117%
Piauí	8.202	8.955	92%
Paraná	141.018	182.079	77%
Rio de Janeiro	188.497	188.312	100%
Rio Grande do Norte	16.574	21.769	76%
Rondônia	17.122	20.437	84%
Roraima	2.470	4.444	56%
Rio Grande do Sul	343.493	335.996	102%
Santa Catarina	122.126	78.323	156%
Sergipe	48.510	20.440	237%
São Paulo	618.522	586.411	105%
Tocantins	10.331	10.317	100%
Justiça Estadual	2.122.148	2.098.490	101%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.12 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$
- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

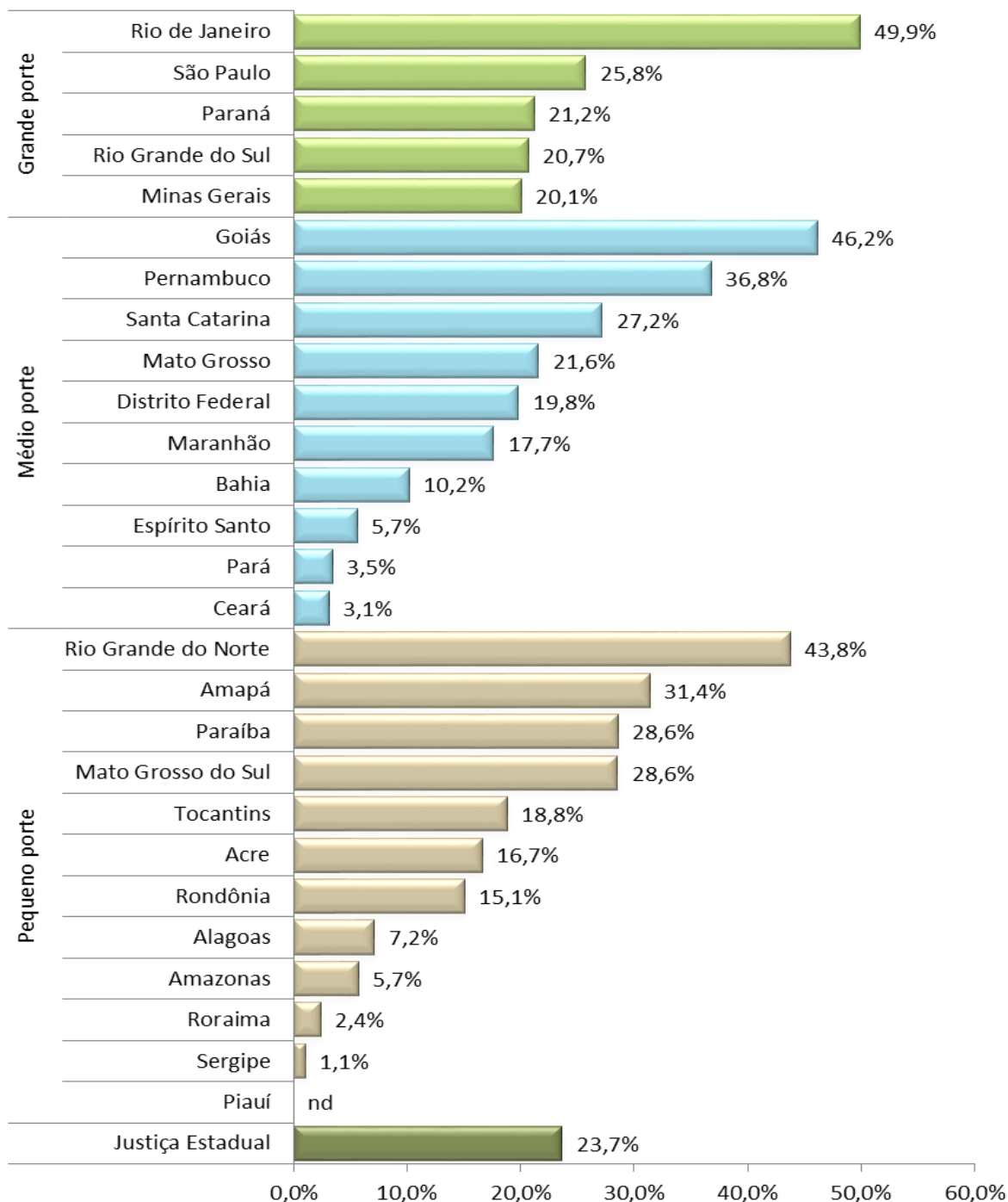
Tabela 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal de Justiça	RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
Acre	748	4.489	16,7%
Alagoas	420	5.868	7,2%
Amazonas	1.733	30.255	5,7%
Amapá	783	2.494	31,4%
Bahia	4.010	39.239	10,2%
Ceará	504	16.081	3,1%
Distrito Federal	10.688	53.961	19,8%
Espírito Santo	1.020	18.037	5,7%
Goiás	7.900	17.109	46,2%
Maranhão	2.605	14.757	17,7%
Minas Gerais	38.744	192.978	20,1%
Mato Grosso do Sul	9.156	32.052	28,6%
Mato Grosso	5.751	26.652	21,6%
Pará	375	10.779	3,5%
Paraíba	3.166	11.076	28,6%
Pernambuco	6.065	16.487	36,8%
Piauí	nd	6.469	nd
Paraná	21.370	100.788	21,2%
Rio de Janeiro	48.838	97.900	49,9%
Rio Grande do Norte	5.611	12.811	43,8%
Rondônia	1.640	10.881	15,1%
Roraima	236	9.767	2,4%
Rio Grande do Sul	68.691	331.673	20,7%
Santa Catarina	23.019	84.694	27,2%
Sergipe	302	27.816	1,1%
São Paulo	165.961	644.432	25,8%
Tocantins	1.334	7.089	18,8%
Justiça Estadual	430.670	1.826.634	23,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Estaduais passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = RSup2^\circ / Apublic2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais dos Tribunais Estaduais e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelos Tribunais Estaduais passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.14. Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

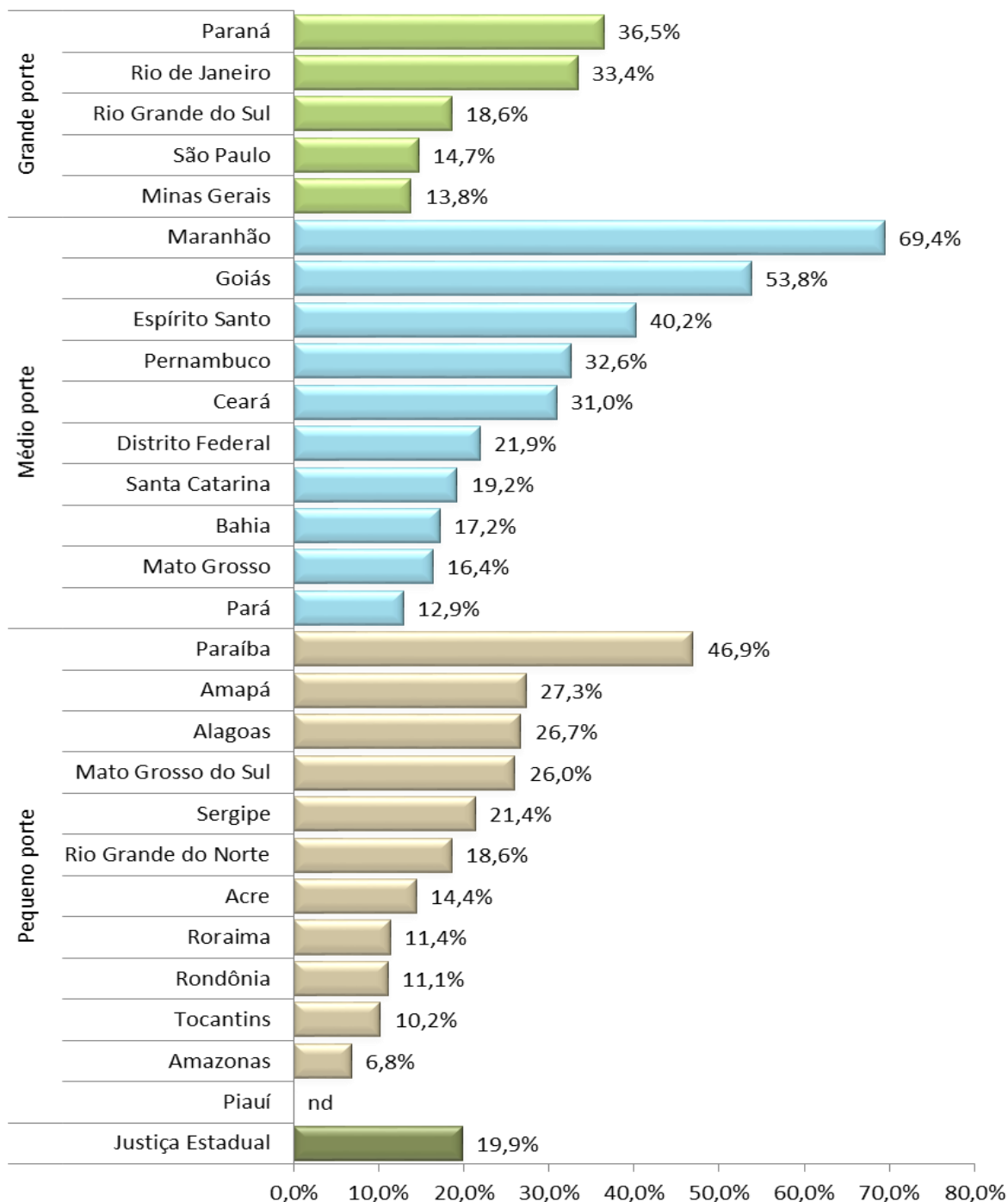
Tabela 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal de Justiça	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
Acre	477	3.305	14,4%
Alagoas	2.079	7.784	26,7%
Amazonas	2.054	30.255	6,8%
Amapá	668	2.448	27,3%
Bahia	13.323	77.465	17,2%
Ceará	12.555	40.561	31,0%
Distrito Federal	14.281	65.133	21,9%
Espírito Santo	9.676	24.062	40,2%
Goiás	20.387	37.906	53,8%
Maranhão	5.147	7.415	69,4%
Minas Gerais	43.065	311.849	13,8%
Mato Grosso do Sul	11.213	43.114	26,0%
Mato Grosso	5.766	35.189	16,4%
Pará	1.740	13.507	12,9%
Paraíba	4.541	9.676	46,9%
Pernambuco	13.906	42.661	32,6%
Piauí	nd	3.803	nd
Paraná	33.379	91.488	36,5%
Rio de Janeiro	62.901	188.181	33,4%
Rio Grande do Norte	4.805	25.872	18,6%
Rondônia	3.065	27.640	11,1%
Roraima	1.136	9.956	11,4%
Rio Grande do Sul	65.320	351.369	18,6%
Santa Catarina	22.963	119.509	19,2%
Sergipe	5.940	27.816	21,4%
São Paulo	122.261	829.590	14,7%
Tocantins	1.424	13.962	10,2%
Justiça Estadual	484.072	2.441.516	19,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rln2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RIn2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos nos Tribunais Estaduais em relação ao número de decisões passíveis de recurso interno no 2º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $RIn2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau:** As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.15. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

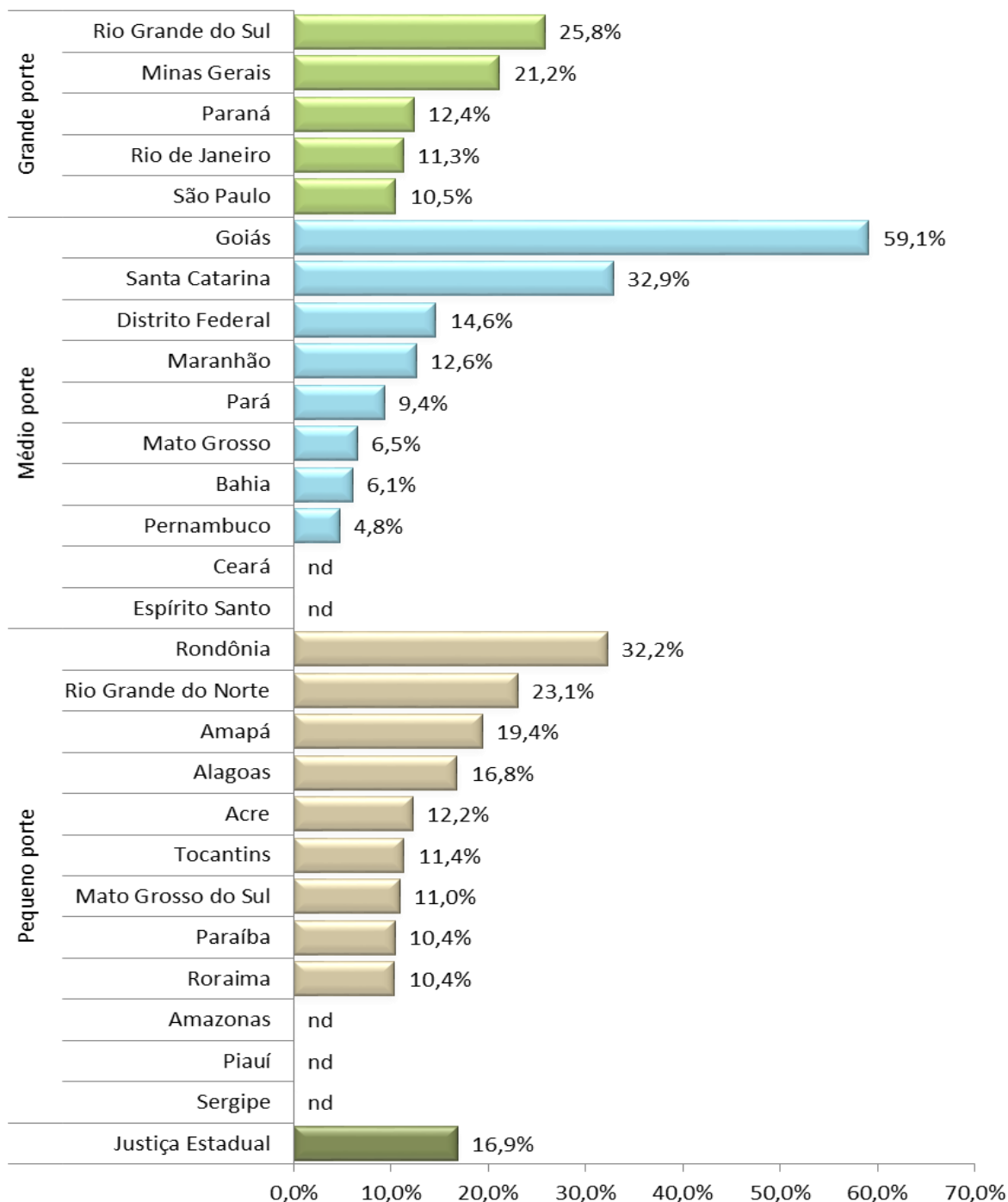
Tabela 2.15 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal de Justiça	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
Acre	82	670	12,2%
Alagoas	75	446	16,8%
Amazonas	0	0	nd
Amapá	26	134	19,4%
Bahia	112	1.847	6,1%
Ceará	nd	nd	nd
Distrito Federal	1.018	6.949	14,6%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	68	115	59,1%
Maranhão	87	690	12,6%
Minas Gerais	3.670	17.340	21,2%
Mato Grosso do Sul	657	5.996	11,0%
Mato Grosso	226	3.457	6,5%
Pará	45	479	9,4%
Paraíba	112	1.075	10,4%
Pernambuco	206	4.276	4,8%
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	1.182	9.553	12,4%
Rio de Janeiro	1.518	13.396	11,3%
Rio Grande do Norte	367	1.592	23,1%
Rondônia	266	825	32,2%
Roraima	11	106	10,4%
Rio Grande do Sul	9.406	36.395	25,8%
Santa Catarina	3.342	10.154	32,9%
Sergipe	nd	341	nd
São Paulo	4.932	46.928	10,5%
Tocantins	74	651	11,4%
Justiça Estadual	27.482	163.415	16,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 2º grau e providos pelo STJ e pelo STF, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 2º grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2º = (RpAl2º + RpEsp2º + RpExt2º) / (RjAl2º + RjEsp2º + RjExt2º)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo STF ou STJ(ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados providos pelo STF ou STJ, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- Rj2º - Recursos Julgados pelo STF ou STJ: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos julgados pelo STF ou STJ no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

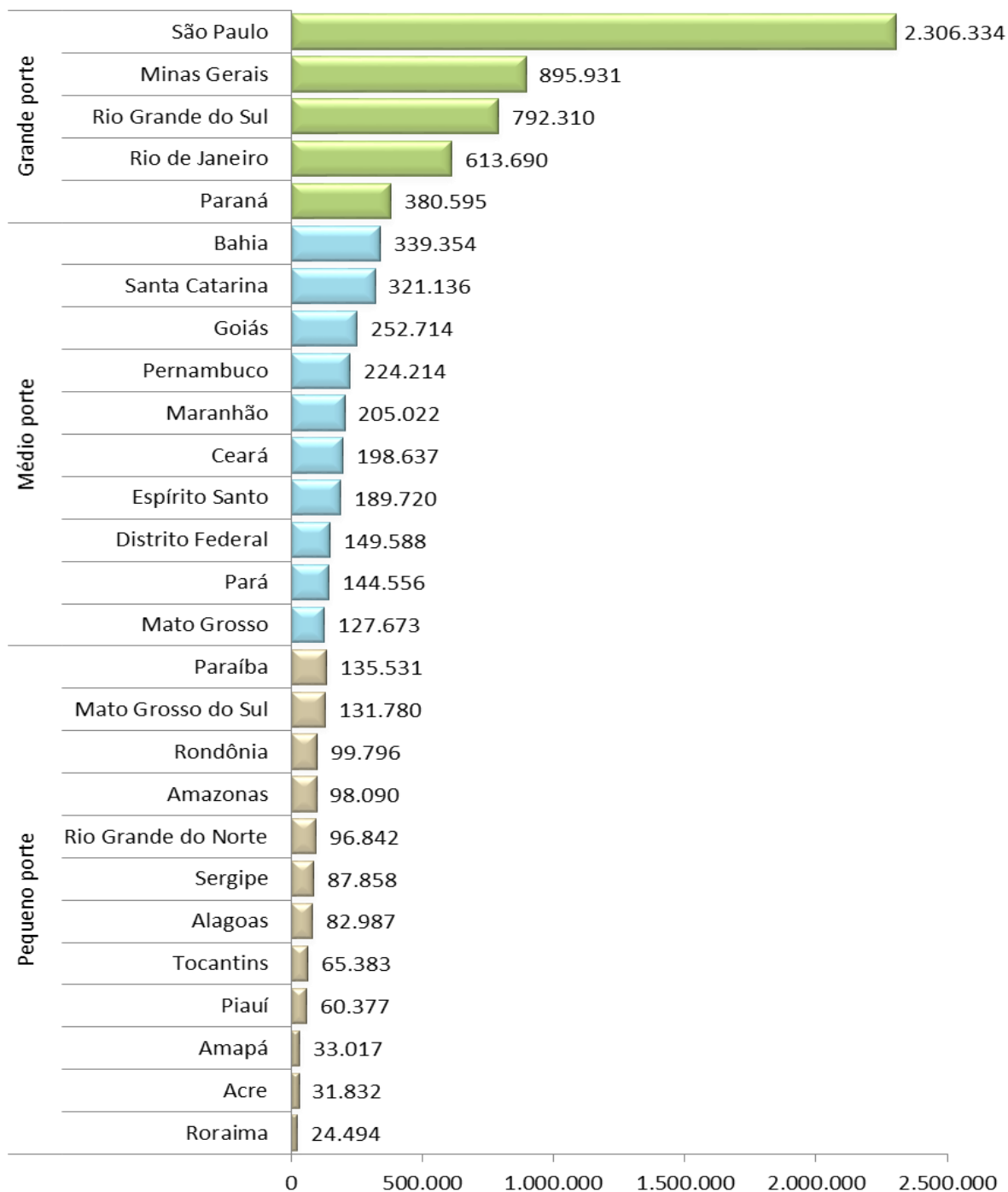
2.2.1. CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.16 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau
Acre	12.279	19.553	31.832
Alagoas	12.773	70.214	82.987
Amazonas	30.187	67.903	98.090
Amapá	13.485	19.532	33.017
Bahia	100.213	239.141	339.354
Ceará	28.782	169.855	198.637
Distrito Federal	30.862	118.726	149.588
Espírito Santo	48.366	141.354	189.720
Goiás	23.460	229.254	252.714
Maranhão	20.986	184.036	205.022
Minas Gerais	154.674	741.257	895.931
Mato Grosso do Sul	30.863	100.917	131.780
Mato Grosso	18.594	109.079	127.673
Pará	24.458	120.098	144.556
Paraíba	9.956	125.575	135.531
Pernambuco	35.588	188.626	224.214
Piauí	14.337	46.040	60.377
Paraná	66.641	313.954	380.595
Rio de Janeiro	103.668	510.022	613.690
Rio Grande do Norte	14.331	82.511	96.842
Rondônia	21.511	78.285	99.796
Roraima	4.377	20.117	24.494
Rio Grande do Sul	55.160	737.150	792.310
Santa Catarina	48.614	272.522	321.136
Sergipe	14.290	73.568	87.858
São Paulo	697.556	1.608.778	2.306.334
Tocantins	15.941	49.442	65.383
Justiça Estadual	1.651.952	6.437.509	8.089.461

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.16 - CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- **CnCNCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

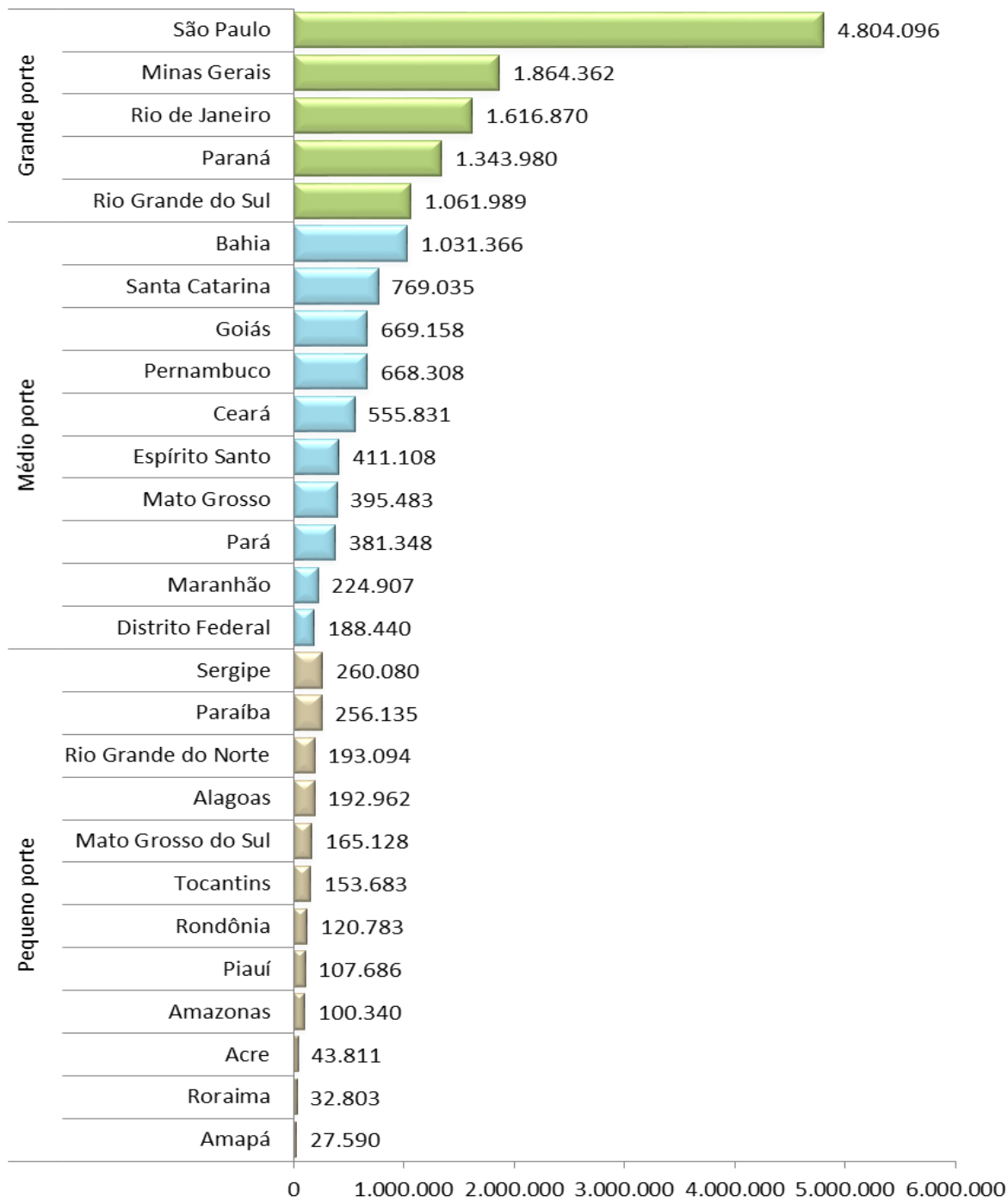
2.2.2. CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.17 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau
Acre	13.961	29.850	43.811
Alagoas	31.549	161.413	192.962
Amazonas	49.064	51.276	100.340
Amapá	10.717	16.873	27.590
Bahia	220.416	810.950	1.031.366
Ceará	158.555	397.276	555.831
Distrito Federal	36.412	152.028	188.440
Espírito Santo	137.422	273.686	411.108
Goiás	103.579	565.579	669.158
Maranhão	35.859	189.048	224.907
Minas Gerais	453.252	1.411.110	1.864.362
Mato Grosso do Sul	45.860	119.268	165.128
Mato Grosso	95.454	300.029	395.483
Pará	120.773	260.575	381.348
Paraíba	49.866	206.269	256.135
Pernambuco	128.587	539.721	668.308
Piauí	32.700	74.986	107.686
Paraná	197.417	1.146.563	1.343.980
Rio de Janeiro	111.488	1.505.382	1.616.870
Rio Grande do Norte	30.455	162.639	193.094
Rondônia	33.621	87.162	120.783
Roraima	1.433	31.370	32.803
Rio Grande do Sul	115.066	946.923	1.061.989
Santa Catarina	93.324	675.711	769.035
Sergipe	32.698	227.382	260.080
São Paulo	1.340.981	3.463.115	4.804.096
Tocantins	48.217	105.466	153.683
Justiça Estadual	3.728.726	13.911.650	17.640.376

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.17 - CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpC1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais: Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Excluem-se, ainda, os processos infracionais.
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

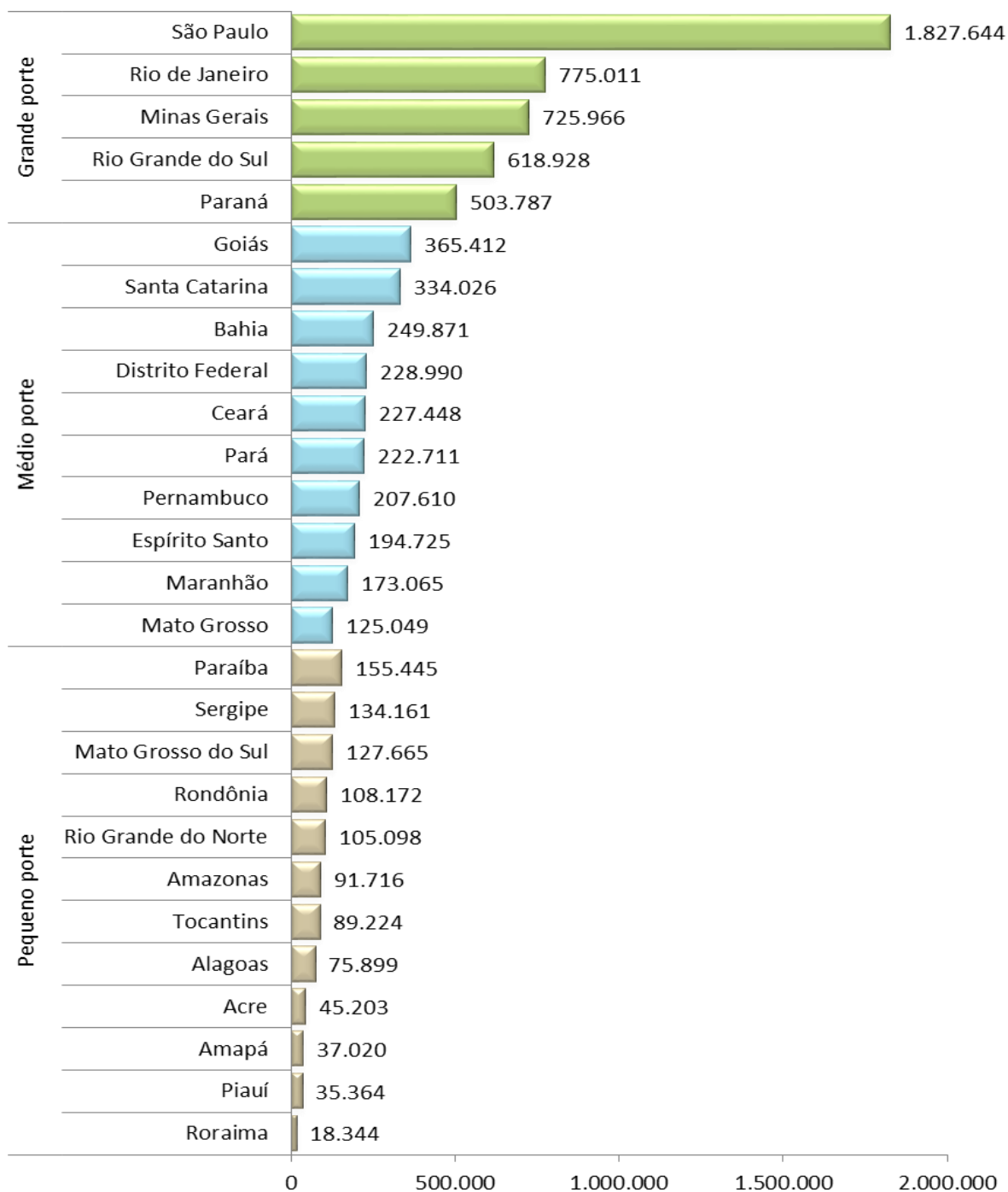
2.2.3. TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tabela 2.18 - TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAiXCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	TBAiXCNCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	TBAiXC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau
Acre	15.202	30.001	45.203
Alagoas	13.364	62.535	75.899
Amazonas	17.758	73.958	91.716
Amapá	14.638	22.382	37.020
Bahia	71.869	178.002	249.871
Ceará	39.496	187.952	227.448
Distrito Federal	32.578	196.412	228.990
Espírito Santo	49.694	145.031	194.725
Goiás	98.923	266.489	365.412
Maranhão	24.478	148.587	173.065
Minas Gerais	134.266	591.700	725.966
Mato Grosso do Sul	29.873	97.792	127.665
Mato Grosso	22.722	102.327	125.049
Pará	76.358	146.353	222.711
Paraíba	23.329	132.116	155.445
Pernambuco	22.295	185.315	207.610
Piauí	9.493	25.871	35.364
Paraná	69.475	434.312	503.787
Rio de Janeiro	124.356	650.655	775.011
Rio Grande do Norte	14.930	90.168	105.098
Rondônia	20.665	87.507	108.172
Roraima	1.985	16.359	18.344
Rio Grande do Sul	43.012	575.916	618.928
Santa Catarina	43.268	290.758	334.026
Sergipe	21.609	112.552	134.161
São Paulo	353.688	1.473.956	1.827.644
Tocantins	22.641	66.583	89.224
Justiça Estadual	1.411.965	6.391.589	7.803.554

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.18 - TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau



Glossário:

TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de conhecimento baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixCCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.

· **TBaixCNCrim1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e na execução fiscal e os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

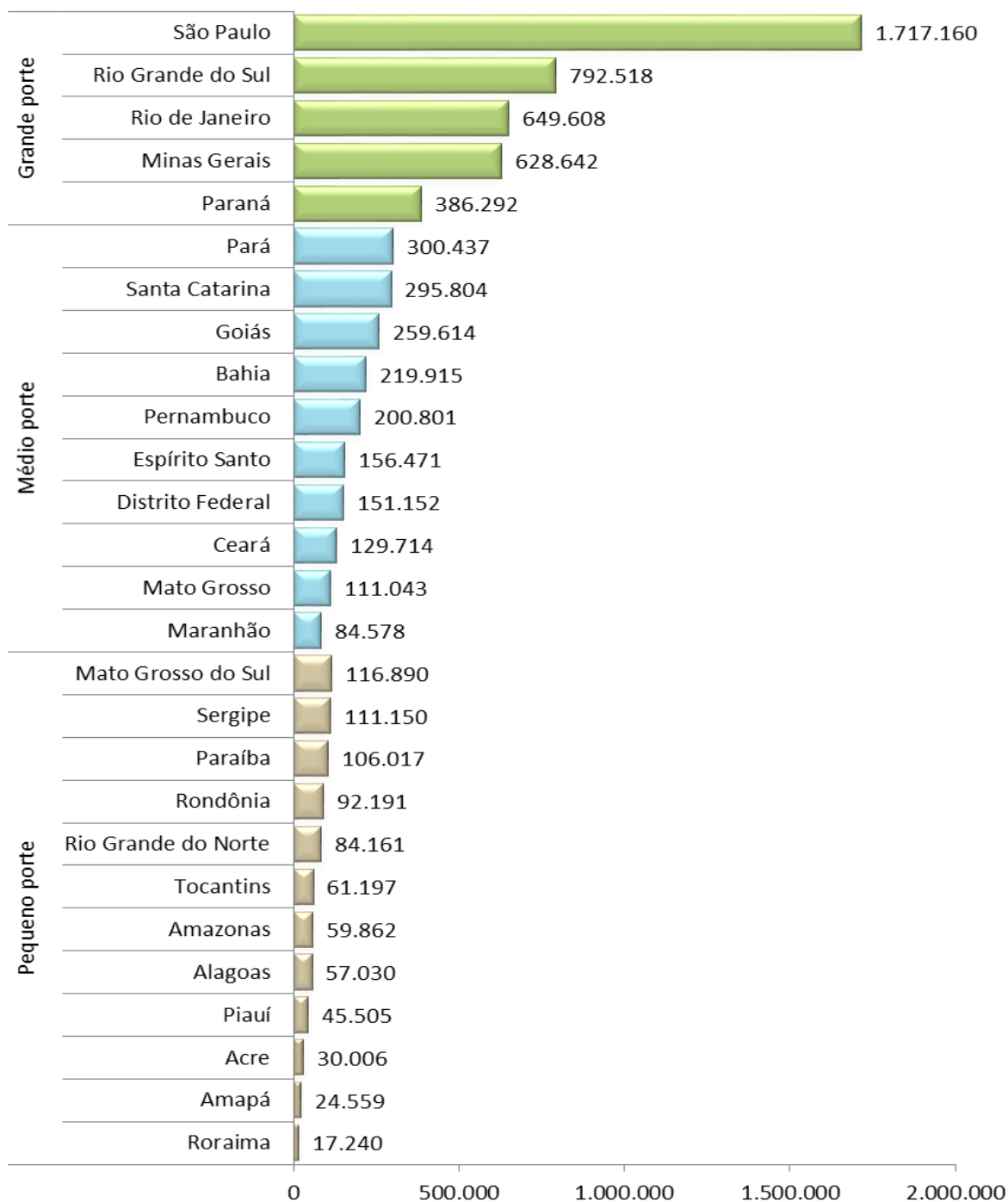
2.2.4. SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.19 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau
Acre	9.964	20.042	30.006
Alagoas	11.276	45.754	57.030
Amazonas	12.110	47.752	59.862
Amapá	6.790	17.769	24.559
Bahia	37.988	181.927	219.915
Ceará	18.410	111.304	129.714
Distrito Federal	22.903	128.249	151.152
Espírito Santo	28.214	128.257	156.471
Goiás	45.855	213.759	259.614
Maranhão	36.561	48.017	84.578
Minas Gerais	67.045	561.597	628.642
Mato Grosso do Sul	23.205	93.685	116.890
Mato Grosso	19.892	91.151	111.043
Pará	88.264	212.173	300.437
Paraíba	15.140	90.877	106.017
Pernambuco	25.469	175.332	200.801
Piauí	9.614	35.891	45.505
Paraná	51.784	334.508	386.292
Rio de Janeiro	84.933	564.675	649.608
Rio Grande do Norte	8.666	75.495	84.161
Rondônia	13.893	78.298	92.191
Roraima	1.476	15.764	17.240
Rio Grande do Sul	47.387	745.131	792.518
Santa Catarina	34.244	261.560	295.804
Sergipe	26.870	84.280	111.150
São Paulo	233.674	1.483.486	1.717.160
Tocantins	12.105	49.092	61.197
Justiça Estadual	993.732	5.895.825	6.889.557

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.19 - SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $SentC1^\circ = SentCCrim1^\circ + SentCNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais: Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau criminais. Excluem-se os processos infracionais.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais: Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrim1º - Casos novos de conhecimento no 1º Grau não-criminais. Incluem-se os processos infracionais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

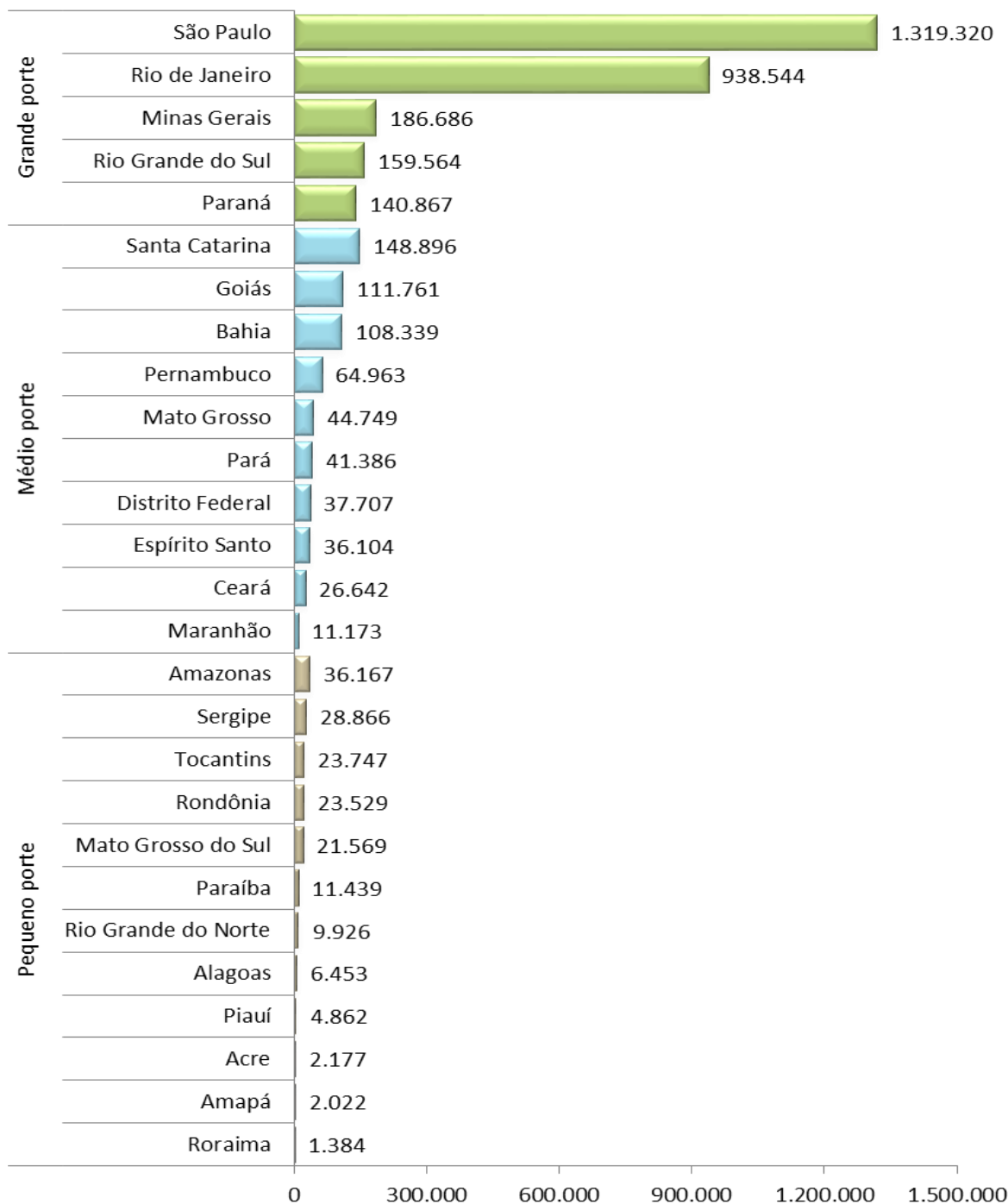
2.2.5. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.20 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	1.100	1.077	2.177
Alagoas	4.194	2.259	6.453
Amazonas	33.416	2.751	36.167
Amapá	609	1.413	2.022
Bahia	97.294	11.045	108.339
Ceará	21.081	5.561	26.642
Distrito Federal	26.705	11.002	37.707
Espírito Santo	21.779	14.325	36.104
Goiás	94.312	17.449	111.761
Maranhão	7.891	3.282	11.173
Minas Gerais	151.680	35.006	186.686
Mato Grosso do Sul	16.385	5.184	21.569
Mato Grosso	28.722	16.027	44.749
Pará	37.600	3.786	41.386
Paraíba	8.078	3.361	11.439
Pernambuco	57.896	7.067	64.963
Piauí	3.283	1.579	4.862
Paraná	116.291	24.576	140.867
Rio de Janeiro	919.280	19.264	938.544
Rio Grande do Norte	7.215	2.711	9.926
Rondônia	16.398	7.131	23.529
Roraima	740	644	1.384
Rio Grande do Sul	125.583	33.981	159.564
Santa Catarina	123.677	25.219	148.896
Sergipe	21.763	7.103	28.866
São Paulo	1.188.901	130.419	1.319.320
Tocantins	21.134	2.613	23.747
Justiça Estadual	3.153.007	395.835	3.548.842

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.20 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

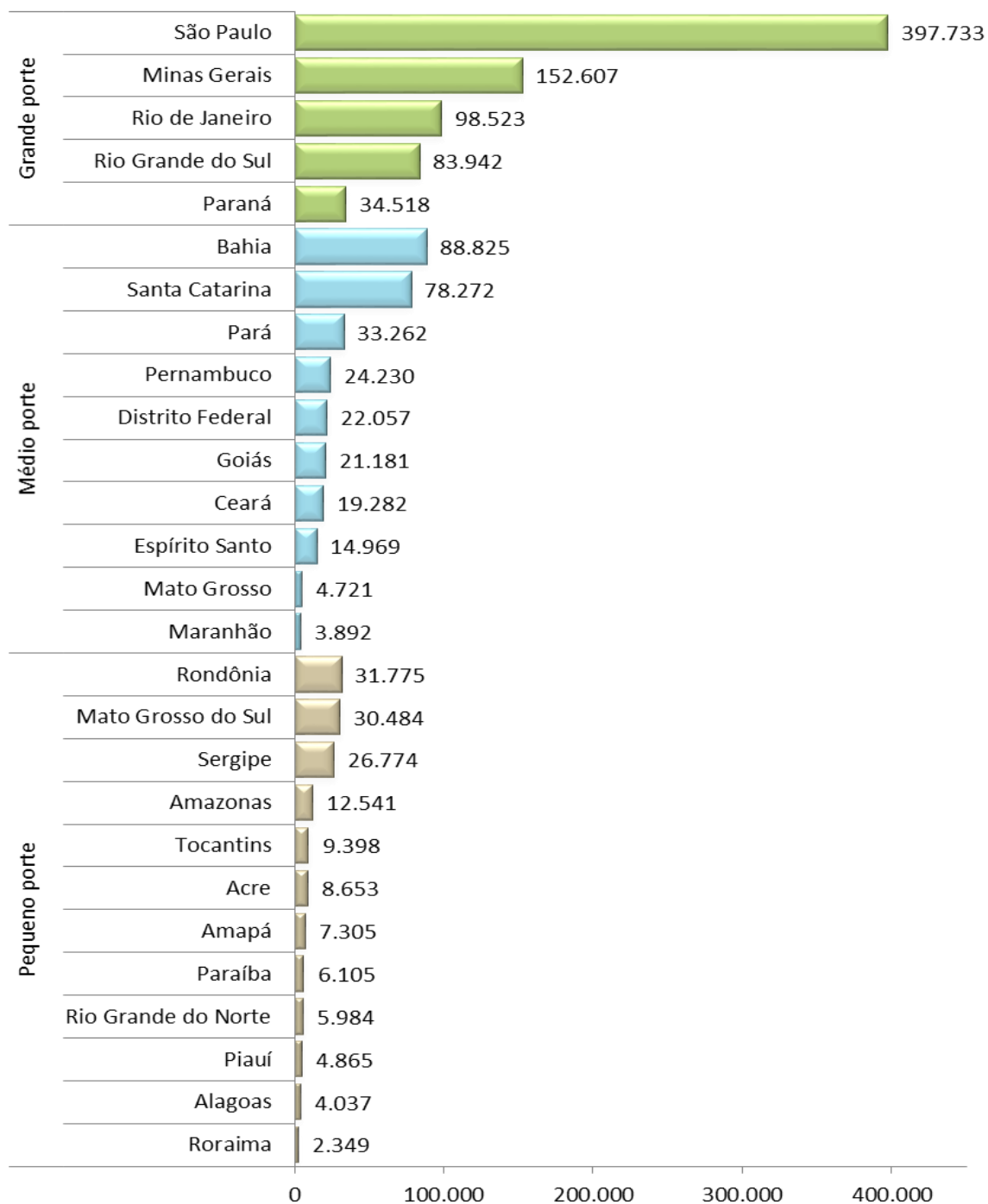
Tabela 2.21 - ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	1.872	2.040	4.741	8.653
Alagoas	602	593	2.842	4.037
Amazonas	2.135	2.516	7.890	12.541
Amapá	2.254	1.958	3.093	7.305
Bahia	6.291	2.871	79.663	88.825
Ceará	5.512	324	13.446	19.282
Distrito Federal	5.841	5.376	10.840	22.057
Espírito Santo	6.328	776	7.865	14.969
Goiás	0	0	21.181	21.181
Maranhão	89	264	3.539	3.892
Minas Gerais	30.135	23.818	98.654	152.607
Mato Grosso do Sul	1.290	1.407	27.787	30.484
Mato Grosso	1.858	277	2.586	4.721
Pará	4.487	2.496	26.279	33.262
Paraíba	nd	nd	6.105	6.105
Pernambuco	5.212	1.252	17.766	24.230
Piauí	1.630	855	2.380	4.865
Paraná	nd	nd	34.518	34.518
Rio de Janeiro	12.834	918	84.771	98.523
Rio Grande do Norte	2.039	882	3.063	5.984
Rondônia	11.117	1.294	19.364	31.775
Roraima	470	328	1.551	2.349
Rio Grande do Sul	6.342	2.681	74.919	83.942
Santa Catarina	12.651	7.603	58.018	78.272
Sergipe	2.274	11.443	13.057	26.774
São Paulo	87.490	29.078	281.165	397.733
Tocantins	3.601	1.678	4.119	9.398
Justiça Estadual	214.354	102.728	911.202	1.228.284

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução judicial que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJud1º} = \text{ExeJudCrimPL1º} + \text{ExeJudCrimNPL1º} + \text{ExeJudNCrim1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual no período-base (semestre).
- ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).
- ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de título judicial ou de cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados no 1º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

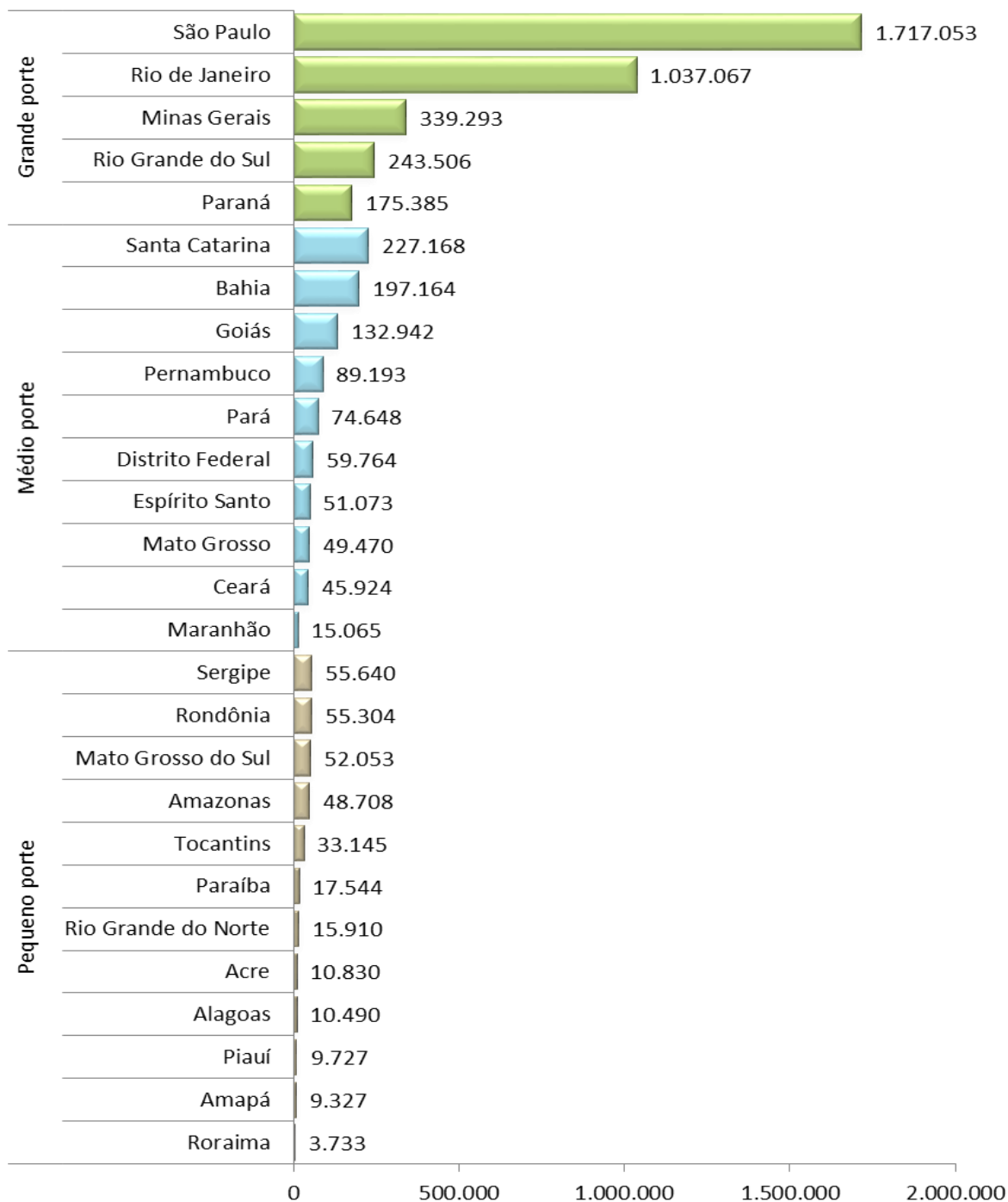
2.2.7. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tabela 2.22 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
Acre	2.177	8.653	10.830
Alagoas	6.453	4.037	10.490
Amazonas	36.167	12.541	48.708
Amapá	2.022	7.305	9.327
Bahia	108.339	88.825	197.164
Ceará	26.642	19.282	45.924
Distrito Federal	37.707	22.057	59.764
Espírito Santo	36.104	14.969	51.073
Goiás	111.761	21.181	132.942
Maranhão	11.173	3.892	15.065
Minas Gerais	186.686	152.607	339.293
Mato Grosso do Sul	21.569	30.484	52.053
Mato Grosso	44.749	4.721	49.470
Pará	41.386	33.262	74.648
Paraíba	11.439	6.105	17.544
Pernambuco	64.963	24.230	89.193
Piauí	4.862	4.865	9.727
Paraná	140.867	34.518	175.385
Rio de Janeiro	938.544	98.523	1.037.067
Rio Grande do Norte	9.926	5.984	15.910
Rondônia	23.529	31.775	55.304
Roraima	1.384	2.349	3.733
Rio Grande do Sul	159.564	83.942	243.506
Santa Catarina	148.896	78.272	227.168
Sergipe	28.866	26.774	55.640
São Paulo	1.319.320	397.733	1.717.053
Tocantins	23.747	9.398	33.145
Justiça Estadual	3.548.842	1.228.284	4.777.126

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.22 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $ExeJud1^\circ = ExeJudCrimPL1^\circ + ExeJudCrimNPL1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

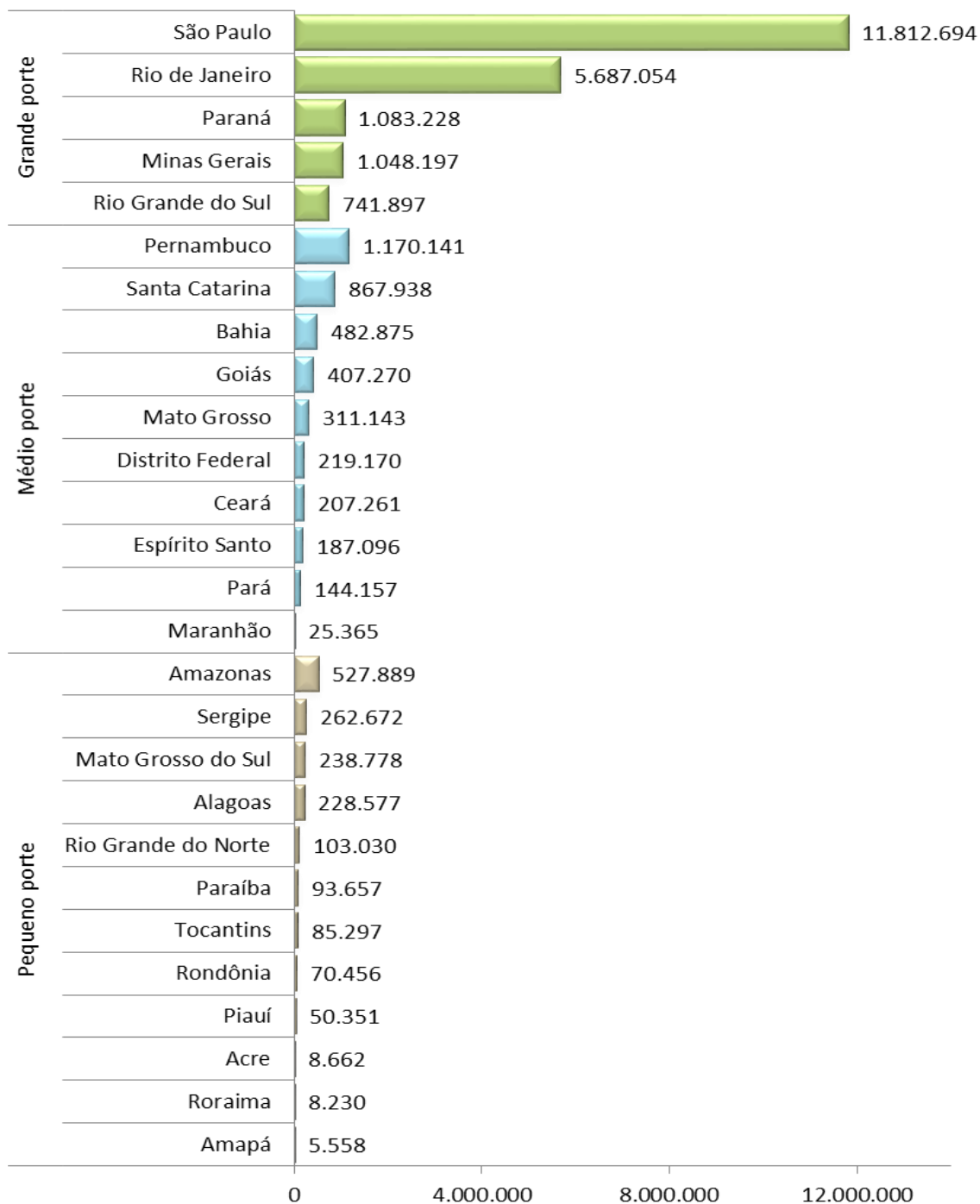
2.2.8. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.23 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	5.339	3.323	8.662
Alagoas	219.227	9.350	228.577
Amazonas	520.964	6.925	527.889
Amapá	3.123	2.435	5.558
Bahia	424.818	58.057	482.875
Ceará	191.871	15.390	207.261
Distrito Federal	196.829	22.341	219.170
Espírito Santo	142.363	44.733	187.096
Goiás	339.999	67.271	407.270
Maranhão	20.022	5.343	25.365
Minas Gerais	875.953	172.244	1.048.197
Mato Grosso do Sul	224.728	14.050	238.778
Mato Grosso	229.625	81.518	311.143
Pará	125.725	18.432	144.157
Paraíba	74.879	18.778	93.657
Pernambuco	1.116.324	53.817	1.170.141
Piauí	44.668	5.683	50.351
Paraná	956.324	126.904	1.083.228
Rio de Janeiro	5.540.453	146.601	5.687.054
Rio Grande do Norte	97.118	5.912	103.030
Rondônia	58.120	12.336	70.456
Roraima	7.028	1.202	8.230
Rio Grande do Sul	612.167	129.730	741.897
Santa Catarina	763.318	104.620	867.938
Sergipe	28.758	233.914	262.672
São Paulo	11.342.973	469.721	11.812.694
Tocantins	72.355	12.942	85.297
Justiça Estadual	24.235.071	1.843.572	26.078.643

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.23 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.9. ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

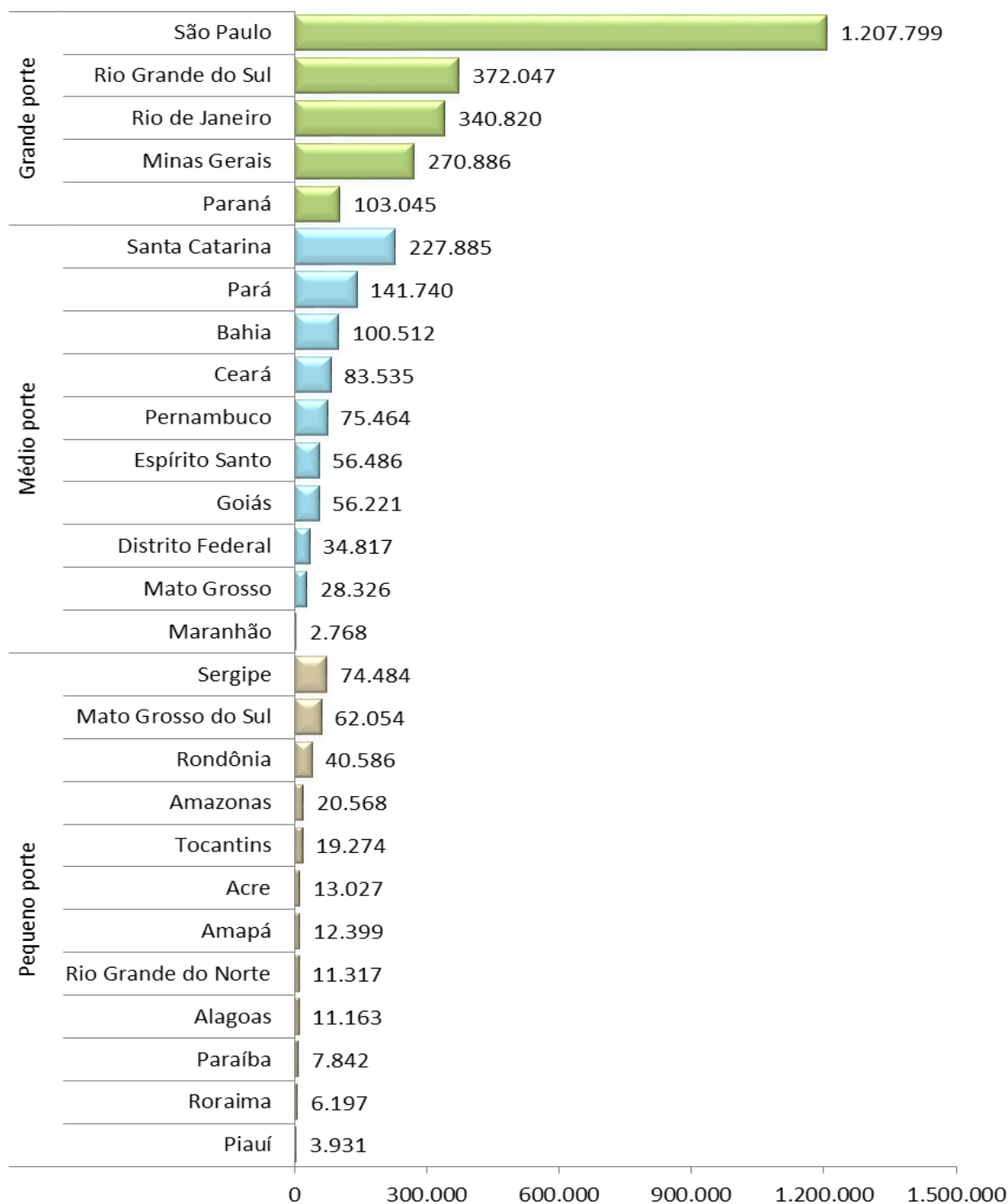
Tabela 2.24 - ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	ExeJudPNcrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	5.292	2.889	4.846	13.027
Alagoas	1.220	1.156	8.787	11.163
Amazonas	15.963	2.275	2.330	20.568
Amapá	6.142	1.989	4.268	12.399
Bahia	6.565	3.870	90.077	100.512
Ceará	34.246	14.107	35.182	83.535
Distrito Federal	2.408	1.413	30.996	34.817
Espírito Santo	484	577	55.425	56.486
Goiás	0	0	56.221	56.221
Maranhão	685	87	1.996	2.768
Minas Gerais	46.761	51.129	172.996	270.886
Mato Grosso do Sul	2.162	3.069	56.823	62.054
Mato Grosso	6.452	1.113	20.761	28.326
Pará	30.959	3.119	107.662	141.740
Paraíba	nd	nd	7.842	7.842
Pernambuco	32.548	3.168	39.748	75.464
Piauí	2.261	633	1.037	3.931
Paraná	nd	nd	103.045	103.045
Rio de Janeiro	133.861	20.383	186.576	340.820
Rio Grande do Norte	3.854	1.581	5.882	11.317
Rondônia	18.502	2.215	19.869	40.586
Roraima	52	891	5.254	6.197
Rio Grande do Sul	44.774	7.953	319.320	372.047
Santa Catarina	32.138	19.313	176.434	227.885
Sergipe	3.088	1.052	70.344	74.484
São Paulo	250.922	110.354	846.523	1.207.799
Tocantins	5.798	2.876	10.600	19.274
Justiça Estadual	687.137	257.212	2.440.844	3.385.193

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução judicial 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJudP1º} = \text{ExeJudPCrimPL1º} + \text{ExeJudPCrimNPL1º} + \text{ExeJudPNCrim1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Saldo residual de processos de execução penal de penas privativas de liberdade, inclusive de execuções provisórias, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- ExeJudPNCrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais: Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), bem como as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

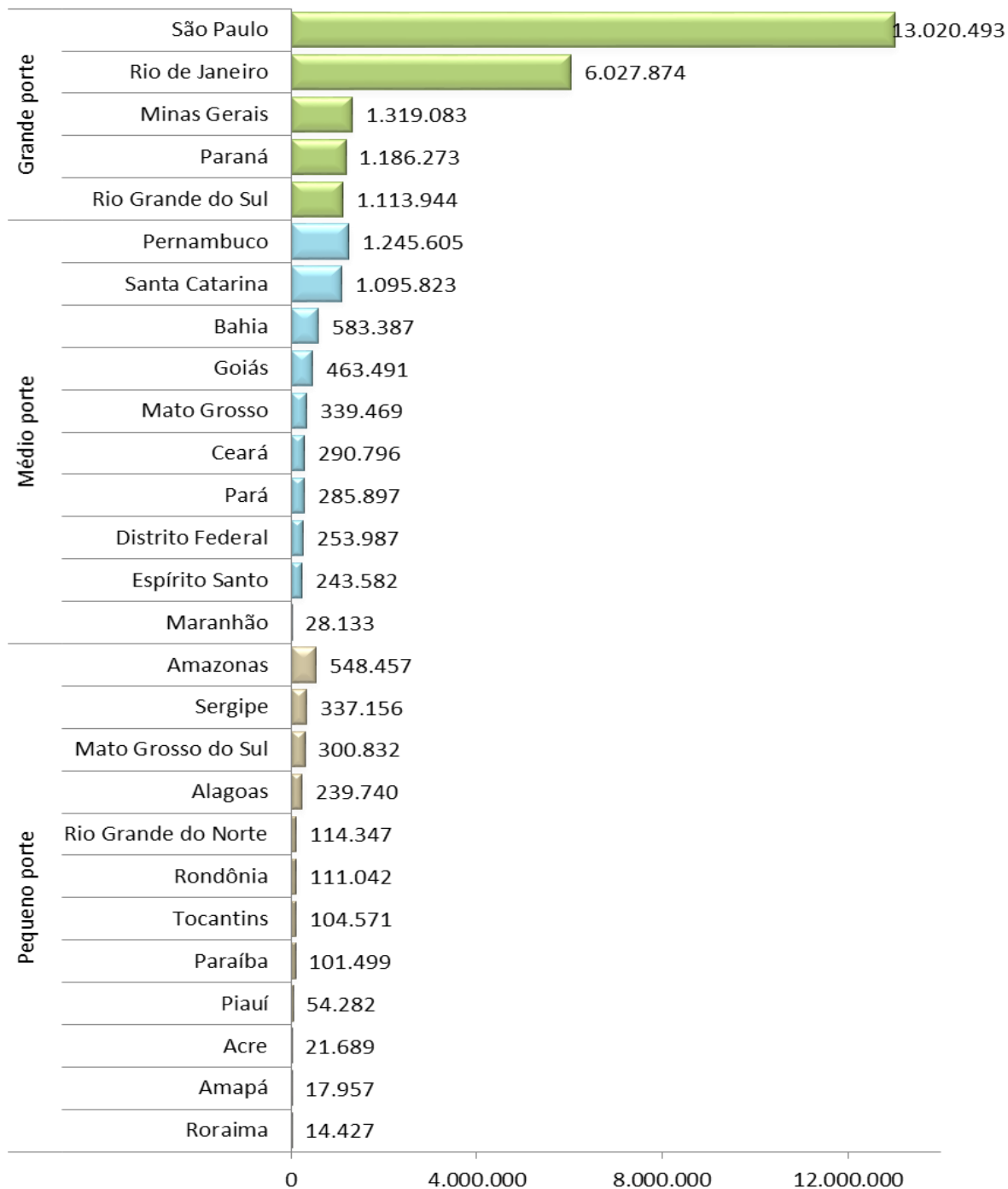
2.2.10. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tabela 2.25 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
Acre	8.662	13.027	21.689
Alagoas	228.577	11.163	239.740
Amazonas	527.889	20.568	548.457
Amapá	5.558	12.399	17.957
Bahia	482.875	100.512	583.387
Ceará	207.261	83.535	290.796
Distrito Federal	219.170	34.817	253.987
Espírito Santo	187.096	56.486	243.582
Goiás	407.270	56.221	463.491
Maranhão	25.365	2.768	28.133
Minas Gerais	1.048.197	270.886	1.319.083
Mato Grosso do Sul	238.778	62.054	300.832
Mato Grosso	311.143	28.326	339.469
Pará	144.157	141.740	285.897
Paraíba	93.657	7.842	101.499
Pernambuco	1.170.141	75.464	1.245.605
Piauí	50.351	3.931	54.282
Paraná	1.083.228	103.045	1.186.273
Rio de Janeiro	5.687.054	340.820	6.027.874
Rio Grande do Norte	103.030	11.317	114.347
Rondônia	70.456	40.586	111.042
Roraima	8.230	6.197	14.427
Rio Grande do Sul	741.897	372.047	1.113.944
Santa Catarina	867.938	227.885	1.095.823
Sergipe	262.672	74.484	337.156
São Paulo	11.812.694	1.207.799	13.020.493
Tocantins	85.297	19.274	104.571
Justiça Estadual	26.078.643	3.385.193	29.463.836

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.25 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- $ExeJudP1^\circ = ExeJudPCrimPL1^\circ + ExeJudPCrimNPL1^\circ + ExeJudPNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

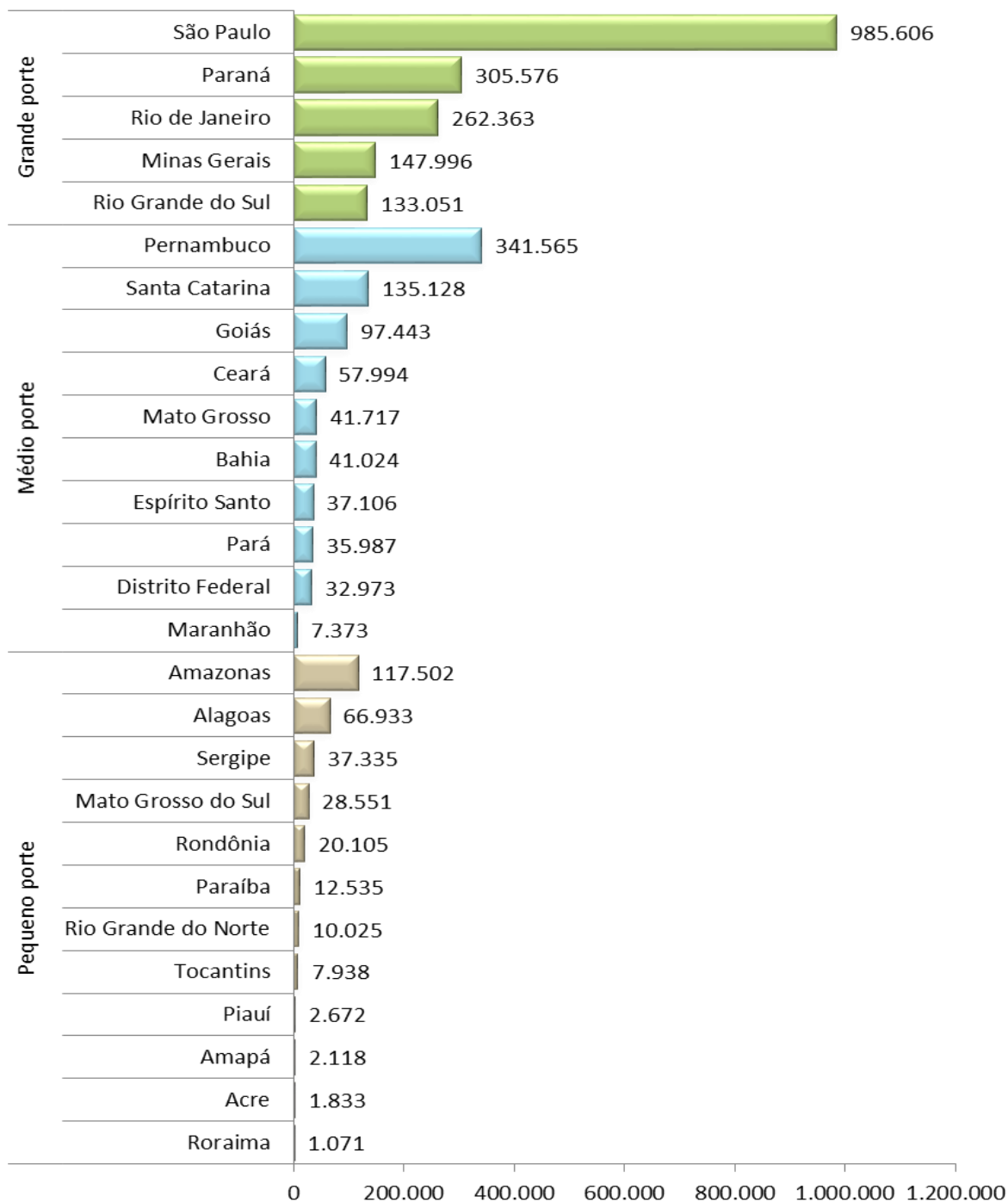
2.2.11. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.26 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	715	1.118	1.833
Alagoas	65.481	1.452	66.933
Amazonas	115.514	1.988	117.502
Amapá	577	1.541	2.118
Bahia	35.222	5.802	41.024
Ceará	55.084	2.910	57.994
Distrito Federal	23.576	9.397	32.973
Espírito Santo	17.551	19.555	37.106
Goiás	78.351	19.092	97.443
Maranhão	5.300	2.073	7.373
Minas Gerais	128.105	19.891	147.996
Mato Grosso do Sul	25.384	3.167	28.551
Mato Grosso	28.954	12.763	41.717
Pará	27.734	8.253	35.987
Paraíba	9.196	3.339	12.535
Pernambuco	331.423	10.142	341.565
Piauí	1.754	918	2.672
Paraná	273.794	31.782	305.576
Rio de Janeiro	245.370	16.993	262.363
Rio Grande do Norte	8.891	1.134	10.025
Rondônia	14.611	5.494	20.105
Roraima	909	162	1.071
Rio Grande do Sul	105.773	27.278	133.051
Santa Catarina	107.308	27.820	135.128
Sergipe	24.232	13.103	37.335
São Paulo	866.606	119.000	985.606
Tocantins	5.638	2.300	7.938
Justiça Estadual	2.603.053	368.467	2.971.520

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.26 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.12. TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

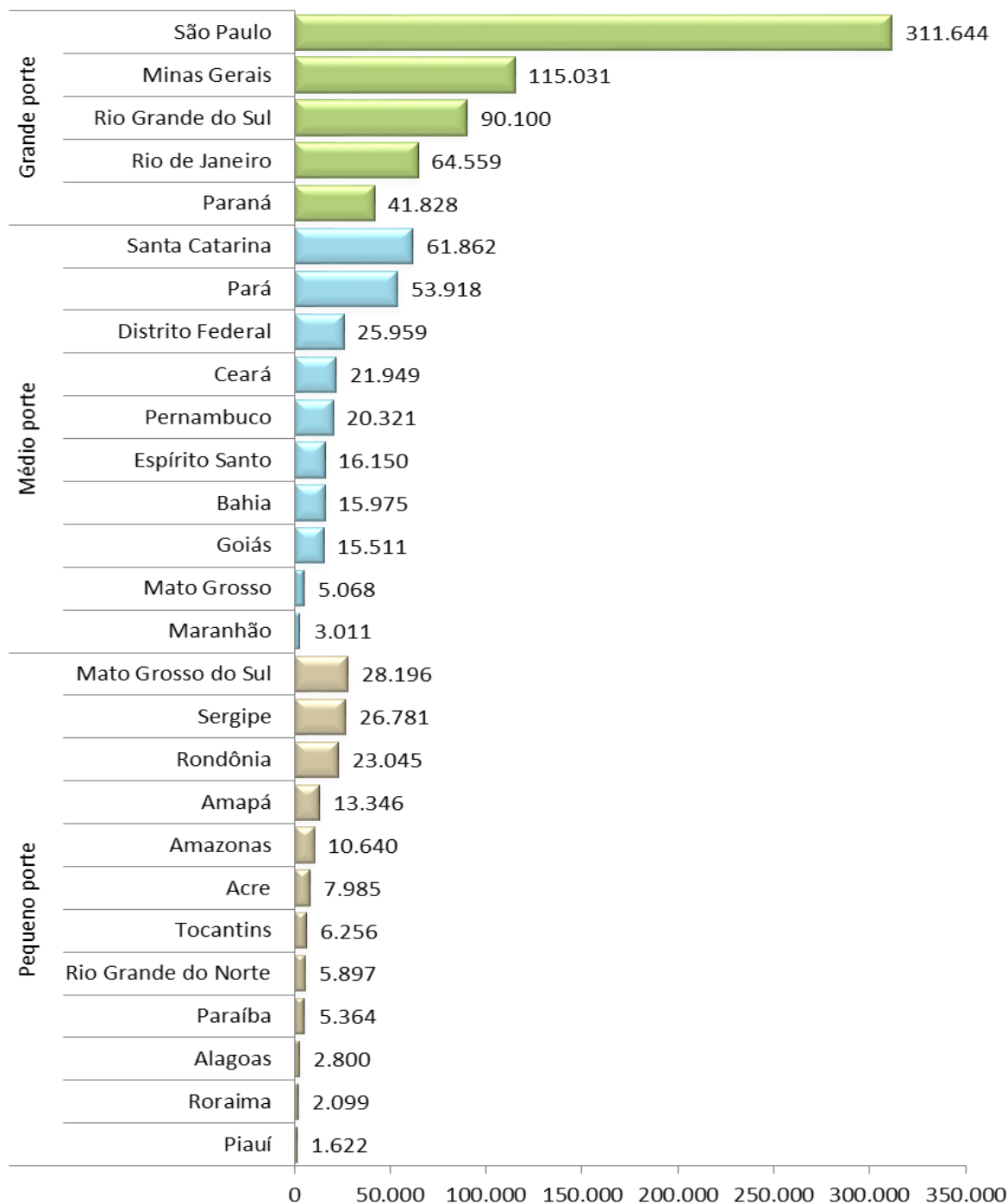
Tabela 2.27 - TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixJudCrimPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	TBAixJudCrimNPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não- Privativas de Liberdade no 1º Grau	TBAixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau
Acre	720	1.291	5.974	7.985
Alagoas	300	203	2.297	2.800
Amazonas	521	2.131	7.988	10.640
Amapá	6.920	1.739	4.687	13.346
Bahia	2.975	1.752	11.248	15.975
Ceará	7.537	68	14.344	21.949
Distrito Federal	754	5.929	19.276	25.959
Espírito Santo	6.215	768	9.167	16.150
Goiás	0	0	15.511	15.511
Maranhão	92	260	2.659	3.011
Minas Gerais	6.293	46.172	62.566	115.031
Mato Grosso do Sul	476	1.252	26.468	28.196
Mato Grosso	1.570	602	2.896	5.068
Pará	4.679	3.630	45.609	53.918
Paraíba	nd	nd	5.364	5.364
Pernambuco	3.733	595	15.993	20.321
Piauí	625	362	635	1.622
Paraná	nd	nd	41.828	41.828
Rio de Janeiro	11.229	864	52.466	64.559
Rio Grande do Norte	1.907	446	3.544	5.897
Rondônia	5.306	460	17.279	23.045
Roraima	350	255	1.494	2.099
Rio Grande do Sul	8.357	2.878	78.865	90.100
Santa Catarina	14.770	8.875	38.217	61.862
Sergipe	971	1.578	24.232	26.781
São Paulo	36.593	24.494	250.557	311.644
Tocantins	1.199	699	4.358	6.256
Justiça Estadual	124.092	107.303	765.522	996.917

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução judicial que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixJud1^\circ = TBaixJudCrimPL1^\circ + TBaixJudCrimNPL1^\circ + TBaixJudNCrim1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixJudCrimPL1º** - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimPL1º - Execuções de penas privativas de liberdade no 1º Grau.
- **TBaixJudCrimNPL1º** - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPL1º - Execuções de penas não-privativas de liberdade no 1º Grau.
- **TBaixJudNCrim1º** - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais: Os processos de execução de títulos judiciais (exceto de execuções penais) que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

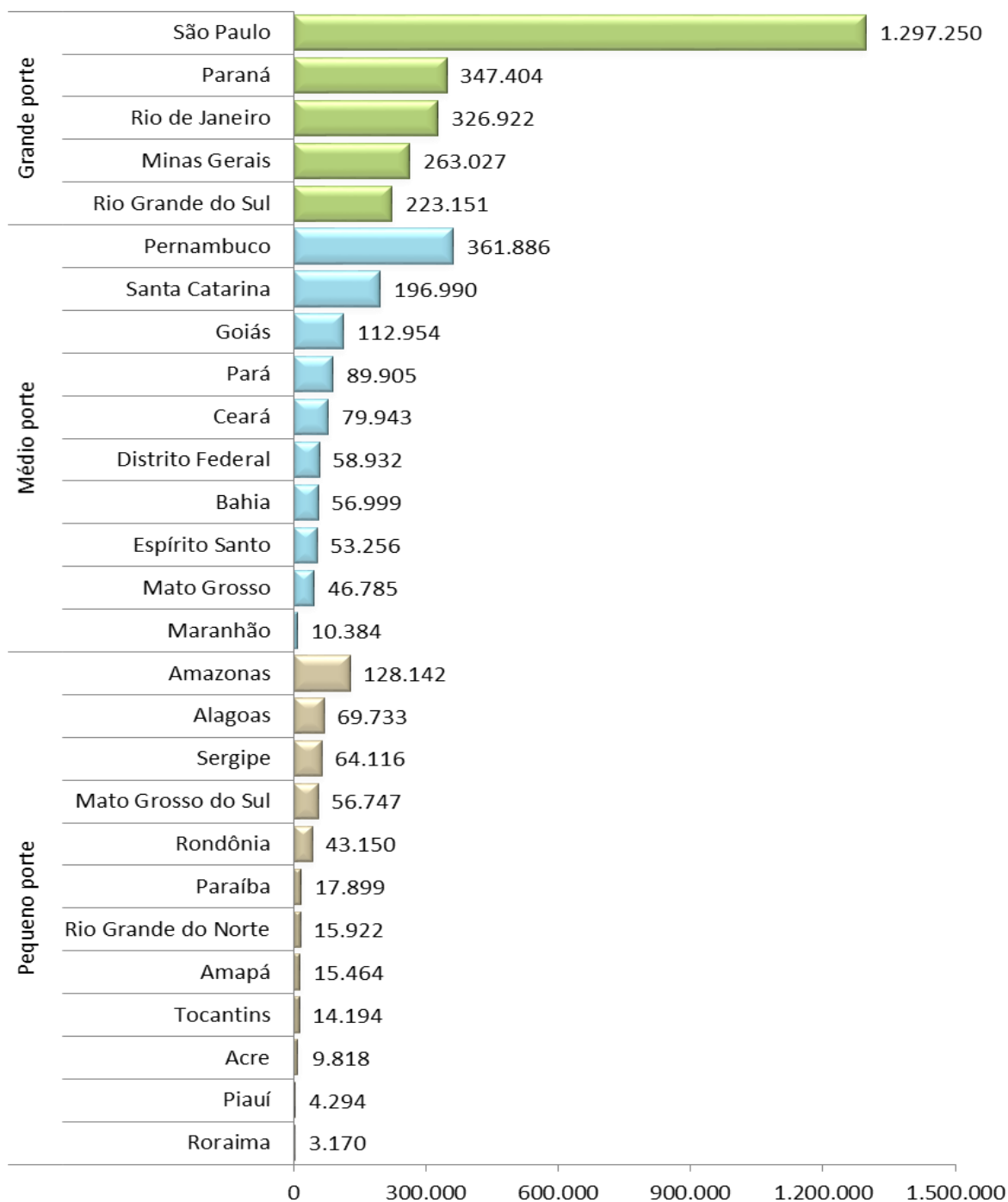
2.2.13. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tabela 2.28 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
Acre	1.833	7.985	9.818
Alagoas	66.933	2.800	69.733
Amazonas	117.502	10.640	128.142
Amapá	2.118	13.346	15.464
Bahia	41.024	15.975	56.999
Ceará	57.994	21.949	79.943
Distrito Federal	32.973	25.959	58.932
Espírito Santo	37.106	16.150	53.256
Goiás	97.443	15.511	112.954
Maranhão	7.373	3.011	10.384
Minas Gerais	147.996	115.031	263.027
Mato Grosso do Sul	28.551	28.196	56.747
Mato Grosso	41.717	5.068	46.785
Pará	35.987	53.918	89.905
Paraíba	12.535	5.364	17.899
Pernambuco	341.565	20.321	361.886
Piauí	2.672	1.622	4.294
Paraná	305.576	41.828	347.404
Rio de Janeiro	262.363	64.559	326.922
Rio Grande do Norte	10.025	5.897	15.922
Rondônia	20.105	23.045	43.150
Roraima	1.071	2.099	3.170
Rio Grande do Sul	133.051	90.100	223.151
Santa Catarina	135.128	61.862	196.990
Sergipe	37.335	26.781	64.116
São Paulo	985.606	311.644	1.297.250
Tocantins	7.938	6.256	14.194
Justiça Estadual	2.971.520	996.917	3.968.437

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.28 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$
- $TBaixJud1^\circ = TBaixJudCrimPL1^\circ + TBaixJudCrimNPL1^\circ + TBaixJudNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

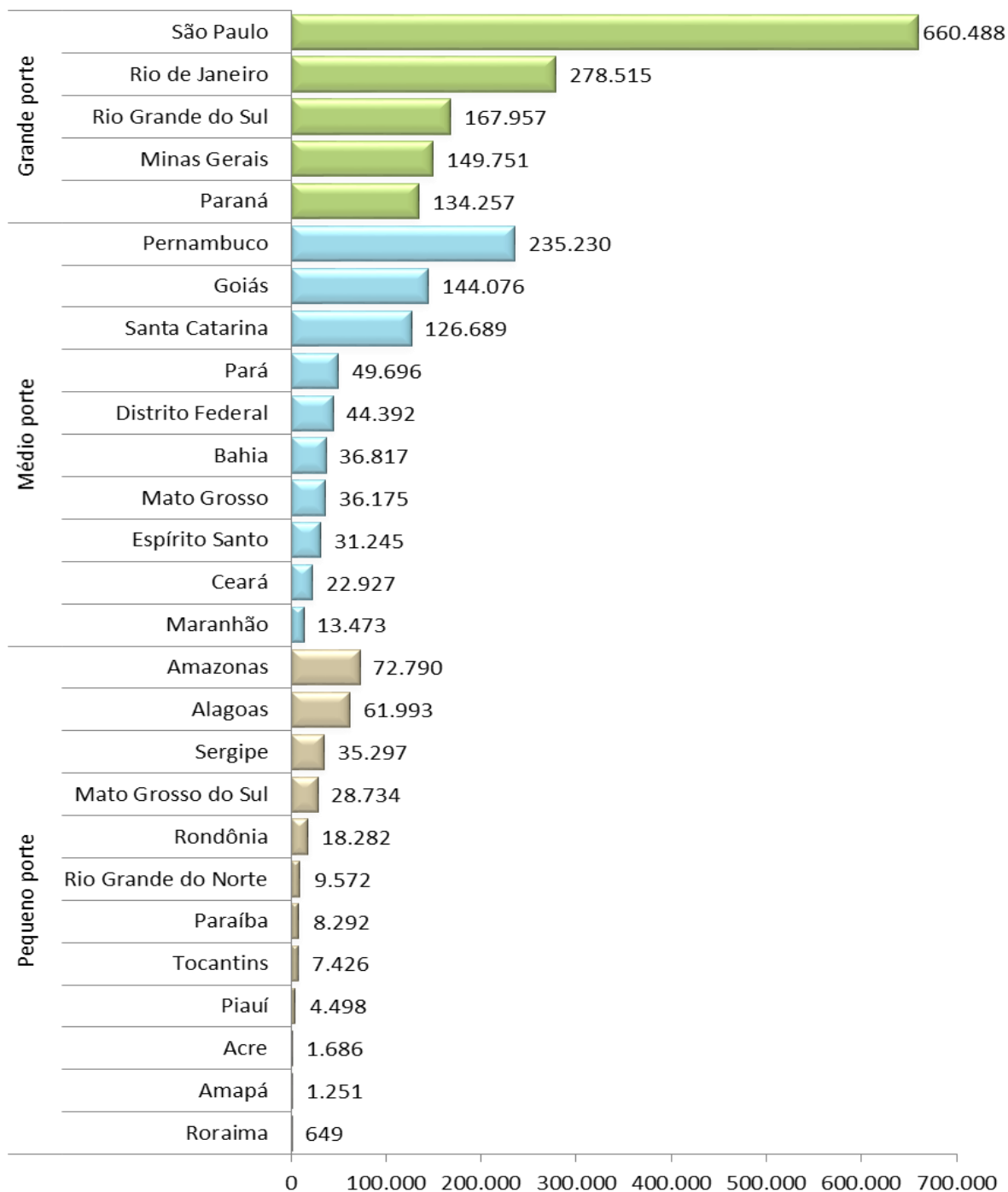
2.2.14. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tabela 2.29 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
Acre	695	991	1.686
Alagoas	60.992	1.001	61.993
Amazonas	71.538	1.252	72.790
Amapá	281	970	1.251
Bahia	31.201	5.616	36.817
Ceará	21.197	1.730	22.927
Distrito Federal	34.847	9.545	44.392
Espírito Santo	13.568	17.677	31.245
Goiás	135.516	8.560	144.076
Maranhão	11.987	1.486	13.473
Minas Gerais	130.044	19.707	149.751
Mato Grosso do Sul	25.969	2.765	28.734
Mato Grosso	23.539	12.636	36.175
Pará	42.210	7.486	49.696
Paraíba	6.428	1.864	8.292
Pernambuco	229.477	5.753	235.230
Piauí	3.329	1.169	4.498
Paraná	118.464	15.793	134.257
Rio de Janeiro	263.790	14.725	278.515
Rio Grande do Norte	8.434	1.138	9.572
Rondônia	13.557	4.725	18.282
Roraima	540	109	649
Rio Grande do Sul	133.607	34.350	167.957
Santa Catarina	105.460	21.229	126.689
Sergipe	21.762	13.535	35.297
São Paulo	603.880	56.608	660.488
Tocantins	6.595	831	7.426
Justiça Estadual	2.118.907	263.251	2.382.158

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.29 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExtNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.15. SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

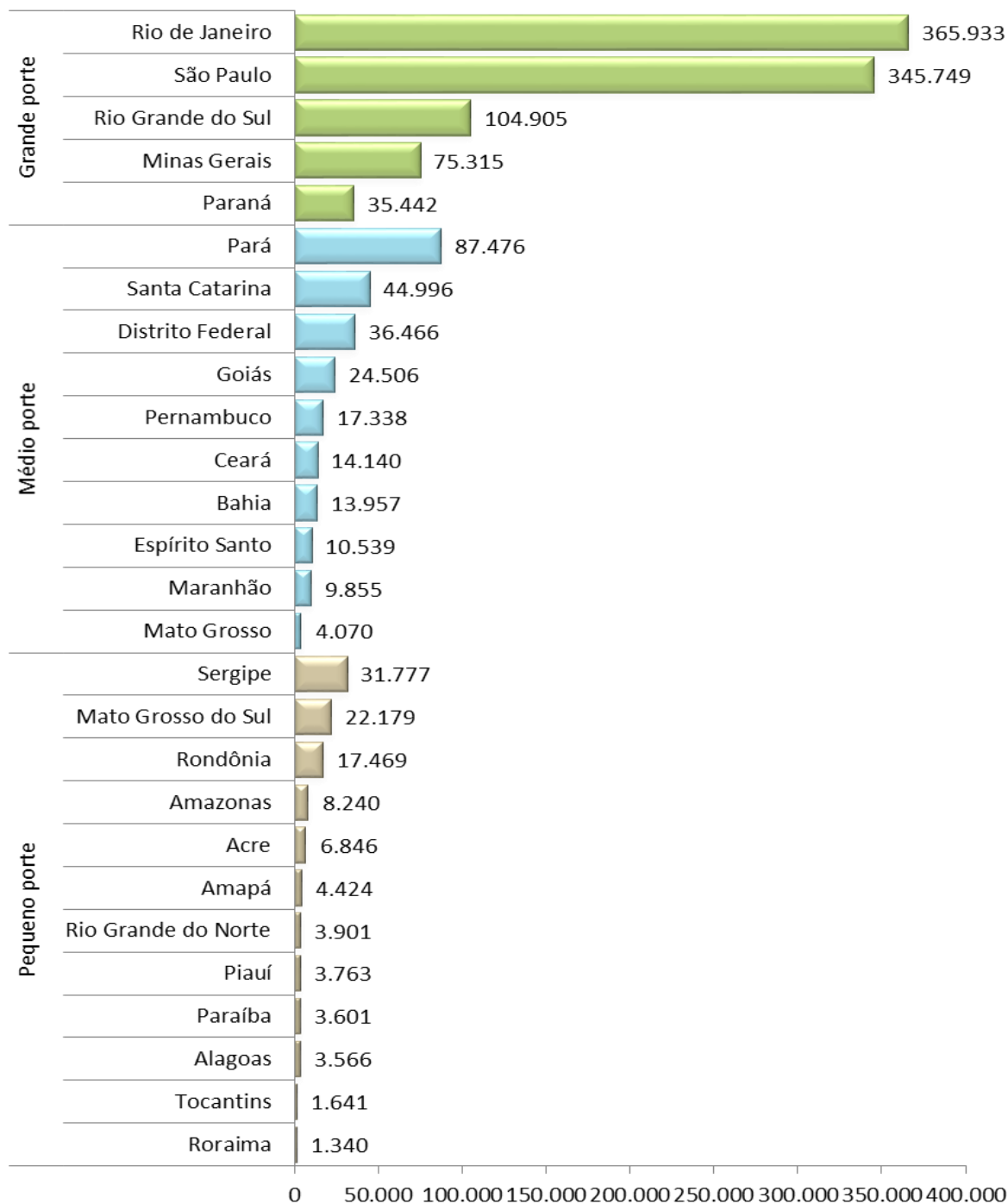
Tabela 2.30 - SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentJudCrimPL1º - Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	SentJudCrimNPL1º - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau
Acre	497	917	5.432	6.846
Alagoas	1.610	179	1.777	3.566
Amazonas	557	1.790	5.893	8.240
Amapá	1.134	346	2.944	4.424
Bahia	2.931	1.593	9.433	13.957
Ceará	3.077	1.438	9.625	14.140
Distrito Federal	3.377	4.874	28.215	36.466
Espírito Santo	nd	nd	10.539	10.539
Goiás	0	0	24.506	24.506
Maranhão	227	113	9.515	9.855
Minas Gerais	3.696	6.043	65.576	75.315
Mato Grosso do Sul	323	776	21.080	22.179
Mato Grosso	378	231	3.461	4.070
Pará	3.360	4.382	79.734	87.476
Paraíba	nd	nd	3.601	3.601
Pernambuco	3.588	972	12.778	17.338
Piauí	1.452	497	1.814	3.763
Paraná	nd	nd	35.442	35.442
Rio de Janeiro	15.645	33.235	317.053	365.933
Rio Grande do Norte	754	297	2.850	3.901
Rondônia	3.494	879	13.096	17.469
Roraima	179	115	1.046	1.340
Rio Grande do Sul	5.993	2.598	96.314	104.905
Santa Catarina	4.703	2.827	37.466	44.996
Sergipe	971	292	30.514	31.777
São Paulo	26.809	148.797	170.143	345.749
Tocantins	507	537	597	1.641
Justiça Estadual	85.262	213.728	1.000.444	1.299.434

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução judicial no 1º Grau que foram proferidas na Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentJud1º} = \text{SentJudCrimPL1º} + \text{SentJudCrimNPL1º} + \text{SentJudNCrim1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentJudCrimPL1º - Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau: Todas as sentenças em execução de penas privativas de liberdade proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimPL1º - Execuções de penas privativas de liberdade no 1º Grau.
- SentJudCrimNPL1º - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau: Todas as sentenças em execução de penas não-privativas de liberdade proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPL1º - Execuções de penas não-privativas de liberdade no 1º Grau.
- SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções penais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrim1º - Execuções judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

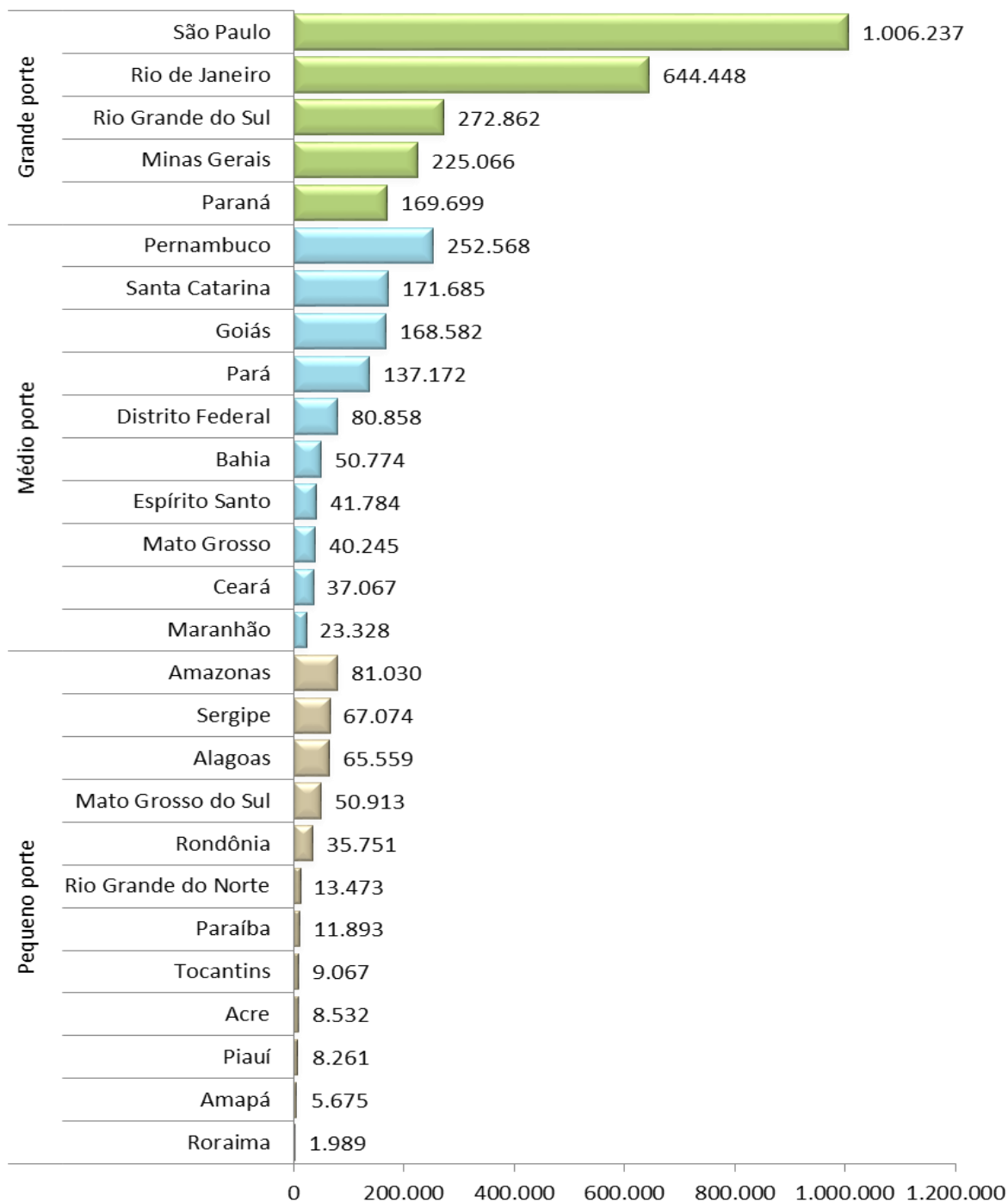
2.2.16. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tabela 2.31 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
Acre	1.686	6.846	8.532
Alagoas	61.993	3.566	65.559
Amazonas	72.790	8.240	81.030
Amapá	1.251	4.424	5.675
Bahia	36.817	13.957	50.774
Ceará	22.927	14.140	37.067
Distrito Federal	44.392	36.466	80.858
Espírito Santo	31.245	10.539	41.784
Goiás	144.076	24.506	168.582
Maranhão	13.473	9.855	23.328
Minas Gerais	149.751	75.315	225.066
Mato Grosso do Sul	28.734	22.179	50.913
Mato Grosso	36.175	4.070	40.245
Pará	49.696	87.476	137.172
Paraíba	8.292	3.601	11.893
Pernambuco	235.230	17.338	252.568
Piauí	4.498	3.763	8.261
Paraná	134.257	35.442	169.699
Rio de Janeiro	278.515	365.933	644.448
Rio Grande do Norte	9.572	3.901	13.473
Rondônia	18.282	17.469	35.751
Roraima	649	1.340	1.989
Rio Grande do Sul	167.957	104.905	272.862
Santa Catarina	126.689	44.996	171.685
Sergipe	35.297	31.777	67.074
São Paulo	660.488	345.749	1.006.237
Tocantins	7.426	1.641	9.067
Justiça Estadual	2.382.158	1.299.434	3.681.592

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.31 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$
- $SentJud1^\circ = SentJudCrimPL1^\circ + SentJudCrimNPL1^\circ + SentJudNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.17. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

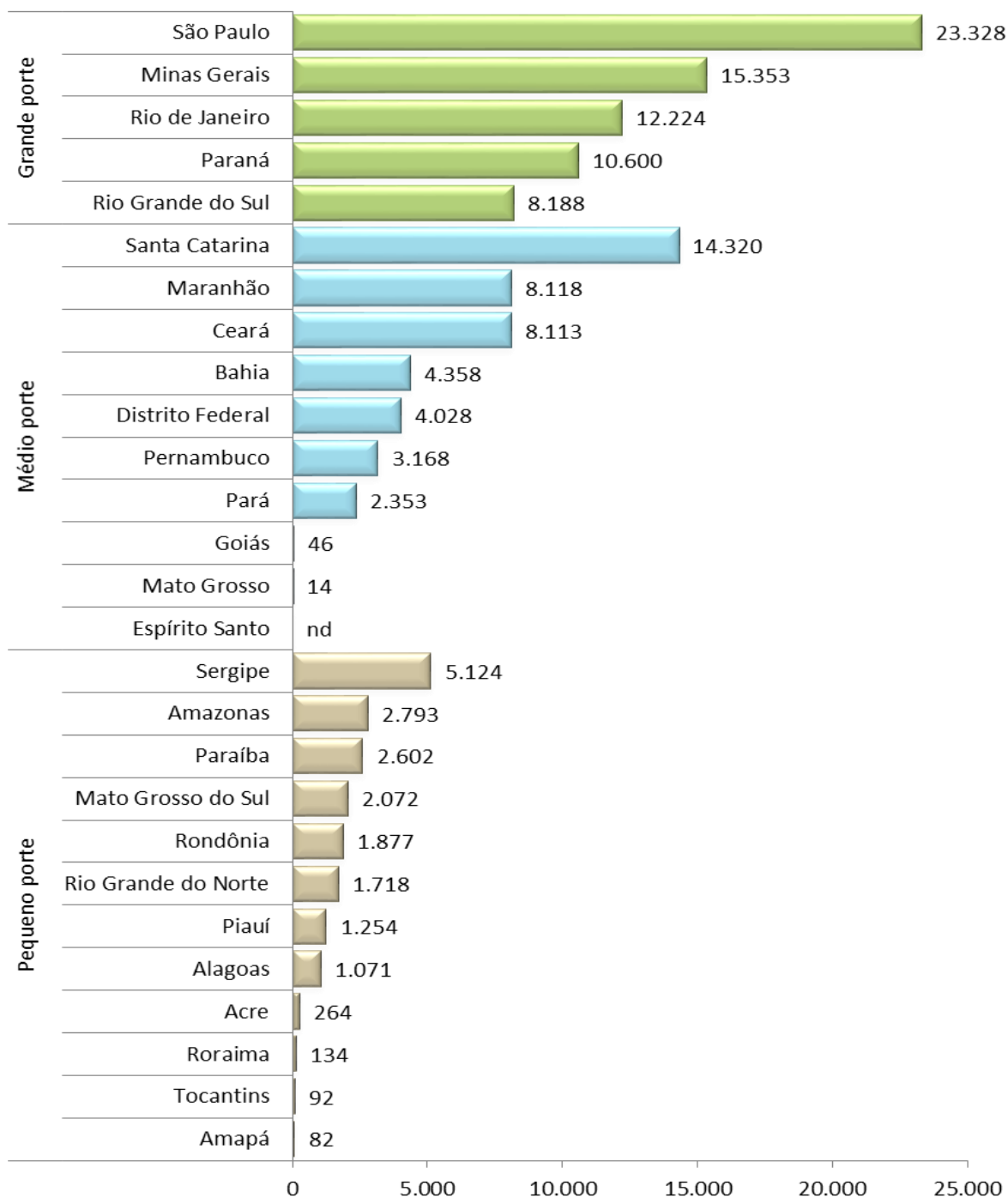
Tabela 2.32 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Tribunal de Justiça	IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau
Acre	25	239	264
Alagoas	277	794	1.071
Amazonas	127	2.666	2.793
Amapá	0	82	82
Bahia	443	3.915	4.358
Ceará	1.516	6.597	8.113
Distrito Federal	204	3.824	4.028
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	0	46	46
Maranhão	1.814	6.304	8.118
Minas Gerais	3.015	12.338	15.353
Mato Grosso do Sul	44	2.028	2.072
Mato Grosso	12	2	14
Pará	21	2.332	2.353
Paraíba	416	2.186	2.602
Pernambuco	539	2.629	3.168
Piauí	215	1.039	1.254
Paraná	1.241	9.359	10.600
Rio de Janeiro	3.084	9.140	12.224
Rio Grande do Norte	232	1.486	1.718
Rondônia	145	1.732	1.877
Roraima	18	116	134
Rio Grande do Sul	20	8.168	8.188
Santa Catarina	95	14.225	14.320
Sergipe	1.756	3.368	5.124
São Paulo	172	23.156	23.328
Tocantins	15	77	92
Justiça Estadual	15.446	117.848	133.294

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncEx1º} = \text{IncExFisc1º} + \text{IncExNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais e em execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.18. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

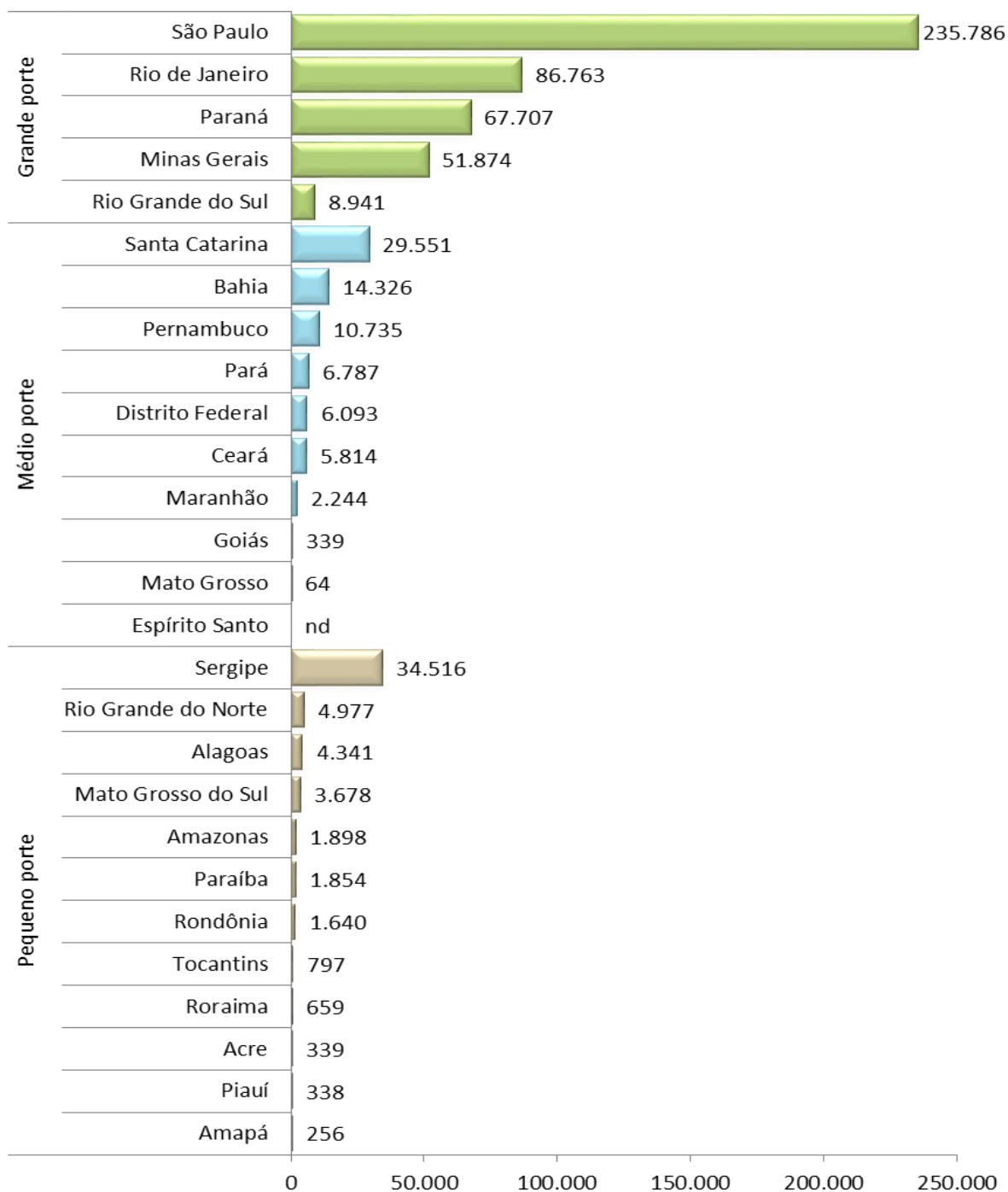
Tabela 2.33 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal de Justiça	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNfisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
Acre	33	306	339
Alagoas	488	3.853	4.341
Amazonas	165	1.733	1.898
Amapá	0	256	256
Bahia	3.945	10.381	14.326
Ceará	1.015	4.799	5.814
Distrito Federal	1	6.092	6.093
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	99	240	339
Maranhão	460	1.784	2.244
Minas Gerais	6.904	44.970	51.874
Mato Grosso do Sul	58	3.620	3.678
Mato Grosso	56	8	64
Pará	980	5.807	6.787
Paraíba	514	1.340	1.854
Pernambuco	2.767	7.968	10.735
Piauí	55	283	338
Paraná	11.416	56.291	67.707
Rio de Janeiro	52.254	34.509	86.763
Rio Grande do Norte	794	4.183	4.977
Rondônia	183	1.457	1.640
Roraima	1	658	659
Rio Grande do Sul	68	8.873	8.941
Santa Catarina	216	29.335	29.551
Sergipe	8.752	25.764	34.516
São Paulo	3.922	231.864	235.786
Tocantins	343	454	797
Justiça Estadual	95.489	486.828	582.317

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncExP1}^\circ = \text{IncExPFisc1}^\circ + \text{IncExPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExPNfisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais e em execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

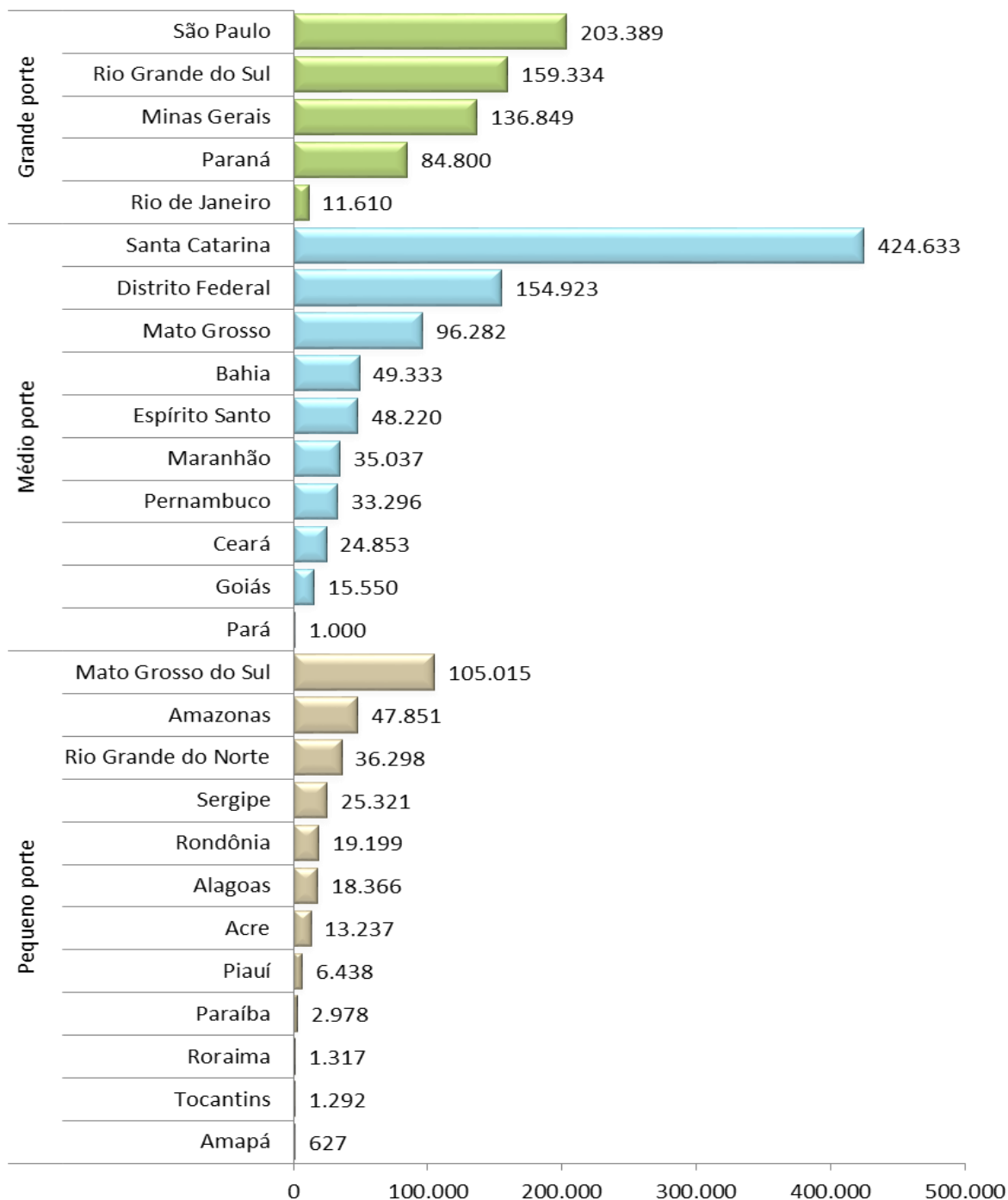
2.2.19. ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tabela 2.34 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tribunal de Justiça	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
Acre	2.637	10.600	13.237
Alagoas	5.567	12.799	18.366
Amazonas	47.609	242	47.851
Amapá	595	32	627
Bahia	28.462	20.871	49.333
Ceará	8.470	16.383	24.853
Distrito Federal	137.672	17.251	154.923
Espírito Santo	22.567	25.653	48.220
Goiás	9.182	6.368	15.550
Maranhão	1.192	33.845	35.037
Minas Gerais	96.647	40.202	136.849
Mato Grosso do Sul	35.813	69.202	105.015
Mato Grosso	86.332	9.950	96.282
Pará	550	450	1.000
Paraíba	1.804	1.174	2.978
Pernambuco	24.007	9.289	33.296
Piauí	4.284	2.154	6.438
Paraná	44.847	39.953	84.800
Rio de Janeiro	8.782	2.828	11.610
Rio Grande do Norte	27.595	8.703	36.298
Rondônia	8.055	11.144	19.199
Roraima	1.111	206	1.317
Rio Grande do Sul	124.919	34.415	159.334
Santa Catarina	292.541	132.092	424.633
Sergipe	24.704	617	25.321
São Paulo	142.588	60.801	203.389
Tocantins	1.130	162	1.292
Justiça Estadual	1.189.662	567.386	1.757.048

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.34 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas ou Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeSus1º} = \text{ExeSuSFisc1º} + \text{ExeSuSNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais e as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

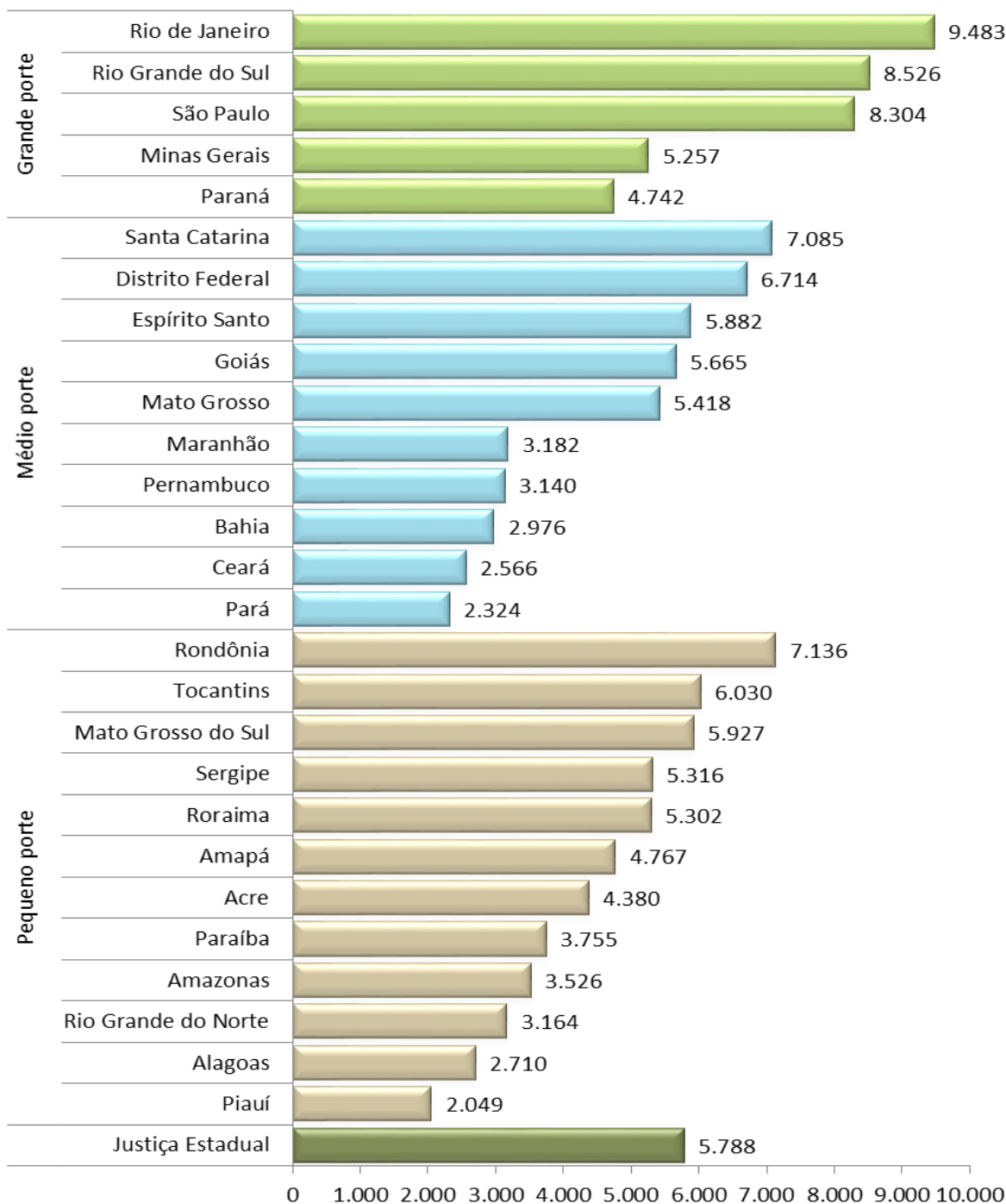
2.2.20. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tabela 2.35 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
Acre	31.832	2.177	8	4.380
Alagoas	82.987	6.453	33	2.710
Amazonas	98.090	36.167	38	3.526
Amapá	33.017	2.022	7	4.767
Bahia	339.354	108.339	150	2.976
Ceará	198.637	26.642	88	2.566
Distrito Federal	149.588	37.707	28	6.714
Espírito Santo	189.720	36.104	38	5.882
Goiás	252.714	111.761	64	5.665
Maranhão	205.022	11.173	68	3.182
Minas Gerais	895.931	186.686	206	5.257
Mato Grosso do Sul	131.780	21.569	26	5.927
Mato Grosso	127.673	44.749	32	5.418
Pará	144.556	41.386	80	2.324
Paraíba	135.531	11.439	39	3.755
Pernambuco	224.214	64.963	92	3.140
Piauí	60.377	4.862	32	2.049
Paraná	380.595	140.867	110	4.742
Rio de Janeiro	613.690	938.544	164	9.483
Rio Grande do Norte	96.842	9.926	34	3.164
Rondônia	99.796	23.529	17	7.136
Roraima	24.494	1.384	5	5.302
Rio Grande do Sul	792.310	159.564	112	8.526
Santa Catarina	321.136	148.896	66	7.085
Sergipe	87.858	28.866	22	5.316
São Paulo	2.306.334	1.319.320	437	8.304
Tocantins	65.383	23.747	15	6.030
Justiça Estadual	8.089.461	3.548.842	2.011	5.788

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.35 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça Estadual para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$
- $CnExt1^\circ = CnExt\text{Fisc}1^\circ + CnExt\text{NFisc}1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

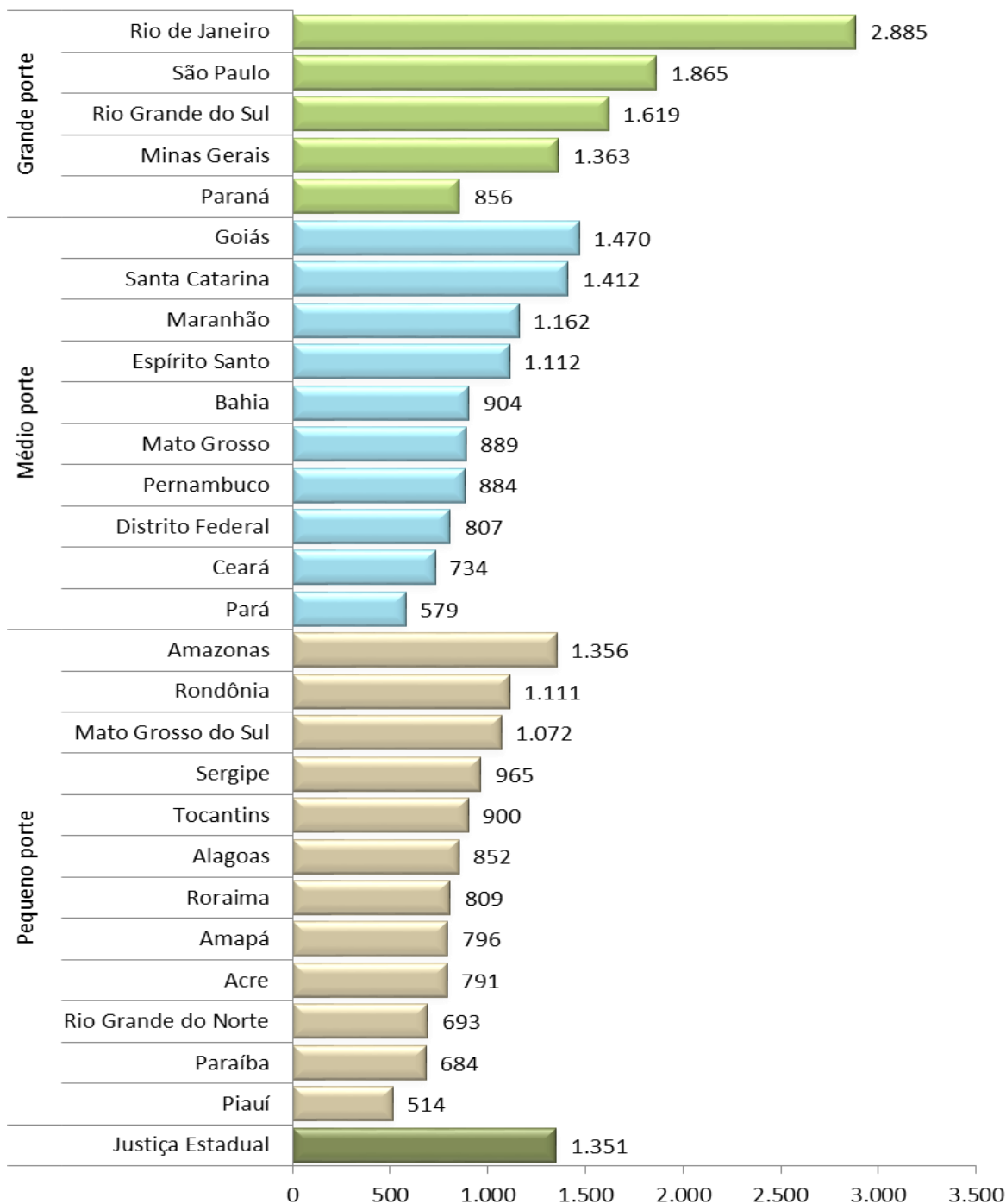
2.2.21. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tabela 2.36 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
Acre	31.832	2.177	43	791
Alagoas	82.987	6.453	105	852
Amazonas	98.090	36.167	99	1.356
Amapá	33.017	2.022	44	796
Bahia	339.354	108.339	495	904
Ceará	198.637	26.642	307	734
Distrito Federal	149.588	37.707	232	807
Espírito Santo	189.720	36.104	203	1.112
Goiás	252.714	111.761	248	1.470
Maranhão	205.022	11.173	186	1.162
Minas Gerais	895.931	186.686	794	1.363
Mato Grosso do Sul	131.780	21.569	143	1.072
Mato Grosso	127.673	44.749	194	889
Pará	144.556	41.386	321	579
Paraíba	135.531	11.439	215	684
Pernambuco	224.214	64.963	327	884
Piauí	60.377	4.862	127	514
Paraná	380.595	140.867	609	856
Rio de Janeiro	613.690	938.544	538	2.885
Rio Grande do Norte	96.842	9.926	154	693
Rondônia	99.796	23.529	111	1.111
Roraima	24.494	1.384	32	809
Rio Grande do Sul	792.310	159.564	588	1.619
Santa Catarina	321.136	148.896	333	1.412
Sergipe	87.858	28.866	121	965
São Paulo	2.306.334	1.319.320	1.944	1.865
Tocantins	65.383	23.747	99	900
Justiça Estadual	8.089.461	3.548.842	8.612	1.351

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.36 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau, para cada magistrado da Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$
- $CnExt1^\circ = CnExt\text{Fisc}1^\circ + CnExt\text{NFisc}1^\circ$
- $Mag1^\circ = Mag\text{PAe}1^\circ + Mag\text{PAcJE}1^\circ + Mag\text{PAcTR}1^\circ - Mag\text{AJ}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

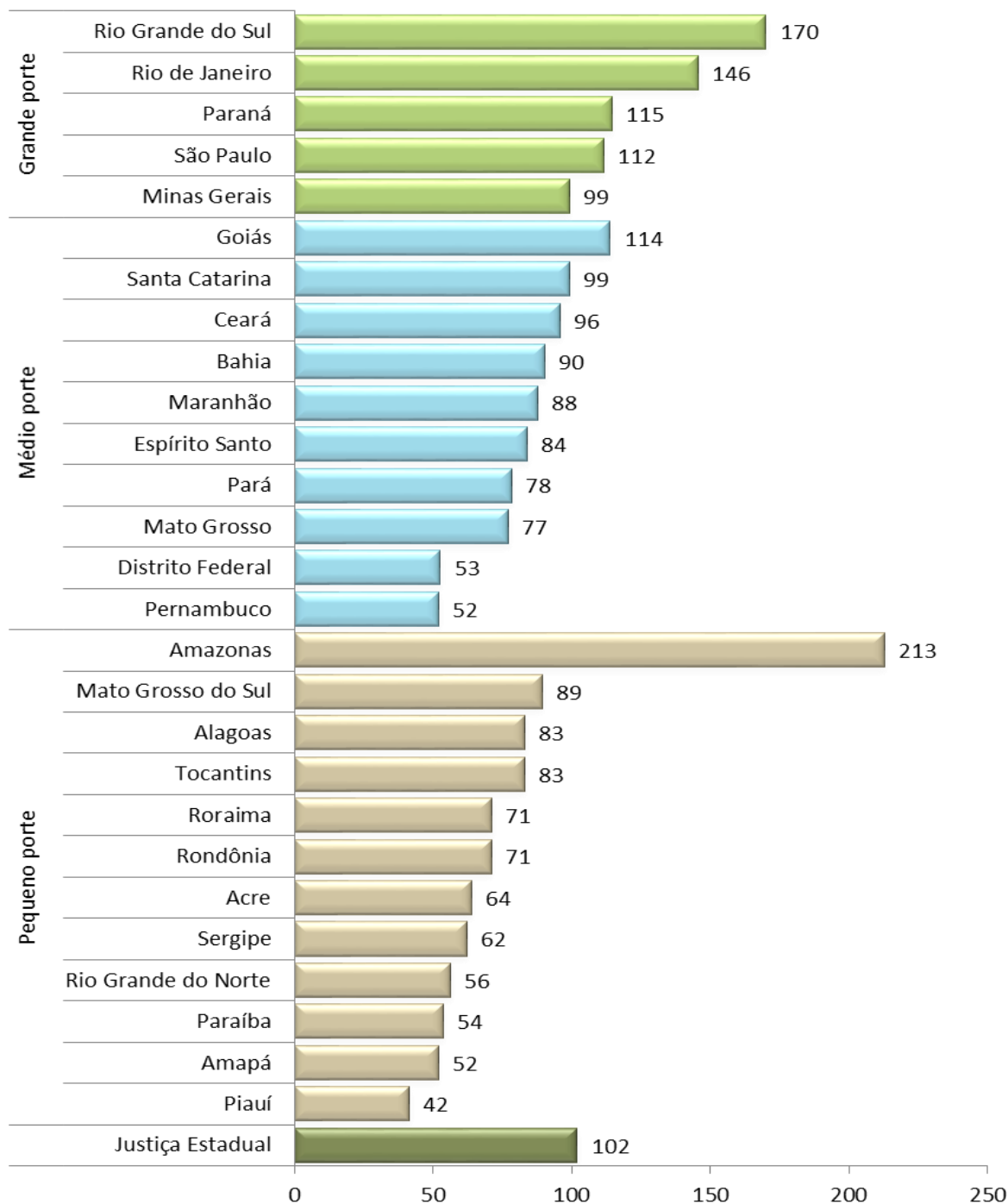
2.2.22. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tabela 2.37 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Total de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
Acre	31.832	2.177	533	64
Alagoas	82.987	6.453	1.074	83
Amazonas	98.090	36.167	631	213
Amapá	33.017	2.022	673	52
Bahia	339.354	108.339	4.963	90
Ceará	198.637	26.642	2.347	96
Distrito Federal	149.588	37.707	3.553	53
Espírito Santo	189.720	36.104	2.683	84
Goiás	252.714	111.761	3.199	114
Maranhão	205.022	11.173	2.465	88
Minas Gerais	895.931	186.686	10.920	99
Mato Grosso do Sul	131.780	21.569	1.716	89
Mato Grosso	127.673	44.749	2.232	77
Pará	144.556	41.386	2.371	78
Paraíba	135.531	11.439	2.733	54
Pernambuco	224.214	64.963	5.534	52
Piauí	60.377	4.862	1.570	42
Paraná	380.595	140.867	4.551	115
Rio de Janeiro	613.690	938.544	10.650	146
Rio Grande do Norte	96.842	9.926	1.890	56
Rondônia	99.796	23.529	1.732	71
Roraima	24.494	1.384	363	71
Rio Grande do Sul	792.310	159.564	5.594	170
Santa Catarina	321.136	148.896	4.733	99
Sergipe	87.858	28.866	1.878	62
São Paulo	2.306.334	1.319.320	32.483	112
Tocantins	65.383	23.747	1.074	83
Justiça Estadual	8.089.461	3.548.842	114.145	102

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.37 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnC1^\circ = CnCnCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $SaJud1^\circ = SaJudAe1^\circ + SaJudAcJE1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

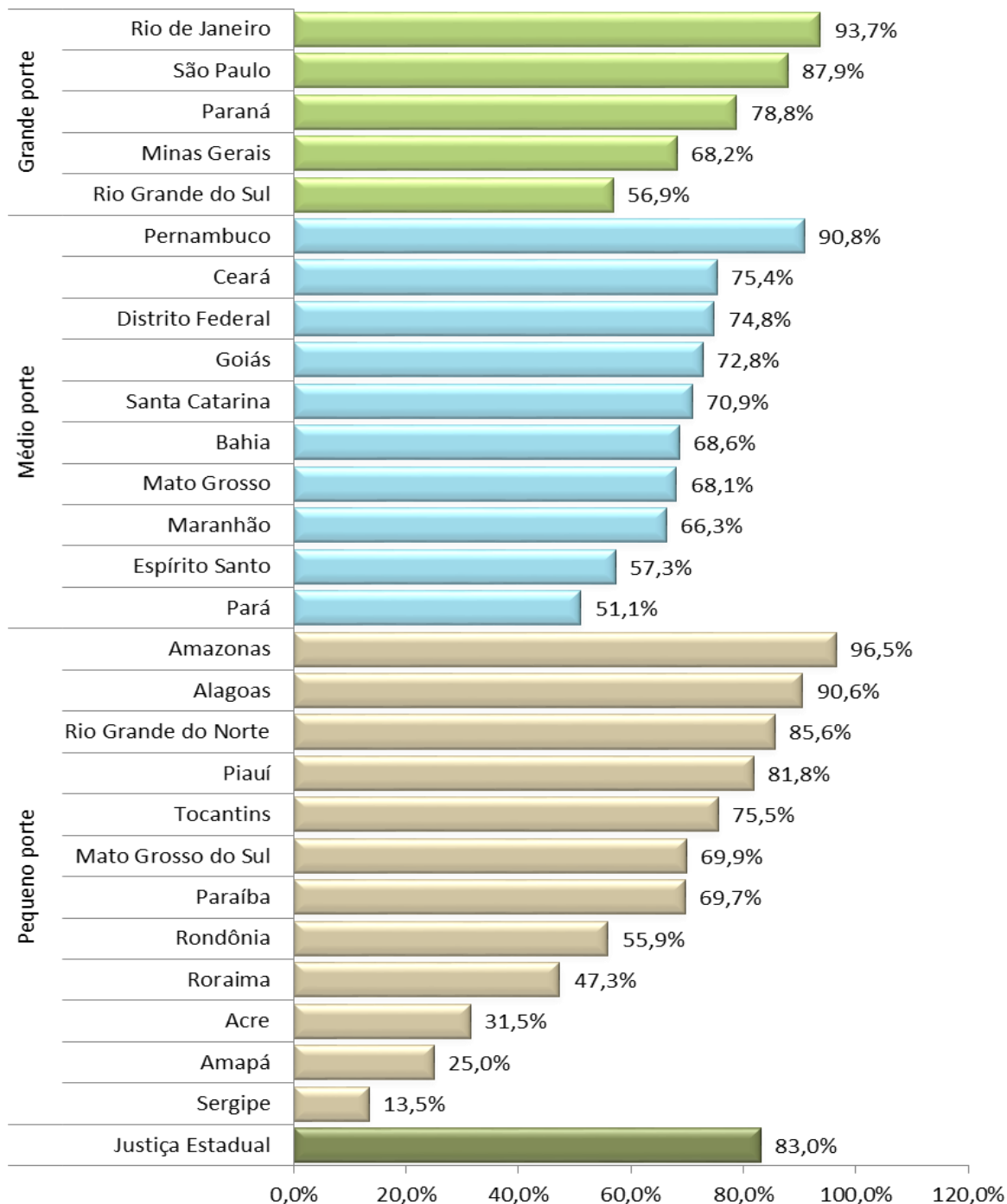
2.2.23. PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tabela 2.38 - PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal de Justiça	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	(CnExt1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau	(CpExt1º + ExeJudPNCrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau	PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
Acre	1.100	5.339	6.918	13.508	31,5%
Alagoas	4.194	219.227	9.295	237.364	90,6%
Amazonas	33.416	520.964	44.057	530.219	96,5%
Amapá	609	3.123	5.115	9.826	25,0%
Bahia	97.294	424.818	188.002	572.952	68,6%
Ceará	21.081	191.871	40.088	242.443	75,4%
Distrito Federal	26.705	196.829	48.547	250.166	74,8%
Espírito Santo	21.779	142.363	43.969	242.521	57,3%
Goiás	94.312	339.999	132.942	463.491	72,8%
Maranhão	7.891	20.022	14.712	27.361	66,3%
Minas Gerais	151.680	875.953	285.340	1.221.193	68,2%
Mato Grosso do Sul	16.385	224.728	49.356	295.601	69,9%
Mato Grosso	28.722	229.625	47.335	331.904	68,1%
Pará	37.600	125.725	67.665	251.819	51,1%
Paraíba	8.078	74.879	17.544	101.499	69,7%
Pernambuco	57.896	1.116.324	82.729	1.209.889	90,8%
Piauí	3.283	44.668	7.242	51.388	81,8%
Paraná	116.291	956.324	175.385	1.186.273	78,8%
Rio de Janeiro	919.280	5.540.453	1.023.315	5.873.630	93,7%
Rio Grande do Norte	7.215	97.118	12.989	108.912	85,6%
Rondônia	16.398	58.120	42.893	90.325	55,9%
Roraima	740	7.028	2.935	13.484	47,3%
Rio Grande do Sul	125.583	612.167	234.483	1.061.217	56,9%
Santa Catarina	123.677	763.318	206.914	1.044.372	70,9%
Sergipe	21.763	28.758	41.923	333.016	13,5%
São Paulo	1.188.901	11.342.973	1.600.485	12.659.217	87,9%
Tocantins	21.134	72.355	27.866	95.897	75,5%
Justiça Estadual	3.153.007	24.235.071	4.460.044	28.519.487	83,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.38 - PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Glossário:

PExtFisc1 - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça Estadual de 1º grau no período-base (semestre), exceto execuções penais.

Fórmula: $PExtFisc1 = ((CnExtFisc1º + CpExtFisc1º) / (CnExt1º + CpExt1º + ExeJudNCrim1º + ExeJudPNcrim1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- (CnExt1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos novos Extrajudiciais com o quantitativo de Execuções Judiciais não criminais no 1º Grau.
- (CpExt1º + ExeJudPNcrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos pendentes Extrajudiciais com o quantitativo de Execuções Judiciais pendentes não criminais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

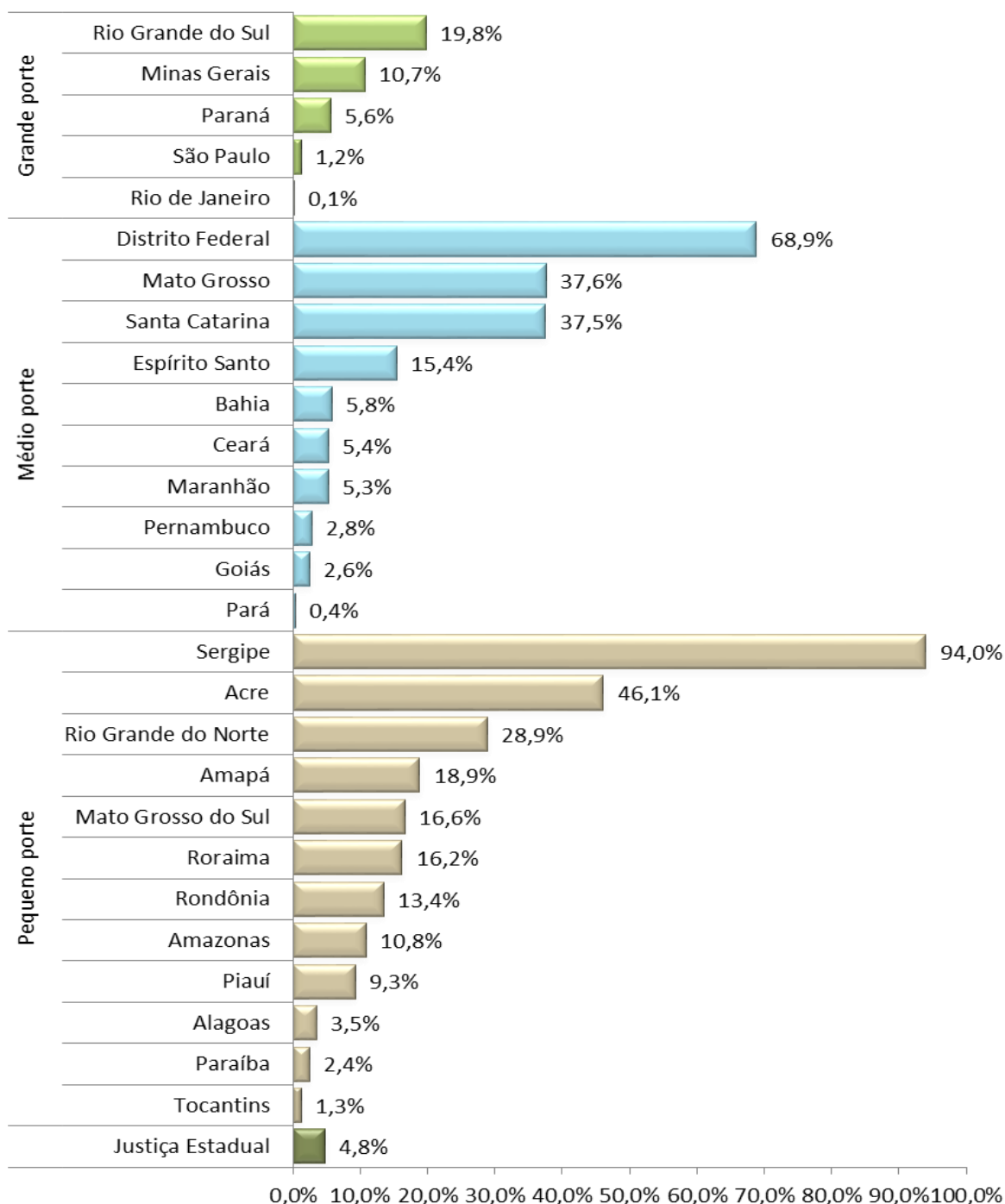
2.2.24. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tabela 2.39 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal de Justiça	ExeSuSFisc1º - Execução Fiscal Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
Acre	2.637	1.100	5.339	715	46,1%
Alagoas	5.567	4.194	219.227	65.481	3,5%
Amazonas	47.609	33.416	520.964	115.514	10,8%
Amapá	595	609	3.123	577	18,9%
Bahia	28.462	97.294	424.818	35.222	5,8%
Ceará	8.470	21.081	191.871	55.084	5,4%
Distrito Federal	137.672	26.705	196.829	23.576	68,9%
Espírito Santo	22.567	21.779	142.363	17.551	15,4%
Goiás	9.182	94.312	339.999	78.351	2,6%
Maranhão	1.192	7.891	20.022	5.300	5,3%
Minas Gerais	96.647	151.680	875.953	128.105	10,7%
Mato Grosso do Sul	35.813	16.385	224.728	25.384	16,6%
Mato Grosso	86.332	28.722	229.625	28.954	37,6%
Pará	550	37.600	125.725	27.734	0,4%
Paraíba	1.804	8.078	74.879	9.196	2,4%
Pernambuco	24.007	57.896	1.116.324	331.423	2,8%
Piauí	4.284	3.283	44.668	1.754	9,3%
Paraná	44.847	116.291	956.324	273.794	5,6%
Rio de Janeiro	8.782	919.280	5.540.453	245.370	0,1%
Rio Grande do Norte	27.595	7.215	97.118	8.891	28,9%
Rondônia	8.055	16.398	58.120	14.611	13,4%
Roraima	1.111	740	7.028	909	16,2%
Rio Grande do Sul	124.919	125.583	612.167	105.773	19,8%
Santa Catarina	292.541	123.677	763.318	107.308	37,5%
Sergipe	24.704	21.763	28.758	24.232	94,0%
São Paulo	142.588	1.188.901	11.342.973	866.606	1,2%
Tocantins	1.130	21.134	72.355	5.638	1,3%
Justiça Estadual	1.189.662	3.153.007	24.235.071	2.603.053	4,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.39 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Glossário:

PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal na Justiça Estadual de 1º grau no final do período-base (semestre).

Fórmula: $PEXSFisc1º = (ExeSuSFisc1º / (CnExtFisc1º + CpExtFisc1º - TBaixExtFisc1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **ExeSuSFisc1º** - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- **CnExtFisc1º** - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- **CpExtFisc1º** - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- **TBaixExtFisc1º** - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

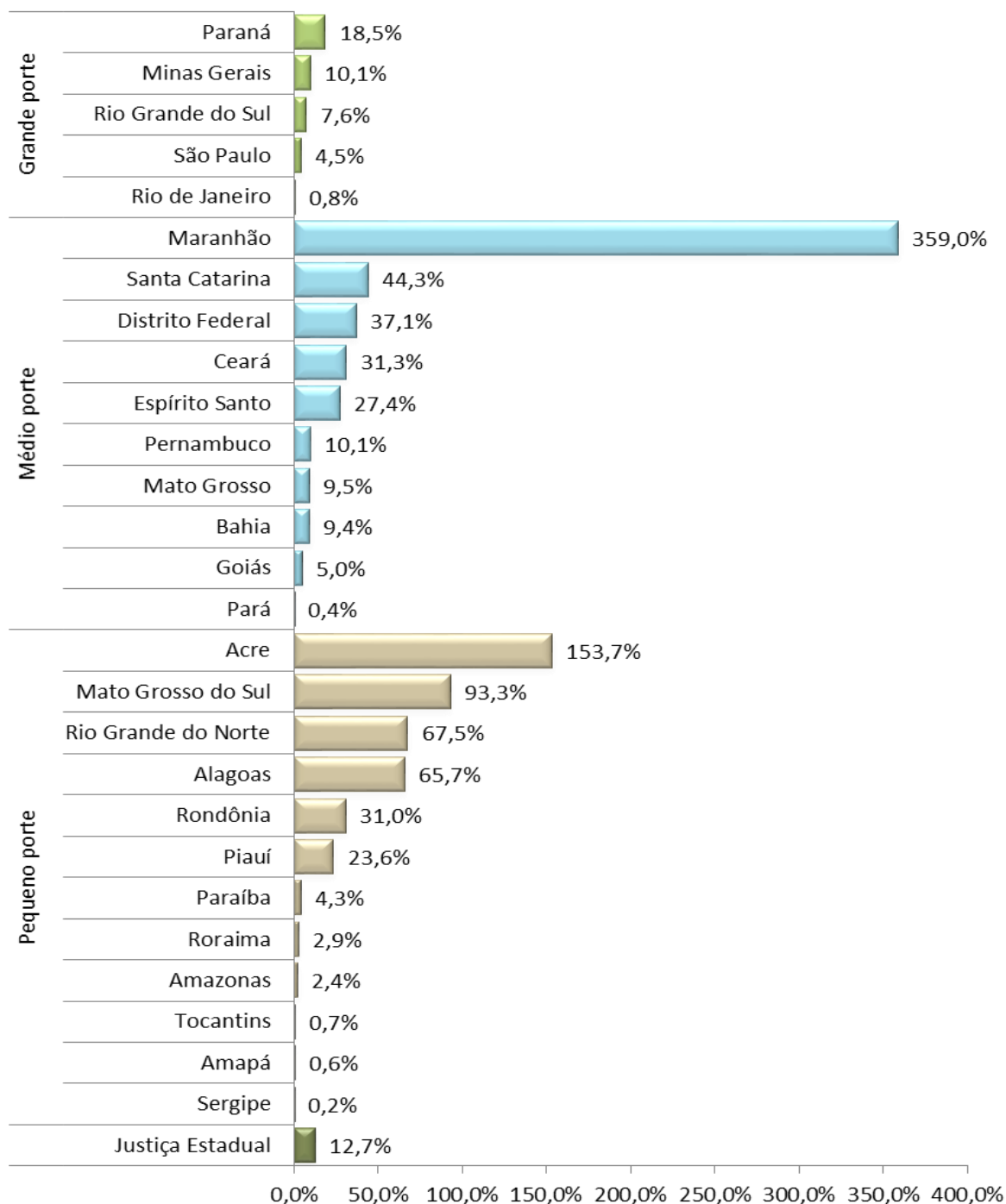
2.2.25. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tabela 2.40 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal de Justiça	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	(CnExtNFisc1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau	(CpExtNFisc1º + ExeJudPNCrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau	(TBaixExtNFisc1º + TBaixJudNCrim1º) Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais no 1º Grau	Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
Acre	10.600	5.818	8.169	7.092	153,7%
Alagoas	12.799	5.101	18.137	3.749	65,7%
Amazonas	242	10.641	9.255	9.976	2,4%
Amapá	32	4.506	6.703	6.228	0,6%
Bahia	20.871	90.708	148.134	17.050	9,4%
Ceará	16.383	19.007	50.572	17.254	31,3%
Distrito Federal	17.251	21.842	53.337	28.673	37,1%
Espírito Santo	25.653	22.190	100.158	28.722	27,4%
Goiás	6.368	38.630	123.492	34.603	5,0%
Maranhão	33.845	6.821	7.339	4.732	359,0%
Minas Gerais	40.202	133.660	345.240	82.457	10,1%
Mato Grosso do Sul	69.202	32.971	70.873	29.635	93,3%
Mato Grosso	9.950	18.613	102.279	15.659	9,5%
Pará	450	30.065	126.094	53.862	0,4%
Paraíba	1.174	9.466	26.620	8.703	4,3%
Pernambuco	9.289	24.833	93.565	26.135	10,1%
Piauí	2.154	3.959	6.720	1.553	23,6%
Paraná	39.953	59.094	229.949	73.610	18,5%
Rio de Janeiro	2.828	104.035	333.177	69.459	0,8%
Rio Grande do Norte	8.703	5.774	11.794	4.678	67,5%
Rondônia	11.144	26.495	32.205	22.773	31,0%
Roraima	206	2.195	6.456	1.656	2,9%
Rio Grande do Sul	34.415	108.900	449.050	106.143	7,6%
Santa Catarina	132.092	83.237	281.054	66.037	44,3%
Sergipe	617	20.160	304.258	37.335	0,2%
São Paulo	60.801	411.584	1.316.244	369.557	4,5%
Tocantins	162	6.732	23.542	6.658	0,7%
Justiça Estadual	567.386	1.307.037	4.284.416	1.133.989	12,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.40 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Glossário:

PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto penal e fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final do período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais e penais.

Fórmula: $PEXS1^\circ = (ExeSuSNFisc1^\circ / (CnExtNFisc1^\circ + ExeJudNCrim1^\circ + CpExtNFisc1^\circ + ExeJudPNCrim1^\circ - TBaixExtNFisc1^\circ - TBaixJudNCrim1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Estadual de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais e as execuções penais.
- (CnExtNFisc1º + ExeJudNCrim1º) Total de Casos novos Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos novos Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais não criminais no 1º Grau.
- (CpExtNFisc1º + ExeJudPNCrim1º) Total de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de Casos pendentes Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais pendentes não criminais no 1º Grau.
- (TBaixExtNFisc1º + TBaixJudNCrim1º) Total de Processos Baixados Extrajudiciais não fiscais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais no 1º Grau: É a soma do número de processos Baixados Extrajudiciais não fiscais com o quantitativo de Execuções Judiciais baixadas não criminais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.26. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

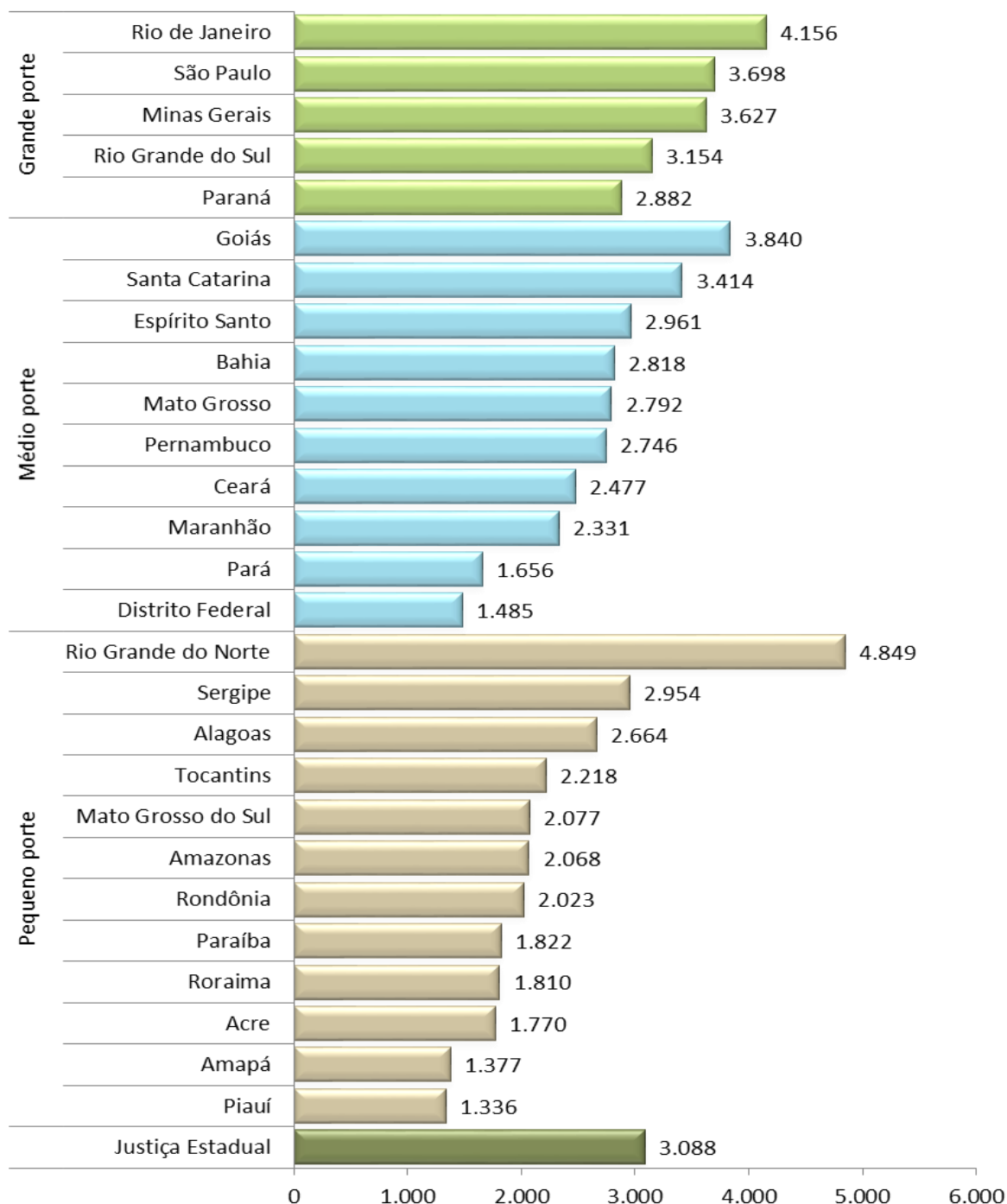
Tabela 2.41 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	31.832	43.811	409	46	43	1.770
Alagoas	82.987	192.962	1.209	2.584	105	2.664
Amazonas	98.090	100.340	5.191	1.065	99	2.068
Amapá	33.017	27.590	0	0	44	1.377
Bahia	339.354	1.031.366	23.212	1.172	495	2.818
Ceará	198.637	555.831	2.448	3.504	307	2.477
Distrito Federal	149.588	188.440	4.956	1.566	232	1.485
Espírito Santo	189.720	411.108	239	nd	203	2.961
Goiás	252.714	669.158	9.337	21.066	248	3.840
Maranhão	205.022	224.907	1.327	2.240	186	2.331
Minas Gerais	895.931	1.864.362	75.368	44.026	794	3.627
Mato Grosso do Sul	131.780	165.128	0	120	143	2.077
Mato Grosso	127.673	395.483	5.704	12.752	194	2.792
Pará	144.556	381.348	4.322	1.322	321	1.656
Paraíba	135.531	256.135	nd	nd	215	1.822
Pernambuco	224.214	668.308	5.112	207	327	2.746
Piauí	60.377	107.686	1.104	563	127	1.336
Paraná	380.595	1.343.980	30.504	nd	609	2.882
Rio de Janeiro	613.690	1.616.870	4.003	1.552	538	4.156
Rio Grande do Norte	96.842	193.094	124.958	331.786	154	4.849
Rondônia	99.796	120.783	3.315	704	111	2.023
Roraima	24.494	32.803	313	296	32	1.810
Rio Grande do Sul	792.310	1.061.989	nd	nd	588	3.154
Santa Catarina	321.136	769.035	19.165	27.412	333	3.414
Sergipe	87.858	260.080	3.423	6.070	121	2.954
São Paulo	2.306.334	4.804.096	73.851	4.141	1.944	3.698
Tocantins	65.383	153.683	359	109	99	2.218
Justiça Estadual	8.089.461	17.640.376	399.829	464.303	8.612	3.088

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.41 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnC1^\circ = CnC\text{Crim}1^\circ + CnC\text{NCrim}1^\circ$
- $CpC1^\circ = Cp\text{Crim}1^\circ + Cp\text{CNCrim}1^\circ$
- $RIntC1^\circ$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- $RIntCP1^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ = MagPAe1^\circ + MagPACJE1^\circ + MagPAC\text{TR}1^\circ - MagAJ1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.27. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

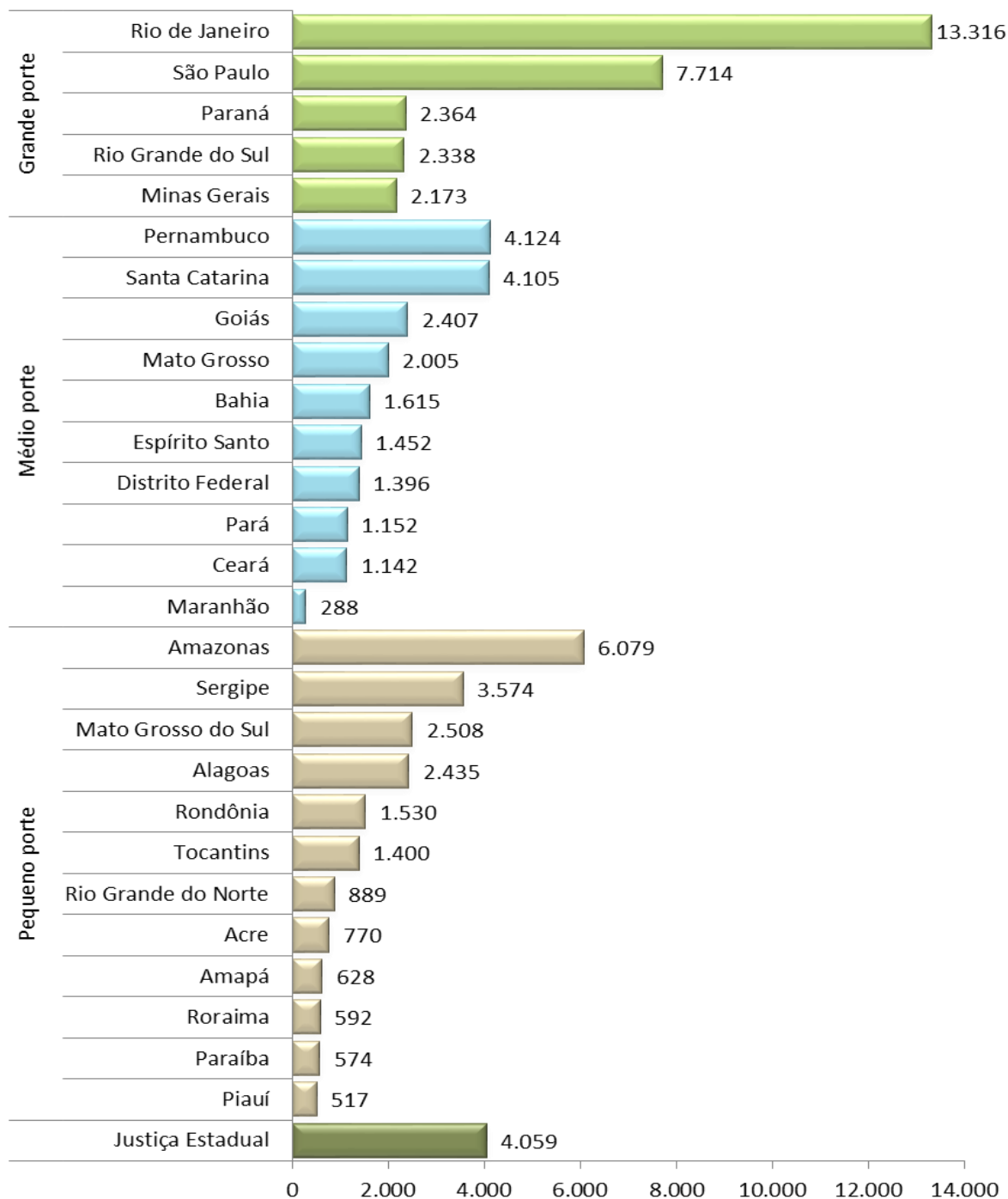
Tabela 2.42 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
Acre	10.830	21.689	264	339	43	770
Alagoas	10.490	239.740	1.071	4.341	105	2.435
Amazonas	48.708	548.457	2.793	1.898	99	6.079
Amapá	9.327	17.957	82	256	44	628
Bahia	197.164	583.387	4.358	14.326	495	1.615
Ceará	45.924	290.796	8.113	5.814	307	1.142
Distrito Federal	59.764	253.987	4.028	6.093	232	1.396
Espírito Santo	51.073	243.582	nd	nd	203	1.452
Goiás	132.942	463.491	46	339	248	2.407
Maranhão	15.065	28.133	8.118	2.244	186	288
Minas Gerais	339.293	1.319.083	15.353	51.874	794	2.173
Mato Grosso do Sul	52.053	300.832	2.072	3.678	143	2.508
Mato Grosso	49.470	339.469	14	64	194	2.005
Pará	74.648	285.897	2.353	6.787	321	1.152
Paraíba	17.544	101.499	2.602	1.854	215	574
Pernambuco	89.193	1.245.605	3.168	10.735	327	4.124
Piauí	9.727	54.282	1.254	338	127	517
Paraná	175.385	1.186.273	10.600	67.707	609	2.364
Rio de Janeiro	1.037.067	6.027.874	12.224	86.763	538	13.316
Rio Grande do Norte	15.910	114.347	1.718	4.977	154	889
Rondônia	55.304	111.042	1.877	1.640	111	1.530
Roraima	3.733	14.427	134	659	32	592
Rio Grande do Sul	243.506	1.113.944	8.188	8.941	588	2.338
Santa Catarina	227.168	1.095.823	14.320	29.551	333	4.105
Sergipe	55.640	337.156	5.124	34.516	121	3.574
São Paulo	1.717.053	13.020.493	23.328	235.786	1.944	7.714
Tocantins	33.145	104.571	92	797	99	1.400
Justiça Estadual	4.777.126	29.463.836	133.294	582.317	8.612	4.059

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.42 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho, na fase de execução, dos Magistrados de 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1^\circ = (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$
- $IncEx1^\circ = IncExFisc1^\circ + IncExNFisc1^\circ$
- $IncExP1^\circ = IncExPFisc1^\circ + IncExPNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagPAe1^\circ + MagPACJE1^\circ + MagPACTR1^\circ - MagAJ1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

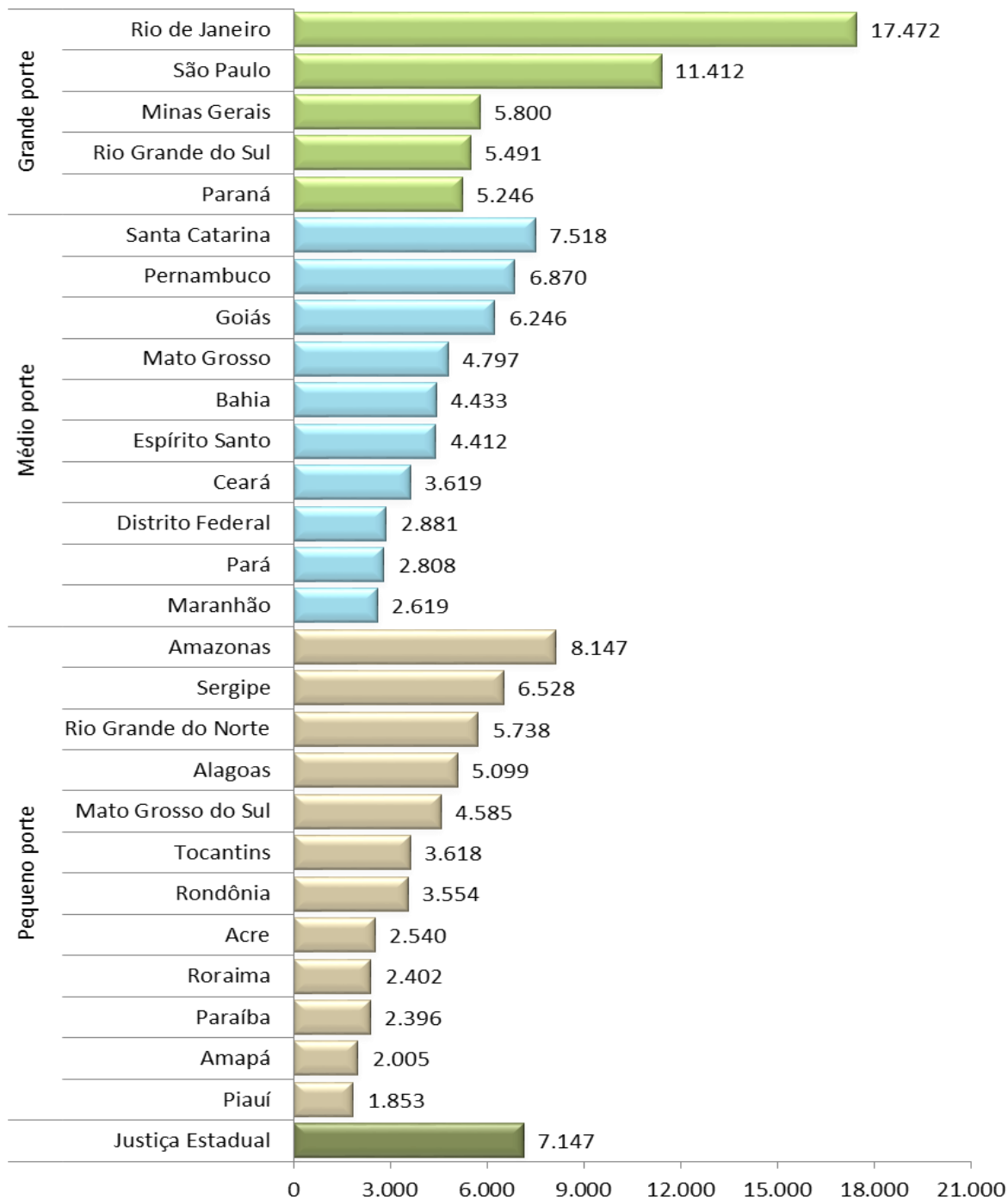
2.2.28. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.43 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
Acre	1.770	770	2.540
Alagoas	2.664	2.435	5.099
Amazonas	2.068	6.079	8.147
Amapá	1.377	628	2.005
Bahia	2.818	1.615	4.433
Ceará	2.477	1.142	3.619
Distrito Federal	1.485	1.396	2.881
Espírito Santo	2.961	1.452	4.412
Goiás	3.840	2.407	6.246
Maranhão	2.331	288	2.619
Minas Gerais	3.627	2.173	5.800
Mato Grosso do Sul	2.077	2.508	4.585
Mato Grosso	2.792	2.005	4.797
Pará	1.656	1.152	2.808
Paraíba	1.822	574	2.396
Pernambuco	2.746	4.124	6.870
Piauí	1.336	517	1.853
Paraná	2.882	2.364	5.246
Rio de Janeiro	4.156	13.316	17.472
Rio Grande do Norte	4.849	889	5.738
Rondônia	2.023	1.530	3.554
Roraima	1.810	592	2.402
Rio Grande do Sul	3.154	2.338	5.491
Santa Catarina	3.414	4.105	7.518
Sergipe	2.954	3.574	6.528
São Paulo	3.698	7.714	11.412
Tocantins	2.218	1.400	3.618
Justiça Estadual	3.088	4.059	7.147

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.43 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula: $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^o = (CnC1^o + CpC1^o + RIntC1^o + RIntCP1^o) / Mag1^o$
- $KEx1^o = (CnEx1^o + CpEx1^o + IncEx1^o + IncExP1^o) / Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

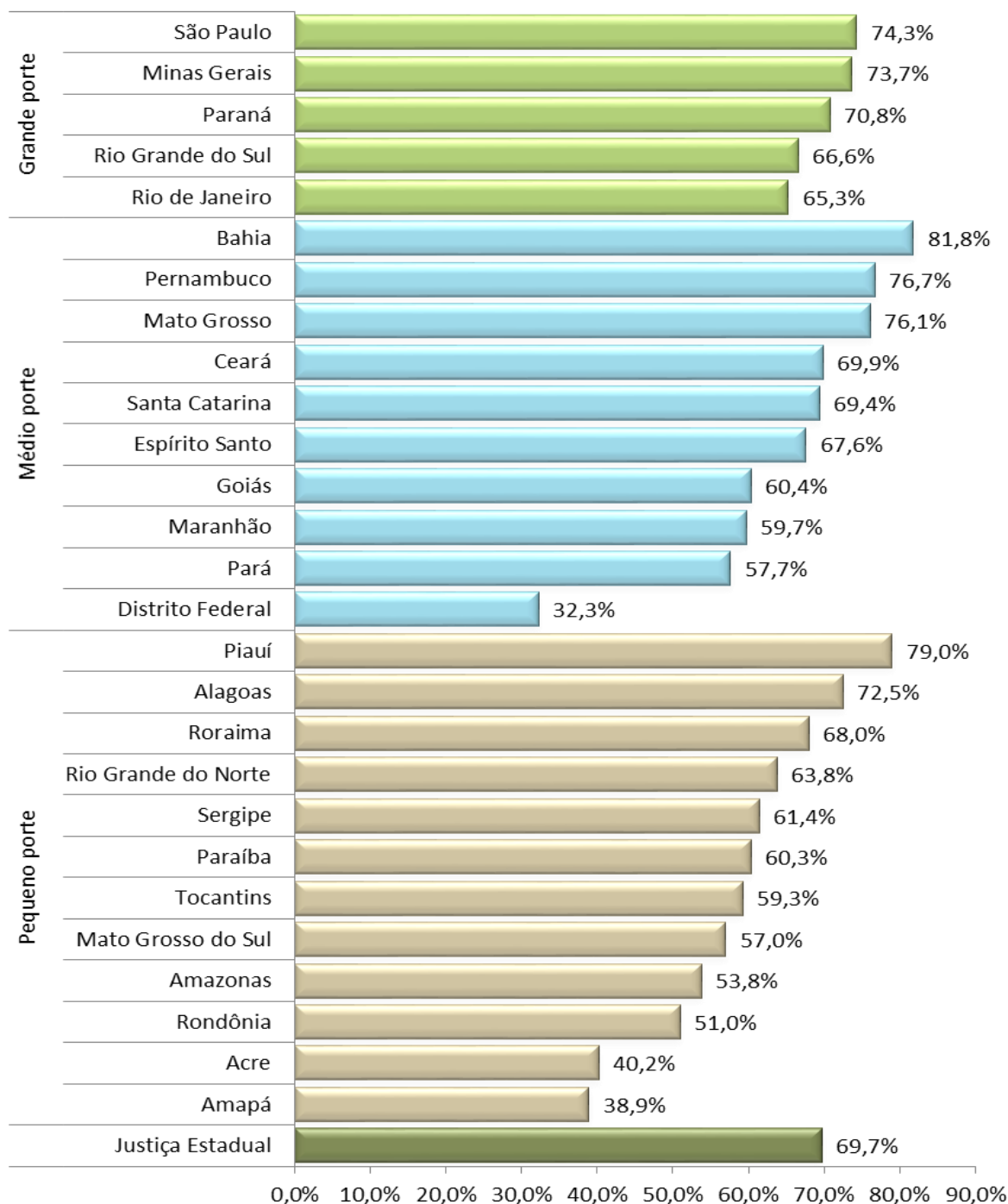
2.2.29. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.44 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	45.203	31.832	43.811	40,2%
Alagoas	75.899	82.987	192.962	72,5%
Amazonas	91.716	98.090	100.340	53,8%
Amapá	37.020	33.017	27.590	38,9%
Bahia	249.871	339.354	1.031.366	81,8%
Ceará	227.448	198.637	555.831	69,9%
Distrito Federal	228.990	149.588	188.440	32,3%
Espírito Santo	194.725	189.720	411.108	67,6%
Goiás	365.412	252.714	669.158	60,4%
Maranhão	173.065	205.022	224.907	59,7%
Minas Gerais	725.966	895.931	1.864.362	73,7%
Mato Grosso do Sul	127.665	131.780	165.128	57,0%
Mato Grosso	125.049	127.673	395.483	76,1%
Pará	222.711	144.556	381.348	57,7%
Paraíba	155.445	135.531	256.135	60,3%
Pernambuco	207.610	224.214	668.308	76,7%
Piauí	35.364	60.377	107.686	79,0%
Paraná	503.787	380.595	1.343.980	70,8%
Rio de Janeiro	775.011	613.690	1.616.870	65,3%
Rio Grande do Norte	105.098	96.842	193.094	63,8%
Rondônia	108.172	99.796	120.783	51,0%
Roraima	18.344	24.494	32.803	68,0%
Rio Grande do Sul	618.928	792.310	1.061.989	66,6%
Santa Catarina	334.026	321.136	769.035	69,4%
Sergipe	134.161	87.858	260.080	61,4%
São Paulo	1.827.644	2.306.334	4.804.096	74,3%
Tocantins	89.224	65.383	153.683	59,3%
Justiça Estadual	7.803.554	8.089.461	17.640.376	69,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.44 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$
- $CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$
- $CpC1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

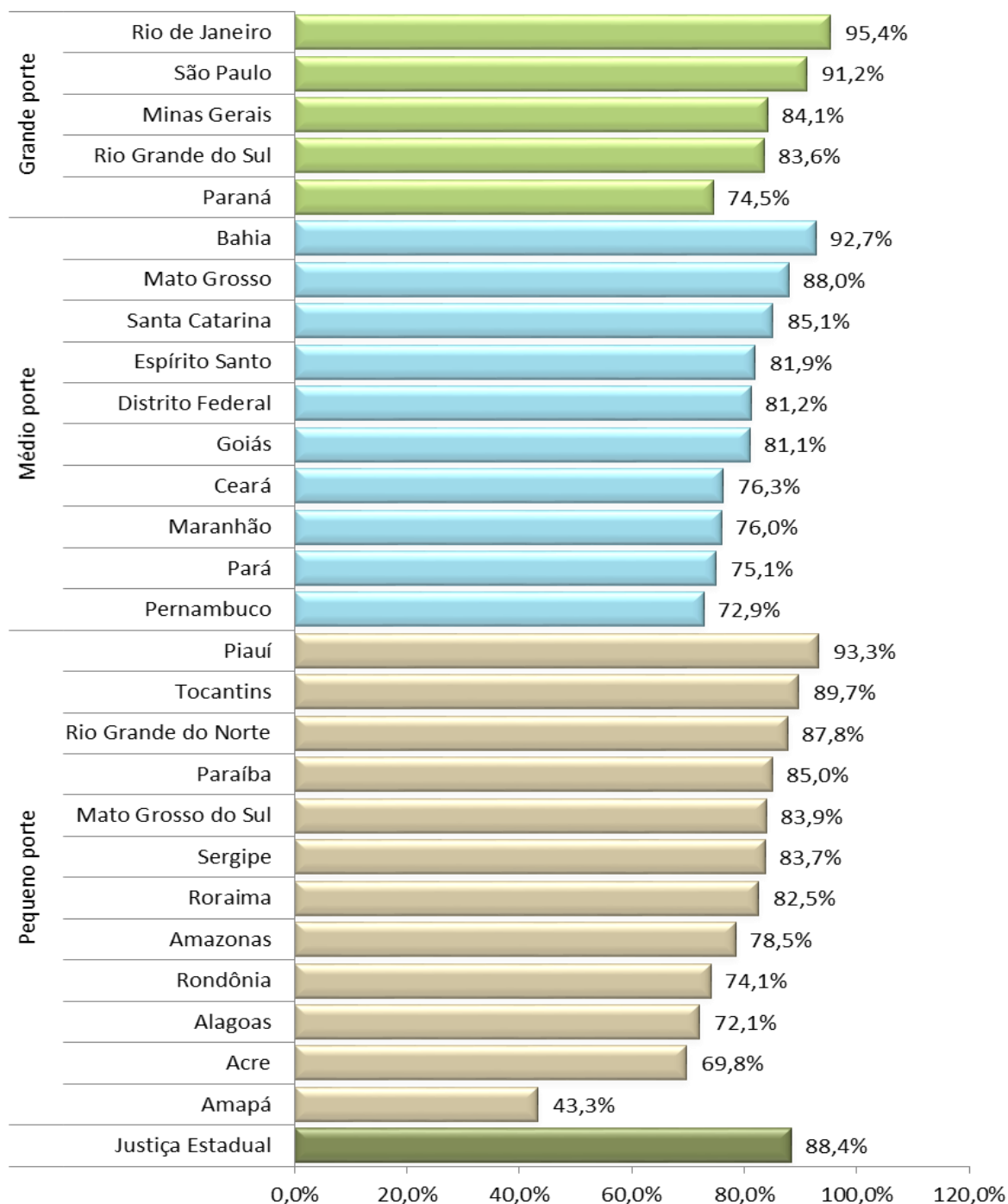
2.2.30. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.45 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
Acre	9.818	10.830	21.689	69,8%
Alagoas	69.733	10.490	239.740	72,1%
Amazonas	128.142	48.708	548.457	78,5%
Amapá	15.464	9.327	17.957	43,3%
Bahia	56.999	197.164	583.387	92,7%
Ceará	79.943	45.924	290.796	76,3%
Distrito Federal	58.932	59.764	253.987	81,2%
Espírito Santo	53.256	51.073	243.582	81,9%
Goiás	112.954	132.942	463.491	81,1%
Maranhão	10.384	15.065	28.133	76,0%
Minas Gerais	263.027	339.293	1.319.083	84,1%
Mato Grosso do Sul	56.747	52.053	300.832	83,9%
Mato Grosso	46.785	49.470	339.469	88,0%
Pará	89.905	74.648	285.897	75,1%
Paraíba	17.899	17.544	101.499	85,0%
Pernambuco	361.886	89.193	1.245.605	72,9%
Piauí	4.294	9.727	54.282	93,3%
Paraná	347.404	175.385	1.186.273	74,5%
Rio de Janeiro	326.922	1.037.067	6.027.874	95,4%
Rio Grande do Norte	15.922	15.910	114.347	87,8%
Rondônia	43.150	55.304	111.042	74,1%
Roraima	3.170	3.733	14.427	82,5%
Rio Grande do Sul	223.151	243.506	1.113.944	83,6%
Santa Catarina	196.990	227.168	1.095.823	85,1%
Sergipe	64.116	55.640	337.156	83,7%
São Paulo	1.297.250	1.717.053	13.020.493	91,2%
Tocantins	14.194	33.145	104.571	89,7%
Justiça Estadual	3.968.437	4.777.126	29.463.836	88,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.45 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEX1^\circ = 1 - (TBaixEx1^\circ / (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

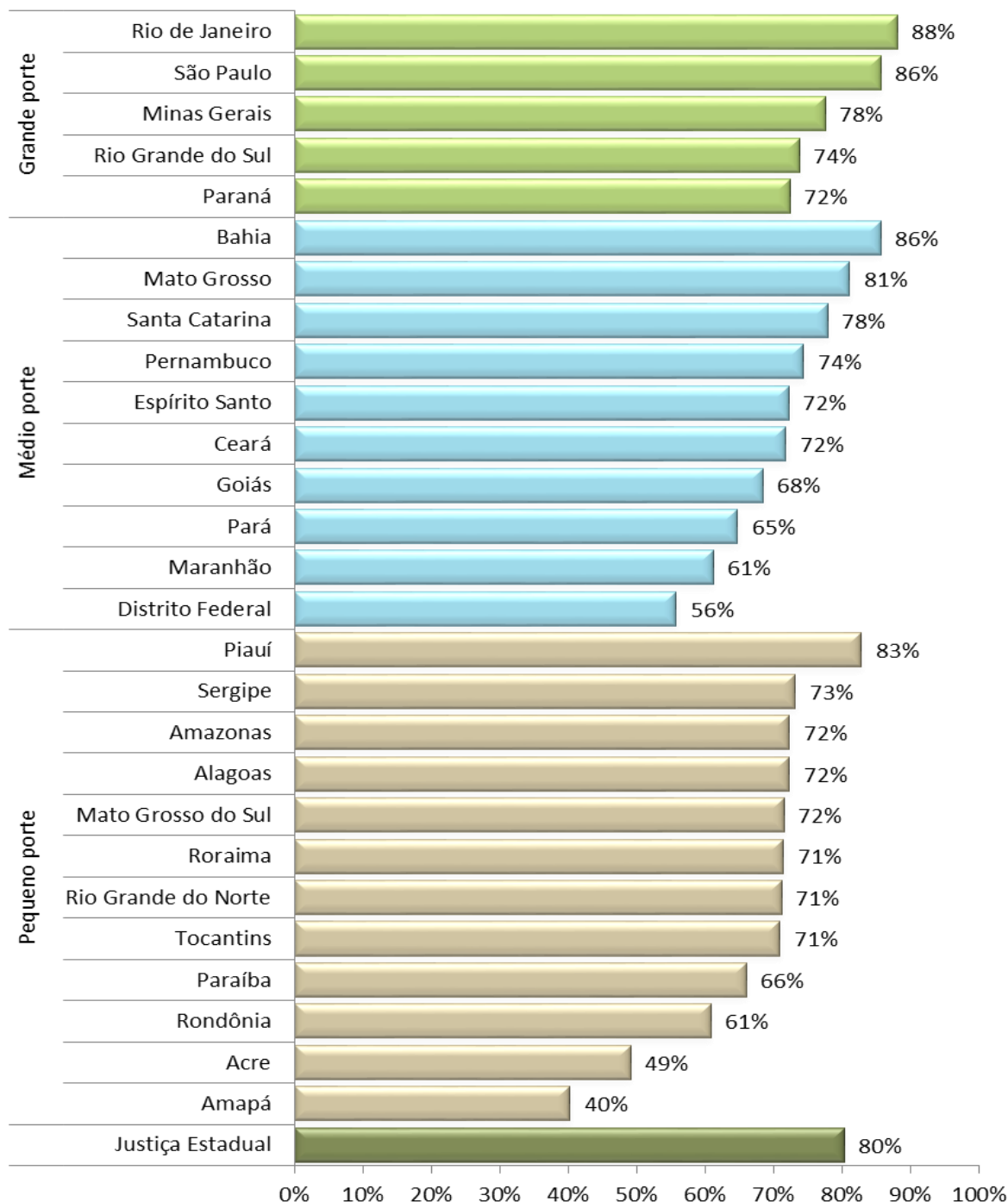
2.2.31. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.46 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
Acre	55.021	42.662	65.500	49%
Alagoas	145.632	93.477	432.702	72%
Amazonas	219.858	146.798	648.797	72%
Amapá	52.484	42.344	45.547	40%
Bahia	306.870	536.518	1.614.753	86%
Ceará	307.391	244.561	846.627	72%
Distrito Federal	287.922	209.352	442.427	56%
Espírito Santo	247.981	240.793	654.690	72%
Goiás	478.366	385.656	1.132.649	68%
Maranhão	183.449	220.087	253.040	61%
Minas Gerais	988.993	1.235.224	3.183.445	78%
Mato Grosso do Sul	184.412	183.833	465.960	72%
Mato Grosso	171.834	177.143	734.952	81%
Pará	312.616	219.204	667.245	65%
Paraíba	173.344	153.075	357.634	66%
Pernambuco	569.496	313.407	1.913.913	74%
Piauí	39.658	70.104	161.968	83%
Paraná	851.191	555.980	2.530.253	72%
Rio de Janeiro	1.101.933	1.650.757	7.644.744	88%
Rio Grande do Norte	121.020	112.752	307.441	71%
Rondônia	151.322	155.100	231.825	61%
Roraima	21.514	28.227	47.230	71%
Rio Grande do Sul	842.079	1.035.816	2.175.933	74%
Santa Catarina	531.016	548.304	1.864.858	78%
Sergipe	198.277	143.498	597.236	73%
São Paulo	3.124.894	4.023.387	17.824.589	86%
Tocantins	103.418	98.528	258.254	71%
Justiça Estadual	11.771.991	12.866.587	47.104.212	80%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.46 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula: $TC1 = 1 - (T_{Baix1} / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix1} = T_{BaixC1} + T_{BaixEx1}$
- $Cn1 = CnC1 + CnEx1$
- $Cp1 = CpC1 + CpEx1$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

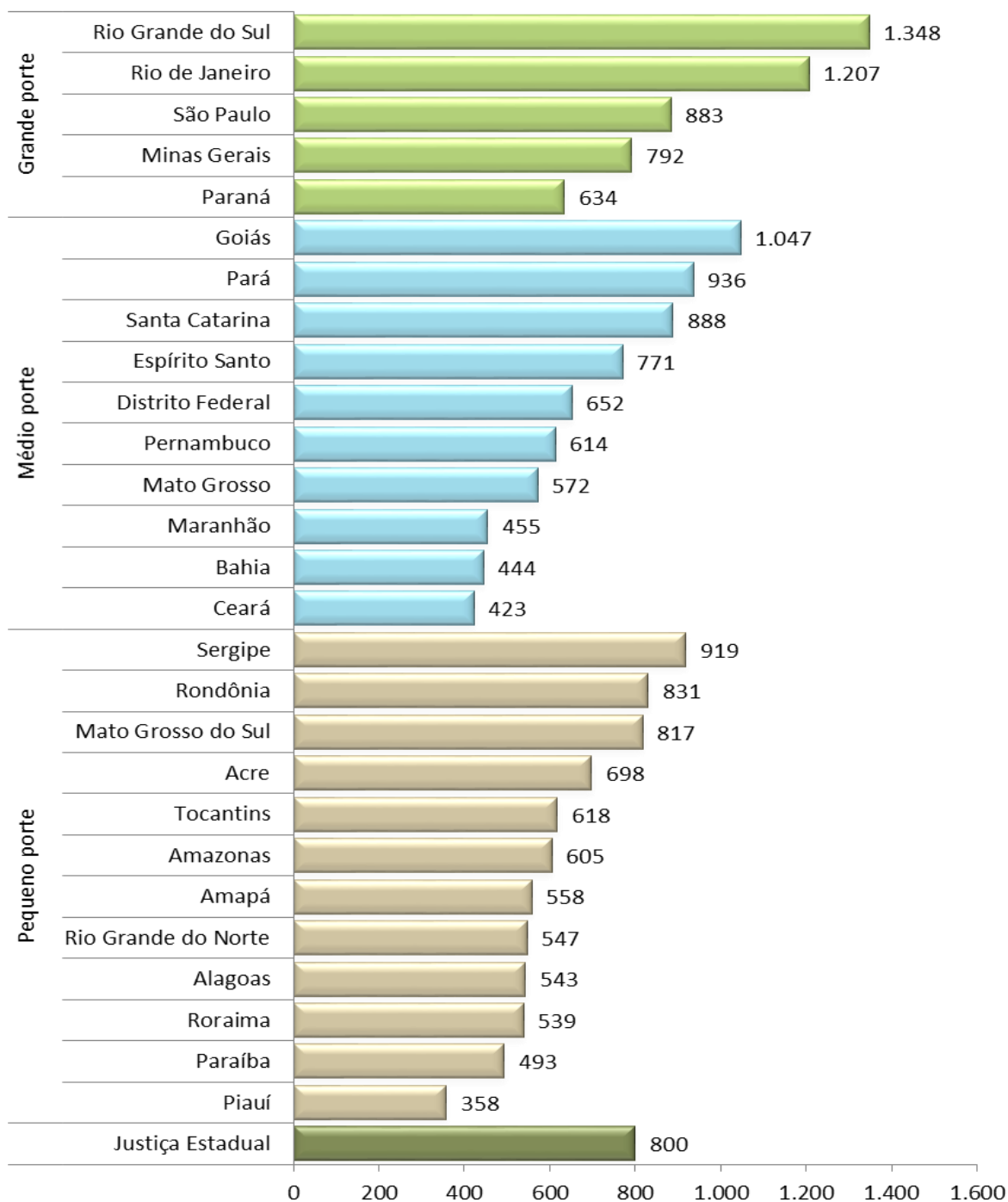
2.2.32. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.47 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	30.006	43	698
Alagoas	57.030	105	543
Amazonas	59.862	99	605
Amapá	24.559	44	558
Bahia	219.915	495	444
Ceará	129.714	307	423
Distrito Federal	151.152	232	652
Espírito Santo	156.471	203	771
Goiás	259.614	248	1.047
Maranhão	84.578	186	455
Minas Gerais	628.642	794	792
Mato Grosso do Sul	116.890	143	817
Mato Grosso	111.043	194	572
Pará	300.437	321	936
Paraíba	106.017	215	493
Pernambuco	200.801	327	614
Piauí	45.505	127	358
Paraná	386.292	609	634
Rio de Janeiro	649.608	538	1.207
Rio Grande do Norte	84.161	154	547
Rondônia	92.191	111	831
Roraima	17.240	32	539
Rio Grande do Sul	792.518	588	1.348
Santa Catarina	295.804	333	888
Sergipe	111.150	121	919
São Paulo	1.717.160	1.944	883
Tocantins	61.197	99	618
Justiça Estadual	6.889.557	8.612	800

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.47 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau da Justiça Estadual na fase de conhecimento no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1^\circ = \text{SentC}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{SentC}1^\circ = \text{SentCCrim}1^\circ + \text{SentCNCrim}1^\circ$
- $\text{Mag}1^\circ = \text{MagPAe}1^\circ + \text{MagPACJE}1^\circ + \text{MagPACTR}1^\circ - \text{MagAJ}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

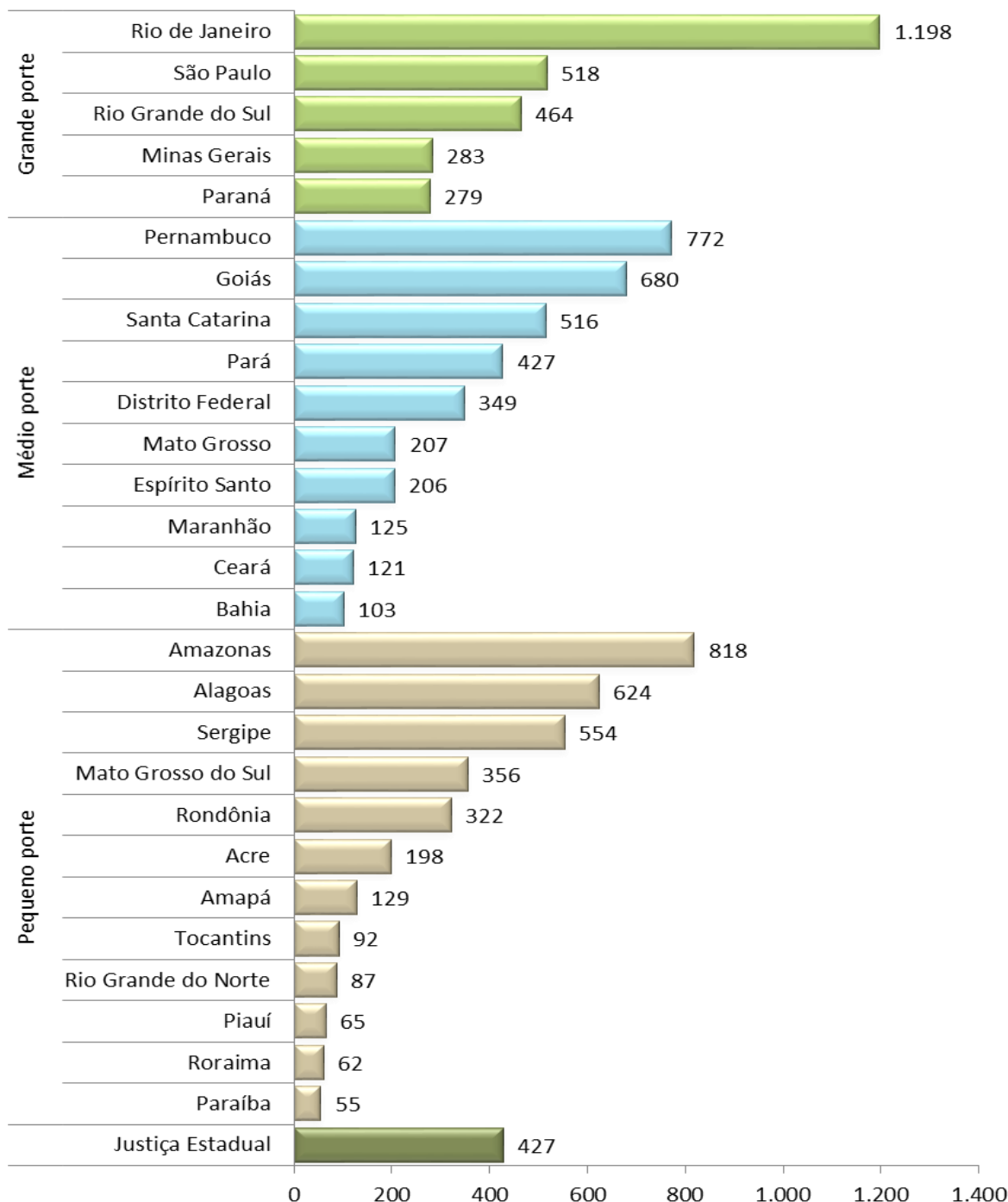
2.2.33. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.48 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
Acre	8.532	43	198
Alagoas	65.559	105	624
Amazonas	81.030	99	818
Amapá	5.675	44	129
Bahia	50.774	495	103
Ceará	37.067	307	121
Distrito Federal	80.858	232	349
Espírito Santo	41.784	203	206
Goiás	168.582	248	680
Maranhão	23.328	186	125
Minas Gerais	225.066	794	283
Mato Grosso do Sul	50.913	143	356
Mato Grosso	40.245	194	207
Pará	137.172	321	427
Paraíba	11.893	215	55
Pernambuco	252.568	327	772
Piauí	8.261	127	65
Paraná	169.699	609	279
Rio de Janeiro	644.448	538	1.198
Rio Grande do Norte	13.473	154	87
Rondônia	35.751	111	322
Roraima	1.989	32	62
Rio Grande do Sul	272.862	588	464
Santa Catarina	171.685	333	516
Sergipe	67.074	121	554
São Paulo	1.006.237	1.944	518
Tocantins	9.067	99	92
Justiça Estadual	3.681.592	8.612	427

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.48 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SME_{Ex1º} - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado na fase de execução no 1º Grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $SME_{Ex1º} = SentEx1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1º = SentExt1º + SentJud1º$
- $Mag1º = MagPAe1º + MagPACJE1º + MagPACTR1º - MagAJ1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

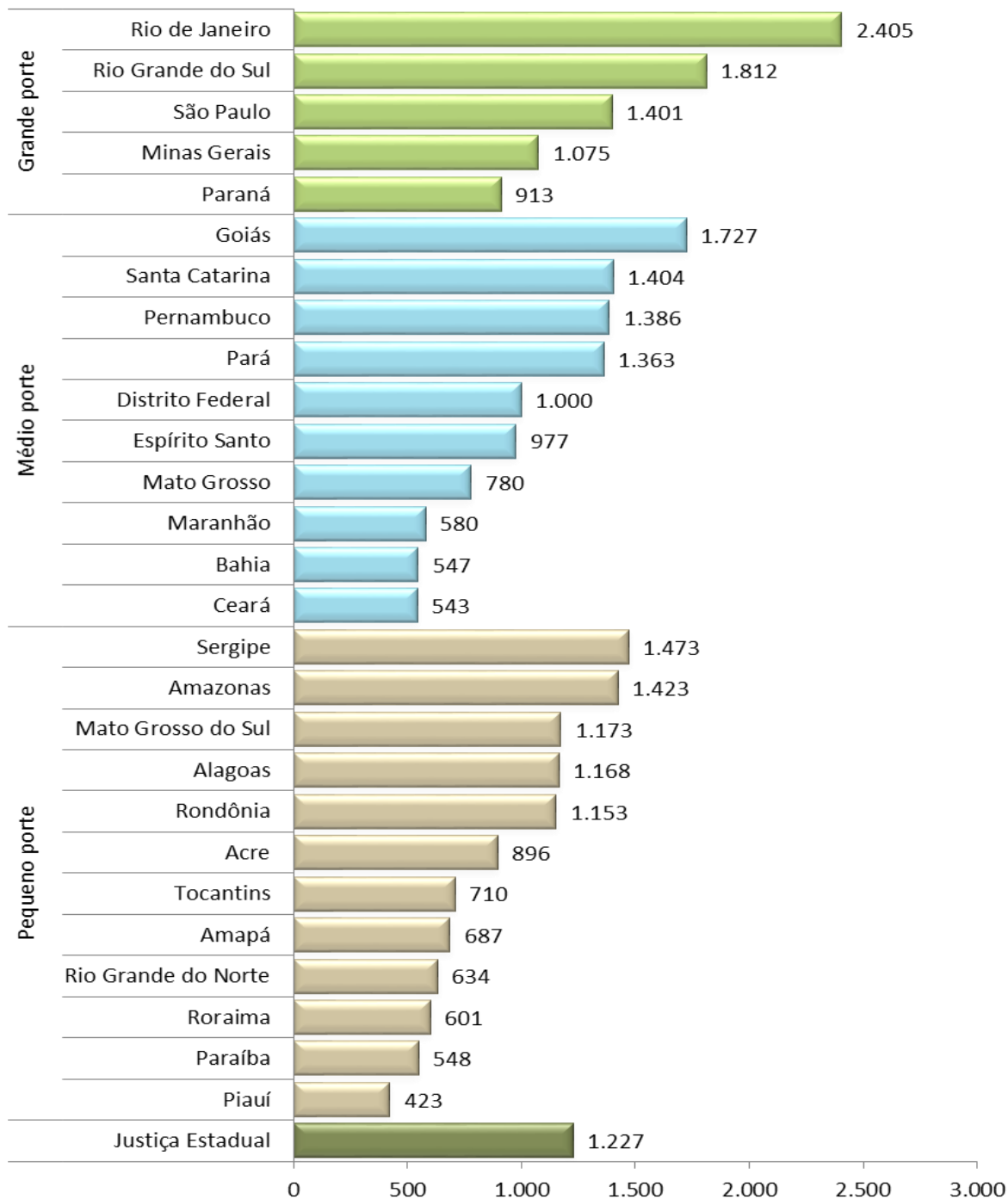
2.2.34. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.49 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal de Justiça	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
Acre	698	198	896
Alagoas	543	624	1.168
Amazonas	605	818	1.423
Amapá	558	129	687
Bahia	444	103	547
Ceará	423	121	543
Distrito Federal	652	349	1.000
Espírito Santo	771	206	977
Goiás	1.047	680	1.727
Maranhão	455	125	580
Minas Gerais	792	283	1.075
Mato Grosso do Sul	817	356	1.173
Mato Grosso	572	207	780
Pará	936	427	1.363
Paraíba	493	55	548
Pernambuco	614	772	1.386
Piauí	358	65	423
Paraná	634	279	913
Rio de Janeiro	1.207	1.198	2.405
Rio Grande do Norte	547	87	634
Rondônia	831	322	1.153
Roraima	539	62	601
Rio Grande do Sul	1.348	464	1.812
Santa Catarina	888	516	1.404
Sergipe	919	554	1.473
São Paulo	883	518	1.401
Tocantins	618	92	710
Justiça Estadual	800	427	1.227

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.49 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula: $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1º = SentC1º / Mag1º$
- $SMEx1º = SentEx1º / Mag1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

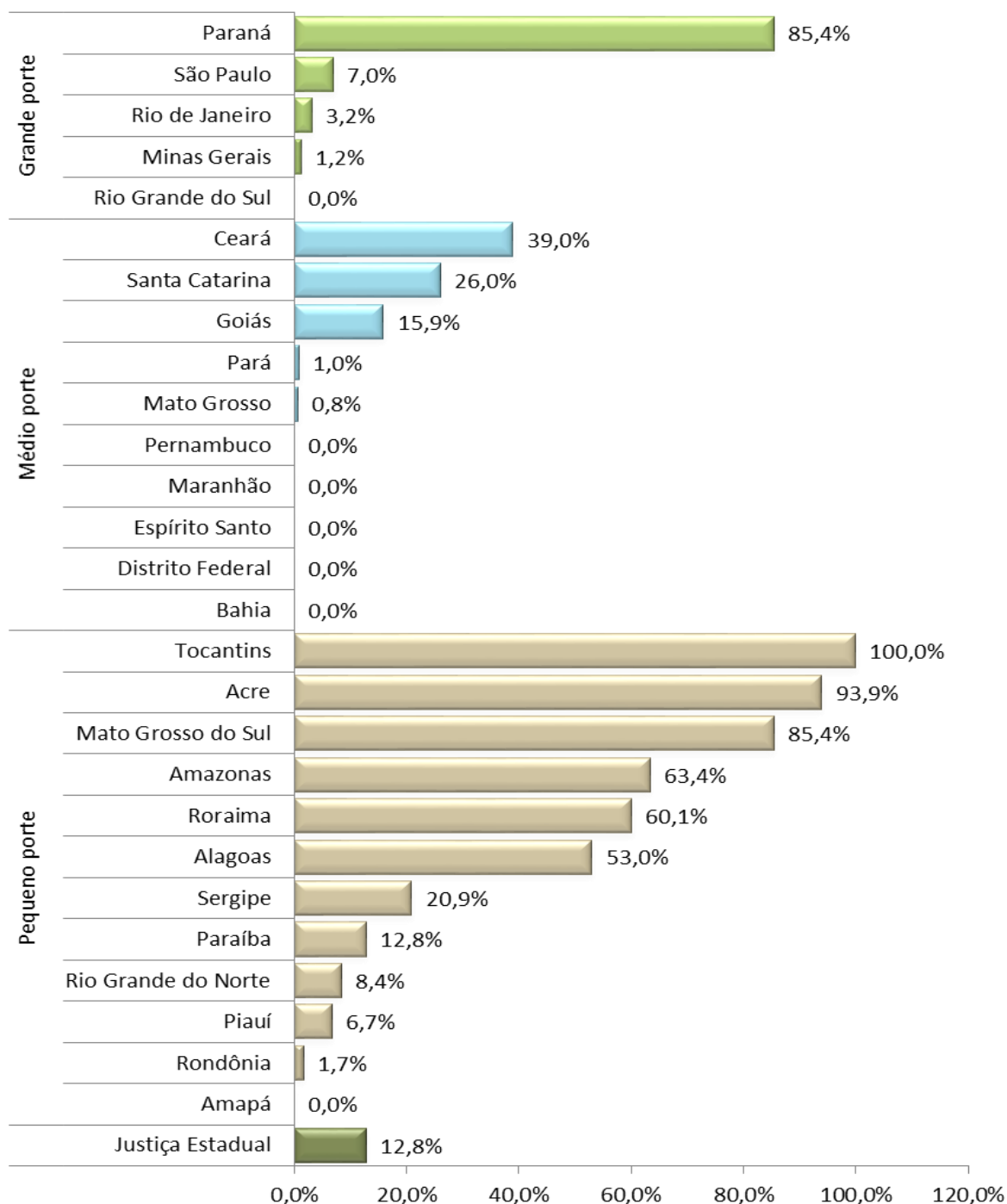
2.2.35. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tabela 2.50 - ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal de Justiça	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
Acre	31.923	31.832	2.177	93,9%
Alagoas	47.420	82.987	6.453	53,0%
Amazonas	85.093	98.090	36.167	63,4%
Amapá	0	33.017	2.022	0,0%
Bahia	0	339.354	108.339	0,0%
Ceará	87.840	198.637	26.642	39,0%
Distrito Federal	0	149.588	37.707	0,0%
Espírito Santo	0	189.720	36.104	0,0%
Goiás	57.859	252.714	111.761	15,9%
Maranhão	0	205.022	11.173	0,0%
Minas Gerais	13.403	895.931	186.686	1,2%
Mato Grosso do Sul	130.922	131.780	21.569	85,4%
Mato Grosso	1.316	127.673	44.749	0,8%
Pará	1.808	144.556	41.386	1,0%
Paraíba	18.787	135.531	11.439	12,8%
Pernambuco	0	224.214	64.963	0,0%
Piauí	4.373	60.377	4.862	6,7%
Paraná	445.334	380.595	140.867	85,4%
Rio de Janeiro	49.885	613.690	938.544	3,2%
Rio Grande do Norte	8.949	96.842	9.926	8,4%
Rondônia	2.093	99.796	23.529	1,7%
Roraima	15.551	24.494	1.384	60,1%
Rio Grande do Sul	0	792.310	159.564	0,0%
Santa Catarina	122.343	321.136	148.896	26,0%
Sergipe	24.416	87.858	28.866	20,9%
São Paulo	254.683	2.306.334	1.319.320	7,0%
Tocantins	89.130	65.383	23.747	100,0%
Justiça Estadual	1.493.128	8.089.461	3.548.842	12,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.50 - ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1º} = \text{CnElet1º} / (\text{CnC1º} + \text{CnExt1º})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça Estadual de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau não-criminais; b) CnCCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau criminais; c) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.
- $\text{CnC1º} = \text{CnCCrim1º} + \text{CnCNCrim1º}$
- $\text{CnExt1º} = \text{CnExtFisc1º} + \text{CnExtNFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

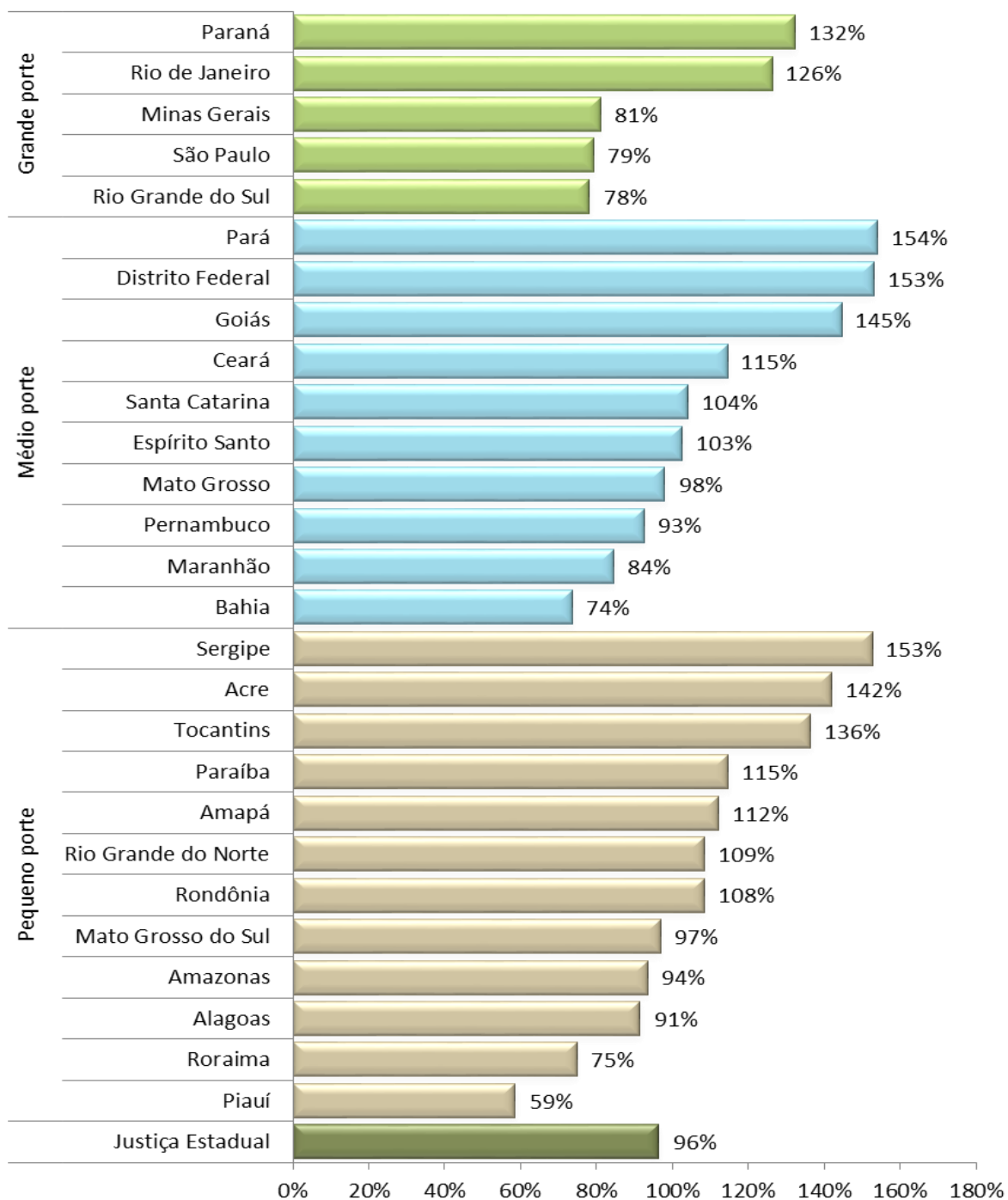
2.2.36. IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.51 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
Acre	45.203	31.832	142%
Alagoas	75.899	82.987	91%
Amazonas	91.716	98.090	94%
Amapá	37.020	33.017	112%
Bahia	249.871	339.354	74%
Ceará	227.448	198.637	115%
Distrito Federal	228.990	149.588	153%
Espírito Santo	194.725	189.720	103%
Goiás	365.412	252.714	145%
Maranhão	173.065	205.022	84%
Minas Gerais	725.966	895.931	81%
Mato Grosso do Sul	127.665	131.780	97%
Mato Grosso	125.049	127.673	98%
Pará	222.711	144.556	154%
Paraíba	155.445	135.531	115%
Pernambuco	207.610	224.214	93%
Piauí	35.364	60.377	59%
Paraná	503.787	380.595	132%
Rio de Janeiro	775.011	613.690	126%
Rio Grande do Norte	105.098	96.842	109%
Rondônia	108.172	99.796	108%
Roraima	18.344	24.494	75%
Rio Grande do Sul	618.928	792.310	78%
Santa Catarina	334.026	321.136	104%
Sergipe	134.161	87.858	153%
São Paulo	1.827.644	2.306.334	79%
Tocantins	89.224	65.383	136%
Justiça Estadual	7.803.554	8.089.461	96%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.51 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula: $IADC1^\circ = T_{BaixC1^\circ} / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixC1^\circ} = T_{BaixCCrim1^\circ} + T_{BaixCNCrim1^\circ}$
- $CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

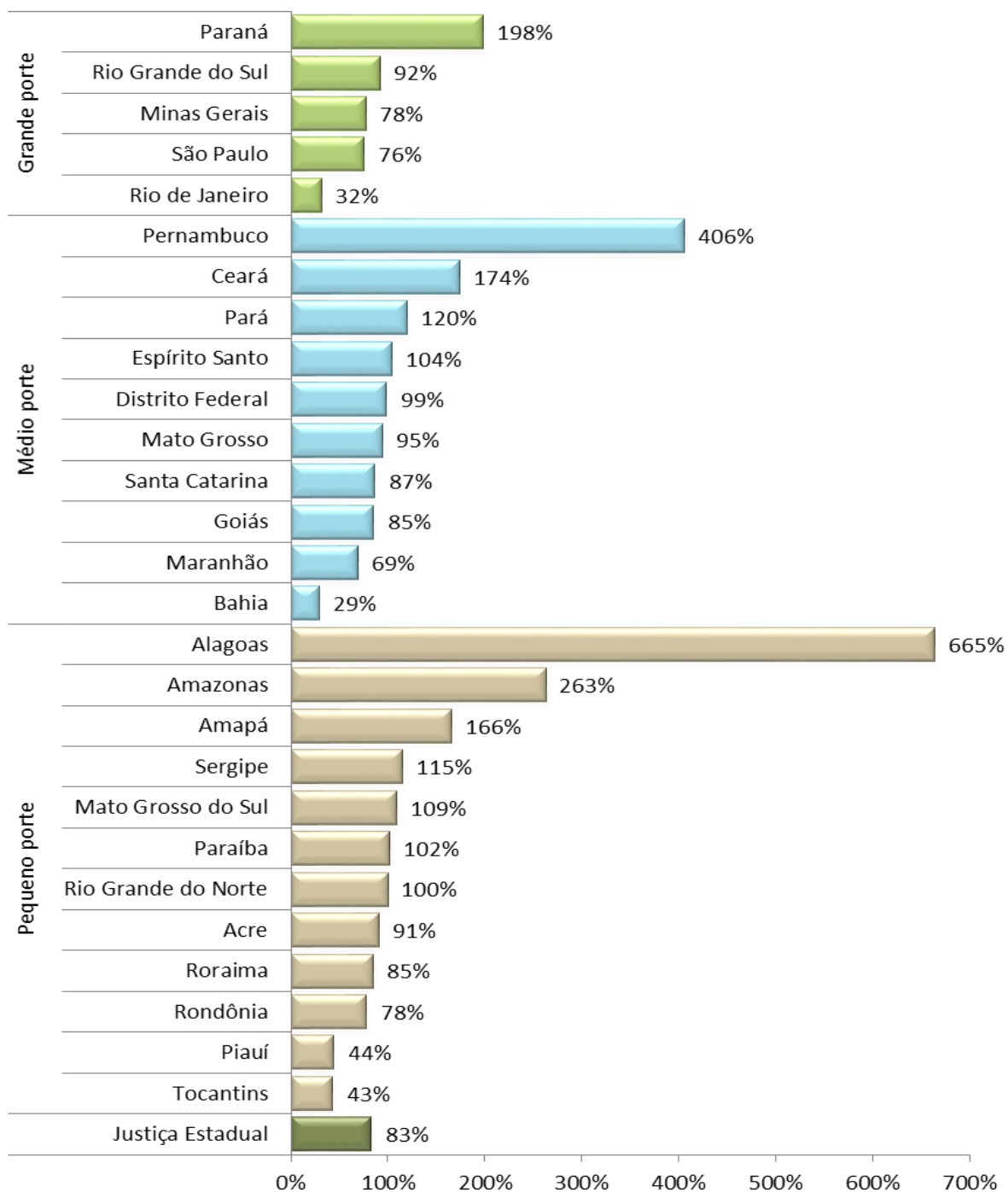
2.2.37. IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.52 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
Acre	9.818	10.830	91%
Alagoas	69.733	10.490	665%
Amazonas	128.142	48.708	263%
Amapá	15.464	9.327	166%
Bahia	56.999	197.164	29%
Ceará	79.943	45.924	174%
Distrito Federal	58.932	59.764	99%
Espírito Santo	53.256	51.073	104%
Goiás	112.954	132.942	85%
Maranhão	10.384	15.065	69%
Minas Gerais	263.027	339.293	78%
Mato Grosso do Sul	56.747	52.053	109%
Mato Grosso	46.785	49.470	95%
Pará	89.905	74.648	120%
Paraíba	17.899	17.544	102%
Pernambuco	361.886	89.193	406%
Piauí	4.294	9.727	44%
Paraná	347.404	175.385	198%
Rio de Janeiro	326.922	1.037.067	32%
Rio Grande do Norte	15.922	15.910	100%
Rondônia	43.150	55.304	78%
Roraima	3.170	3.733	85%
Rio Grande do Sul	223.151	243.506	92%
Santa Catarina	196.990	227.168	87%
Sergipe	64.116	55.640	115%
São Paulo	1.297.250	1.717.053	76%
Tocantins	14.194	33.145	43%
Justiça Estadual	3.968.437	4.777.126	83%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.52 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

IAEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula: $IAEx1^\circ = TBAEx1^\circ / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBAEx1^\circ = TBAExt1^\circ + TBAJud1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

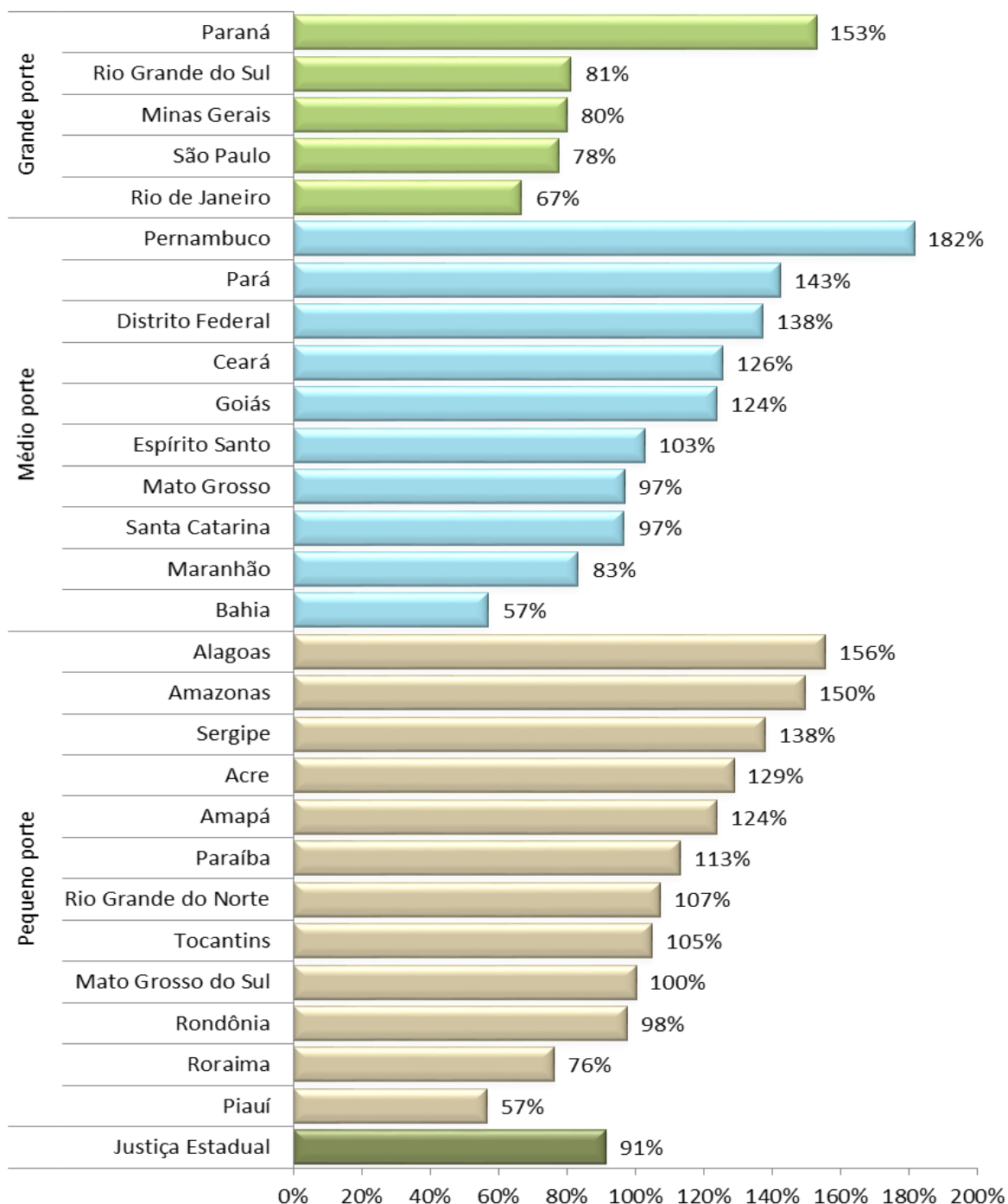
2.2.38. IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.53 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal de Justiça	TBaixC1º - Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
Acre	45.203	9.818	31.832	10.830	129%
Alagoas	75.899	69.733	82.987	10.490	156%
Amazonas	91.716	128.142	98.090	48.708	150%
Amapá	37.020	15.464	33.017	9.327	124%
Bahia	249.871	56.999	339.354	197.164	57%
Ceará	227.448	79.943	198.637	45.924	126%
Distrito Federal	228.990	58.932	149.588	59.764	138%
Espírito Santo	194.725	53.256	189.720	51.073	103%
Goiás	365.412	112.954	252.714	132.942	124%
Maranhão	173.065	10.384	205.022	15.065	83%
Minas Gerais	725.966	263.027	895.931	339.293	80%
Mato Grosso do Sul	127.665	56.747	131.780	52.053	100%
Mato Grosso	125.049	46.785	127.673	49.470	97%
Pará	222.711	89.905	144.556	74.648	143%
Paraíba	155.445	17.899	135.531	17.544	113%
Pernambuco	207.610	361.886	224.214	89.193	182%
Piauí	35.364	4.294	60.377	9.727	57%
Paraná	503.787	347.404	380.595	175.385	153%
Rio de Janeiro	775.011	326.922	613.690	1.037.067	67%
Rio Grande do Norte	105.098	15.922	96.842	15.910	107%
Rondônia	108.172	43.150	99.796	55.304	98%
Roraima	18.344	3.170	24.494	3.733	76%
Rio Grande do Sul	618.928	223.151	792.310	243.506	81%
Santa Catarina	334.026	196.990	321.136	227.168	97%
Sergipe	134.161	64.116	87.858	55.640	138%
São Paulo	1.827.644	1.297.250	2.306.334	1.717.053	78%
Tocantins	89.224	14.194	65.383	33.145	105%
Justiça Estadual	7.803.554	3.968.437	8.089.461	4.777.126	91%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.53 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD1^\circ = (TBaixC1^\circ + TBaixEx1^\circ) / (CnC1^\circ + CnEx1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixC1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ$
- $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$
- $CnC1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.39. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

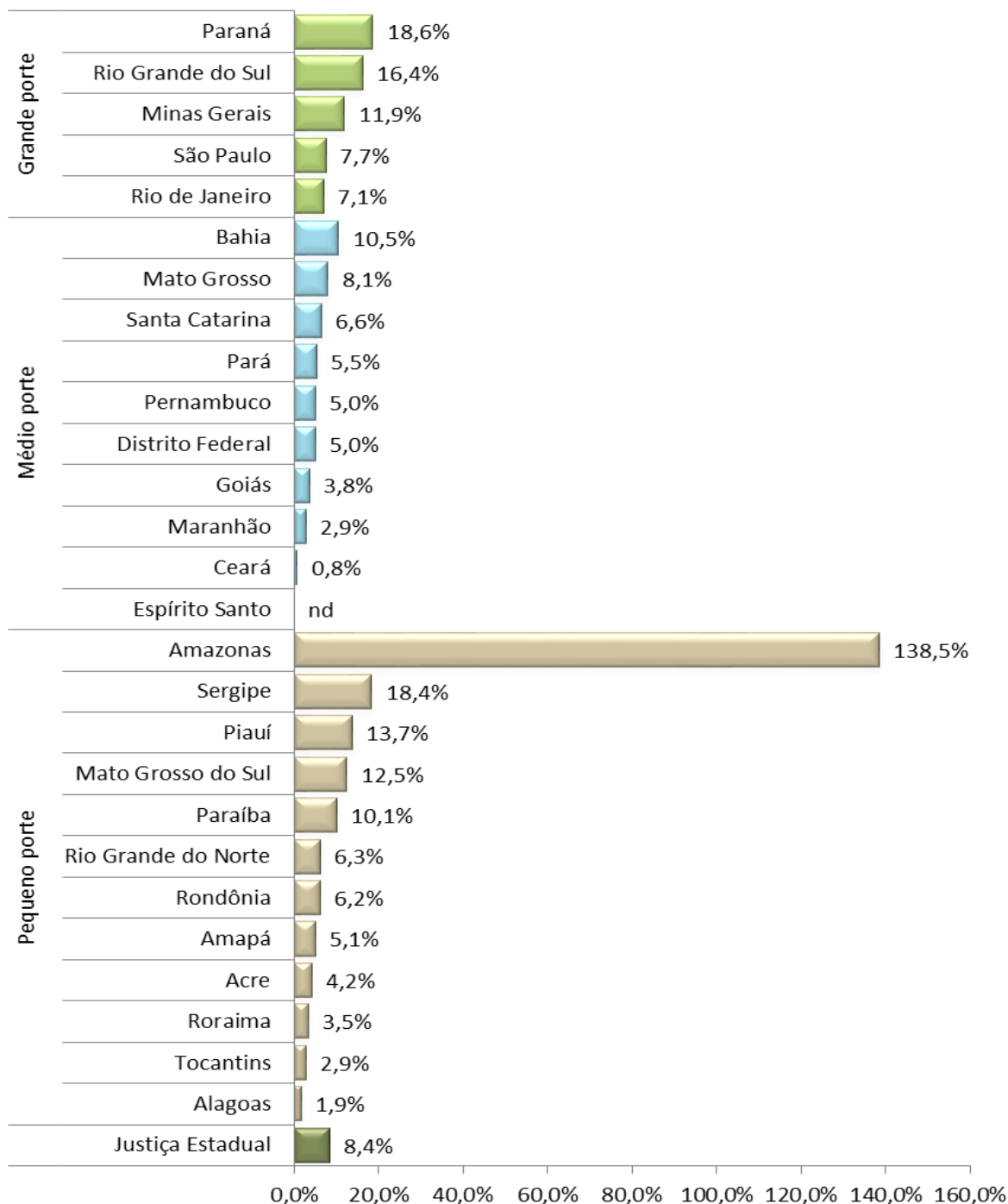
Tabela 2.54 - Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

Tribunal de Justiça	RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau	DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau
Acre	1.455	34.460	4,2%
Alagoas	3.283	176.272	1,9%
Amazonas	22.559	16.284	138,5%
Amapá	836	16.266	5,1%
Bahia	23.723	225.764	10,5%
Ceará	1.971	251.177	0,8%
Distrito Federal	48.829	973.391	5,0%
Espírito Santo	12.607	nd	nd
Goiás	28.856	751.178	3,8%
Maranhão	10.598	368.197	2,9%
Minas Gerais	208.435	1.744.296	11,9%
Mato Grosso do Sul	24.440	195.572	12,5%
Mato Grosso	34.413	426.132	8,1%
Pará	13.105	240.350	5,5%
Paraíba	19.256	190.932	10,1%
Pernambuco	28.716	570.063	5,0%
Piauí	4.639	33.917	13,7%
Paraná	115.098	618.446	18,6%
Rio de Janeiro	170.462	2.393.674	7,1%
Rio Grande do Norte	13.162	208.943	6,3%
Rondônia	16.214	263.083	6,2%
Roraima	3.806	109.619	3,5%
Rio Grande do Sul	174.225	1.065.380	16,4%
Santa Catarina	84.959	1.295.628	6,6%
Sergipe	20.444	111.150	18,4%
São Paulo	357.885	4.663.393	7,7%
Tocantins	4.387	150.568	2,9%
Justiça Estadual	1.448.363	17.094.135	8,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.54 - Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Estaduais, em relação ao número de decisões de 1º grau passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx1^\circ = RSup1^\circ / DeRExt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau: Todos os recursos voluntários interpostos de decisões judiciais do 1º Grau, endereçadas aos Tribunais de 2º Grau no período-base (semestre).
- DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: Todas as sentenças e as decisões interlocutórias proferidas no período-base (semestre) passíveis de recurso para os Tribunais de 2º Grau, excluídas as referentes a embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.40. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

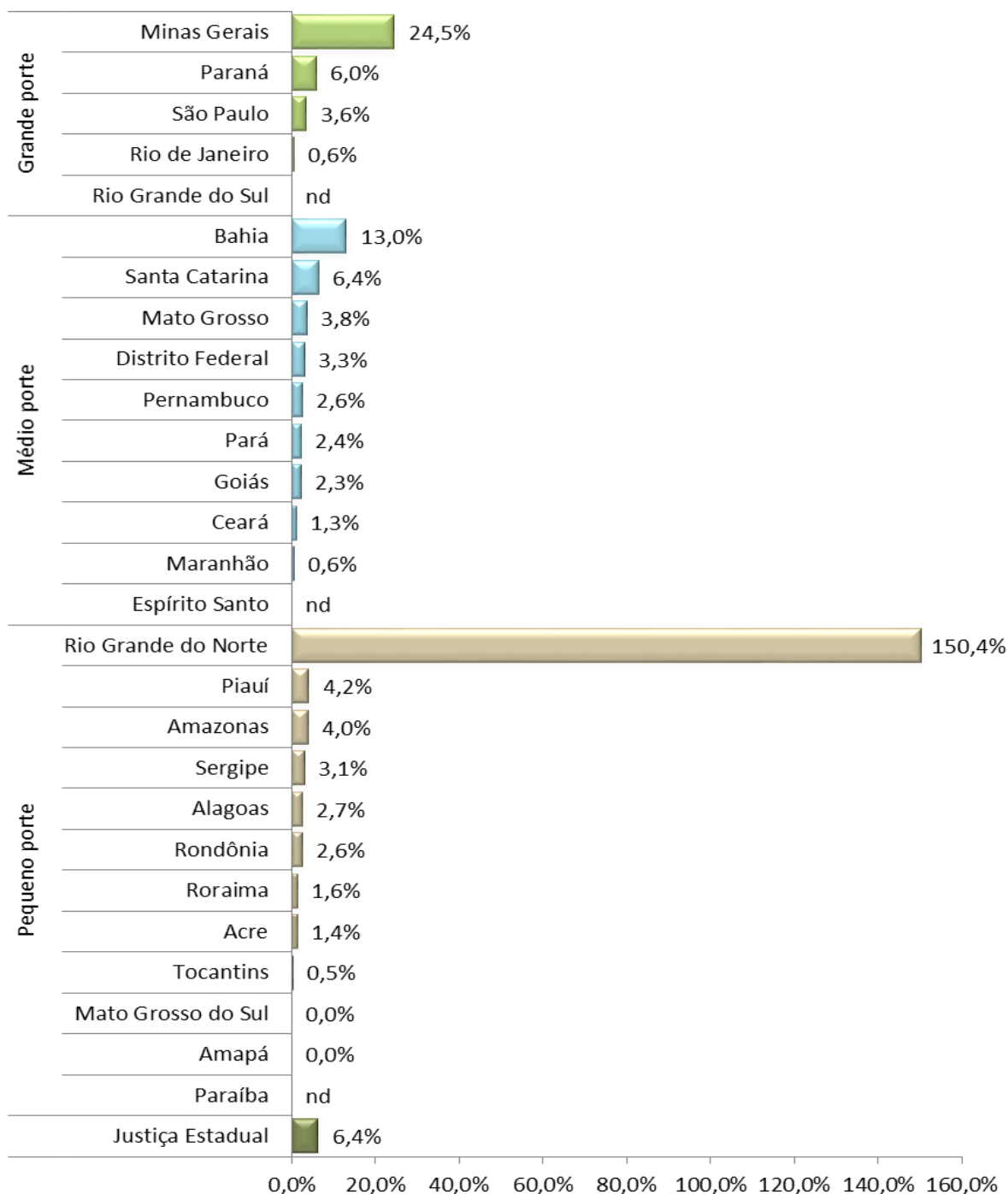
Tabela 2.55 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal de Justiça	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	409	28.467	1,4%
Alagoas	1.209	45.473	2,7%
Amazonas	5.191	129.179	4,0%
Amapá	0	30.194	0,0%
Bahia	23.212	178.050	13,0%
Ceará	2.448	185.891	1,3%
Distrito Federal	4.956	150.437	3,3%
Espírito Santo	239	nd	nd
Goiás	9.337	405.992	2,3%
Maranhão	1.327	213.118	0,6%
Minas Gerais	75.368	307.456	24,5%
Mato Grosso do Sul	0	28.651	0,0%
Mato Grosso	5.704	151.301	3,8%
Pará	4.322	180.347	2,4%
Paraíba	nd	124.122	nd
Pernambuco	5.112	197.788	2,6%
Piauí	1.104	26.526	4,2%
Paraná	30.504	504.755	6,0%
Rio de Janeiro	4.003	704.153	0,6%
Rio Grande do Norte	124.958	83.104	150,4%
Rondônia	3.315	129.334	2,6%
Roraima	313	19.649	1,6%
Rio Grande do Sul	nd	1.065.380	nd
Santa Catarina	19.165	298.899	6,4%
Sergipe	3.423	111.150	3,1%
São Paulo	73.851	2.056.718	3,6%
Tocantins	359	79.692	0,5%
Justiça Estadual	399.829	7.435.826	6,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.55 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça Estadual de 1º Grau em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RIntC1º** - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- **SeRInt1º** - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.41. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

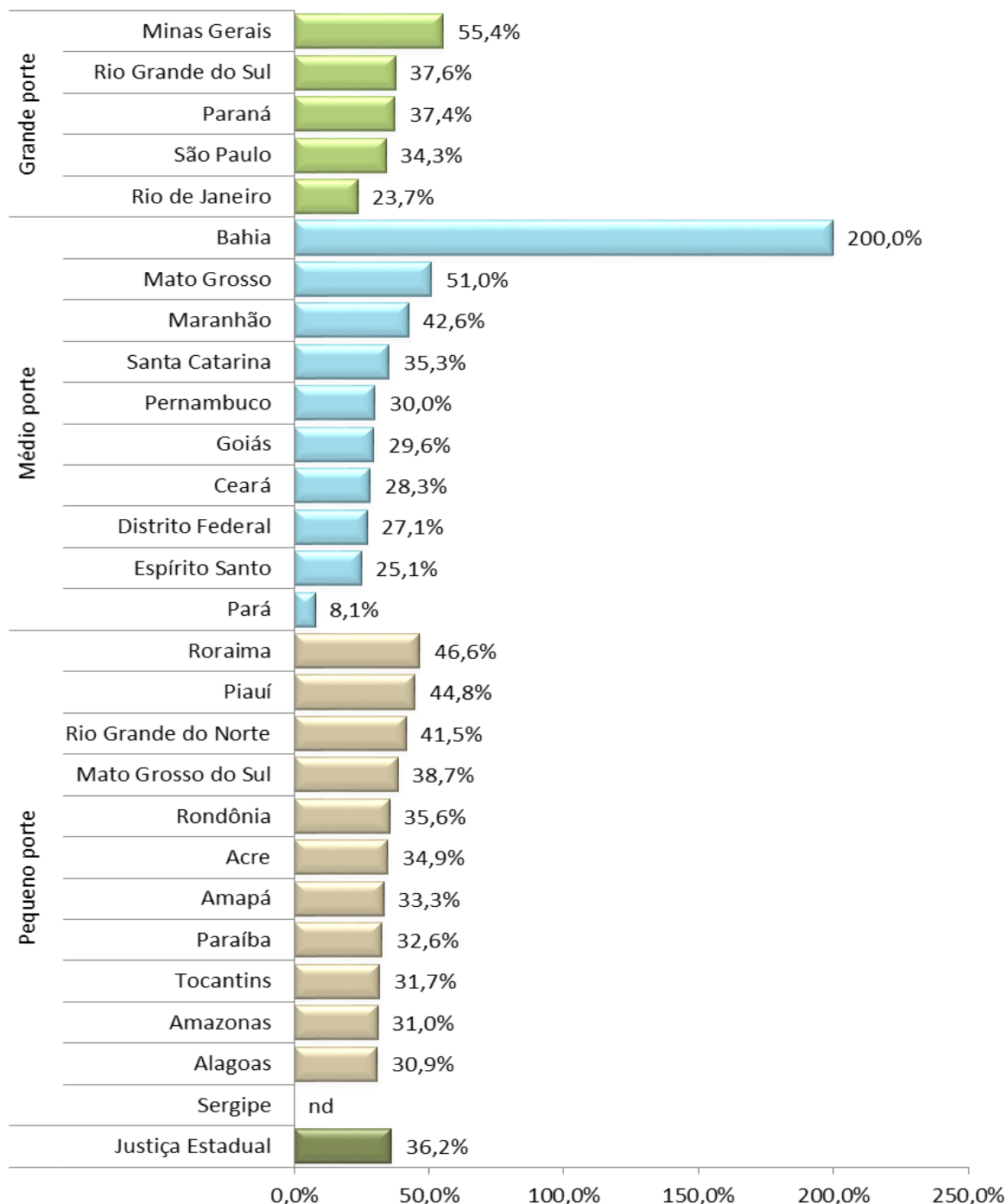
Tabela 2.56 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal de Justiça	RpAP1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	RpAI1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	RjAP1º - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	RjAI1º - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
Acre	1.067	235	2.699	1.036	34,9%
Alagoas	583	357	1.940	1.099	30,9%
Amazonas	31	18	106	52	31,0%
Amapá	440	217	1.536	439	33,3%
Bahia	3	1	1	1	200,0%
Ceará	514	113	1.670	547	28,3%
Distrito Federal	10.274	4.290	36.689	17.145	27,1%
Espírito Santo	2.695	1.643	11.002	6.306	25,1%
Goiás	3.586	2.260	5.086	14.651	29,6%
Maranhão	5.329	1.162	11.862	3.376	42,6%
Minas Gerais	64.778	38.661	124.610	62.126	55,4%
Mato Grosso do Sul	8.296	2.430	18.837	8.902	38,7%
Mato Grosso	6.467	4.428	13.917	7.448	51,0%
Pará	373	541	5.236	6.044	8,1%
Paraíba	4.149	1.037	11.602	4.283	32,6%
Pernambuco	5.199	2.203	16.962	7.671	30,0%
Piauí	1.198	373	2.650	853	44,8%
Paraná	20.740	14.022	51.975	40.987	37,4%
Rio de Janeiro	13.532	25.461	114.582	50.186	23,7%
Rio Grande do Norte	4.387	2.145	9.953	5.790	41,5%
Rondônia	2.332	1.363	6.115	4.273	35,6%
Roraima	1.803	135	3.552	608	46,6%
Rio Grande do Sul	60.000	49.049	172.971	117.217	37,6%
Santa Catarina	23.504	5.698	62.309	20.389	35,3%
Sergipe	nd	nd	2.999	150	nd
São Paulo	154.496	52.989	446.268	159.286	34,3%
Tocantins	1.543	568	4.093	2.562	31,7%
Justiça Estadual	397.319	211.399	1.141.222	543.427	36,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.56 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 1º Grau e providos pelos Tribunais Estaduais, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 1º Grau.

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAP1^\circ + RpAI1^\circ) / (RjAP1^\circ + RjAI1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RpAP1º** - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos de Apelações julgados providos pelos Tribunais Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- **RpAI1º** - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas em autos de recursos de agravos de instrumento julgados providos pelo Tribunais Estaduais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- **RjAP1º** - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos recursos de apelações julgados pelos Tribunais Estaduais, no período-base (semestre).
- **RjAI1º** - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo Tribunais Estaduais em autos de recursos de agravos de instrumento, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

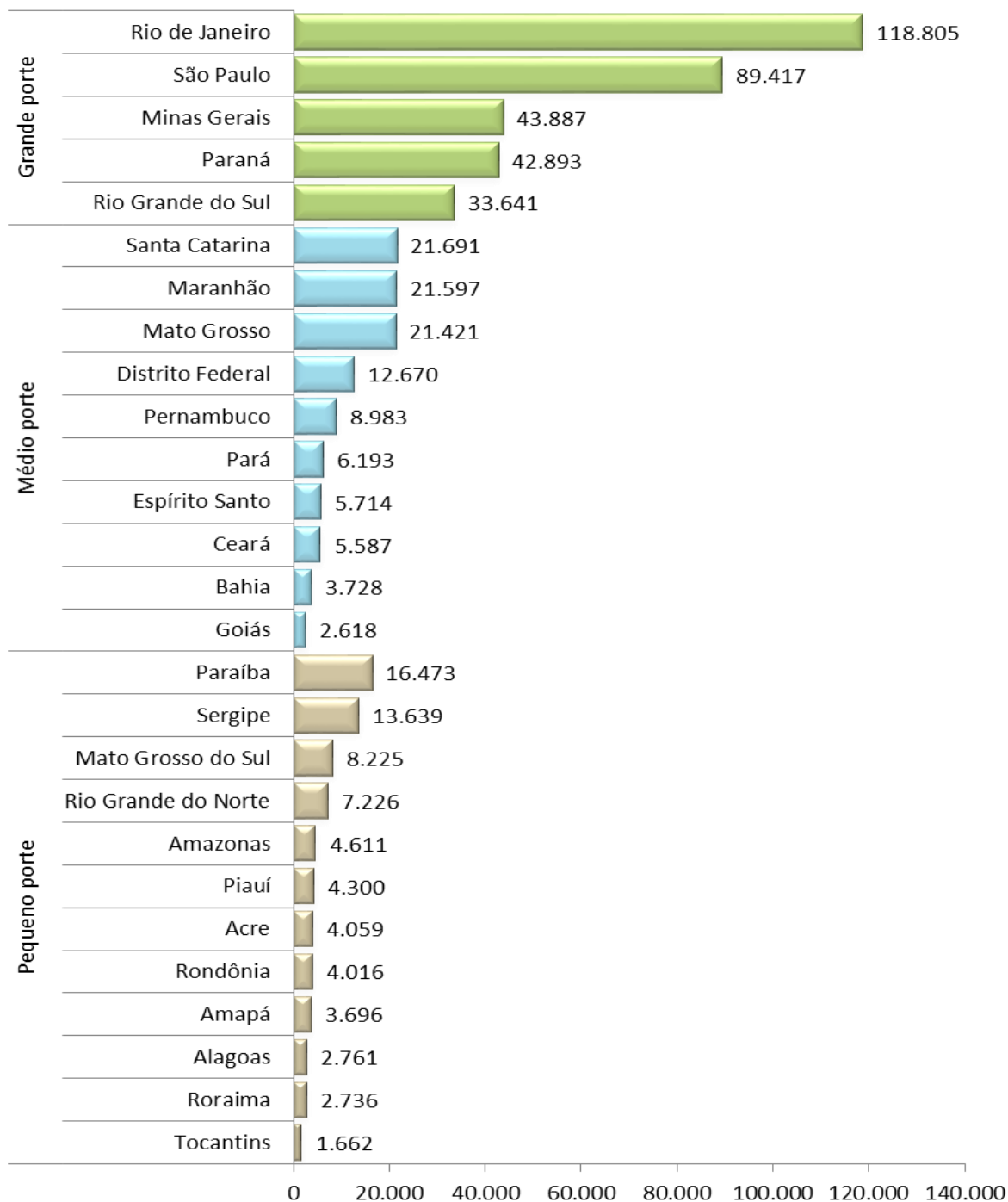
2.3.1. CnTR - Casos Novos na Turma Recursal

Tabela 2.57 - CnTR - Casos Novos na Turma Recursal

Tribunal de Justiça	CnCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	CnNCrimTr - Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal
Acre	64	3.995	4.059
Alagoas	3	2.758	2.761
Amazonas	25	4.586	4.611
Amapá	21	3.675	3.696
Bahia	12	3.716	3.728
Ceará	276	5.311	5.587
Distrito Federal	357	12.313	12.670
Espírito Santo	84	5.630	5.714
Goiás	54	2.564	2.618
Maranhão	33	21.564	21.597
Minas Gerais	2.780	41.107	43.887
Mato Grosso do Sul	188	8.037	8.225
Mato Grosso	108	21.313	21.421
Pará	53	6.140	6.193
Paraíba	38	16.435	16.473
Pernambuco	113	8.870	8.983
Piauí	10	4.290	4.300
Paraná	486	42.407	42.893
Rio de Janeiro	1.004	117.801	118.805
Rio Grande do Norte	39	7.187	7.226
Rondônia	135	3.881	4.016
Roraima	4	2.732	2.736
Rio Grande do Sul	2.610	31.031	33.641
Santa Catarina	1.138	20.553	21.691
Sergipe	103	13.536	13.639
São Paulo	4.830	84.587	89.417
Tocantins	34	1.628	1.662
Justiça Estadual	14.602	497.647	512.249

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.57 - CnTR - Casos Novos na Turma Recursal



Glossário:

CnTR - Casos Novos na Turma Recursal

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Turma Recursal da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos destinados aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CnNCrimTr - Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os recursos destinados aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

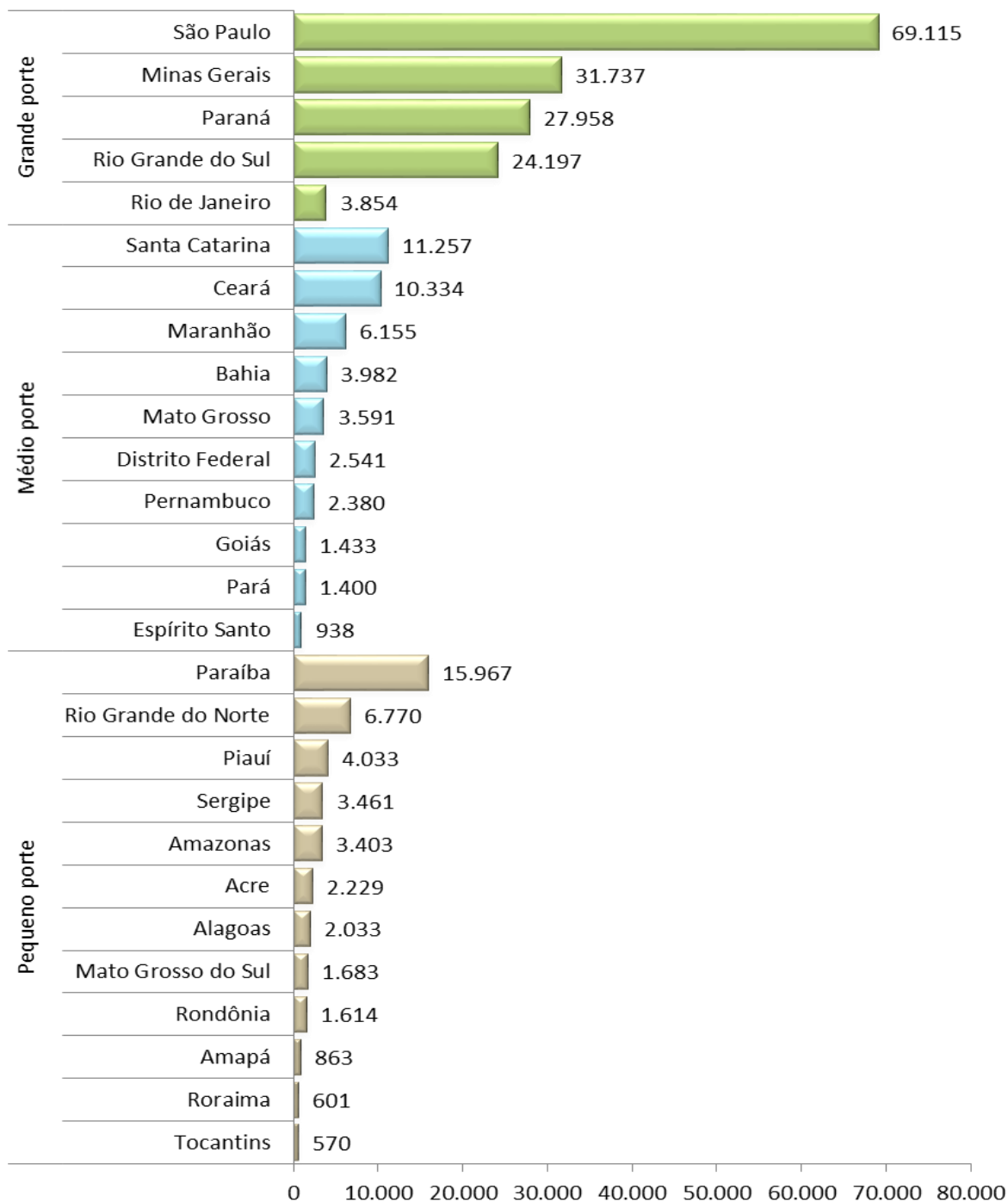
2.3.2. CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal

Tabela 2.58 - CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal

Tribunal de Justiça	CpCrimTr - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	CpNCrimTR - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal
Acre	34	2.195	2.229
Alagoas	0	2.033	2.033
Amazonas	36	3.367	3.403
Amapá	10	853	863
Bahia	14	3.968	3.982
Ceará	222	10.112	10.334
Distrito Federal	130	2.411	2.541
Espírito Santo	6	932	938
Goiás	78	1.355	1.433
Maranhão	15	6.140	6.155
Minas Gerais	2.014	29.723	31.737
Mato Grosso do Sul	53	1.630	1.683
Mato Grosso	129	3.462	3.591
Pará	22	1.378	1.400
Paraíba	99	15.868	15.967
Pernambuco	87	2.293	2.380
Piauí	23	4.010	4.033
Paraná	309	27.649	27.958
Rio de Janeiro	341	3.513	3.854
Rio Grande do Norte	43	6.727	6.770
Rondônia	113	1.501	1.614
Roraima	4	597	601
Rio Grande do Sul	864	23.333	24.197
Santa Catarina	501	10.756	11.257
Sergipe	133	3.328	3.461
São Paulo	1.547	67.568	69.115
Tocantins	14	556	570
Justiça Estadual	6.841	237.258	244.099

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.58 - CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal



Glossário:

CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes na Turma Recursal da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpTR = CpCrimTR + CpNCrimTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CpCrimTr** - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais: Saldo residual de processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpNCrimTR** - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram protocolizados e interpostos para julgamento nas Turmas Recursais até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem e rogatórias recebidas, recursos aos Tribunais Superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

2.3.3. TBAixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal

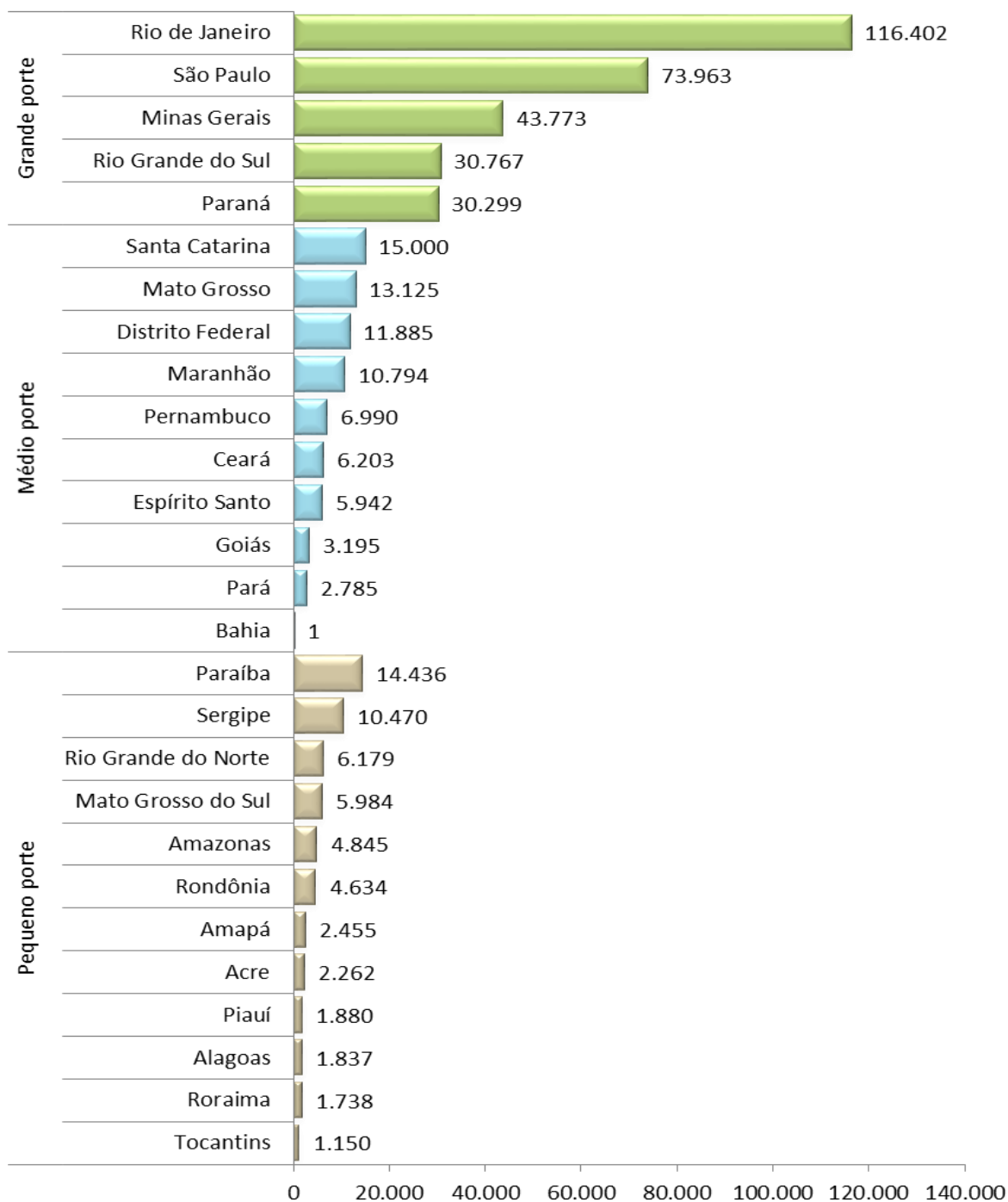
Tabela 2.59 - TBAixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal

Tribunal de Justiça	TBAixCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	TBAixNCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	TBAixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal
Acre	22	2.240	2.262
Alagoas	1	1.836	1.837
Amazonas	35	4.810	4.845
Amapá	11	2.444	2.455
Bahia	1	nd	1
Ceará	284	5.919	6.203
Distrito Federal	343	11.542	11.885
Espírito Santo	49	5.893	5.942
Goiás	79	3.116	3.195
Maranhão	45	10.749	10.794
Minas Gerais	3.055	40.718	43.773
Mato Grosso do Sul	191	5.793	5.984
Mato Grosso	137	12.988	13.125
Pará	12	2.773	2.785
Paraíba	66	14.370	14.436
Pernambuco	44	6.946	6.990
Piauí	8	1.872	1.880
Paraná	245	30.054	30.299
Rio de Janeiro	918	115.484	116.402
Rio Grande do Norte	18	6.161	6.179
Rondônia	192	4.442	4.634
Roraima	5	1.733	1.738
Rio Grande do Sul	2.155	28.612	30.767
Santa Catarina	806	14.194	15.000
Sergipe	57	10.413	10.470
São Paulo	4.328	69.635	73.963
Tocantins	20	1.130	1.150
Justiça Estadual	13.127	415.867	428.994

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.59 - TBAixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal

Finalidade: Indicar o número de processos baixados na Turma Recursal da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixTR = TBaixCrimTR + TBaixNCrimTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCrimTR** - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais: Os processos criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram baixados pelas Turmas Recursais no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR - Casos novos nas turmas recursais criminais.
- **TBaixNCrimTR** - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais: Os processos não-criminais, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que foram baixados pelas Turmas Recursais no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrimTR - Casos novos nas turmas recursais não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

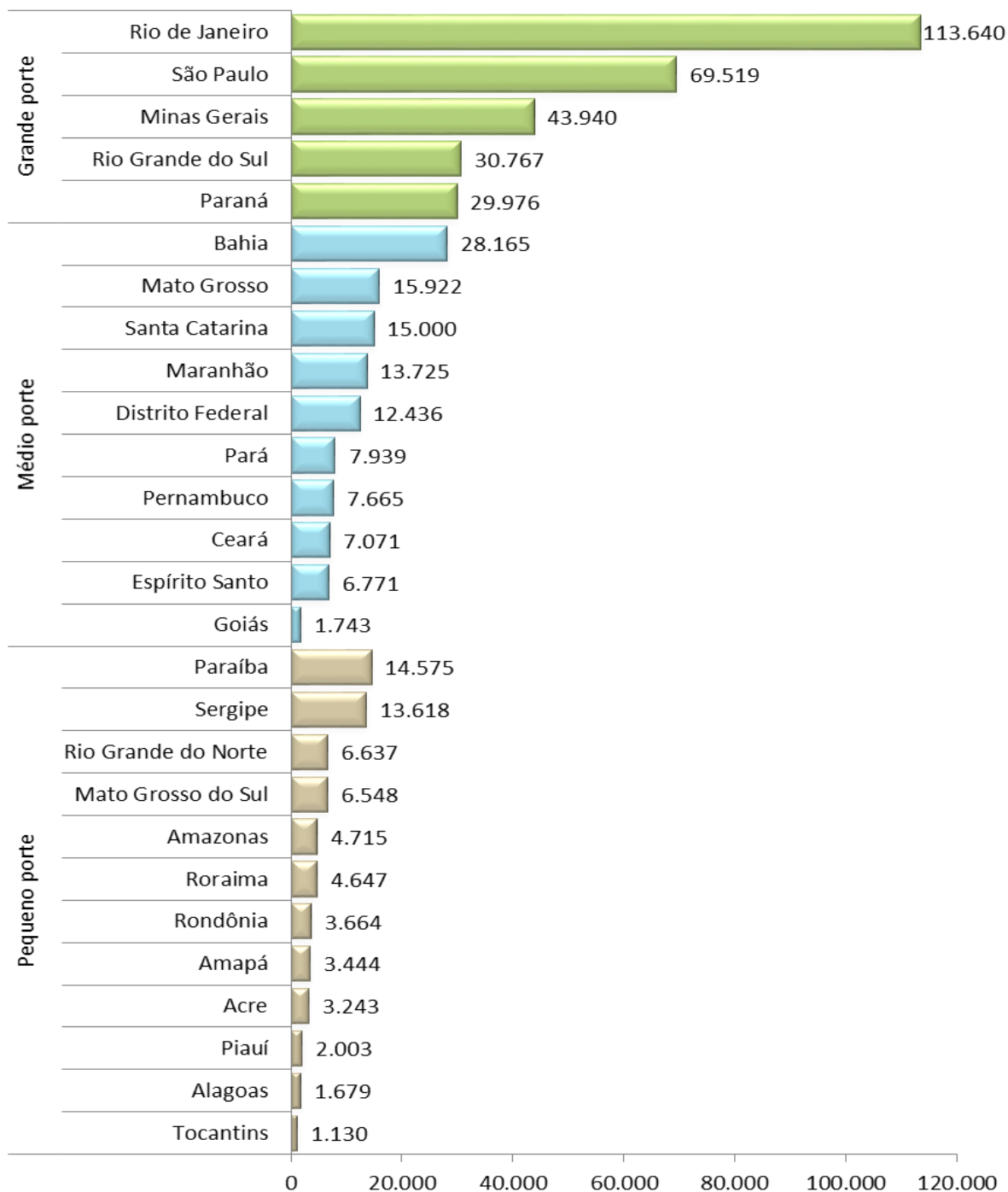
2.3.4. DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal

Tabela 2.60 - DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal

Tribunal de Justiça	DecCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	DecNCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal
Acre	48	3.195	3.243
Alagoas	0	1.679	1.679
Amazonas	23	4.692	4.715
Amapá	17	3.427	3.444
Bahia	1	28.164	28.165
Ceará	224	6.847	7.071
Distrito Federal	324	12.112	12.436
Espírito Santo	75	6.696	6.771
Goiás	562	1.181	1.743
Maranhão	39	13.686	13.725
Minas Gerais	2.938	41.002	43.940
Mato Grosso do Sul	173	6.375	6.548
Mato Grosso	176	15.746	15.922
Pará	16	7.923	7.939
Paraíba	52	14.523	14.575
Pernambuco	91	7.574	7.665
Piauí	8	1.995	2.003
Paraná	256	29.720	29.976
Rio de Janeiro	916	112.724	113.640
Rio Grande do Norte	19	6.618	6.637
Rondônia	155	3.509	3.664
Roraima	4	4.643	4.647
Rio Grande do Sul	2.155	28.612	30.767
Santa Catarina	806	14.194	15.000
Sergipe	115	13.503	13.618
São Paulo	4.353	65.166	69.519
Tocantins	27	1.103	1.130
Justiça Estadual	13.573	456.609	470.182

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.60 - DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal



Glossário:

DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal

Finalidade: Indicar o número de decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{DecTR} = \text{DecCrimTR} + \text{DecNCrimTR}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DecCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais: Todas as decisões criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnCrimTR - Casos novos nas turmas recursais criminais.
- DecNCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais: Todas as decisões não-criminais, colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual nas Turmas Recursais, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável CnNCrimTR - Casos novos nas turmas recursais não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

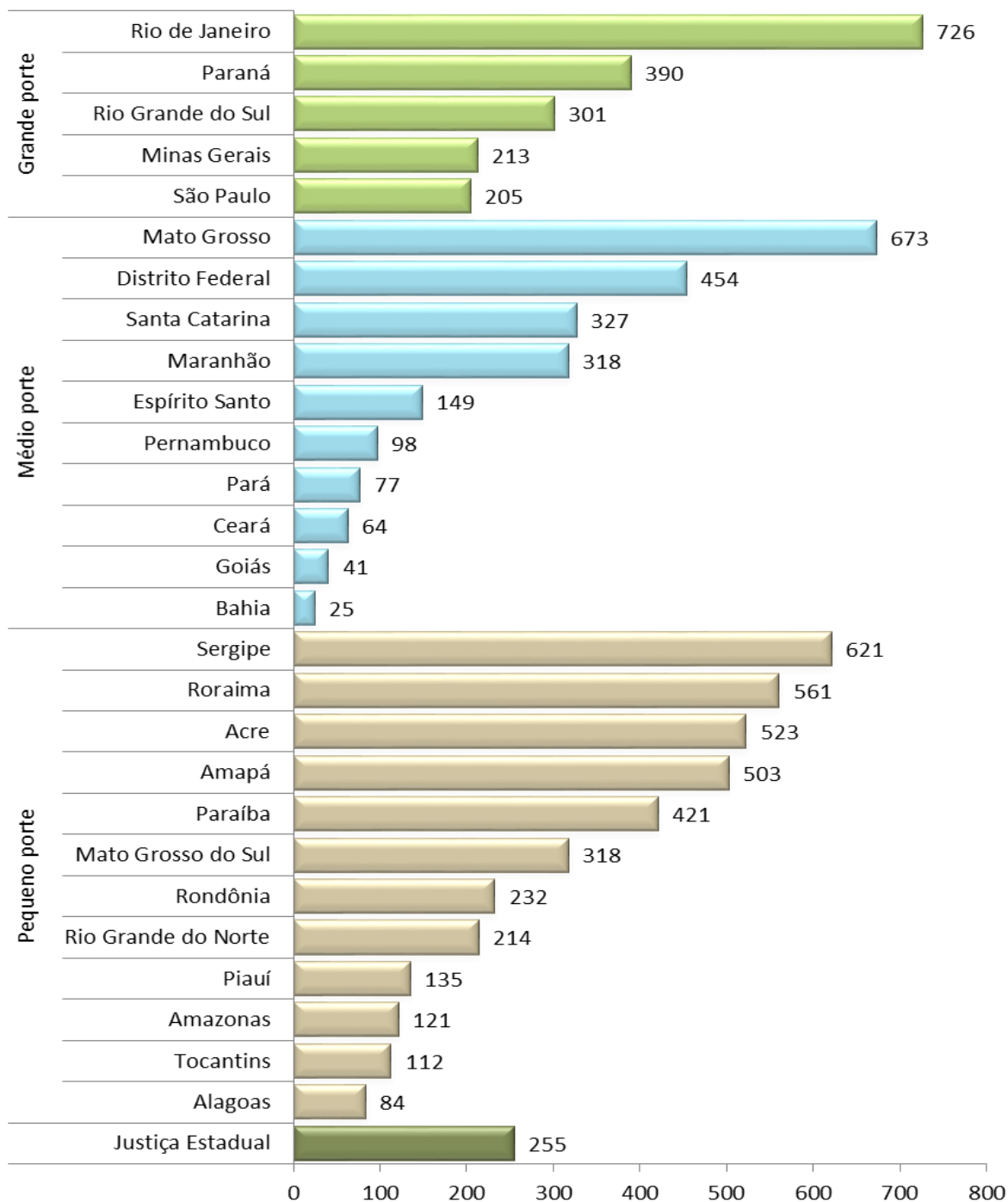
2.3.5. ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais

Tabela 2.61 - ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	h2 - Número de Habitantes por 100.000	ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais
Acre	4.059	8	523
Alagoas	2.761	33	84
Amazonas	4.611	38	121
Amapá	3.696	7	503
Bahia	3.728	150	25
Ceará	5.587	88	64
Distrito Federal	12.670	28	454
Espírito Santo	5.714	38	149
Goiás	2.618	64	41
Maranhão	21.597	68	318
Minas Gerais	43.887	206	213
Mato Grosso do Sul	8.225	26	318
Mato Grosso	21.421	32	673
Pará	6.193	80	77
Paraíba	16.473	39	421
Pernambuco	8.983	92	98
Piauí	4.300	32	135
Paraná	42.893	110	390
Rio de Janeiro	118.805	164	726
Rio Grande do Norte	7.226	34	214
Rondônia	4.016	17	232
Roraima	2.736	5	561
Rio Grande do Sul	33.641	112	301
Santa Catarina	21.691	66	327
Sergipe	13.639	22	621
São Paulo	89.417	437	205
Tocantins	1.662	15	112
Justiça Estadual	512.249	2.011	255

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.61 - ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais



Glossário:

ChTR - Casos Novos por 100.000 habitantes nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nas Turmas Recursais da Justiça Estadual para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $ChTR = CnTR / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$
- $h2$ - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

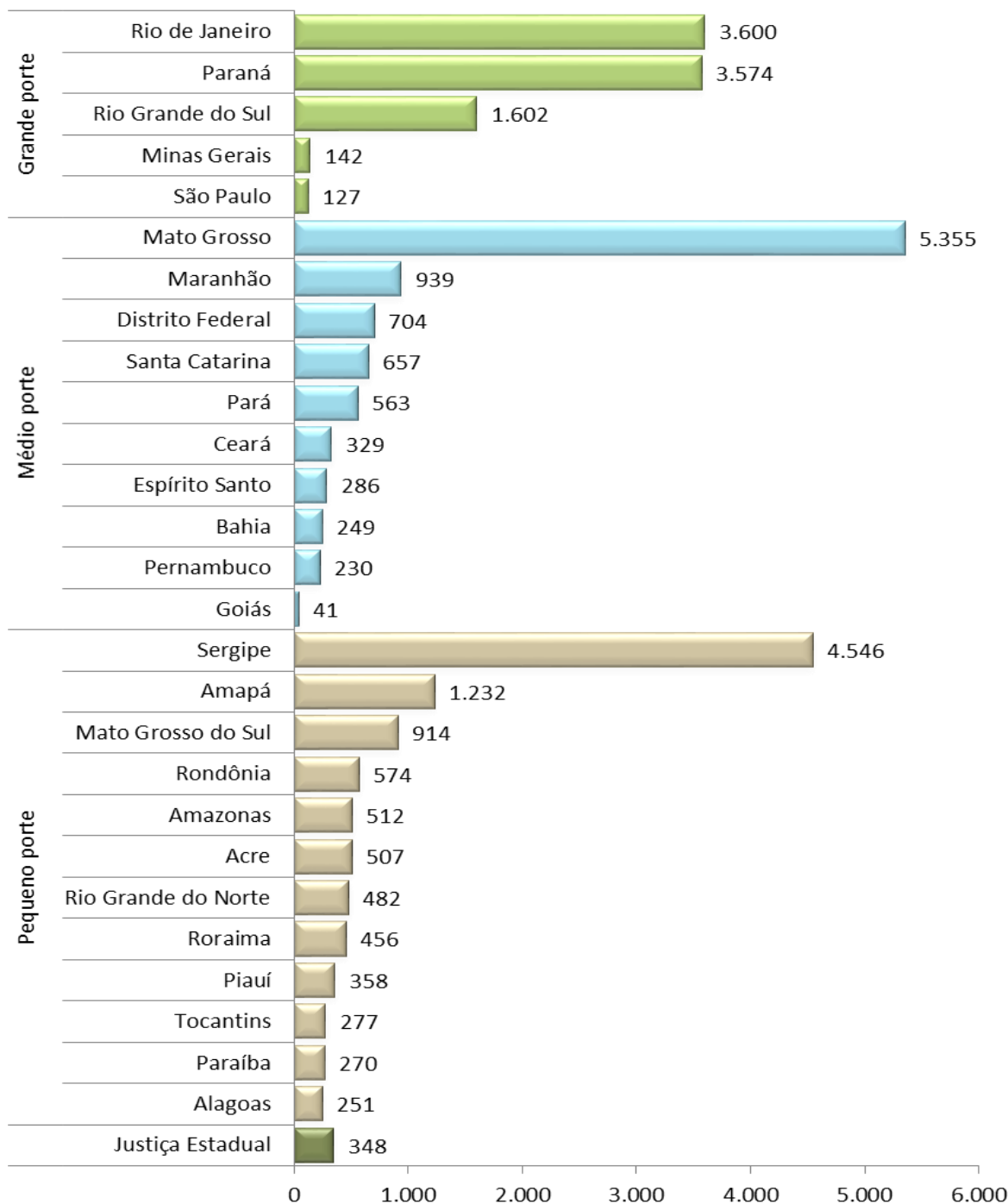
2.3.6. CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais

Tabela 2.62 - CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais
Acre	4.059	8	507
Alagoas	2.761	11	251
Amazonas	4.611	9	512
Amapá	3.696	3	1.232
Bahia	3.728	15	249
Ceará	5.587	17	329
Distrito Federal	12.670	18	704
Espírito Santo	5.714	20	286
Goiás	2.618	64	41
Maranhão	21.597	23	939
Minas Gerais	43.887	308	142
Mato Grosso do Sul	8.225	9	914
Mato Grosso	21.421	4	5.355
Pará	6.193	11	563
Paraíba	16.473	61	270
Pernambuco	8.983	39	230
Piauí	4.300	12	358
Paraná	42.893	12	3.574
Rio de Janeiro	118.805	33	3.600
Rio Grande do Norte	7.226	15	482
Rondônia	4.016	7	574
Roraima	2.736	6	456
Rio Grande do Sul	33.641	21	1.602
Santa Catarina	21.691	33	657
Sergipe	13.639	3	4.546
São Paulo	89.417	702	127
Tocantins	1.662	6	277
Justiça Estadual	512.249	1.470	348

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.62 - CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais



Glossário:

CmTR - Casos Novos por Magistrado nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nas Turmas Recursais da Justiça Estadual para cada magistrado que compõe as Turmas Recursais no período-base (semestre).

Fórmula: $CmTR = CnTR / MagTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$
- $MagTR = MagPAeTR + MagPAcTR1^o + MagPAcTRJE - MagAJTR$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

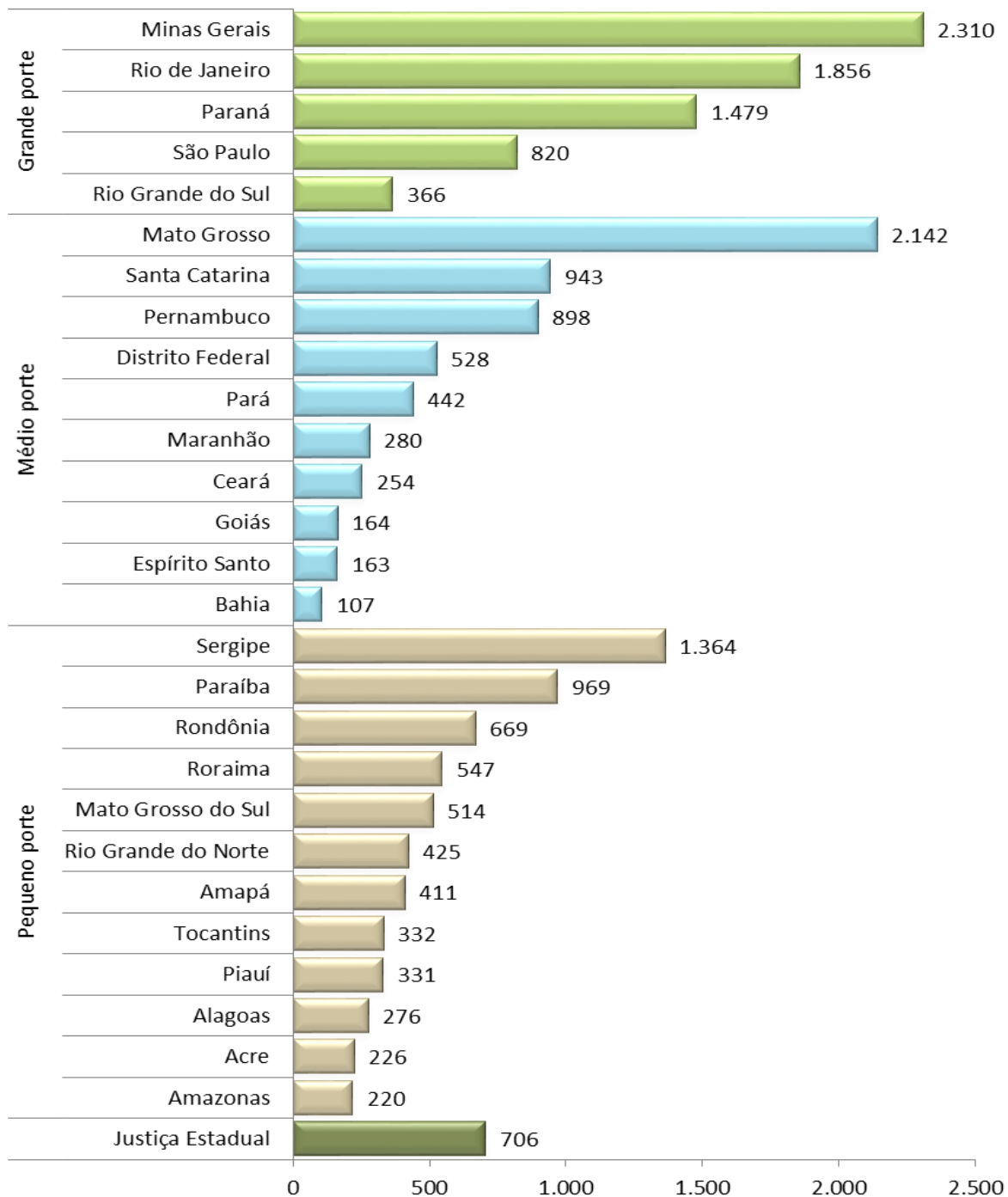
2.3.7. CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais

Tabela 2.63 - CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	SaJudTR - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária das Turmas Recursais	CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais
Acre	4.059	18	226
Alagoas	2.761	10	276
Amazonas	4.611	21	220
Amapá	3.696	9	411
Bahia	3.728	35	107
Ceará	5.587	22	254
Distrito Federal	12.670	24	528
Espírito Santo	5.714	35	163
Goiás	2.618	16	164
Maranhão	21.597	77	280
Minas Gerais	43.887	19	2.310
Mato Grosso do Sul	8.225	16	514
Mato Grosso	21.421	10	2.142
Pará	6.193	14	442
Paraíba	16.473	17	969
Pernambuco	8.983	10	898
Piauí	4.300	13	331
Paraná	42.893	29	1.479
Rio de Janeiro	118.805	64	1.856
Rio Grande do Norte	7.226	17	425
Rondônia	4.016	6	669
Roraima	2.736	5	547
Rio Grande do Sul	33.641	92	366
Santa Catarina	21.691	23	943
Sergipe	13.639	10	1.364
São Paulo	89.417	109	820
Tocantins	1.662	5	332
Justiça Estadual	512.249	726	706

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.63 - CSTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais



Glossário:

CsTR - Casos Novos por Servidor nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nas Turmas Recursais da Justiça Estadual por servidor lotado na área judiciária das Turmas Recursais no período-base (semestre).

Fórmula: $CsTR = CnTR / SaJudTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$
- SaJudTR - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária das Turmas Recursais: Número total de servidores lotados na área judiciária das turmas recursais, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

2.3.8. KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais

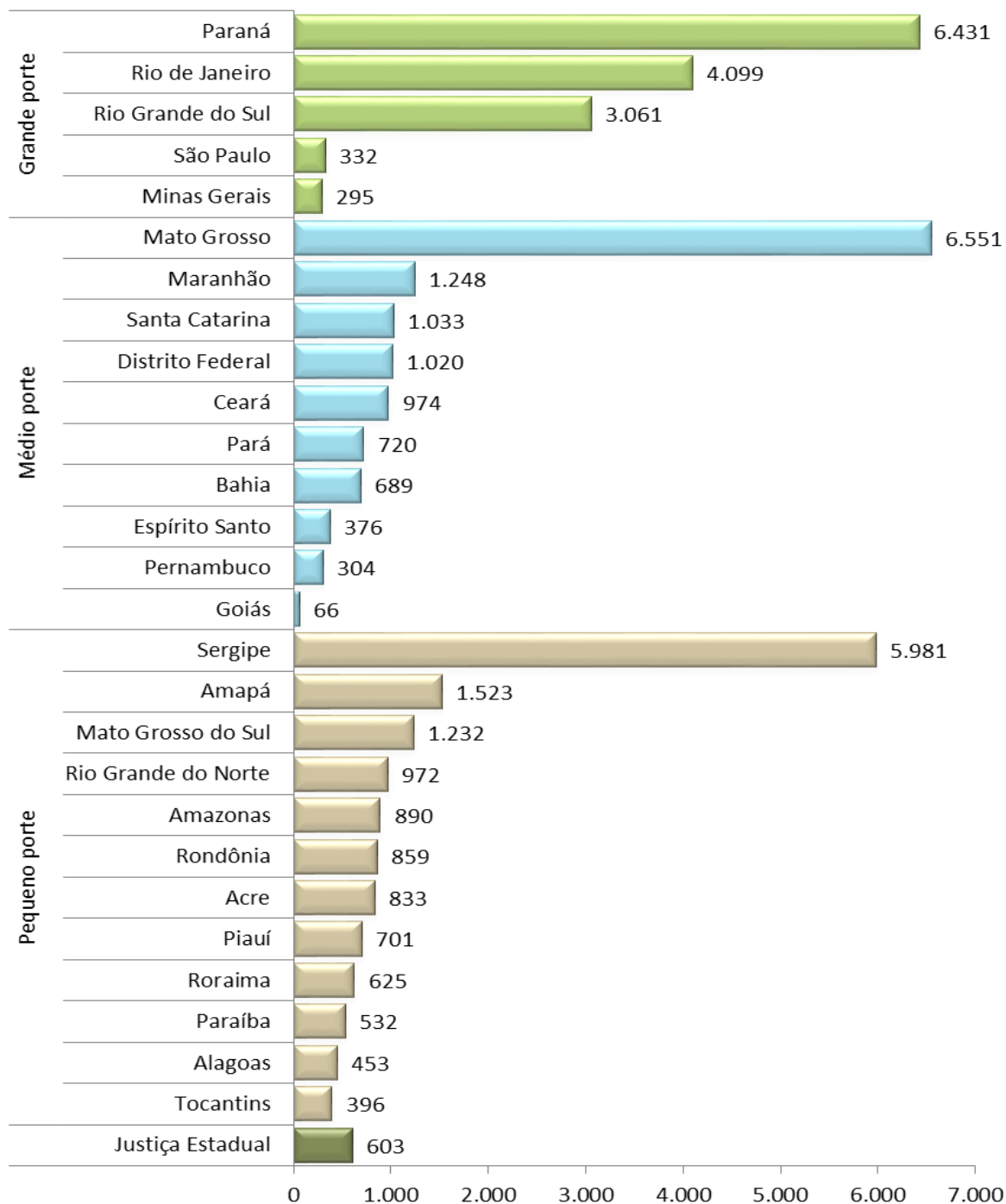
Tabela 2.64 - KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal	RIntTR - Recursos Internos nas Turmas Recursais	RIntPTR - Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais
Acre	4.059	2.229	373	0	8	833
Alagoas	2.761	2.033	128	66	11	453
Amazonas	4.611	3.403	0	0	9	890
Amapá	3.696	863	0	11	3	1.523
Bahia	3.728	3.982	2.569	51	15	689
Ceará	5.587	10.334	257	380	17	974
Distrito Federal	12.670	2.541	3.069	72	18	1.020
Espírito Santo	5.714	938	770	102	20	376
Goiás	2.618	1.433	59	98	64	66
Maranhão	21.597	6.155	516	431	23	1.248
Minas Gerais	43.887	31.737	6.887	8.460	308	295
Mato Grosso do Sul	8.225	1.683	1.042	141	9	1.232
Mato Grosso	21.421	3.591	1.058	133	4	6.551
Pará	6.193	1.400	322	0	11	720
Paraíba	16.473	15.967	nd	nd	61	532
Pernambuco	8.983	2.380	416	74	39	304
Piauí	4.300	4.033	37	44	12	701
Paraná	42.893	27.958	4.898	1.417	12	6.431
Rio de Janeiro	118.805	3.854	10.161	2.458	33	4.099
Rio Grande do Norte	7.226	6.770	506	76	15	972
Rondônia	4.016	1.614	285	96	7	859
Roraima	2.736	601	268	147	6	625
Rio Grande do Sul	33.641	24.197	6.024	416	21	3.061
Santa Catarina	21.691	11.257	655	486	33	1.033
Sergipe	13.639	3.461	749	95	3	5.981
São Paulo	89.417	69.115	69.510	4.734	702	332
Tocantins	1.662	570	133	13	6	396
Justiça Estadual	512.249	244.099	110.692	20.001	1.470	603

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.64 - KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KTR - Carga de Trabalho dos Magistrados nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados atuantes nas Turmas Recursais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $KTR = (CnTR + CpTR + RIntTR + RIntpTR) / MagTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$
- $CpTR = CpCrimTR + CpNCrimTR$
- $RIntTR$ - Recursos Internos nas Turmas Recursais: Os embargos de declaração opostos contra decisão de Turma Recursal no período-base (semestre).
- $RIntPTR$ - Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de Turma Recursal, até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram decididos na Turma Recursal até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $MagTR = MagPAeTR + MagPACTR1º + MagPACTRJE - MagAJTR$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

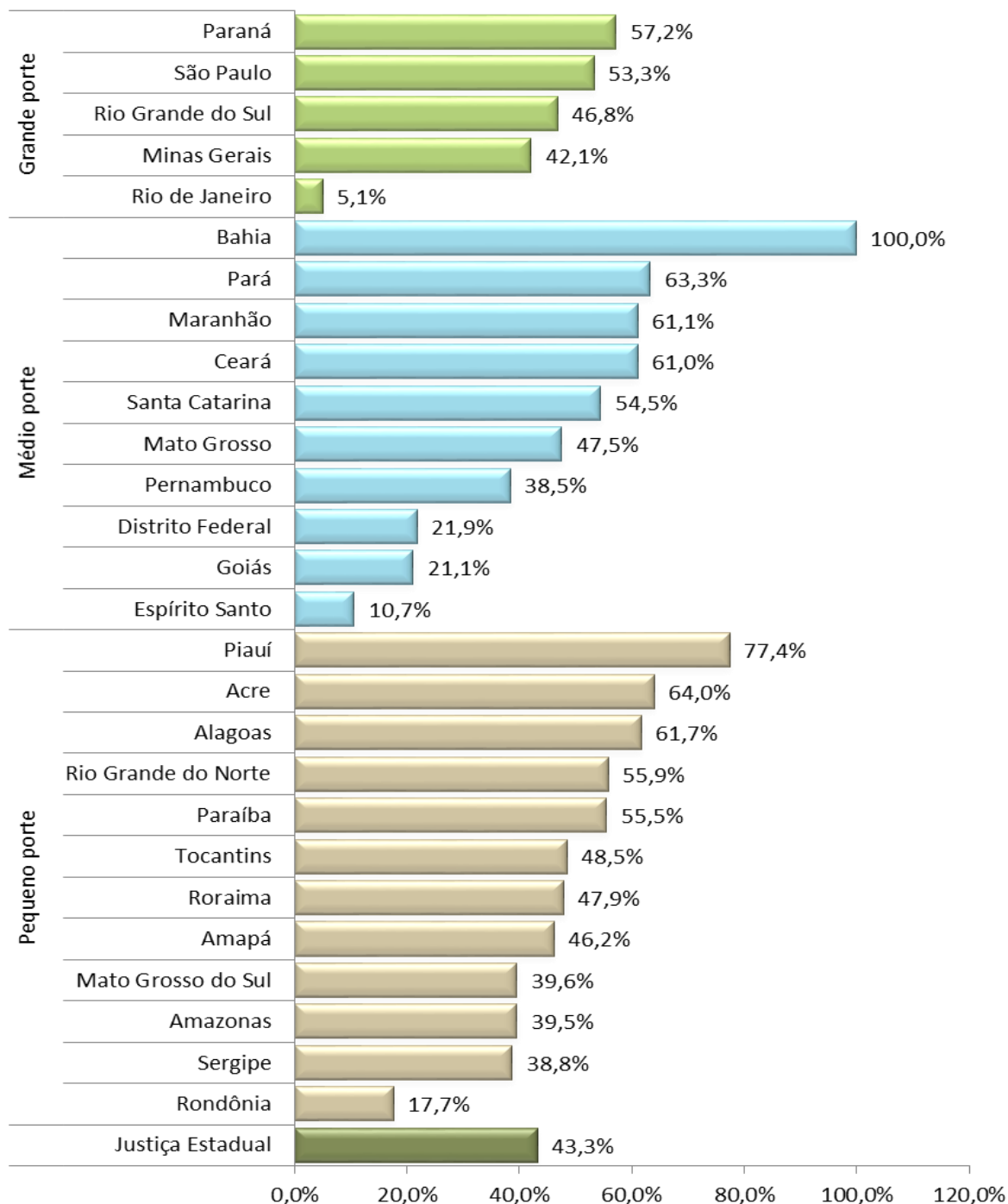
2.3.9. TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais

Tabela 2.65 - TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	TBaixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	CpTR - Casos Pendentes na Turma Recursal	TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais
Acre	2.262	4.059	2.229	64,0%
Alagoas	1.837	2.761	2.033	61,7%
Amazonas	4.845	4.611	3.403	39,5%
Amapá	2.455	3.696	863	46,2%
Bahia	1	3.728	3.982	100,0%
Ceará	6.203	5.587	10.334	61,0%
Distrito Federal	11.885	12.670	2.541	21,9%
Espírito Santo	5.942	5.714	938	10,7%
Goiás	3.195	2.618	1.433	21,1%
Maranhão	10.794	21.597	6.155	61,1%
Minas Gerais	43.773	43.887	31.737	42,1%
Mato Grosso do Sul	5.984	8.225	1.683	39,6%
Mato Grosso	13.125	21.421	3.591	47,5%
Pará	2.785	6.193	1.400	63,3%
Paraíba	14.436	16.473	15.967	55,5%
Pernambuco	6.990	8.983	2.380	38,5%
Piauí	1.880	4.300	4.033	77,4%
Paraná	30.299	42.893	27.958	57,2%
Rio de Janeiro	116.402	118.805	3.854	5,1%
Rio Grande do Norte	6.179	7.226	6.770	55,9%
Rondônia	4.634	4.016	1.614	17,7%
Roraima	1.738	2.736	601	47,9%
Rio Grande do Sul	30.767	33.641	24.197	46,8%
Santa Catarina	15.000	21.691	11.257	54,5%
Sergipe	10.470	13.639	3.461	38,8%
São Paulo	73.963	89.417	69.115	53,3%
Tocantins	1.150	1.662	570	48,5%
Justiça Estadual	428.994	512.249	244.099	43,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.65 - TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais



Glossário:

TCTR - Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento nas Turmas Recursais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TCTR = 1 - (T_{BaixTR} / (CnTR + CpTR))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixTR} = T_{BaixCrimTR} + T_{BaixNCrimTR}$
- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$
- $CpTR = CpCrimTR + CpNCrimTR$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

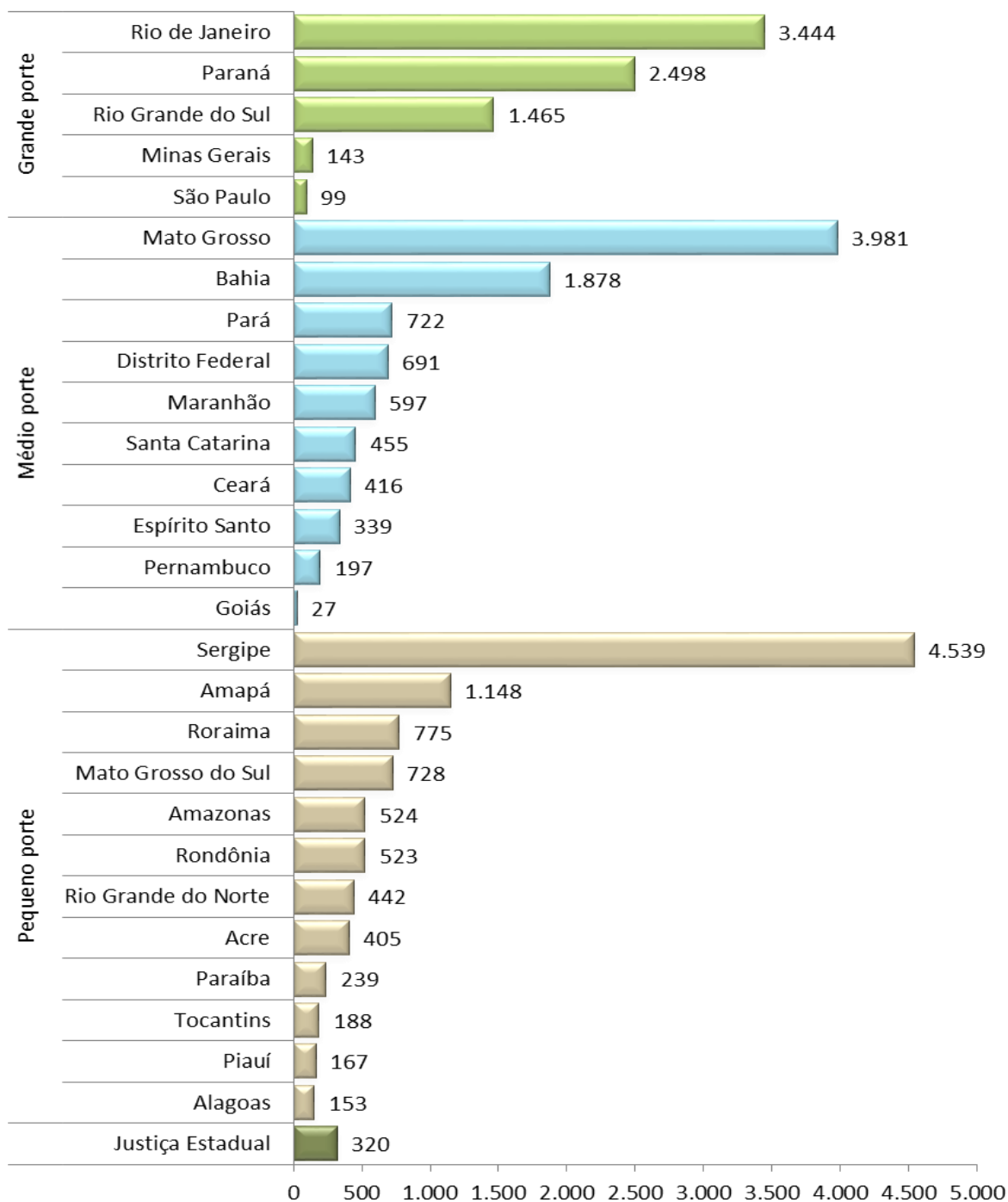
2.3.10. DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal

Tabela 2.66 - DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal

Tribunal de Justiça	DecTR - Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal	MagTR - Total de Magistrados nas Turmas Recursais	DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal
Acre	3.243	8	405
Alagoas	1.679	11	153
Amazonas	4.715	9	524
Amapá	3.444	3	1.148
Bahia	28.165	15	1.878
Ceará	7.071	17	416
Distrito Federal	12.436	18	691
Espírito Santo	6.771	20	339
Goiás	1.743	64	27
Maranhão	13.725	23	597
Minas Gerais	43.940	308	143
Mato Grosso do Sul	6.548	9	728
Mato Grosso	15.922	4	3.981
Pará	7.939	11	722
Paraíba	14.575	61	239
Pernambuco	7.665	39	197
Piauí	2.003	12	167
Paraná	29.976	12	2.498
Rio de Janeiro	113.640	33	3.444
Rio Grande do Norte	6.637	15	442
Rondônia	3.664	7	523
Roraima	4.647	6	775
Rio Grande do Sul	30.767	21	1.465
Santa Catarina	15.000	33	455
Sergipe	13.618	3	4.539
São Paulo	69.519	702	99
Tocantins	1.130	6	188
Justiça Estadual	470.182	1.470	320

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.66 - DTMT - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal



Glossário:

DTMTR - Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de Turma Recursal no período-base (semestre).

Fórmula: $DTMTR = DecTR / MagTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $DecTR = DecCrimTR + DecNCrimTR$
- $MagTR = MagPAeTR + MagPacTR1^o + MagPacTRJE - MagAJTR$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

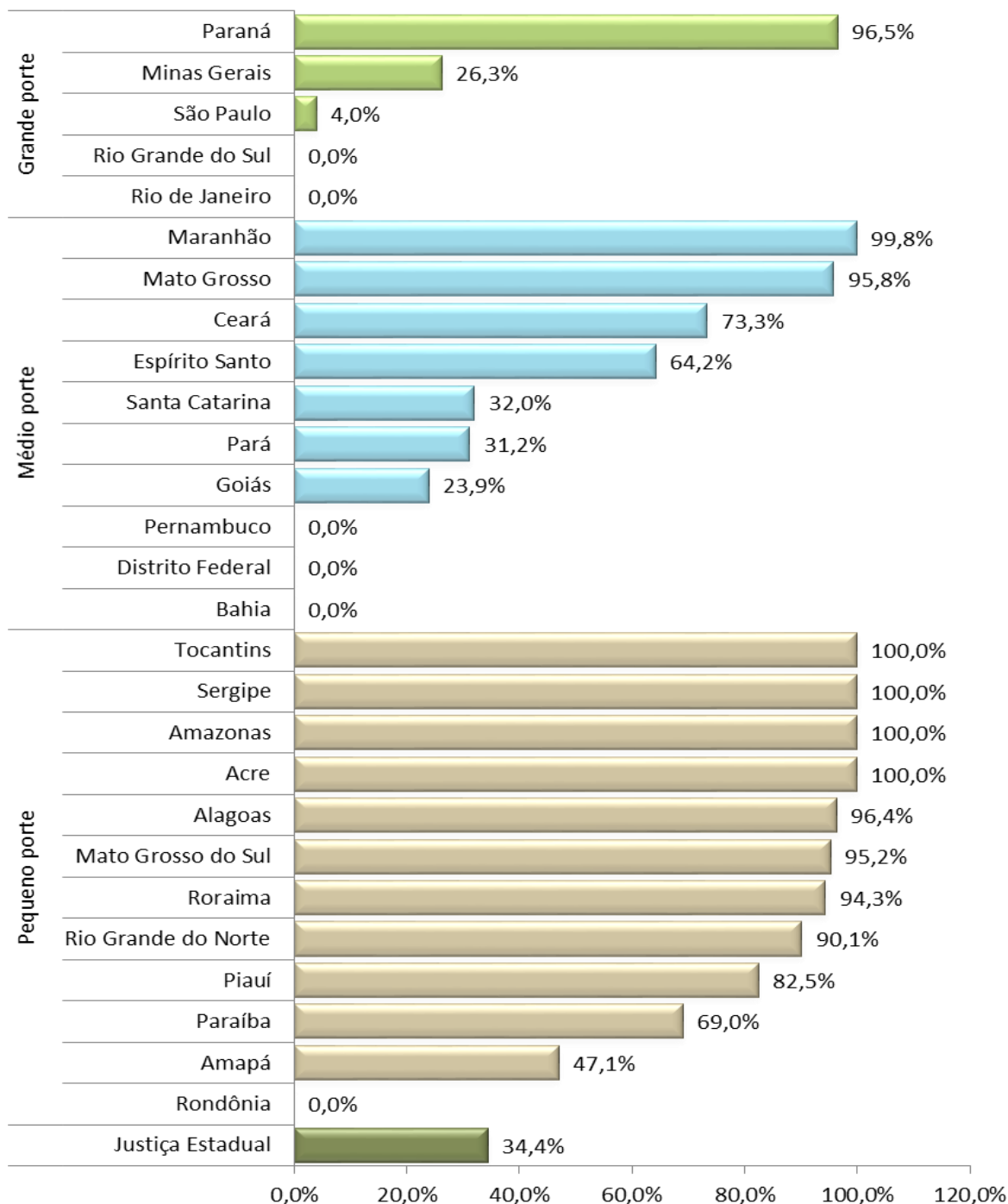
2.3.11. ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais

Tabela 2.67 - ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	CnEletTR - Casos Novos Eletrônicos nas Turmas Recursais	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais
Acre	4.059	4.059	100,0%
Alagoas	2.661	2.761	96,4%
Amazonas	4.611	4.611	100,0%
Amapá	1.739	3.696	47,1%
Bahia	0	3.728	0,0%
Ceará	4.096	5.587	73,3%
Distrito Federal	0	12.670	0,0%
Espírito Santo	3.669	5.714	64,2%
Goiás	627	2.618	23,9%
Maranhão	21.564	21.597	99,8%
Minas Gerais	11.553	43.887	26,3%
Mato Grosso do Sul	7.831	8.225	95,2%
Mato Grosso	20.526	21.421	95,8%
Pará	1.931	6.193	31,2%
Paraíba	11.374	16.473	69,0%
Pernambuco	0	8.983	0,0%
Piauí	3.548	4.300	82,5%
Paraná	41.400	42.893	96,5%
Rio de Janeiro	0	118.805	0,0%
Rio Grande do Norte	6.513	7.226	90,1%
Rondônia	0	4.016	0,0%
Roraima	2.580	2.736	94,3%
Rio Grande do Sul	0	33.641	0,0%
Santa Catarina	6.942	21.691	32,0%
Sergipe	13.639	13.639	100,0%
São Paulo	3.606	89.417	4,0%
Tocantins	1.662	1.662	100,0%
Justiça Estadual	176.131	512.249	34,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.67 - ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais



Glossário:

ProcEITR - Índice de Processos Eletrônicos nas Turmas Recursais

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados nas Turmas Recursais no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEITR} = \text{CnEletTR} / \text{CnTR}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnEletTR - Casos Novos Eletrônicos nas Turmas Recursais: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos dos Juizados Especiais, que ingressaram nas Turmas Recursais no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrimTr - Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais e b) CnCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais.
- $\text{CnTR} = \text{CnCrimTR} + \text{CnNCrimTR}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

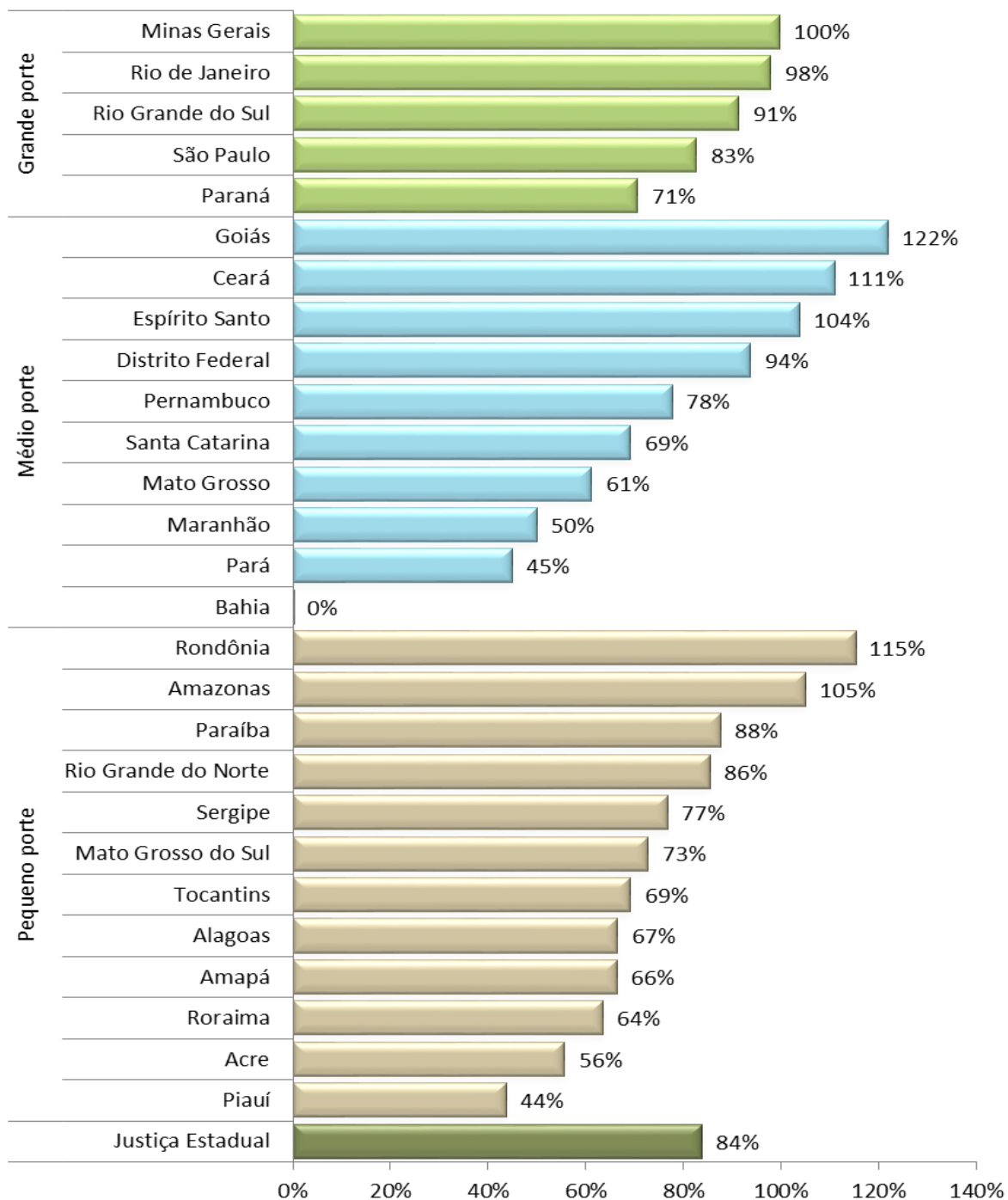
2.3.12. IADTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais

Tabela 2.68 - IADTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	TBaixTR - Total de Processos Baixados na Turma Recursal	CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	IADTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais
Acre	2.262	4.059	56%
Alagoas	1.837	2.761	67%
Amazonas	4.845	4.611	105%
Amapá	2.455	3.696	66%
Bahia	1	3.728	0%
Ceará	6.203	5.587	111%
Distrito Federal	11.885	12.670	94%
Espírito Santo	5.942	5.714	104%
Goiás	3.195	2.618	122%
Maranhão	10.794	21.597	50%
Minas Gerais	43.773	43.887	100%
Mato Grosso do Sul	5.984	8.225	73%
Mato Grosso	13.125	21.421	61%
Pará	2.785	6.193	45%
Paraíba	14.436	16.473	88%
Pernambuco	6.990	8.983	78%
Piauí	1.880	4.300	44%
Paraná	30.299	42.893	71%
Rio de Janeiro	116.402	118.805	98%
Rio Grande do Norte	6.179	7.226	86%
Rondônia	4.634	4.016	115%
Roraima	1.738	2.736	64%
Rio Grande do Sul	30.767	33.641	91%
Santa Catarina	15.000	21.691	69%
Sergipe	10.470	13.639	77%
São Paulo	73.963	89.417	83%
Tocantins	1.150	1.662	69%
Justiça Estadual	428.994	512.249	84%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.68 - IADTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais



Glossário:

IADTr - Processos Baixados por Caso Novo nas Turmas Recursais

Fórmula: $IADTr = T_{BaixTr} / CnTr$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixTR} = T_{BaixCrimTR} + T_{BaixNCrimTR}$
- $CnTR = CnCrimTR + CnNCrimTR$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

2.3.13. RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais

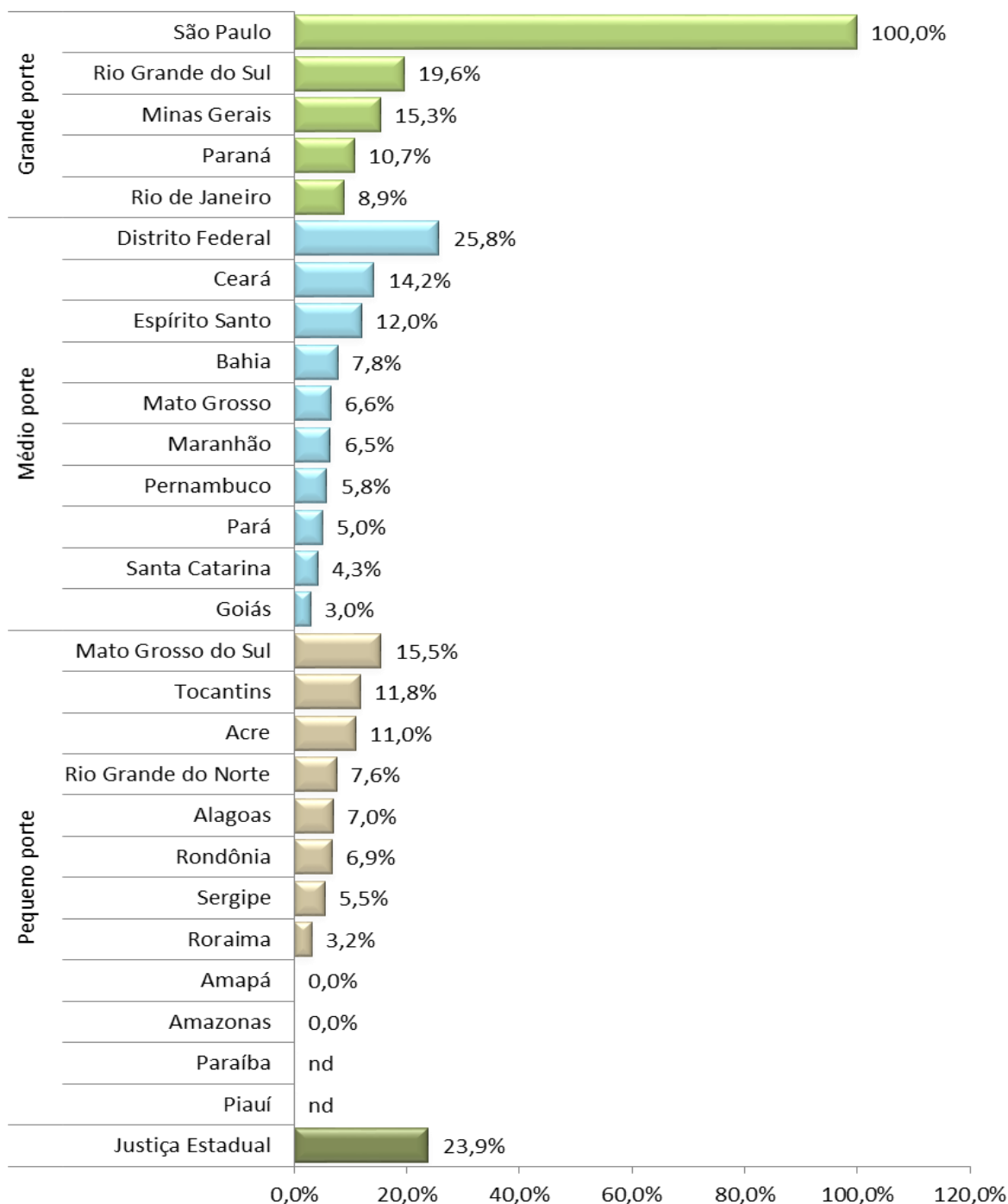
Tabela 2.69 - RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	RInTR - Recursos Internos nas Turmas Recursais	DeRInTR - Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno	RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais
Acre	373	3.394	11,0%
Alagoas	128	1.833	7,0%
Amazonas	0	4.715	0,0%
Amapá	0	464	0,0%
Bahia	2.569	32.805	7,8%
Ceará	257	1.807	14,2%
Distrito Federal	3.069	11.917	25,8%
Espírito Santo	770	6.391	12,0%
Goiás	59	1.964	3,0%
Maranhão	516	7.986	6,5%
Minas Gerais	6.887	44.974	15,3%
Mato Grosso do Sul	1.042	6.738	15,5%
Mato Grosso	1.058	15.922	6,6%
Pará	322	6.418	5,0%
Paraíba	nd	5.981	nd
Pernambuco	416	7.136	5,8%
Piauí	37	nd	nd
Paraná	4.898	45.668	10,7%
Rio de Janeiro	10.161	113.715	8,9%
Rio Grande do Norte	506	6.635	7,6%
Rondônia	285	4.148	6,9%
Roraima	268	8.369	3,2%
Rio Grande do Sul	6.024	30.767	19,6%
Santa Catarina	655	15.221	4,3%
Sergipe	749	13.618	5,5%
São Paulo	69.510	69.510	100,0%
Tocantins	133	1.130	11,8%
Justiça Estadual	110.692	469.226	23,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.69 - RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RInTR - Recorribilidade Interna das Turmas Recursais

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos nas Turmas Recursais da Justiça Estadual em relação ao número de decisões passíveis de recurso interno no período-base (semestre).

Fórmula: $RInTR = RIntTR / DeRIntTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntTR - Recursos Internos nas Turmas Recursais: Os embargos de declaração opostos contra decisão de Turma Recursal no período-base (semestre).
- DeRIntTR - Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno: Todas as decisões, colegiadas e monocráticas, inclusive interlocutórias, proferidas no âmbito das Turmas Recursais, das quais caiba recurso para as próprias Turmas Recursais, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade das Turmas Recursais

2.3.14. RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais

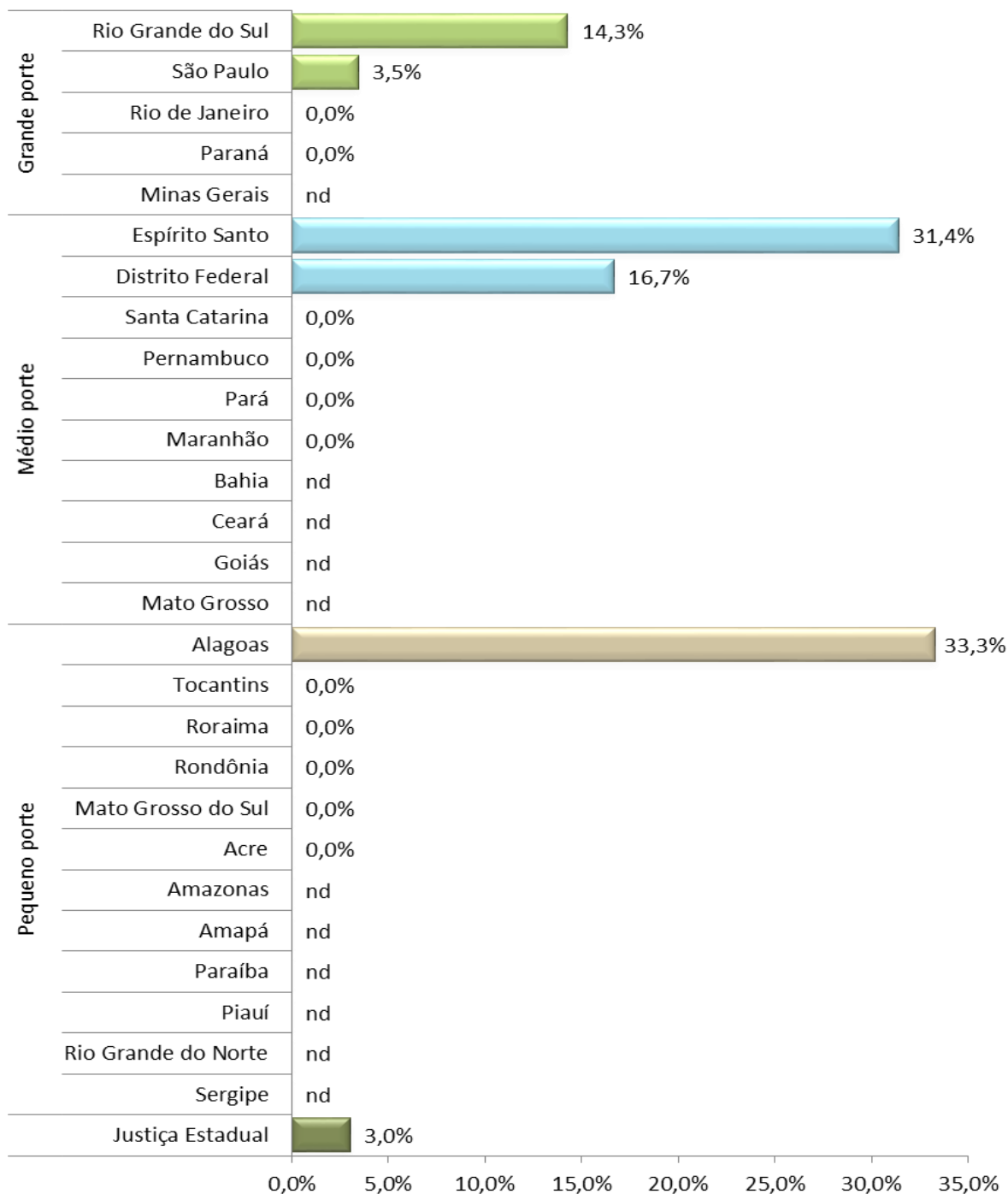
Tabela 2.70 - RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais

Tribunal de Justiça	RpExtTR - Recursos das decisões de Turmas Recursais providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	RjExtTR - Recursos Extraordinários julgados pelo STF	RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais
Acre	0	26	0,0%
Alagoas	1	3	33,3%
Amazonas	0	0	nd
Amapá	0	0	nd
Bahia	0	0	nd
Ceará	nd	nd	nd
Distrito Federal	1	6	16,7%
Espírito Santo	11	35	31,4%
Goiás	0	0	nd
Maranhão	0	6	0,0%
Minas Gerais	nd	0	nd
Mato Grosso do Sul	0	226	0,0%
Mato Grosso	0	0	nd
Pará	0	5	0,0%
Paraíba	nd	nd	nd
Pernambuco	0	212	0,0%
Piauí	nd	nd	nd
Paraná	0	10	0,0%
Rio de Janeiro	0	10	0,0%
Rio Grande do Norte	0	0	nd
Rondônia	0	3	0,0%
Roraima	0	1	0,0%
Rio Grande do Sul	7	49	14,3%
Santa Catarina	0	278	0,0%
Sergipe	nd	nd	nd
São Paulo	57	1.644	3,5%
Tocantins	0	13	0,0%
Justiça Estadual	77	2.527	3,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.70 - RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RdTR - Reforma de Decisão nas Turmas Recursais

Finalidade: Indicar a reforma, pelo STF, das decisões proferidas pelas Turmas Recursais. Ou seja, o percentual de recursos providos, ainda que parcialmente, sobre recursos julgados nas Turmas Recursais.

Fórmula: $RdTR = RpExtTR / RjExtTR$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RpExtTR - Recursos das decisões de Turmas Recursais providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas das Turmas Recursais referentes aos Recursos Extraordinários julgados providos pelo STF, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- RjExtTR - Recursos Extraordinários julgados pelo STF: Todos os acórdãos e decisões monocráticas das Turmas Recursais referentes aos Recursos Extraordinários julgados pelo STF, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

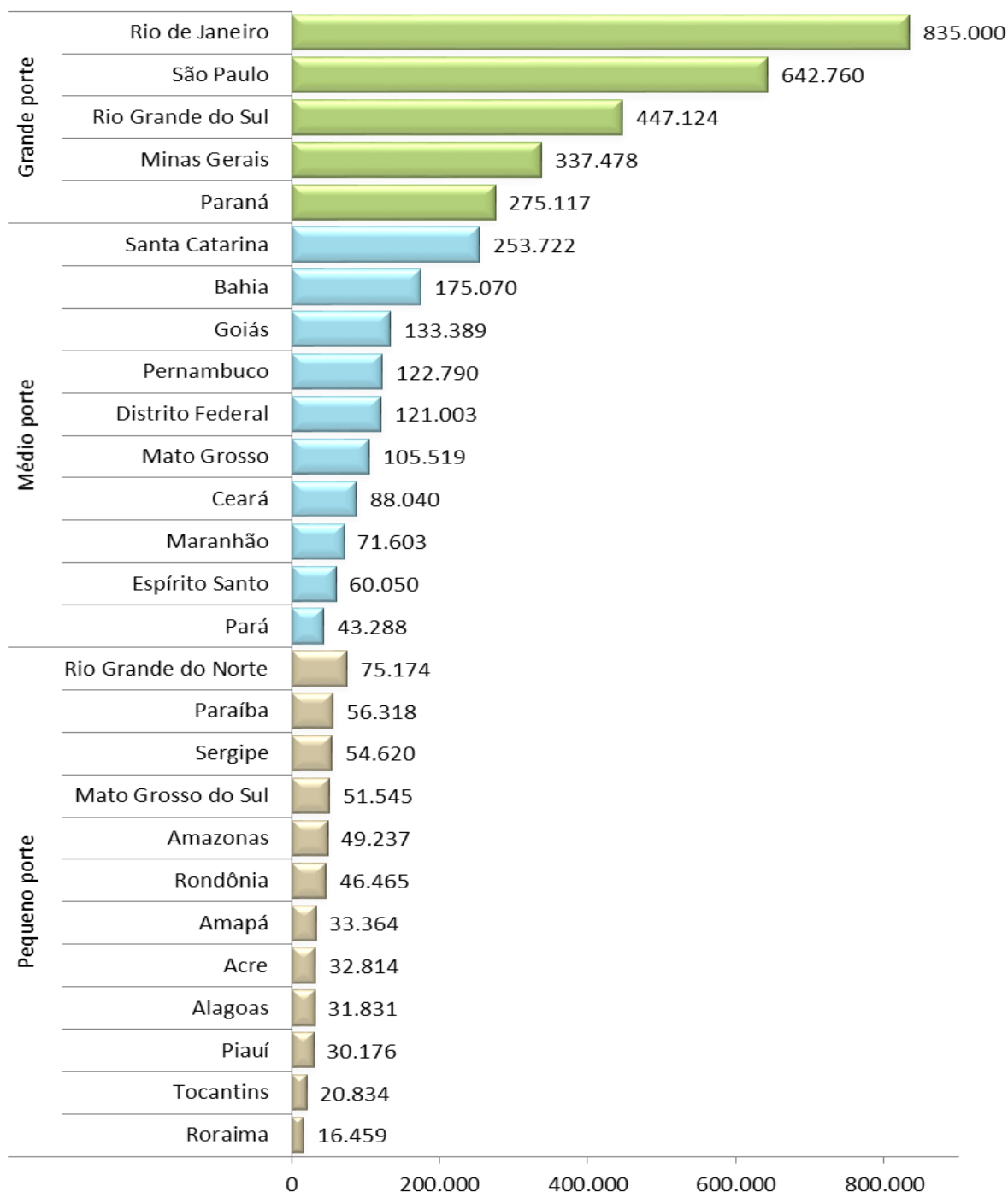
2.4.1. CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais

Tabela 2.71 - CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	CnCNCrimJe - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais
Acre	466	32.348	32.814
Alagoas	4.775	27.056	31.831
Amazonas	14.763	34.474	49.237
Amapá	5.897	27.467	33.364
Bahia	30.109	144.961	175.070
Ceará	18.363	69.677	88.040
Distrito Federal	40.005	80.998	121.003
Espírito Santo	18.951	41.099	60.050
Goiás	7.605	125.784	133.389
Maranhão	8.430	63.173	71.603
Minas Gerais	14.509	322.969	337.478
Mato Grosso do Sul	510	51.035	51.545
Mato Grosso	688	104.831	105.519
Pará	17.314	25.974	43.288
Paraíba	5.476	50.842	56.318
Pernambuco	21.200	101.590	122.790
Piauí	3.433	26.743	30.176
Paraná	73.942	201.175	275.117
Rio de Janeiro	132.420	702.580	835.000
Rio Grande do Norte	8.277	66.897	75.174
Rondônia	10.586	35.879	46.465
Roraima	268	16.191	16.459
Rio Grande do Sul	234.134	212.990	447.124
Santa Catarina	54.730	198.992	253.722
Sergipe	4.538	50.082	54.620
São Paulo	226.922	415.838	642.760
Tocantins	6.147	14.687	20.834
Justiça Estadual	964.458	3.246.332	4.210.790

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.71 - CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais



Glossário:

CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos de conhecimento que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCCrimJE** - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnCNCrimJE** - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

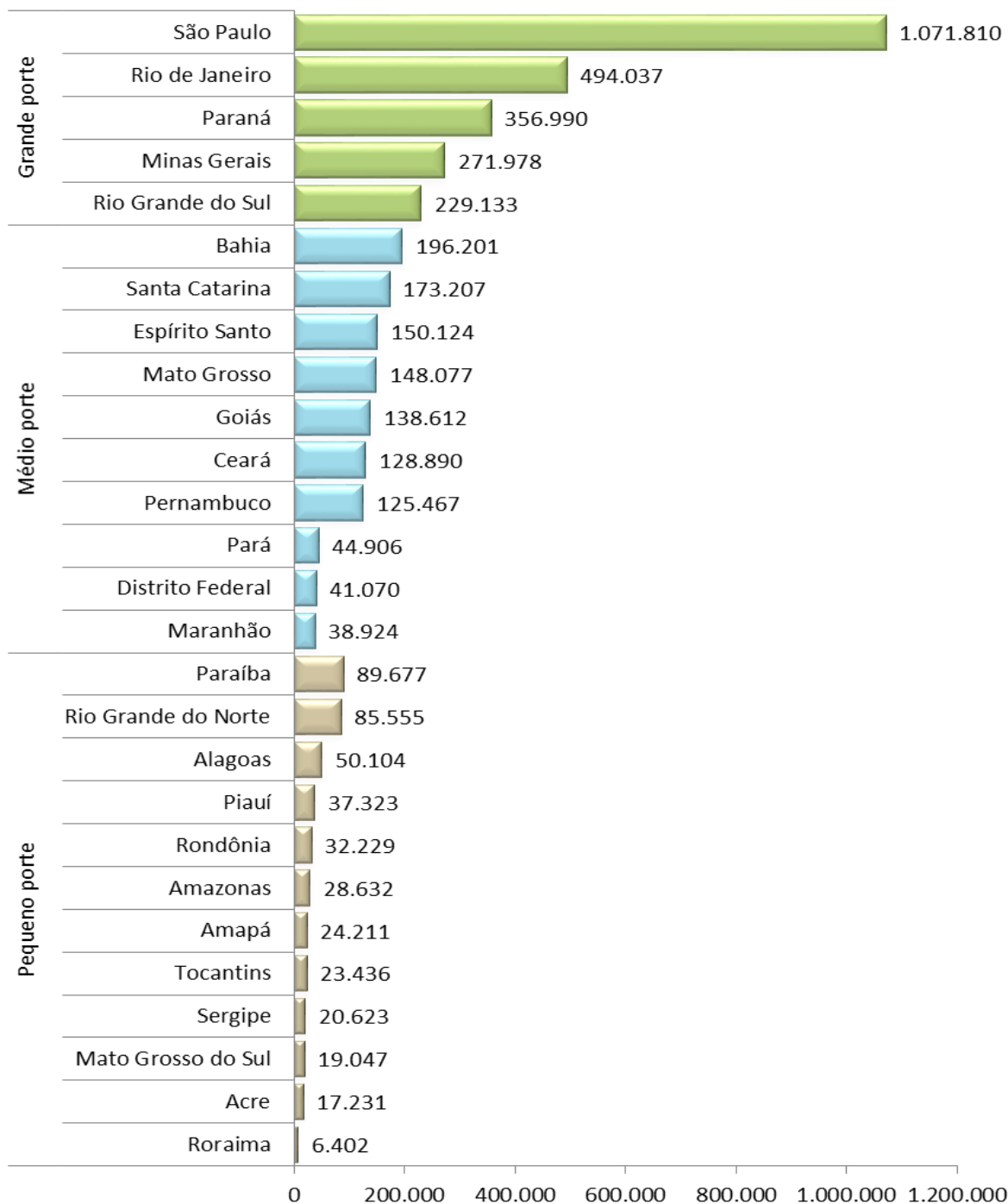
2.4.2. CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais

Tabela 2.72 - CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CpCCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	CpCNCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais
Acre	751	16.480	17.231
Alagoas	8.216	41.888	50.104
Amazonas	5.639	22.993	28.632
Amapá	5.652	18.559	24.211
Bahia	44.995	151.206	196.201
Ceará	35.372	93.518	128.890
Distrito Federal	15.606	25.464	41.070
Espírito Santo	11.058	139.066	150.124
Goiás	19.854	118.758	138.612
Maranhão	3.041	35.883	38.924
Minas Gerais	27.950	244.028	271.978
Mato Grosso do Sul	1.875	17.172	19.047
Mato Grosso	3.645	144.432	148.077
Pará	17.077	27.829	44.906
Paraíba	13.929	75.748	89.677
Pernambuco	24.972	100.495	125.467
Piauí	1.553	35.770	37.323
Paraná	84.705	272.285	356.990
Rio de Janeiro	52.330	441.707	494.037
Rio Grande do Norte	11.293	74.262	85.555
Rondônia	10.922	21.307	32.229
Roraima	1.537	4.865	6.402
Rio Grande do Sul	140.731	88.402	229.133
Santa Catarina	60.640	112.567	173.207
Sergipe	4.918	15.705	20.623
São Paulo	384.764	687.046	1.071.810
Tocantins	8.540	14.896	23.436
Justiça Estadual	1.001.565	3.042.331	4.043.896

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.72 - CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais



Glossário:

CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de conhecimento nos Juizados Especiais no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpCJE = CpCCrimJE + CpCNCrimJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais: Saldo residual de processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpCNCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais: Saldo residual de processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e os embargos de terceiros. Excluem-se os embargos à execução de título judicial, as impugnações aos cálculos e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

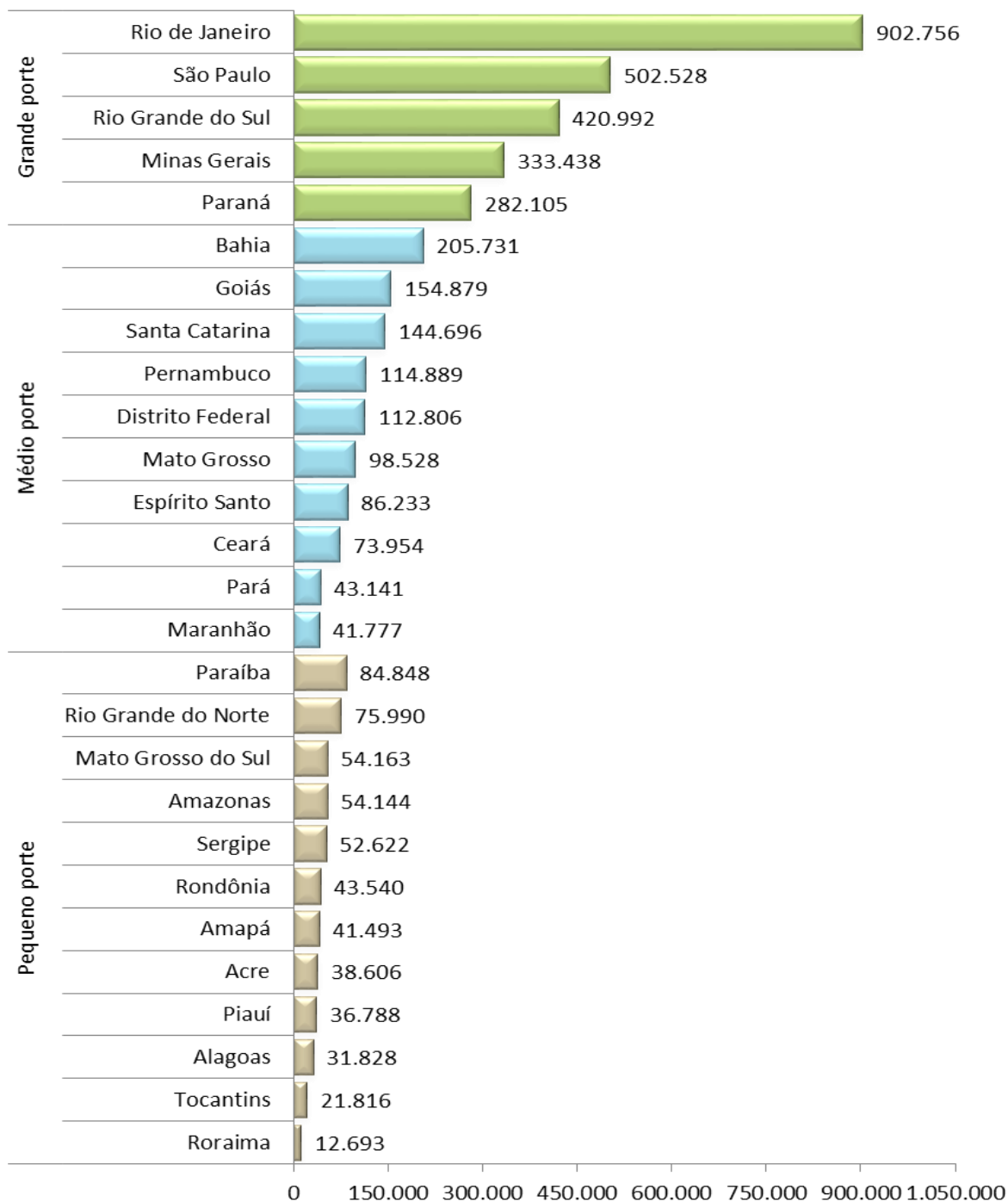
2.4.3. TBAixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais

Tabela 2.73 - TBAixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBAixCCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	TBAixCNCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	TBAixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais
Acre	713	37.893	38.606
Alagoas	3.823	28.005	31.828
Amazonas	7.105	47.039	54.144
Amapá	8.803	32.690	41.493
Bahia	20.210	185.521	205.731
Ceará	2.362	71.592	73.954
Distrito Federal	34.593	78.213	112.806
Espírito Santo	16.975	69.258	86.233
Goiás	28.158	126.721	154.879
Maranhão	12.962	28.815	41.777
Minas Gerais	15.324	318.114	333.438
Mato Grosso do Sul	1.481	52.682	54.163
Mato Grosso	1.097	97.431	98.528
Pará	15.503	27.638	43.141
Paraíba	7.442	77.406	84.848
Pernambuco	17.460	97.429	114.889
Piauí	4.616	32.172	36.788
Paraná	69.017	213.088	282.105
Rio de Janeiro	133.145	769.611	902.756
Rio Grande do Norte	9.110	66.880	75.990
Rondônia	10.548	32.992	43.540
Roraima	318	12.375	12.693
Rio Grande do Sul	210.699	210.293	420.992
Santa Catarina	60.268	84.428	144.696
Sergipe	4.111	48.511	52.622
São Paulo	181.937	320.591	502.528
Tocantins	6.264	15.552	21.816
Justiça Estadual	884.044	3.182.940	4.066.984

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.73 - TBAixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais



Glossário:

TBaixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de processos de conhecimento baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixCJE = TBaixCCrimJE + TBaixCNCrimJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixCCrimJE** - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais: Os processos criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrimJE - Casos novos de conhecimento nos juizados especiais criminais.
- **TBaixCNCrimJE** - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais: Os processos não-criminais de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre), incluídos os embargos do devedor na execução de título extrajudicial e os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrimJE - Casos novos de conhecimento nos juizados especiais não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

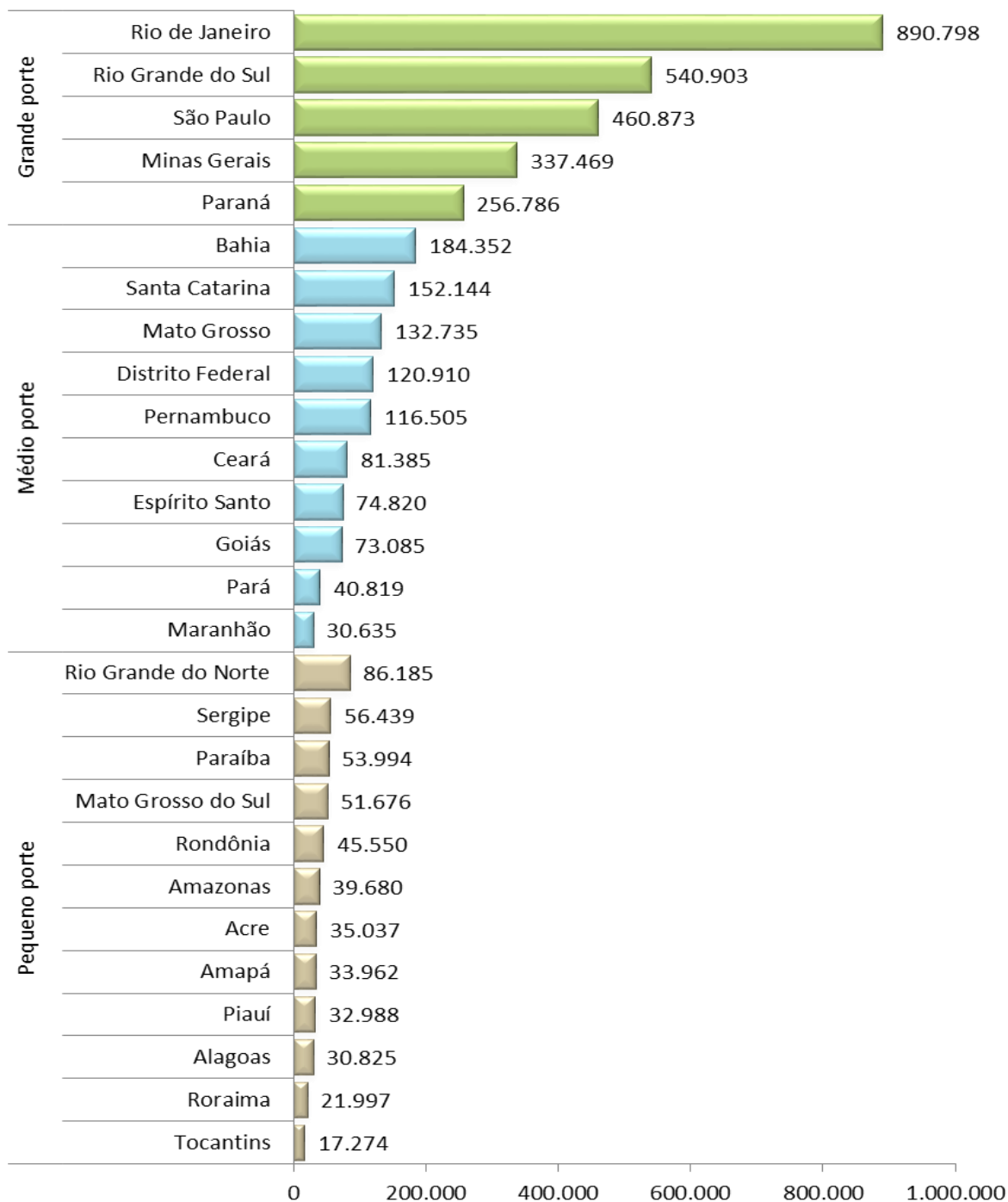
2.4.4. SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais

Tabela 2.74 - SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SentCCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	SentCNCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais
Acre	523	34.514	35.037
Alagoas	3.243	27.582	30.825
Amazonas	10.781	28.899	39.680
Amapá	5.936	28.026	33.962
Bahia	12.501	171.851	184.352
Ceará	10.343	71.042	81.385
Distrito Federal	33.520	87.390	120.910
Espírito Santo	19.856	54.964	74.820
Goiás	10.136	62.949	73.085
Maranhão	2.180	28.455	30.635
Minas Gerais	12.969	324.500	337.469
Mato Grosso do Sul	1.608	50.068	51.676
Mato Grosso	1.209	131.526	132.735
Pará	15.143	25.676	40.819
Paraíba	5.233	48.761	53.994
Pernambuco	19.880	96.625	116.505
Piauí	3.850	29.138	32.988
Paraná	5.763	251.023	256.786
Rio de Janeiro	102.201	788.597	890.798
Rio Grande do Norte	9.607	76.578	86.185
Rondônia	10.181	35.369	45.550
Roraima	701	21.296	21.997
Rio Grande do Sul	242.230	298.673	540.903
Santa Catarina	43.214	108.930	152.144
Sergipe	4.481	51.958	56.439
São Paulo	142.024	318.849	460.873
Tocantins	4.785	12.489	17.274
Justiça Estadual	734.098	3.265.728	3.999.826

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.74 - SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais



Glossário:

SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de sentenças de conhecimento nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentCJE} = \text{SentCCrimJE} + \text{SentCNCrimJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais: Todas as sentenças criminais proferidas na fase de conhecimento nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCCrimJE - Casos novos de conhecimento nos Juizados Especiais criminais.
- SentCNCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais: Todas as sentenças não-criminais proferidas na fase de conhecimento nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnCNCrimJE - Casos novos de conhecimento nos Juizados Especiais não-criminais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.5. ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais

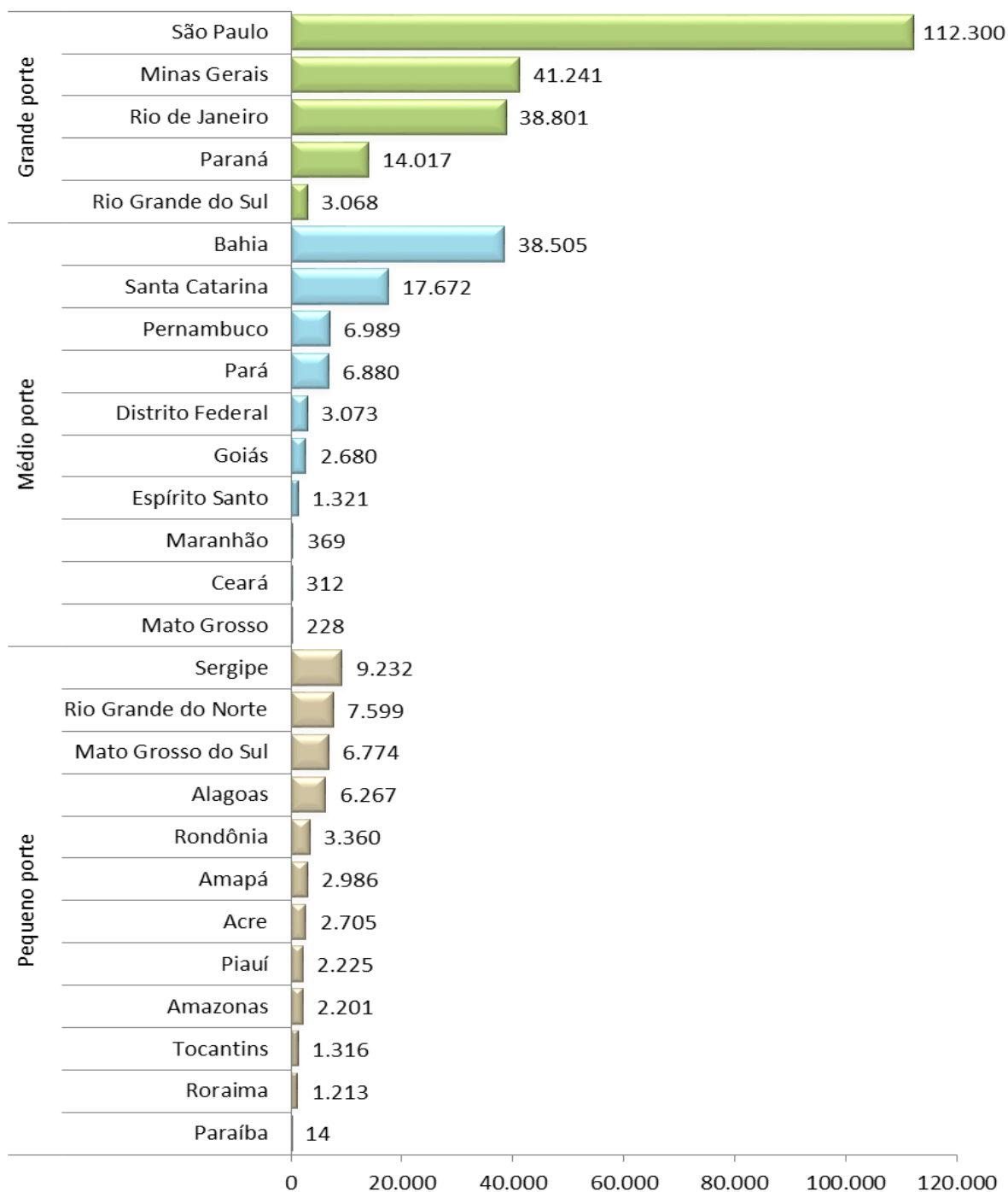
Tabela 2.75 - ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	ExeJudCrimNPLJE - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	ExeJudNCrimJE - Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais
Acre	24	2.681	2.705
Alagoas	0	6.267	6.267
Amazonas	185	2.016	2.201
Amapá	165	2.821	2.986
Bahia	503	38.002	38.505
Ceará	120	192	312
Distrito Federal	0	3.073	3.073
Espírito Santo	49	1.272	1.321
Goiás	704	1.976	2.680
Maranhão	0	369	369
Minas Gerais	0	41.241	41.241
Mato Grosso do Sul	0	6.774	6.774
Mato Grosso	1	227	228
Pará	854	6.026	6.880
Paraíba	nd	14	14
Pernambuco	176	6.813	6.989
Piauí	270	1.955	2.225
Paraná	29	13.988	14.017
Rio de Janeiro	687	38.114	38.801
Rio Grande do Norte	40	7.559	7.599
Rondônia	141	3.219	3.360
Roraima	328	885	1.213
Rio Grande do Sul	0	3.068	3.068
Santa Catarina	669	17.003	17.672
Sergipe	2	9.230	9.232
São Paulo	4.761	107.539	112.300
Tocantins	1.021	295	1.316
Justiça Estadual	10.729	322.619	333.348

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.75 - ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJudJE} = \text{ExeJudCrimNPLJE} + \text{ExeJudNCrimJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudCrimNPLJE - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.
- ExeJudNCrimJE - Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais: Os processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Excluem-se as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

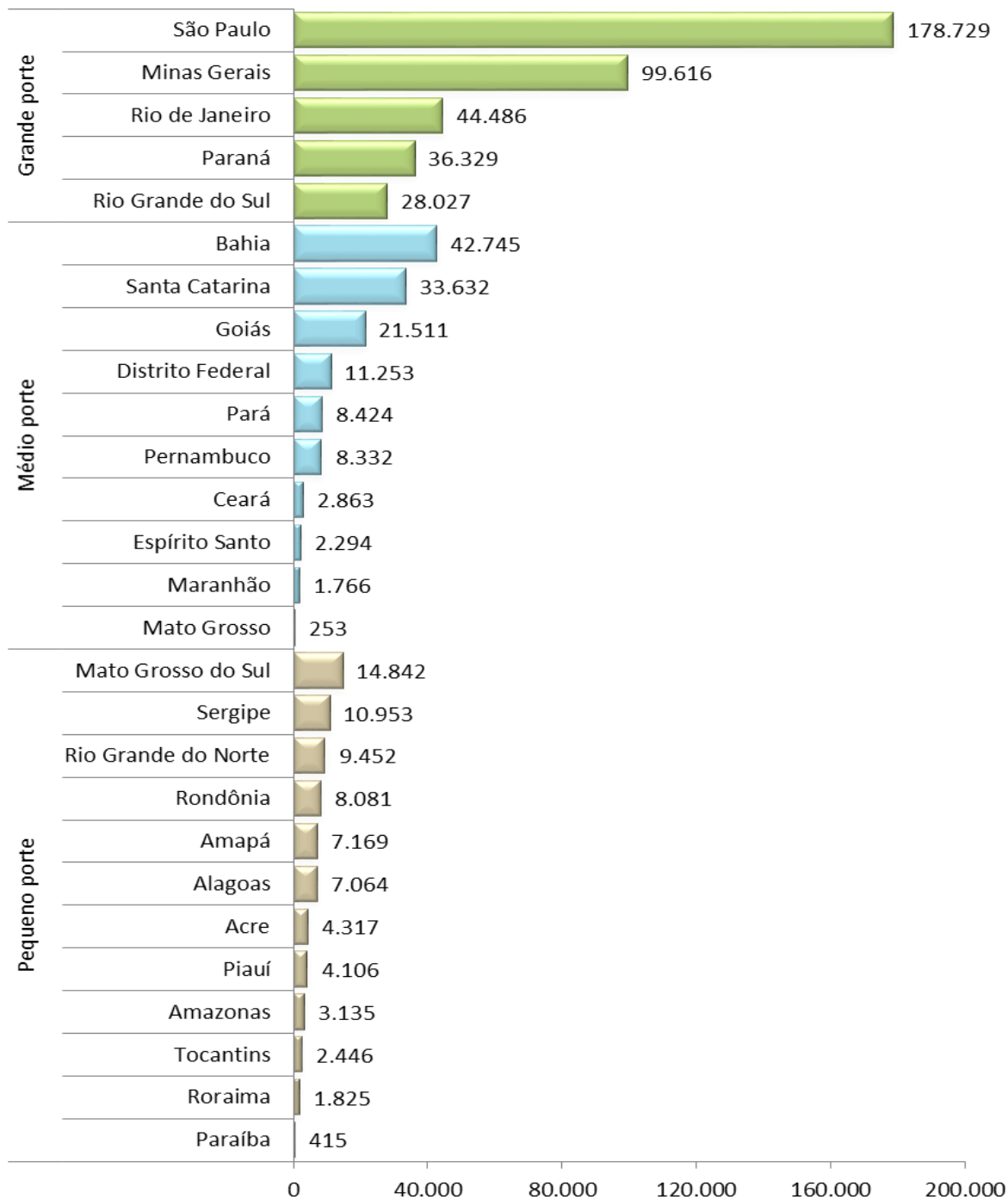
2.4.6. CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais

Tabela 2.76 - CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	ExeJudJE - Casos Novos de Execução Judicial nos Juizados Especiais	CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais
Acre	1.612	2.705	4.317
Alagoas	797	6.267	7.064
Amazonas	934	2.201	3.135
Amapá	4.183	2.986	7.169
Bahia	4.240	38.505	42.745
Ceará	2.551	312	2.863
Distrito Federal	8.180	3.073	11.253
Espírito Santo	973	1.321	2.294
Goiás	18.831	2.680	21.511
Maranhão	1.397	369	1.766
Minas Gerais	58.375	41.241	99.616
Mato Grosso do Sul	8.068	6.774	14.842
Mato Grosso	25	228	253
Pará	1.544	6.880	8.424
Paraíba	401	14	415
Pernambuco	1.343	6.989	8.332
Piauí	1.881	2.225	4.106
Paraná	22.312	14.017	36.329
Rio de Janeiro	5.685	38.801	44.486
Rio Grande do Norte	1.853	7.599	9.452
Rondônia	4.721	3.360	8.081
Roraima	612	1.213	1.825
Rio Grande do Sul	24.959	3.068	28.027
Santa Catarina	15.960	17.672	33.632
Sergipe	1.721	9.232	10.953
São Paulo	66.429	112.300	178.729
Tocantins	1.130	1.316	2.446
Justiça Estadual	260.717	333.348	594.065

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.76 - CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais



Glossário:

CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução judicial e extrajudicial que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExJE = CnExtJE + ExeJudJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais no período-base (semestre).
- $ExeJudJE = ExeJudCrimNPLJE + ExeJudNCrimJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.7. ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais

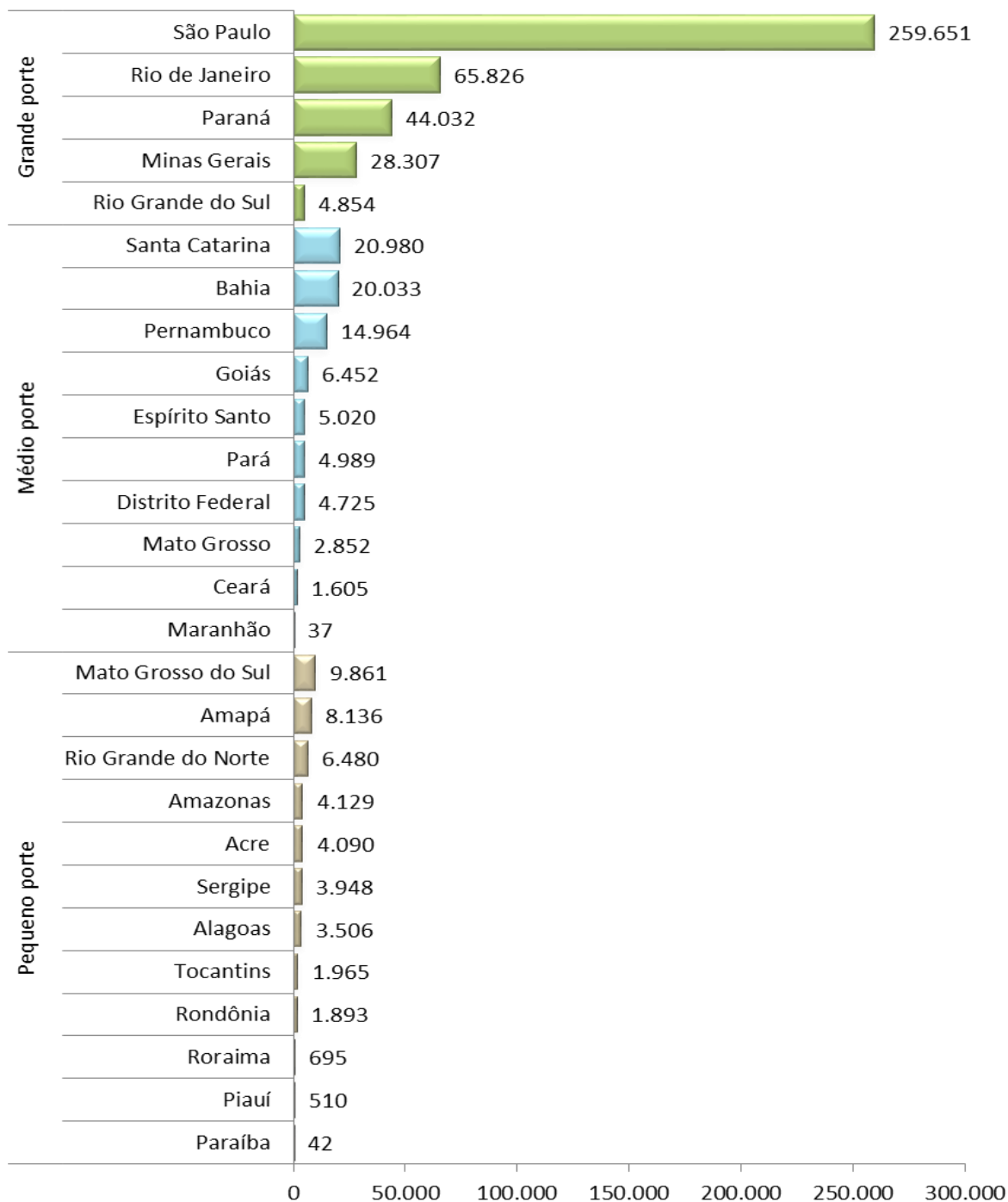
Tabela 2.77 - ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	ExeJudPCrimNPLJE - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	ExeJudPNCrimJE - Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais
Acre	422	3.668	4.090
Alagoas	0	3.506	3.506
Amazonas	515	3.614	4.129
Amapá	142	7.994	8.136
Bahia	585	19.448	20.033
Ceará	558	1.047	1.605
Distrito Federal	0	4.725	4.725
Espírito Santo	26	4.994	5.020
Goiás	0	6.452	6.452
Maranhão	0	37	37
Minas Gerais	0	28.307	28.307
Mato Grosso do Sul	0	9.861	9.861
Mato Grosso	2	2.850	2.852
Pará	323	4.666	4.989
Paraíba	nd	42	42
Pernambuco	312	14.652	14.964
Piauí	46	464	510
Paraná	nd	44.032	44.032
Rio de Janeiro	2.712	63.114	65.826
Rio Grande do Norte	1	6.479	6.480
Rondônia	146	1.747	1.893
Roraima	378	317	695
Rio Grande do Sul	0	4.854	4.854
Santa Catarina	101	20.879	20.980
Sergipe	1	3.947	3.948
São Paulo	9.994	249.657	259.651
Tocantins	1.374	591	1.965
Justiça Estadual	17.638	511.944	529.582

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.77 - ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de título judicial Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeJudPJE} = \text{ExeJudPCrimNPLJE} + \text{ExeJudPNCrimJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeJudPCrimNPLJE - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais: Saldo residual de processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade, que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Consideram-se somente as execuções da pena quando aplicadas e acompanhadas pelo próprio juizado.
- ExeJudPNCrimJE - Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais: Saldo residual de processos de execução de título judicial ou cumprimento de sentença que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se as execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

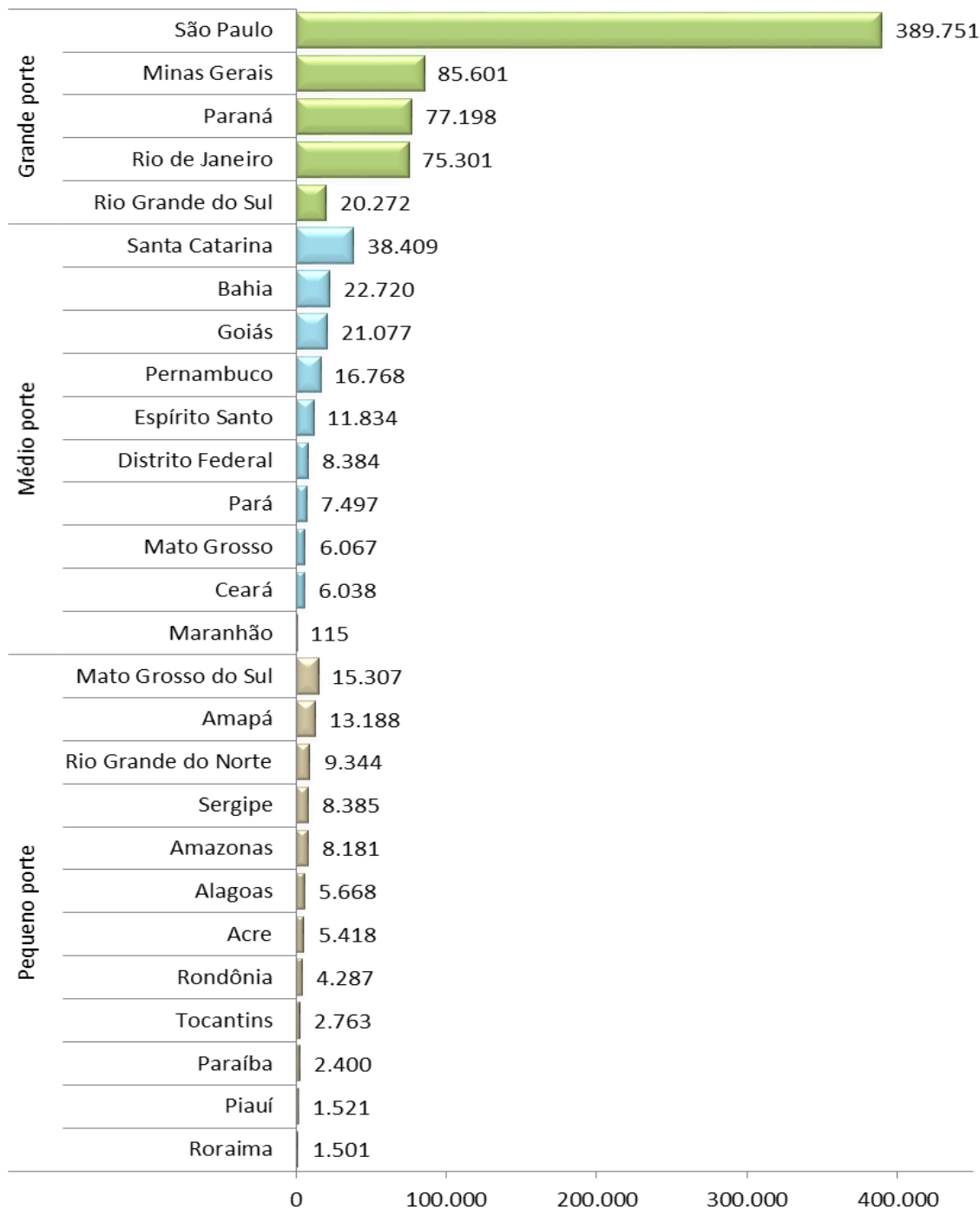
2.4.8. CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais

Tabela 2.78 - CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CpExtJE - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	ExeJudPJE - Casos Pendentes de Execução de Título Judicial nos Juizados Especiais	CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais
Acre	1.328	4.090	5.418
Alagoas	2.162	3.506	5.668
Amazonas	4.052	4.129	8.181
Amapá	5.052	8.136	13.188
Bahia	2.687	20.033	22.720
Ceará	4.433	1.605	6.038
Distrito Federal	3.659	4.725	8.384
Espírito Santo	6.814	5.020	11.834
Goiás	14.625	6.452	21.077
Maranhão	78	37	115
Minas Gerais	57.294	28.307	85.601
Mato Grosso do Sul	5.446	9.861	15.307
Mato Grosso	3.215	2.852	6.067
Pará	2.508	4.989	7.497
Paraíba	2.358	42	2.400
Pernambuco	1.804	14.964	16.768
Piauí	1.011	510	1.521
Paraná	33.166	44.032	77.198
Rio de Janeiro	9.475	65.826	75.301
Rio Grande do Norte	2.864	6.480	9.344
Rondônia	2.394	1.893	4.287
Roraima	806	695	1.501
Rio Grande do Sul	15.418	4.854	20.272
Santa Catarina	17.429	20.980	38.409
Sergipe	4.437	3.948	8.385
São Paulo	130.100	259.651	389.751
Tocantins	798	1.965	2.763
Justiça Estadual	335.413	529.582	864.995

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.78 - CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais



Glossário:

CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução judicial e extrajudicial nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExJE = CpExtJE + ExeJudPJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtJE - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).

- $ExeJudPJE = ExeJudPCrimNPLJE + ExeJudPNCrimJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.9. TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais

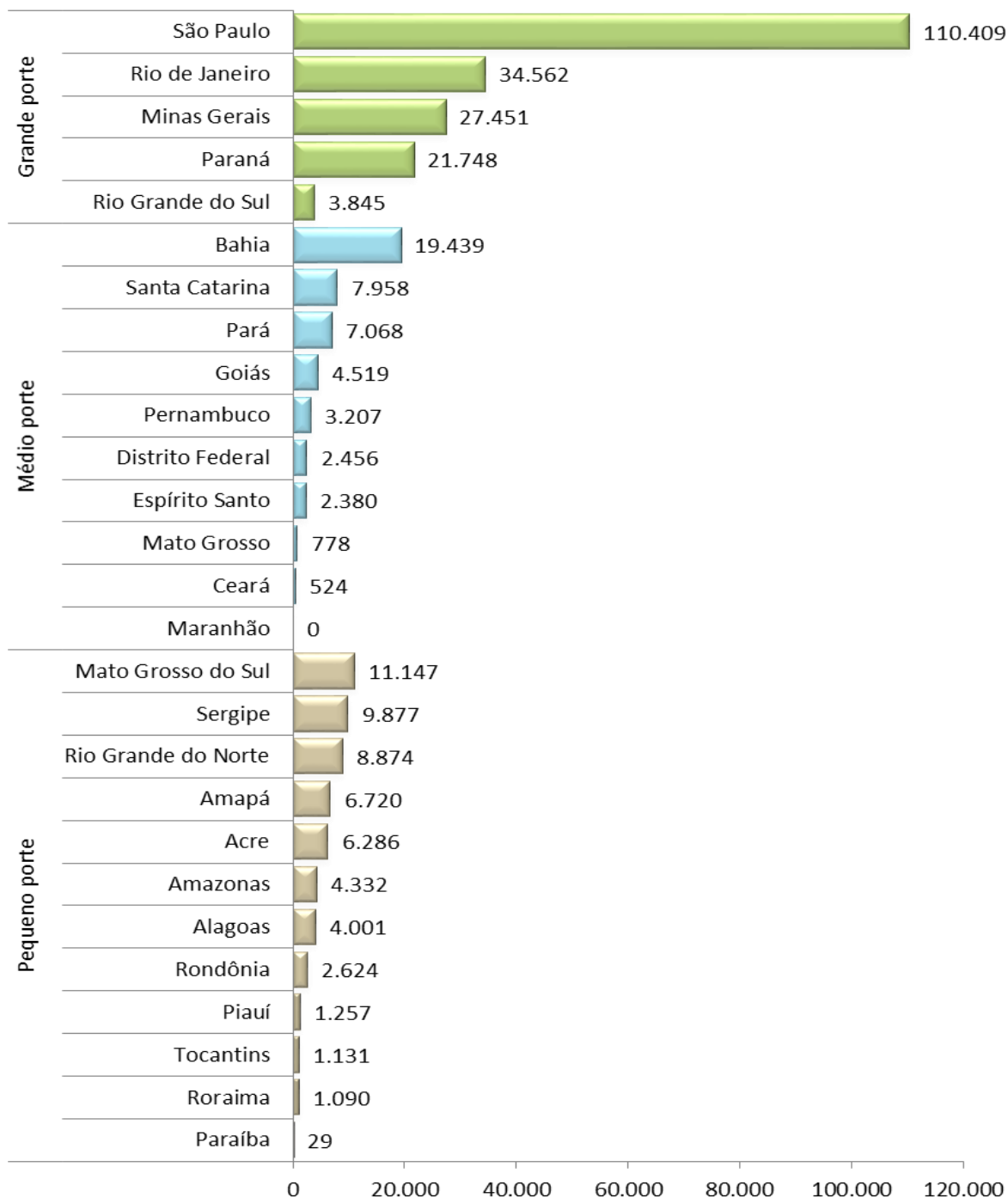
Tabela 2.79 - TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBAixJudCrimNPLJE - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	TBAixJudNCrimJE - Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais
Acre	364	5.922	6.286
Alagoas	0	4.001	4.001
Amazonas	171	4.161	4.332
Amapá	68	6.652	6.720
Bahia	286	19.153	19.439
Ceará	141	383	524
Distrito Federal	0	2.456	2.456
Espírito Santo	15	2.365	2.380
Goiás	0	4.519	4.519
Maranhão	0	0	0
Minas Gerais	0	27.451	27.451
Mato Grosso do Sul	0	11.147	11.147
Mato Grosso	1	777	778
Pará	936	6.132	7.068
Paraíba	nd	29	29
Pernambuco	115	3.092	3.207
Piauí	177	1.080	1.257
Paraná	143	21.605	21.748
Rio de Janeiro	727	33.835	34.562
Rio Grande do Norte	1	8.873	8.874
Rondônia	159	2.465	2.624
Roraima	255	835	1.090
Rio Grande do Sul	0	3.845	3.845
Santa Catarina	8	7.950	7.958
Sergipe	2	9.875	9.877
São Paulo	5.261	105.148	110.409
Tocantins	560	571	1.131
Justiça Estadual	9.390	294.322	303.712

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.79 - TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de processos de execução judicial baixados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixJudJE = TBaixJudCrimNPLJE + TBaixJudNCrimJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixJudCrimNPLJE - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais: Os processos de execução penal de penas não-privativas de liberdade que foram baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPLJE - Execuções nos Juizados Especiais de penas não-privativas de liberdade.
- TBaixJudNCrimJE - Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais: Os processos de execução de títulos judiciais (exceto execuções penais) que foram baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrimJE - Execuções judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

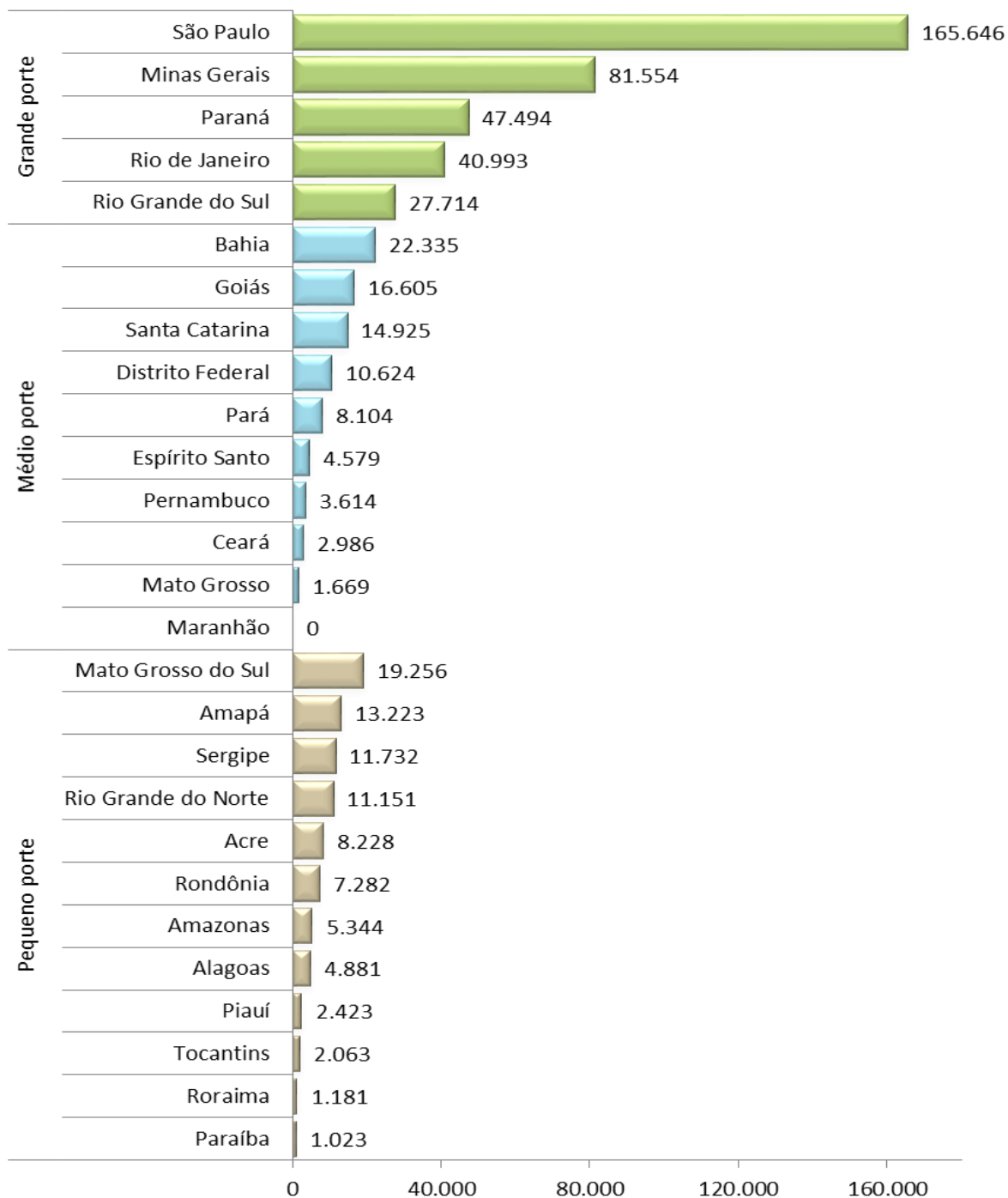
2.4.10. TBAixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais

Tabela 2.80 - TBAixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBAixExtJE - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	TBAixJudJE - Total de Processos de Execução Judicial Baixados nos Juizados Especiais	TBAixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais
Acre	1.942	6.286	8.228
Alagoas	880	4.001	4.881
Amazonas	1.012	4.332	5.344
Amapá	6.503	6.720	13.223
Bahia	2.896	19.439	22.335
Ceará	2.462	524	2.986
Distrito Federal	8.168	2.456	10.624
Espírito Santo	2.199	2.380	4.579
Goiás	12.086	4.519	16.605
Maranhão	0	0	0
Minas Gerais	54.103	27.451	81.554
Mato Grosso do Sul	8.109	11.147	19.256
Mato Grosso	891	778	1.669
Pará	1.036	7.068	8.104
Paraíba	994	29	1.023
Pernambuco	407	3.207	3.614
Piauí	1.166	1.257	2.423
Paraná	25.746	21.748	47.494
Rio de Janeiro	6.431	34.562	40.993
Rio Grande do Norte	2.277	8.874	11.151
Rondônia	4.658	2.624	7.282
Roraima	91	1.090	1.181
Rio Grande do Sul	23.869	3.845	27.714
Santa Catarina	6.967	7.958	14.925
Sergipe	1.855	9.877	11.732
São Paulo	55.237	110.409	165.646
Tocantins	932	1.131	2.063
Justiça Estadual	232.917	303.712	536.629

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.80 - TBAixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais



Glossário:

TBaixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de processos de execução judicial e extrajudicial baixados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExJE = TBaixExtJE + TBaixJudJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtJE - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos arquivados. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnExtJE - Casos novos de execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais.

- $TBaixJudJE = TBaixJudCrimNPLJE + TBaixJudNCrimJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.11. SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais

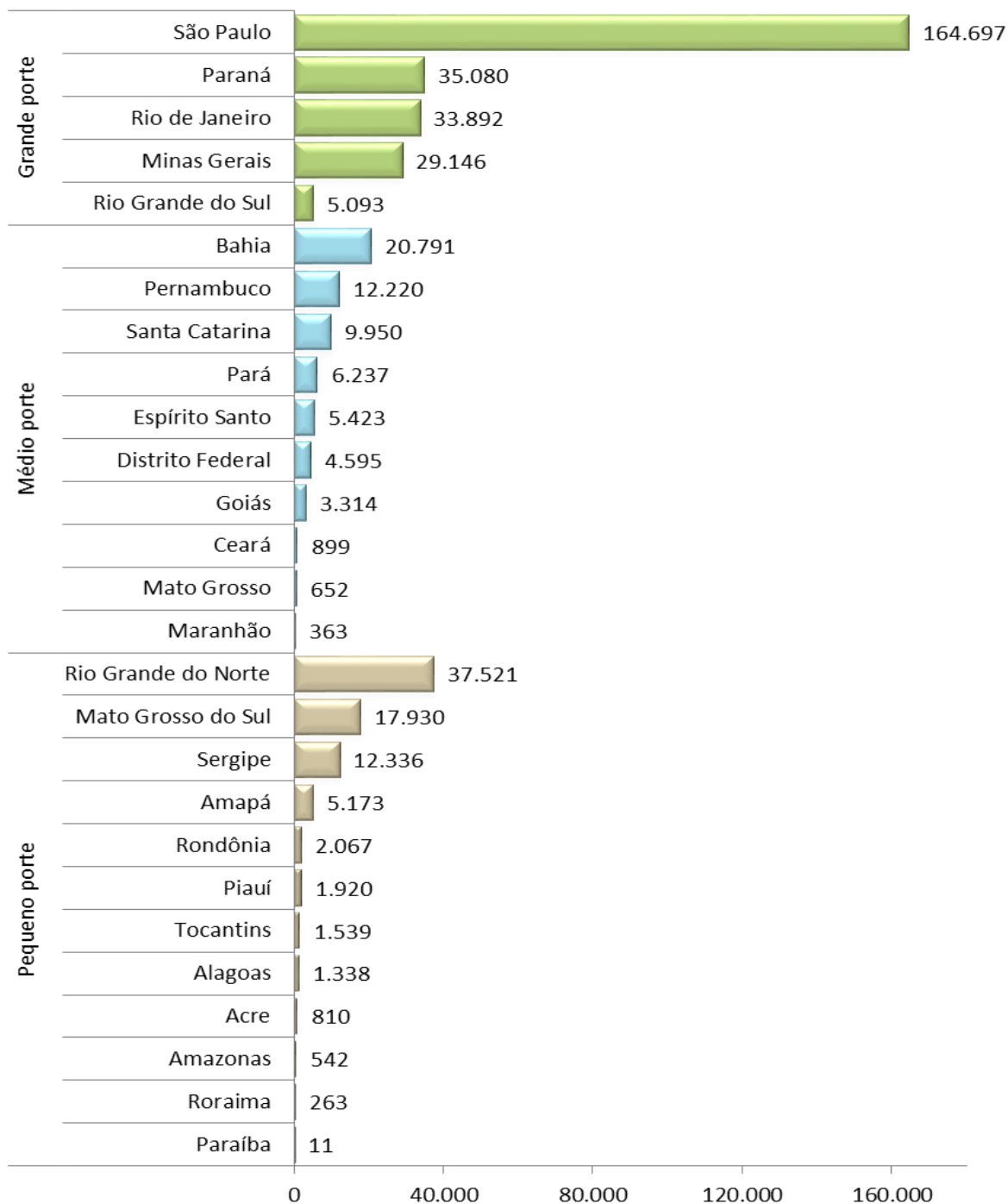
Tabela 2.81 - SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SentJudCrimNPLJE - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	SentJudNCrimJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais
Acre	334	476	810
Alagoas	0	1.338	1.338
Amazonas	121	421	542
Amapá	39	5.134	5.173
Bahia	270	20.521	20.791
Ceará	75	824	899
Distrito Federal	0	4.595	4.595
Espírito Santo	2	5.421	5.423
Goiás	0	3.314	3.314
Maranhão	0	363	363
Minas Gerais	0	29.146	29.146
Mato Grosso do Sul	0	17.930	17.930
Mato Grosso	1	651	652
Pará	1.533	4.704	6.237
Paraíba	nd	11	11
Pernambuco	350	11.870	12.220
Piauí	337	1.583	1.920
Paraná	nd	35.080	35.080
Rio de Janeiro	643	33.249	33.892
Rio Grande do Norte	0	37.521	37.521
Rondônia	157	1.910	2.067
Roraima	115	148	263
Rio Grande do Sul	0	5.093	5.093
Santa Catarina	6	9.944	9.950
Sergipe	2.461	9.875	12.336
São Paulo	4.312	160.385	164.697
Tocantins	327	1.212	1.539
Justiça Estadual	11.083	402.719	413.802

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.81 - SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentJudJE} = \text{SentJudCrimNPLJE} + \text{SentJud NCrimJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentJudCrimNPLJE - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais: Todas as sentenças em execução de penas não-privativas de liberdade proferidas nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudCrimNPLJE - Execuções de penas não-privativas de liberdade nos Juizados Especiais.
- SentJudNCrimJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais: Todas as sentenças em execução, não-criminais, proferidas nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJudNCrimJE - Execuções judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

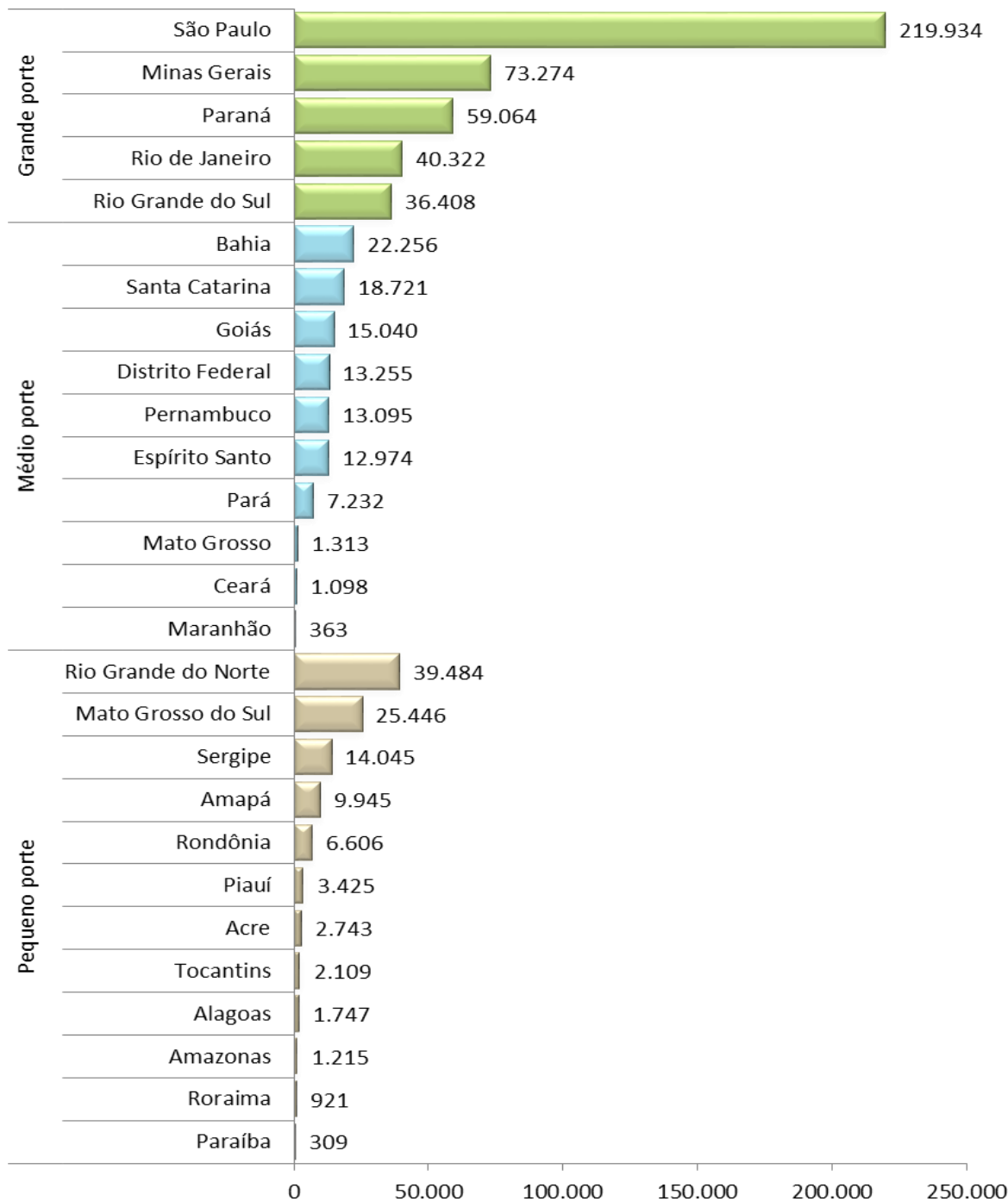
2.4.12. SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais

Tabela 2.82 - SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SentExtJE - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	SentJudJE - Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais	SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais
Acre	1.933	810	2.743
Alagoas	409	1.338	1.747
Amazonas	673	542	1.215
Amapá	4.772	5.173	9.945
Bahia	1.465	20.791	22.256
Ceará	199	899	1.098
Distrito Federal	8.660	4.595	13.255
Espírito Santo	7.551	5.423	12.974
Goiás	11.726	3.314	15.040
Maranhão	0	363	363
Minas Gerais	44.128	29.146	73.274
Mato Grosso do Sul	7.516	17.930	25.446
Mato Grosso	661	652	1.313
Pará	995	6.237	7.232
Paraíba	298	11	309
Pernambuco	875	12.220	13.095
Piauí	1.505	1.920	3.425
Paraná	23.984	35.080	59.064
Rio de Janeiro	6.430	33.892	40.322
Rio Grande do Norte	1.963	37.521	39.484
Rondônia	4.539	2.067	6.606
Roraima	658	263	921
Rio Grande do Sul	31.315	5.093	36.408
Santa Catarina	8.771	9.950	18.721
Sergipe	1.709	12.336	14.045
São Paulo	55.237	164.697	219.934
Tocantins	570	1.539	2.109
Justiça Estadual	228.542	413.802	642.344

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.82 - SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais



Glossário:

SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número total de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentExJE} = \text{SentExtJE} + \text{SentJudJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtJE - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExtJE - Casos novos de execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais.
- $\text{SentJudJE} = \text{SentJudCrimNPLJE} + \text{SentJud NCrimJE}$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

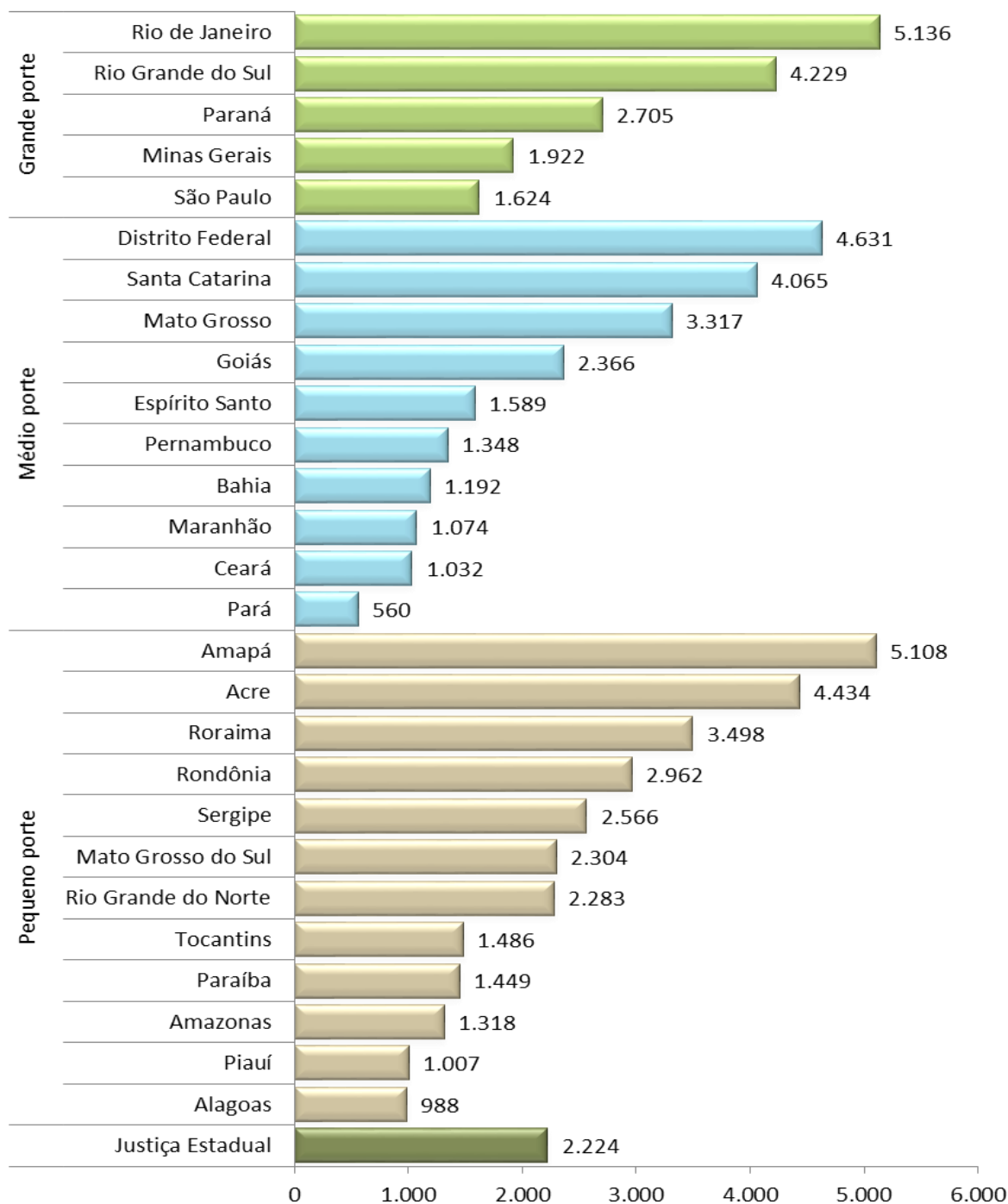
2.4.13. ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais

Tabela 2.83 - ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	h2 - Número de Habitantes por 100.000	ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais
Acre	32.814	1.612	8	4.434
Alagoas	31.831	797	33	988
Amazonas	49.237	934	38	1.318
Amapá	33.364	4.183	7	5.108
Bahia	175.070	4.240	150	1.192
Ceará	88.040	2.551	88	1.032
Distrito Federal	121.003	8.180	28	4.631
Espírito Santo	60.050	973	38	1.589
Goiás	133.389	18.831	64	2.366
Maranhão	71.603	1.397	68	1.074
Minas Gerais	337.478	58.375	206	1.922
Mato Grosso do Sul	51.545	8.068	26	2.304
Mato Grosso	105.519	25	32	3.317
Pará	43.288	1.544	80	560
Paraíba	56.318	401	39	1.449
Pernambuco	122.790	1.343	92	1.348
Piauí	30.176	1.881	32	1.007
Paraná	275.117	22.312	110	2.705
Rio de Janeiro	835.000	5.685	164	5.136
Rio Grande do Norte	75.174	1.853	34	2.283
Rondônia	46.465	4.721	17	2.962
Roraima	16.459	612	5	3.498
Rio Grande do Sul	447.124	24.959	112	4.229
Santa Catarina	253.722	15.960	66	4.065
Sergipe	54.620	1.721	22	2.566
São Paulo	642.760	66.429	437	1.624
Tocantins	20.834	1.130	15	1.486
Justiça Estadual	4.210.790	260.717	2.011	2.224

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.83 - ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais



Glossário:

ChJE - Casos Novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram nos Juizados Especiais da Justiça Estadual para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $ChJE = (CnCJE + CnExtJE) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$
- $CnExtJE$ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais no período-base (semestre).
- $h2$ - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

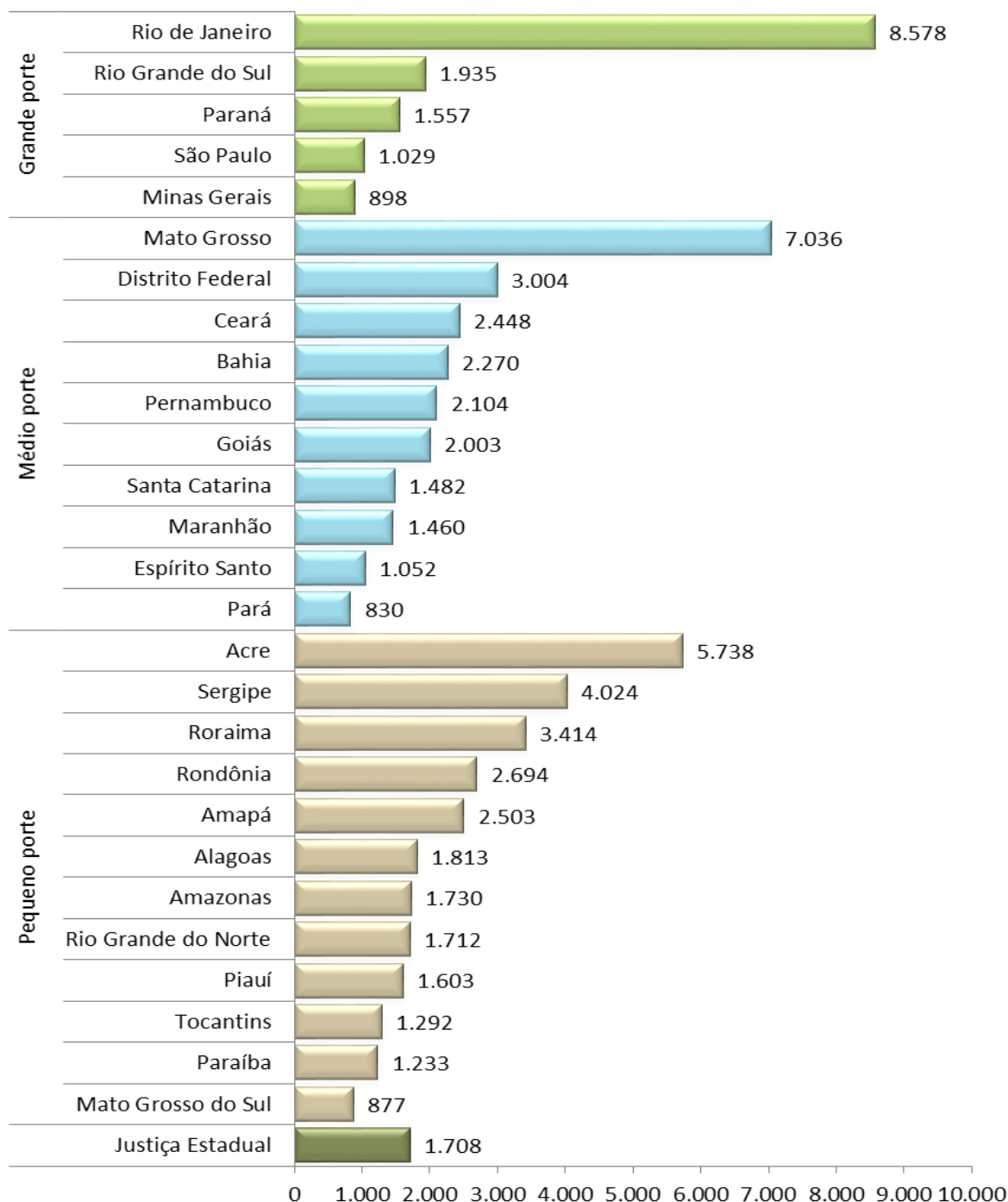
2.4.14. CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais

Tabela 2.84 - CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais
Acre	32.814	1.612	6	5.738
Alagoas	31.831	797	18	1.813
Amazonas	49.237	934	29	1.730
Amapá	33.364	4.183	15	2.503
Bahia	175.070	4.240	79	2.270
Ceará	88.040	2.551	37	2.448
Distrito Federal	121.003	8.180	43	3.004
Espírito Santo	60.050	973	58	1.052
Goiás	133.389	18.831	76	2.003
Maranhão	71.603	1.397	50	1.460
Minas Gerais	337.478	58.375	441	898
Mato Grosso do Sul	51.545	8.068	68	877
Mato Grosso	105.519	25	15	7.036
Pará	43.288	1.544	54	830
Paraíba	56.318	401	46	1.233
Pernambuco	122.790	1.343	59	2.104
Piauí	30.176	1.881	20	1.603
Paraná	275.117	22.312	191	1.557
Rio de Janeiro	835.000	5.685	98	8.578
Rio Grande do Norte	75.174	1.853	45	1.712
Rondônia	46.465	4.721	19	2.694
Roraima	16.459	612	5	3.414
Rio Grande do Sul	447.124	24.959	244	1.935
Santa Catarina	253.722	15.960	182	1.482
Sergipe	54.620	1.721	14	4.024
São Paulo	642.760	66.429	689	1.029
Tocantins	20.834	1.130	17	1.292
Justiça Estadual	4.210.790	260.717	2.618	1.708

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.84 - CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais



Glossário:

CmJE - Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual, para cada magistrado dos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $CmJE = (CnCJE + CnExtJE) / MagJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$
- $CnExtJE$ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais no período-base (semestre).
- $MagJE = MagPAeJE + MagPacJE1º + MagPacTRJE - MagAJJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

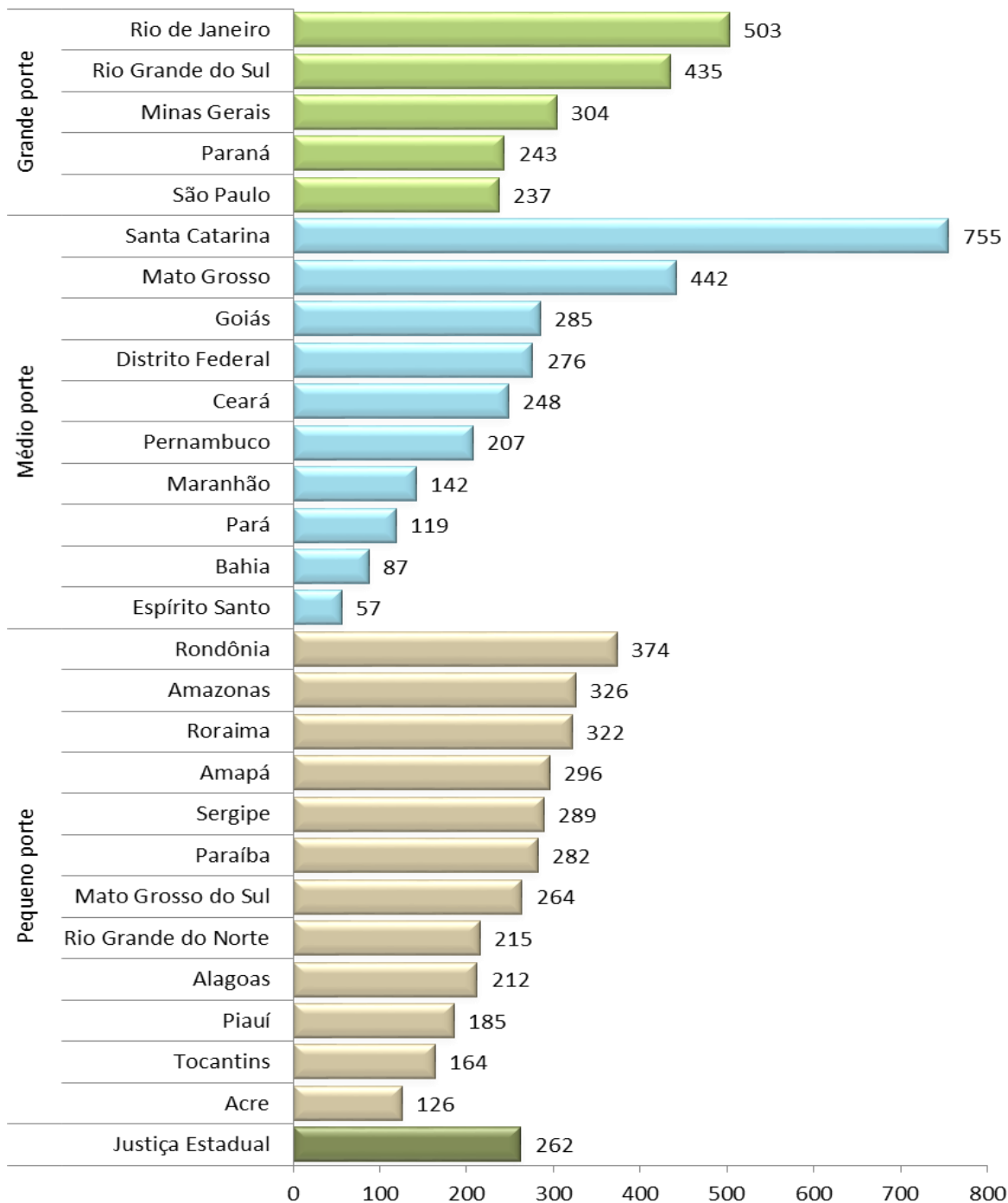
2.4.15. CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais

Tabela 2.85 - CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	SaJudJE - Total de Servidores Lotados na Área Judiciária dos Juizados Especiais	CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais
Acre	32.814	1.612	274	126
Alagoas	31.831	797	154	212
Amazonas	49.237	934	154	326
Amapá	33.364	4.183	127	296
Bahia	175.070	4.240	2.053	87
Ceará	88.040	2.551	365	248
Distrito Federal	121.003	8.180	468	276
Espírito Santo	60.050	973	1.074	57
Goiás	133.389	18.831	534	285
Maranhão	71.603	1.397	515	142
Minas Gerais	337.478	58.375	1.301	304
Mato Grosso do Sul	51.545	8.068	226	264
Mato Grosso	105.519	25	239	442
Pará	43.288	1.544	378	119
Paraíba	56.318	401	201	282
Pernambuco	122.790	1.343	599	207
Piauí	30.176	1.881	173	185
Paraná	275.117	22.312	1.222	243
Rio de Janeiro	835.000	5.685	1.673	503
Rio Grande do Norte	75.174	1.853	358	215
Rondônia	46.465	4.721	137	374
Roraima	16.459	612	53	322
Rio Grande do Sul	447.124	24.959	1.085	435
Santa Catarina	253.722	15.960	357	755
Sergipe	54.620	1.721	195	289
São Paulo	642.760	66.429	2.991	237
Tocantins	20.834	1.130	134	164
Justiça Estadual	4.210.790	260.717	17.040	262

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.85 - CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais



Glossário:

CsJE - Casos Novos por Servidor nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual por servidor lotado na área judiciária dos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $CsJE = (CnCJE + CnExtJE) / SaJudJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$
- $CnExtJE$ - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais no período-base (semestre).
- $SaJudJE = SaJudAeJE + SaJudAcJE1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

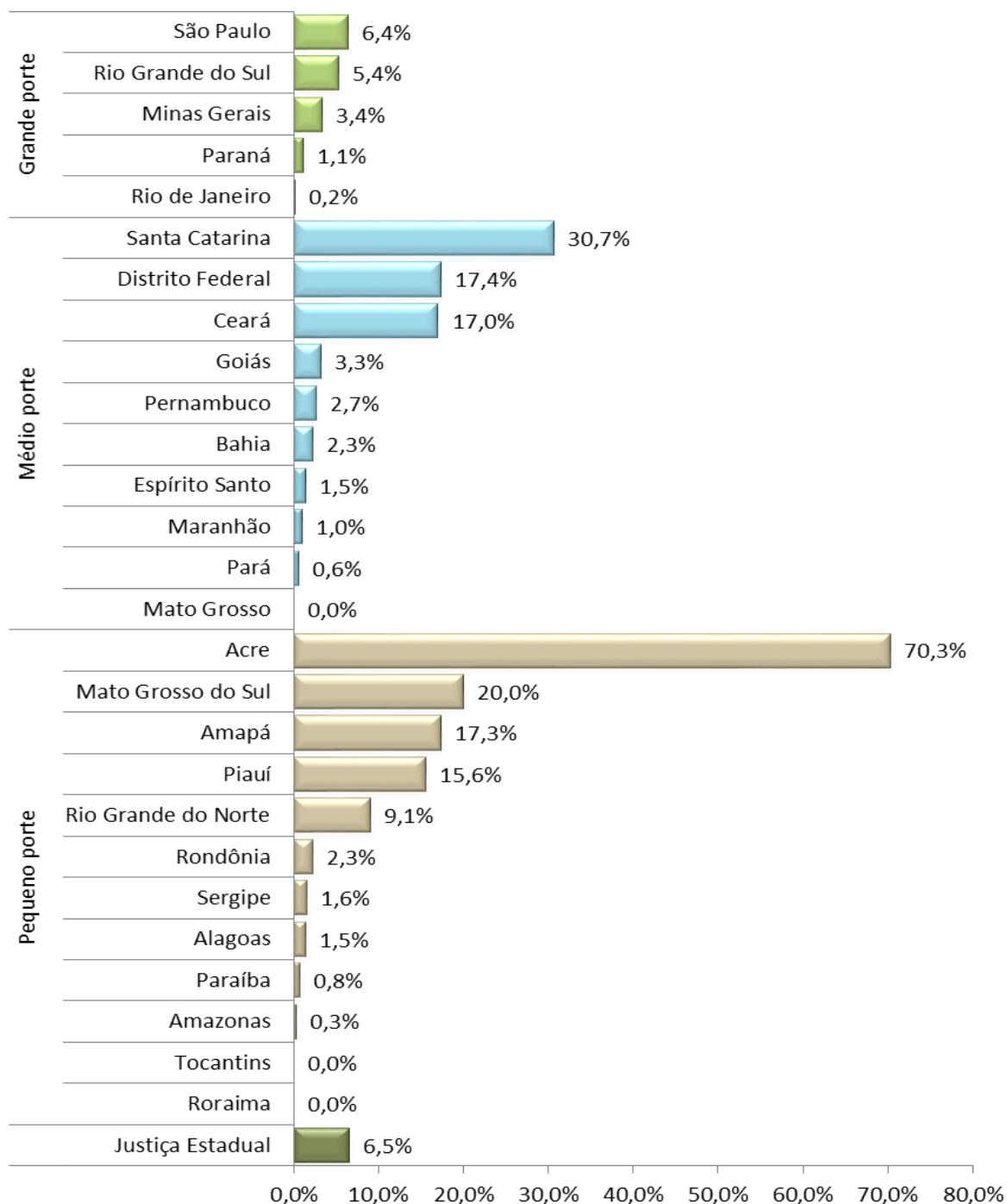
2.4.16. PExSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais

Tabela 2.86 - PExSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	ExeSuSJE - Execuições Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	(CnExtJE + ExeJudNCrimJE) Total de Casos novos Extrajudiciais e de Execuções Judiciais não Criminais nos Juizados Especiais	(CpExtJE + ExeJudPNCrimJE) Total de Casos pendentes Extrajudiciais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais nos Juizados Especiais	+ T BaixJudNCrimJE) Total de Processos Baixados Extrajudiciais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais nos Juizados Especiais	PExSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais
Acre	1.002	4.293	4.996	7.864	70,3%
Alagoas	114	7.064	5.668	4.881	1,5%
Amazonas	16	2.950	7.666	5.173	0,3%
Amapá	1.194	7.004	13.046	13.155	17,3%
Bahia	968	42.242	22.135	22.049	2,3%
Ceará	915	2.743	5.480	2.845	17,0%
Distrito Federal	1.566	11.253	8.384	10.624	17,4%
Espírito Santo	139	2.245	11.808	4.564	1,5%
Goiás	827	20.807	21.077	16.605	3,3%
Maranhão	19	1.766	115	0	1,0%
Minas Gerais	3.552	99.616	85.601	81.554	3,4%
Mato Grosso do Sul	2.179	14.842	15.307	19.256	20,0%
Mato Grosso	0	252	6.065	1.668	0,0%
Pará	48	7.570	7.174	7.168	0,6%
Paraíba	14	415	2.400	1.023	0,8%
Pernambuco	562	8.156	16.456	3.499	2,7%
Piauí	477	3.836	1.475	2.246	15,6%
Paraná	729	36.300	77.198	47.351	1,1%
Rio de Janeiro	128	43.799	72.589	40.266	0,2%
Rio Grande do Norte	691	9.412	9.343	11.150	9,1%
Rondônia	112	7.940	4.141	7.123	2,3%
Roraima	0	1.497	1.123	926	0,0%
Rio Grande do Sul	1.106	28.027	20.272	27.714	5,4%
Santa Catarina	17.282	32.963	38.308	14.917	30,7%
Sergipe	121	10.951	8.384	11.730	1,6%
São Paulo	25.163	173.968	379.757	160.385	6,4%
Tocantins	0	1.425	1.389	1.503	0,0%
Justiça Estadual	58.924	583.336	847.357	527.239	6,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.86 - PExSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais



Glossário:

PEXSJE - Percentual de Processos de Execução Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução dos Juizados Especiais da Justiça Estadual que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final do período-base (semestre), excluindo as execuções penais.

Fórmula: $PexSJE = (ExeSuSJE / (CnExtJE + ExeJudNCrimJE + CpExtJE + ExeJudPNCrimJE - TbaixExtJE - TbaixJudNCrimJE)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSJE - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções penais.
- (CnExtJE + ExeJudNCrimJE) Total de Casos novos Extrajudiciais e de Execuções Judiciais não Criminais nos Juizados Especiais: É a soma do número de Casos novos Extrajudiciais com o quantitativo de Execuções Judiciais não criminais nos Juizados Especiais.
- (CpExtJE + ExeJudPNCrimJE) Total de Casos pendentes Extrajudiciais e de Execuções Judiciais pendentes não Criminais nos Juizados Especiais: É a soma do número de Casos pendentes Extrajudiciais com o quantitativo de Execuções Judiciais pendentes não criminais nos Juizados Especiais.
- (TbaixExtJE + TbaixJudNCrimJE) Total de Processos Baixados Extrajudiciais e de Execuções Judiciais baixadas não Criminais nos Juizados Especiais: É a soma do número de processos Baixados Extrajudiciais com o quantitativo de Execuções Judiciais baixadas não criminais nos Juizados Especiais.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.17. KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

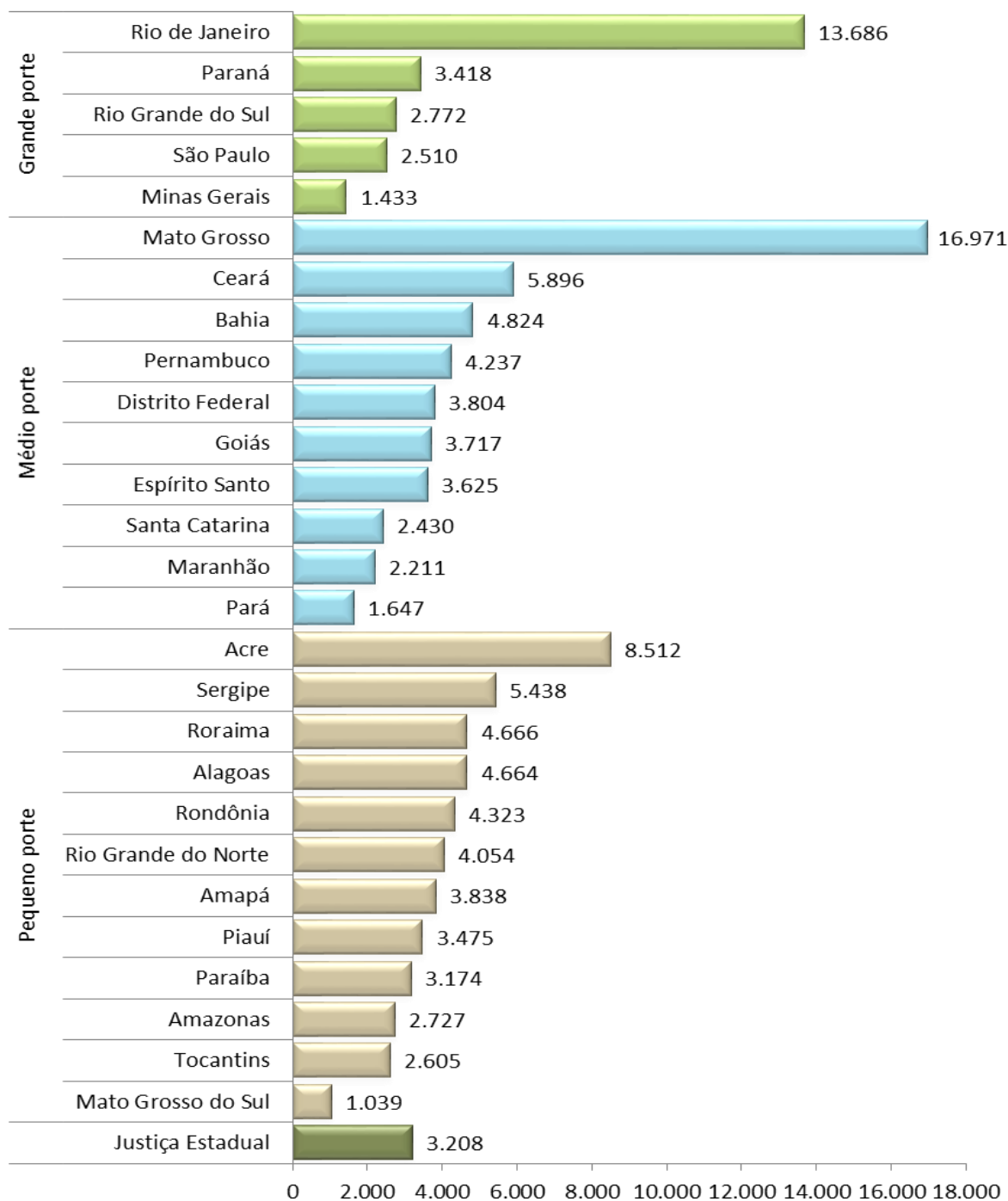
Tabela 2.87 - KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	RIntCJE - Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	RIntCPJE - Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais
Acre	32.814	17.231	875	154	6	8.512
Alagoas	31.831	50.104	1.002	1.016	18	4.664
Amazonas	49.237	28.632	765	462	29	2.727
Amapá	33.364	24.211	0	0	15	3.838
Bahia	175.070	196.201	6.914	2.907	79	4.824
Ceará	88.040	128.890	1.166	57	37	5.896
Distrito Federal	121.003	41.070	1.421	76	43	3.804
Espírito Santo	60.050	150.124	52	nd	58	3.625
Goiás	133.389	138.612	4.276	6.235	76	3.717
Maranhão	71.603	38.924	7	0	50	2.211
Minas Gerais	337.478	271.978	16.313	6.006	441	1.433
Mato Grosso do Sul	51.545	19.047	0	30	68	1.039
Mato Grosso	105.519	148.077	133	834	15	16.971
Pará	43.288	44.906	698	33	54	1.647
Paraíba	56.318	89.677	nd	nd	46	3.174
Pernambuco	122.790	125.467	937	816	59	4.237
Piauí	30.176	37.323	1.827	175	20	3.475
Paraná	275.117	356.990	20.767	nd	191	3.418
Rio de Janeiro	835.000	494.037	12.192	42	98	13.686
Rio Grande do Norte	75.174	85.555	8.472	13.250	45	4.054
Rondônia	46.465	32.229	3.322	117	19	4.323
Roraima	16.459	6.402	467	0	5	4.666
Rio Grande do Sul	447.124	229.133	nd	nd	244	2.772
Santa Catarina	253.722	173.207	9.908	5.490	182	2.430
Sergipe	54.620	20.623	711	176	14	5.438
São Paulo	642.760	1.071.810	14.488	157	689	2.510
Tocantins	20.834	23.436	11	0	17	2.605
Justiça Estadual	4.210.790	4.043.896	106.724	38.033	2.618	3.208

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.87 - KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a carga de trabalho, na fase do conhecimento, dos magistrados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $KCJE = (CnCJE + CpCJE + RIntCJE + RIntCPJE) / MagJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnCJE = CnCrimJE + CnCNCrimJE$
- $CpCJE = CpCrimJE + CpCNCrimJE$
- $RIntCJE$ - Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais: Os embargos de declaração opostos contra decisão dos Juizados Especiais, no período-base (semestre).
- $RIntCPJE$ - Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão dos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $MagJE = MagPAeJE + MagPACJE1º + MagPACTRJE - MagAJJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

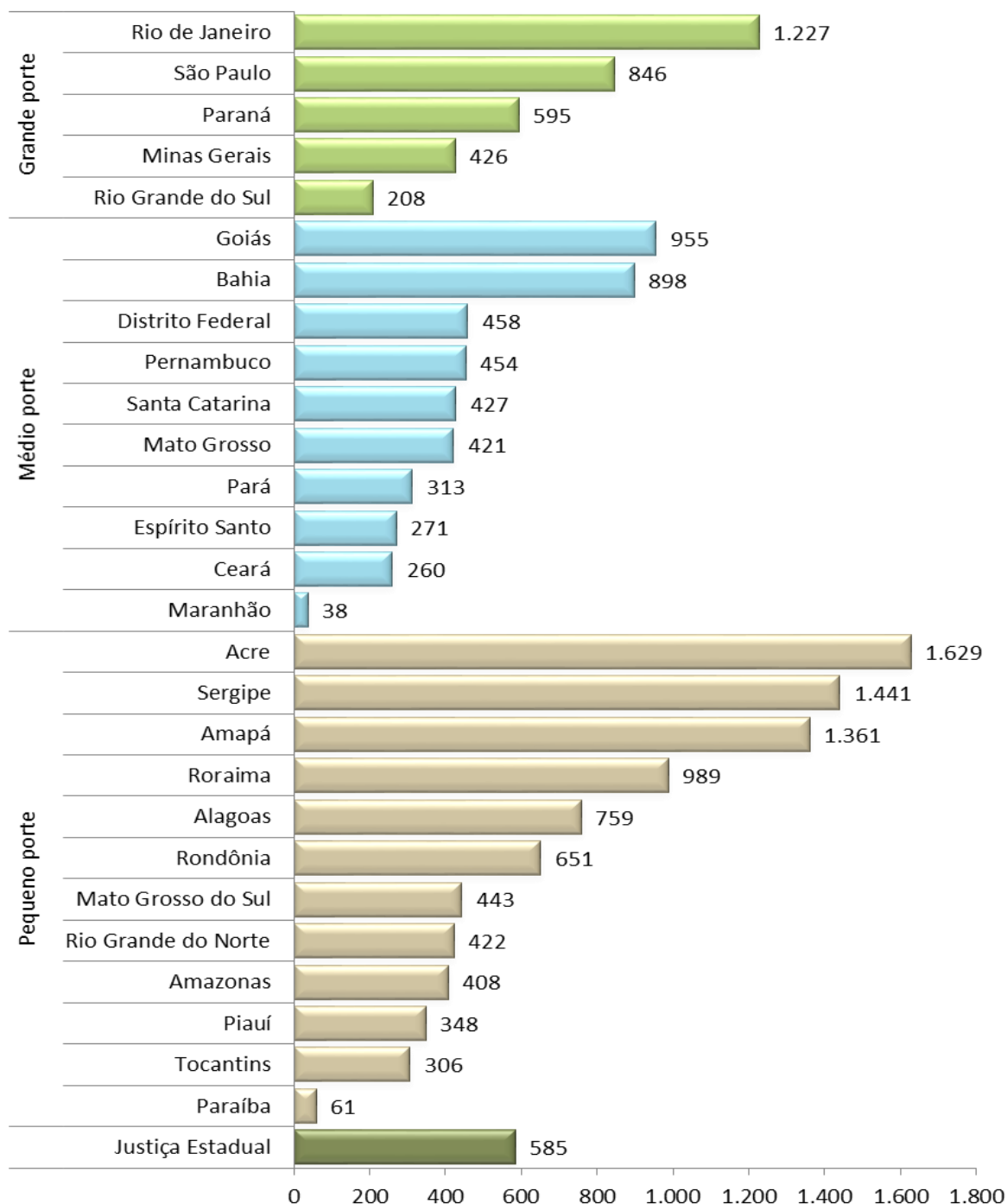
2.4.18. KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tabela 2.88 - KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais	IncExJE - Incidentes de Execução nos Juizados Especiais	IncExPJE - Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais
Acre	4.317	5.418	28	8	6	1.629
Alagoas	7.064	5.668	502	431	18	759
Amazonas	3.135	8.181	388	141	29	408
Amapá	7.169	13.188	36	23	15	1.361
Bahia	42.745	22.720	4.464	1.039	79	898
Ceará	2.863	6.038	455	257	37	260
Distrito Federal	11.253	8.384	30	47	43	458
Espírito Santo	2.294	11.834	6	1.583	58	271
Goiás	21.511	21.077	18.013	12.003	76	955
Maranhão	1.766	115	0	0	50	38
Minas Gerais	99.616	85.601	2.344	180	441	426
Mato Grosso do Sul	14.842	15.307	0	5	68	443
Mato Grosso	253	6.067	0	0	15	421
Pará	8.424	7.497	856	136	54	313
Paraíba	415	2.400	1	0	46	61
Pernambuco	8.332	16.768	776	913	59	454
Piauí	4.106	1.521	1.024	316	20	348
Paraná	36.329	77.198	23	8	191	595
Rio de Janeiro	44.486	75.301	120	349	98	1.227
Rio Grande do Norte	9.452	9.344	45	168	45	422
Rondônia	8.081	4.287	3	0	19	651
Roraima	1.825	1.501	886	731	5	989
Rio Grande do Sul	28.027	20.272	1.503	970	244	208
Santa Catarina	33.632	38.409	3.382	2.379	182	427
Sergipe	10.953	8.385	660	173	14	1.441
São Paulo	178.729	389.751	3.596	11.091	689	846
Tocantins	2.446	2.763	0	0	17	306
Justiça Estadual	594.065	864.995	39.141	32.951	2.618	585

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.88 - KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais



Glossário:

KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a carga de trabalho, na fase de execução, dos magistrados nos Juizados Especiais da Justiça Estadual no período-base (semestre).

Fórmula: $KExJE = (CnExJE + CpExJE + IncExJE + IncExPJE) / MagJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExJE = CnExtJE + ExeJudJE$
- $CpExJE = CpExtJE + ExeJudPJE$
- **IncExJE** - Incidentes de Execução nos Juizados Especiais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções penais.
- **IncExPJE** - Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos nos Juizados Especiais até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes pendentes em execuções penais.
- $MagJE = MagPAeJE + MagPACJE1º + MagPACTRJE - MagAJJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

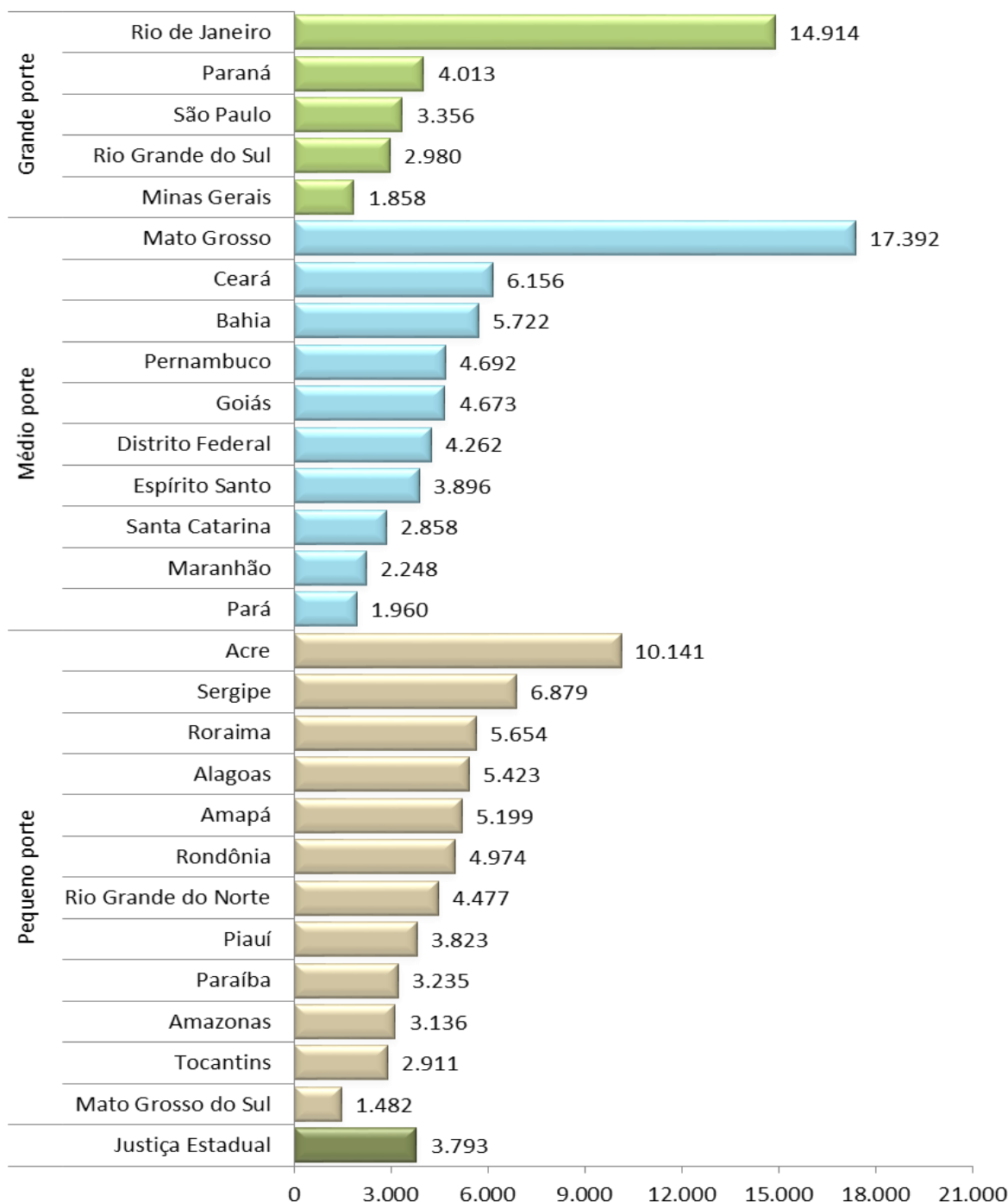
2.4.19. KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais

Tabela 2.89 - KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	KCJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	KExJE - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais
Acre	8.512	1.629	10.141
Alagoas	4.664	759	5.423
Amazonas	2.727	408	3.136
Amapá	3.838	1.361	5.199
Bahia	4.824	898	5.722
Ceará	5.896	260	6.156
Distrito Federal	3.804	458	4.262
Espírito Santo	3.625	271	3.896
Goiás	3.717	955	4.673
Maranhão	2.211	38	2.248
Minas Gerais	1.433	426	1.858
Mato Grosso do Sul	1.039	443	1.482
Mato Grosso	16.971	421	17.392
Pará	1.647	313	1.960
Paraíba	3.174	61	3.235
Pernambuco	4.237	454	4.692
Piauí	3.475	348	3.823
Paraná	3.418	595	4.013
Rio de Janeiro	13.686	1.227	14.914
Rio Grande do Norte	4.054	422	4.477
Rondônia	4.323	651	4.974
Roraima	4.666	989	5.654
Rio Grande do Sul	2.772	208	2.980
Santa Catarina	2.430	427	2.858
Sergipe	5.438	1.441	6.879
São Paulo	2.510	846	3.356
Tocantins	2.605	306	2.911
Justiça Estadual	3.208	585	3.793

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.89 - KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais



Glossário:

KJE - Carga de Trabalho dos Magistrados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados nos Juizados Especiais.

Fórmula: $KJE = KCJE + KExJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KCJE = (CnCJE + CpCJE + RIntCJE + RIntCPJE) / MagJE$
- $KExJE = (CnExJE + CpExJE + IncExJE + IncExPJE) / MagJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

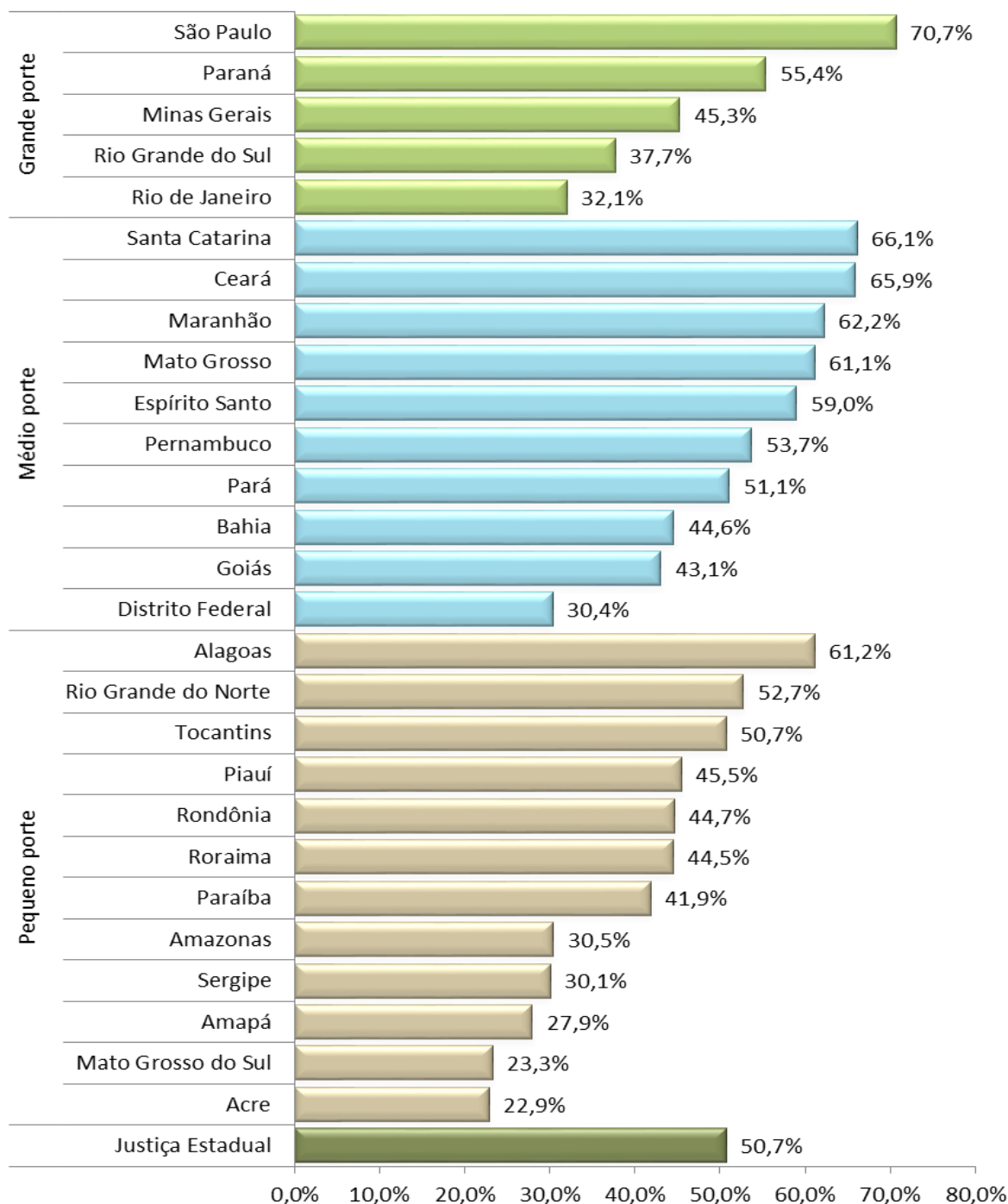
2.4.20. TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tabela 2.90 - TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CpCJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais
Acre	38.606	32.814	17.231	22,9%
Alagoas	31.828	31.831	50.104	61,2%
Amazonas	54.144	49.237	28.632	30,5%
Amapá	41.493	33.364	24.211	27,9%
Bahia	205.731	175.070	196.201	44,6%
Ceará	73.954	88.040	128.890	65,9%
Distrito Federal	112.806	121.003	41.070	30,4%
Espírito Santo	86.233	60.050	150.124	59,0%
Goiás	154.879	133.389	138.612	43,1%
Maranhão	41.777	71.603	38.924	62,2%
Minas Gerais	333.438	337.478	271.978	45,3%
Mato Grosso do Sul	54.163	51.545	19.047	23,3%
Mato Grosso	98.528	105.519	148.077	61,1%
Pará	43.141	43.288	44.906	51,1%
Paraíba	84.848	56.318	89.677	41,9%
Pernambuco	114.889	122.790	125.467	53,7%
Piauí	36.788	30.176	37.323	45,5%
Paraná	282.105	275.117	356.990	55,4%
Rio de Janeiro	902.756	835.000	494.037	32,1%
Rio Grande do Norte	75.990	75.174	85.555	52,7%
Rondônia	43.540	46.465	32.229	44,7%
Roraima	12.693	16.459	6.402	44,5%
Rio Grande do Sul	420.992	447.124	229.133	37,7%
Santa Catarina	144.696	253.722	173.207	66,1%
Sergipe	52.622	54.620	20.623	30,1%
São Paulo	502.528	642.760	1.071.810	70,7%
Tocantins	21.816	20.834	23.436	50,7%
Justiça Estadual	4.066.984	4.210.790	4.043.896	50,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.90 - TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais



Glossário:

TCCJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais, no período-base (semestre).

Fórmula: $TCCJE = 1 - (TBaixCJE / (CnCJE + CpCJE))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixCJE = TBaixCCrimJE + TBaixCNCrimJE$
- $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$
- $CpCJE = CpCCrimJE + CpCNCrimJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

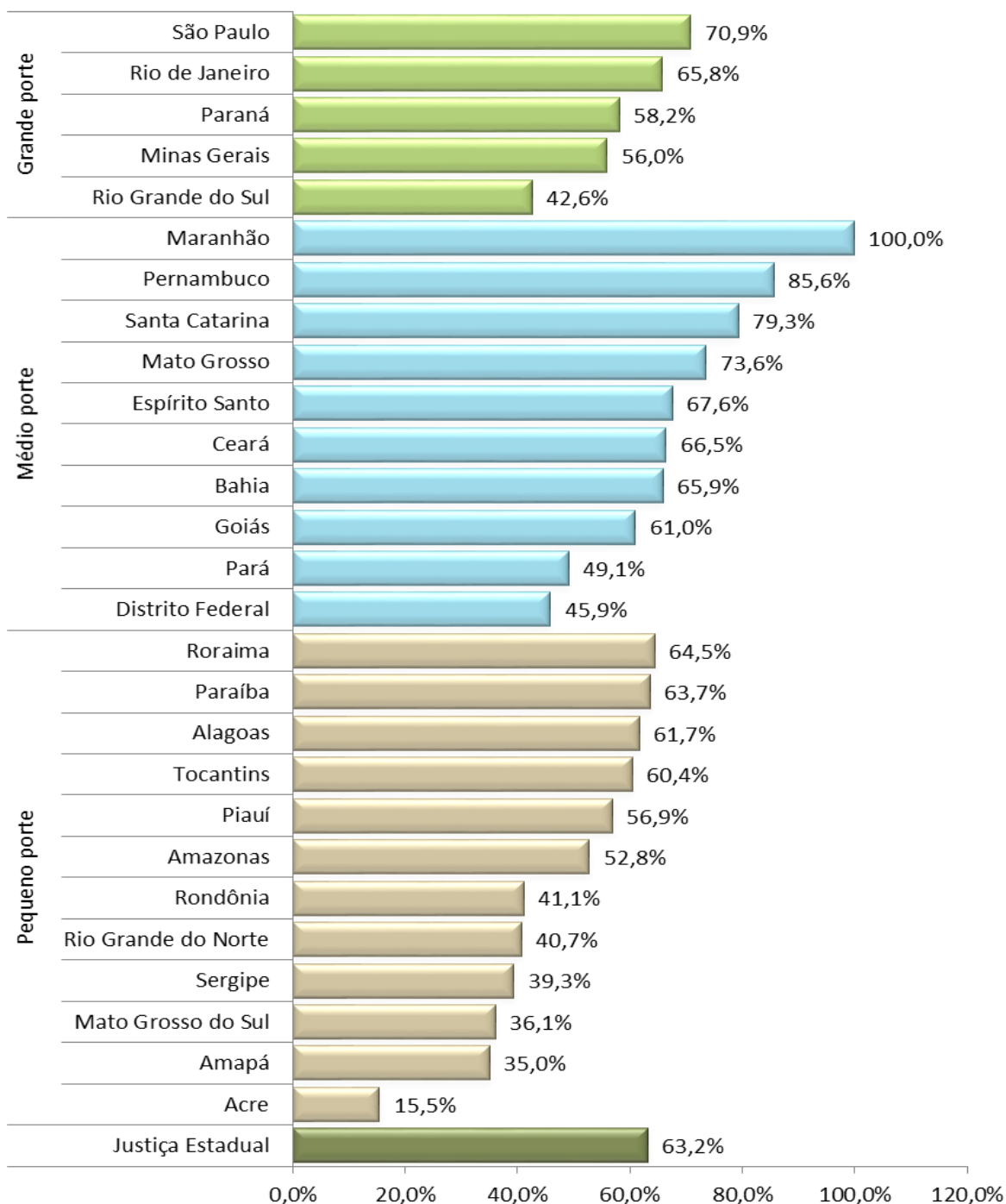
2.4.21. TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tabela 2.91 - TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	CpExJE - Casos Pendentes de Execução nos Juizados Especiais	TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais
Acre	8.228	4.317	5.418	15,5%
Alagoas	4.881	7.064	5.668	61,7%
Amazonas	5.344	3.135	8.181	52,8%
Amapá	13.223	7.169	13.188	35,0%
Bahia	22.335	42.745	22.720	65,9%
Ceará	2.986	2.863	6.038	66,5%
Distrito Federal	10.624	11.253	8.384	45,9%
Espírito Santo	4.579	2.294	11.834	67,6%
Goiás	16.605	21.511	21.077	61,0%
Maranhão	0	1.766	115	100,0%
Minas Gerais	81.554	99.616	85.601	56,0%
Mato Grosso do Sul	19.256	14.842	15.307	36,1%
Mato Grosso	1.669	253	6.067	73,6%
Pará	8.104	8.424	7.497	49,1%
Paraíba	1.023	415	2.400	63,7%
Pernambuco	3.614	8.332	16.768	85,6%
Piauí	2.423	4.106	1.521	56,9%
Paraná	47.494	36.329	77.198	58,2%
Rio de Janeiro	40.993	44.486	75.301	65,8%
Rio Grande do Norte	11.151	9.452	9.344	40,7%
Rondônia	7.282	8.081	4.287	41,1%
Roraima	1.181	1.825	1.501	64,5%
Rio Grande do Sul	27.714	28.027	20.272	42,6%
Santa Catarina	14.925	33.632	38.409	79,3%
Sergipe	11.732	10.953	8.385	39,3%
São Paulo	165.646	178.729	389.751	70,9%
Tocantins	2.063	2.446	2.763	60,4%
Justiça Estadual	536.629	594.065	864.995	63,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.91 - TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais



Glossário:

TCexJE - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais, no período-base (semestre).

Fórmula: $TCexJE = 1 - (TbaixExJE / (CnExJE + CpExJE))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TbaixExJE = TbaixExtJE + TbaixJudJE$
- $CnExJE = CnExtJE + ExeJudJE$
- $CpExJE = CpExtJE + ExeJudPJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

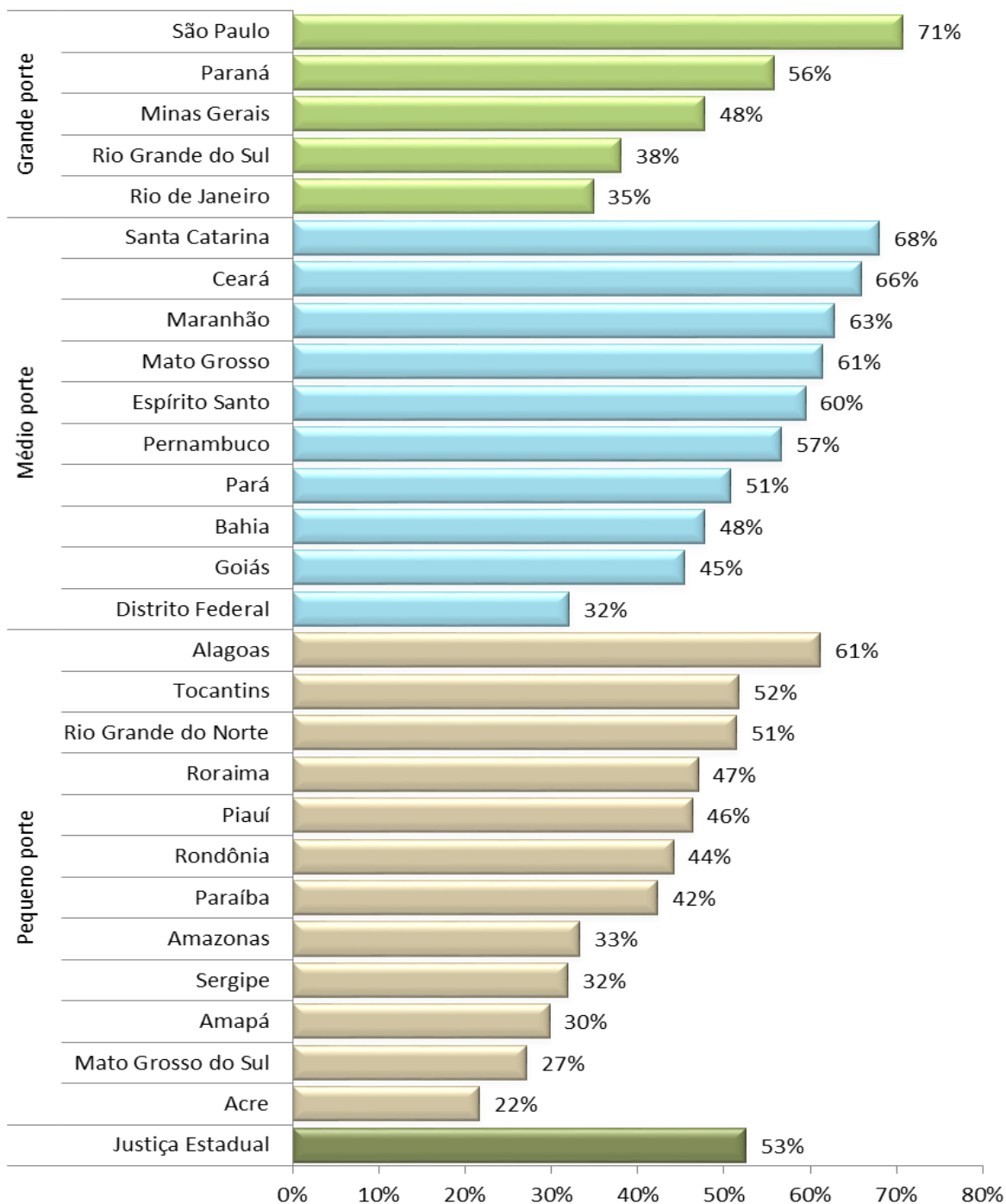
2.4.22. TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais

Tabela 2.92 - TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixJE - Total de Processos Baixados nos Juizados Especiais	CnJE - Casos Novos nos Juizados Especiais	CpJE - Casos Pendentes nos Juizados Especiais	TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais
Acre	46.834	37.131	22.649	22%
Alagoas	36.709	38.895	55.772	61%
Amazonas	59.488	52.372	36.813	33%
Amapá	54.716	40.533	37.399	30%
Bahia	228.066	217.815	218.921	48%
Ceará	76.940	90.903	134.928	66%
Distrito Federal	123.430	132.256	49.454	32%
Espírito Santo	90.812	62.344	161.958	60%
Goiás	171.484	154.900	159.689	45%
Maranhão	41.777	73.369	39.039	63%
Minas Gerais	414.992	437.094	357.579	48%
Mato Grosso do Sul	73.419	66.387	34.354	27%
Mato Grosso	100.197	105.772	154.144	61%
Pará	51.245	51.712	52.403	51%
Paraíba	85.871	56.733	92.077	42%
Pernambuco	118.503	131.122	142.235	57%
Piauí	39.211	34.282	38.844	46%
Paraná	329.599	311.446	434.188	56%
Rio de Janeiro	943.749	879.486	569.338	35%
Rio Grande do Norte	87.141	84.626	94.899	51%
Rondônia	50.822	54.546	36.516	44%
Roraima	13.874	18.284	7.903	47%
Rio Grande do Sul	448.706	475.151	249.405	38%
Santa Catarina	159.621	287.354	211.616	68%
Sergipe	64.354	65.573	29.008	32%
São Paulo	668.174	821.489	1.461.561	71%
Tocantins	23.879	23.280	26.199	52%
Justiça Estadual	4.603.613	4.804.855	4.908.891	53%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.92 - TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais



Glossário:

TCJE - Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento nos Juizados Especiais.

Fórmula: $TCJE = 1 - (T_{BaixJE} / (CnJE + CpJE))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixJE} = T_{BaixCJE} + T_{BaixExJE}$
- $CnJE = CnCJE + CNExJE$
- $CpJE = CpCJE + CpExJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

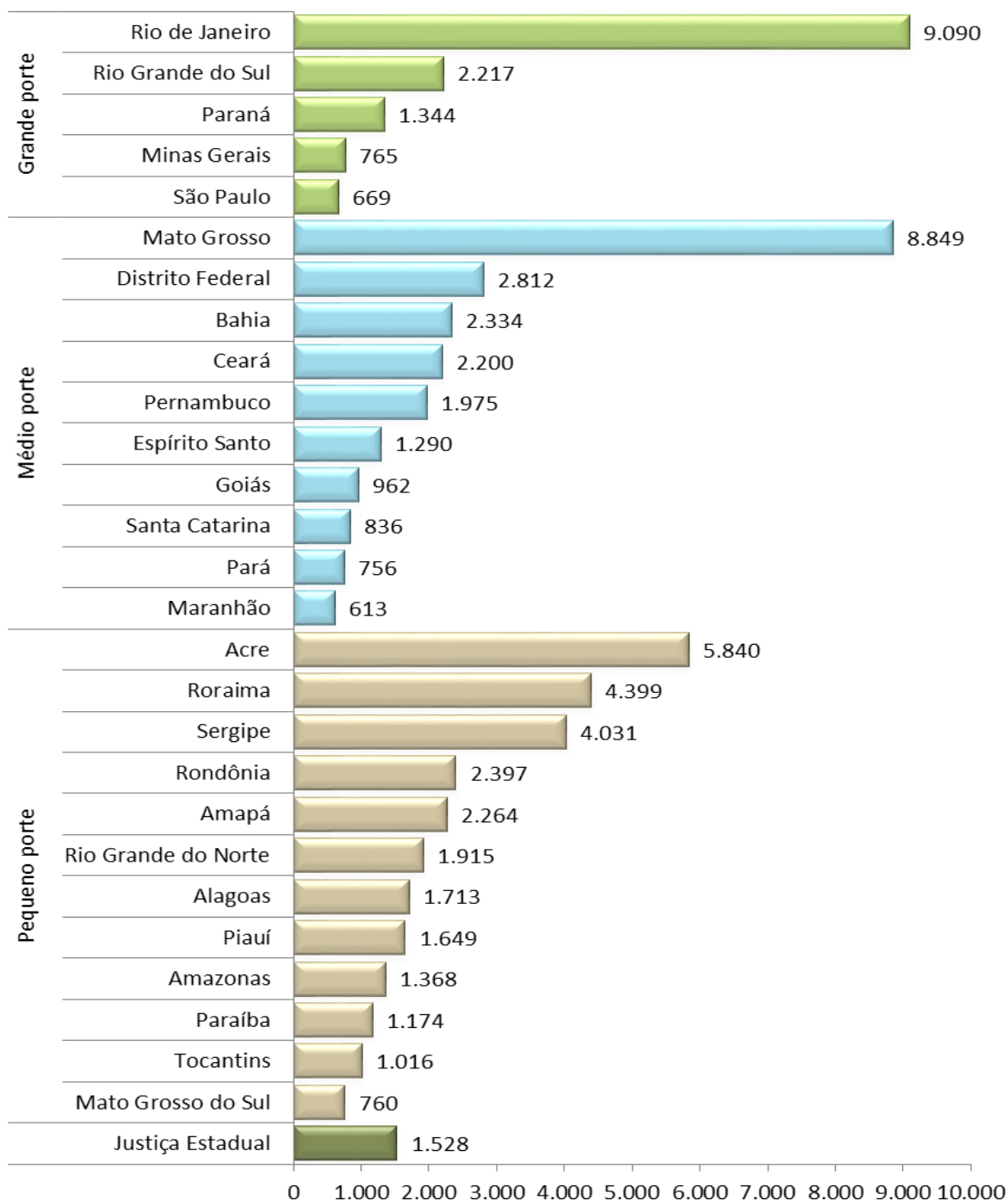
2.4.23. SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tabela 2.93 - SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SentCJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais
Acre	35.037	6	5.840
Alagoas	30.825	18	1.713
Amazonas	39.680	29	1.368
Amapá	33.962	15	2.264
Bahia	184.352	79	2.334
Ceará	81.385	37	2.200
Distrito Federal	120.910	43	2.812
Espírito Santo	74.820	58	1.290
Goiás	73.085	76	962
Maranhão	30.635	50	613
Minas Gerais	337.469	441	765
Mato Grosso do Sul	51.676	68	760
Mato Grosso	132.735	15	8.849
Pará	40.819	54	756
Paraíba	53.994	46	1.174
Pernambuco	116.505	59	1.975
Piauí	32.988	20	1.649
Paraná	256.786	191	1.344
Rio de Janeiro	890.798	98	9.090
Rio Grande do Norte	86.185	45	1.915
Rondônia	45.550	19	2.397
Roraima	21.997	5	4.399
Rio Grande do Sul	540.903	244	2.217
Santa Catarina	152.144	182	836
Sergipe	56.439	14	4.031
São Paulo	460.873	689	669
Tocantins	17.274	17	1.016
Justiça Estadual	3.999.826	2.618	1.528

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.93 - SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais



Glossário:

SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado na fase de conhecimento dos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $SMCJE = \text{SentCJE} / \text{MagJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{SentCJE} = \text{SentCCrimJE} + \text{SentCNCrimJE}$
- $\text{MagJE} = \text{MagPAeJE} + \text{MagPACJE1º} + \text{MagPACTRJE} - \text{MagAJJE}$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

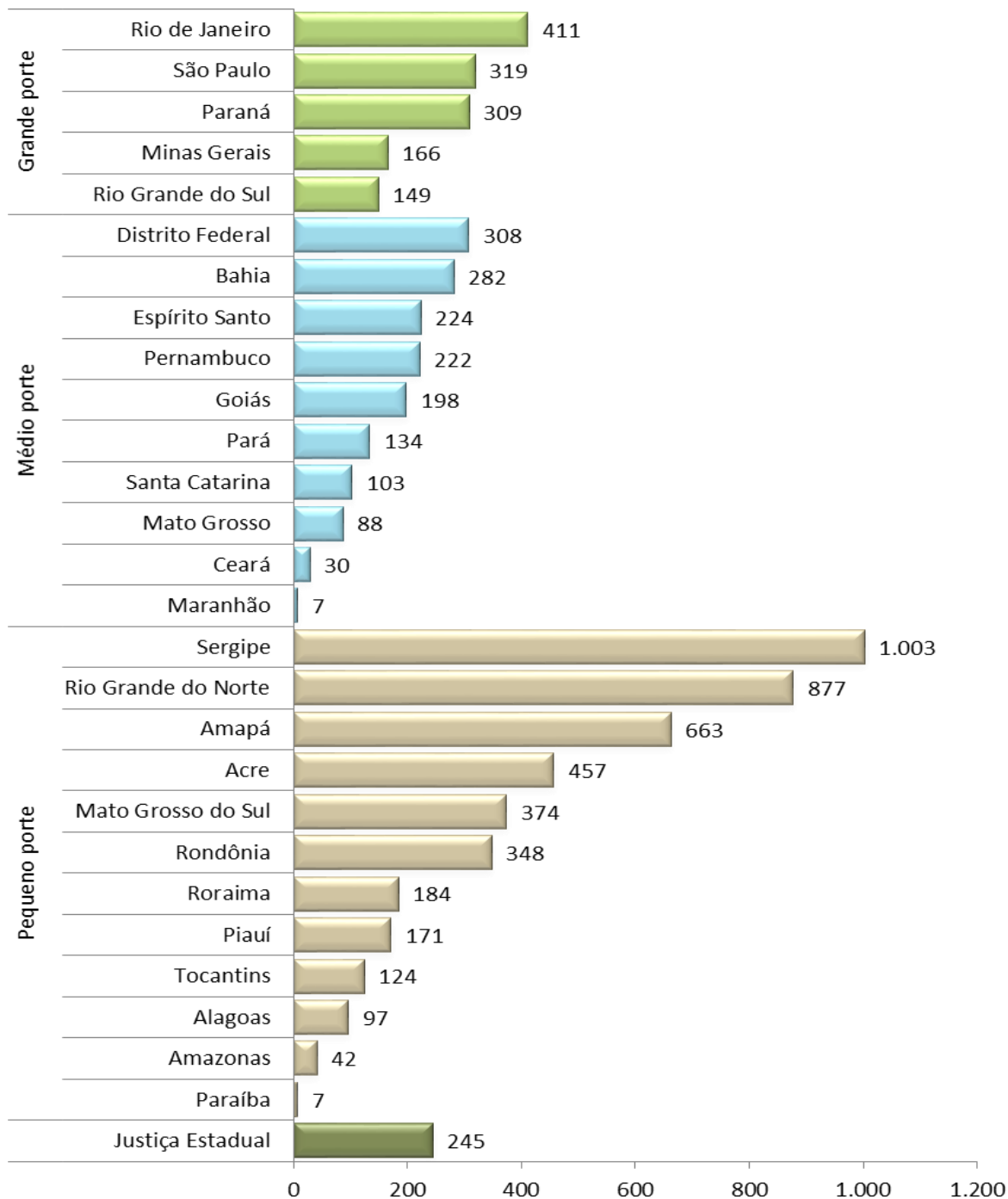
2.4.24. SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tabela 2.94 - SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais	MagJE - Total de Magistrados nos Juizados Especiais	SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais
Acre	2.743	6	457
Alagoas	1.747	18	97
Amazonas	1.215	29	42
Amapá	9.945	15	663
Bahia	22.256	79	282
Ceará	1.098	37	30
Distrito Federal	13.255	43	308
Espírito Santo	12.974	58	224
Goiás	15.040	76	198
Maranhão	363	50	7
Minas Gerais	73.274	441	166
Mato Grosso do Sul	25.446	68	374
Mato Grosso	1.313	15	88
Pará	7.232	54	134
Paraíba	309	46	7
Pernambuco	13.095	59	222
Piauí	3.425	20	171
Paraná	59.064	191	309
Rio de Janeiro	40.322	98	411
Rio Grande do Norte	39.484	45	877
Rondônia	6.606	19	348
Roraima	921	5	184
Rio Grande do Sul	36.408	244	149
Santa Catarina	18.721	182	103
Sergipe	14.045	14	1.003
São Paulo	219.934	689	319
Tocantins	2.109	17	124
Justiça Estadual	642.344	2.618	245

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.94 - SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais



Glossário:

SME_{ExJE} - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado na fase de execução dos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $SME_{ExJE} = Sent_{ExJE} / MagJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Sent_{ExJE} = Sent_{ExtJE} + Sent_{JudJE}$
- $MagJE = MagPAeJE + MagPacJE1^o + MagPacTRJE - MagAJJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

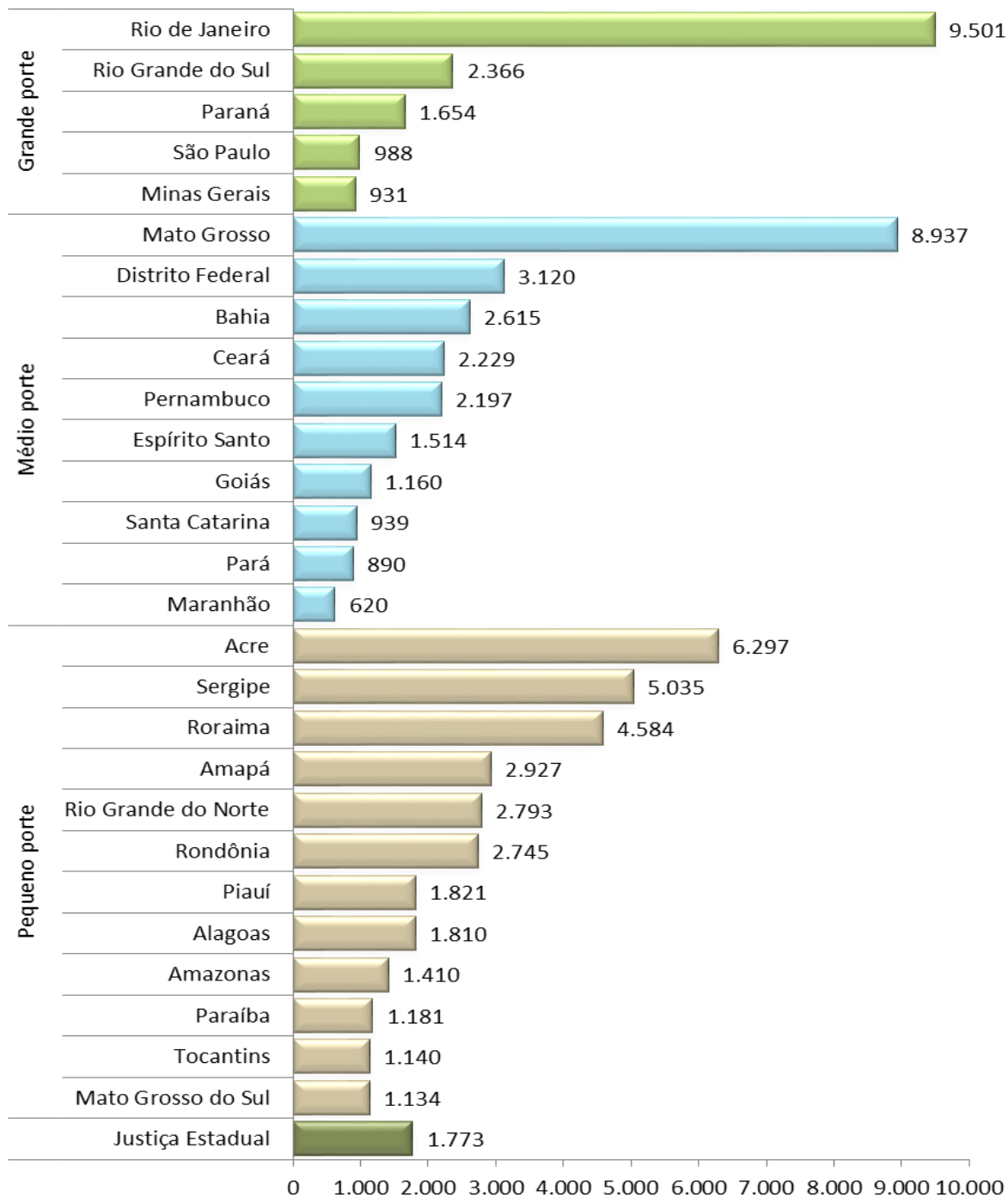
2.4.25. SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais

Tabela 2.95 - SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	SMCJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais	SMExJE - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução dos Juizados Especiais	SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais
Acre	5.840	457	6.297
Alagoas	1.713	97	1.810
Amazonas	1.368	42	1.410
Amapá	2.264	663	2.927
Bahia	2.334	282	2.615
Ceará	2.200	30	2.229
Distrito Federal	2.812	308	3.120
Espírito Santo	1.290	224	1.514
Goiás	962	198	1.160
Maranhão	613	7	620
Minas Gerais	765	166	931
Mato Grosso do Sul	760	374	1.134
Mato Grosso	8.849	88	8.937
Pará	756	134	890
Paraíba	1.174	7	1.181
Pernambuco	1.975	222	2.197
Piauí	1.649	171	1.821
Paraná	1.344	309	1.654
Rio de Janeiro	9.090	411	9.501
Rio Grande do Norte	1.915	877	2.793
Rondônia	2.397	348	2.745
Roraima	4.399	184	4.584
Rio Grande do Sul	2.217	149	2.366
Santa Catarina	836	103	939
Sergipe	4.031	1.003	5.035
São Paulo	669	319	988
Tocantins	1.016	124	1.140
Justiça Estadual	1.528	245	1.773

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.95 - SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais



Glossário:

SMJE - Sentenças por Magistrados nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado nos Juizados Especiais.

Fórmula: $SMJE = SMCJE + SMExJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMCJE = \text{SentCJE} / \text{MagJE}$
- $SMExJE = \text{SentExJE} / \text{MagJE}$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

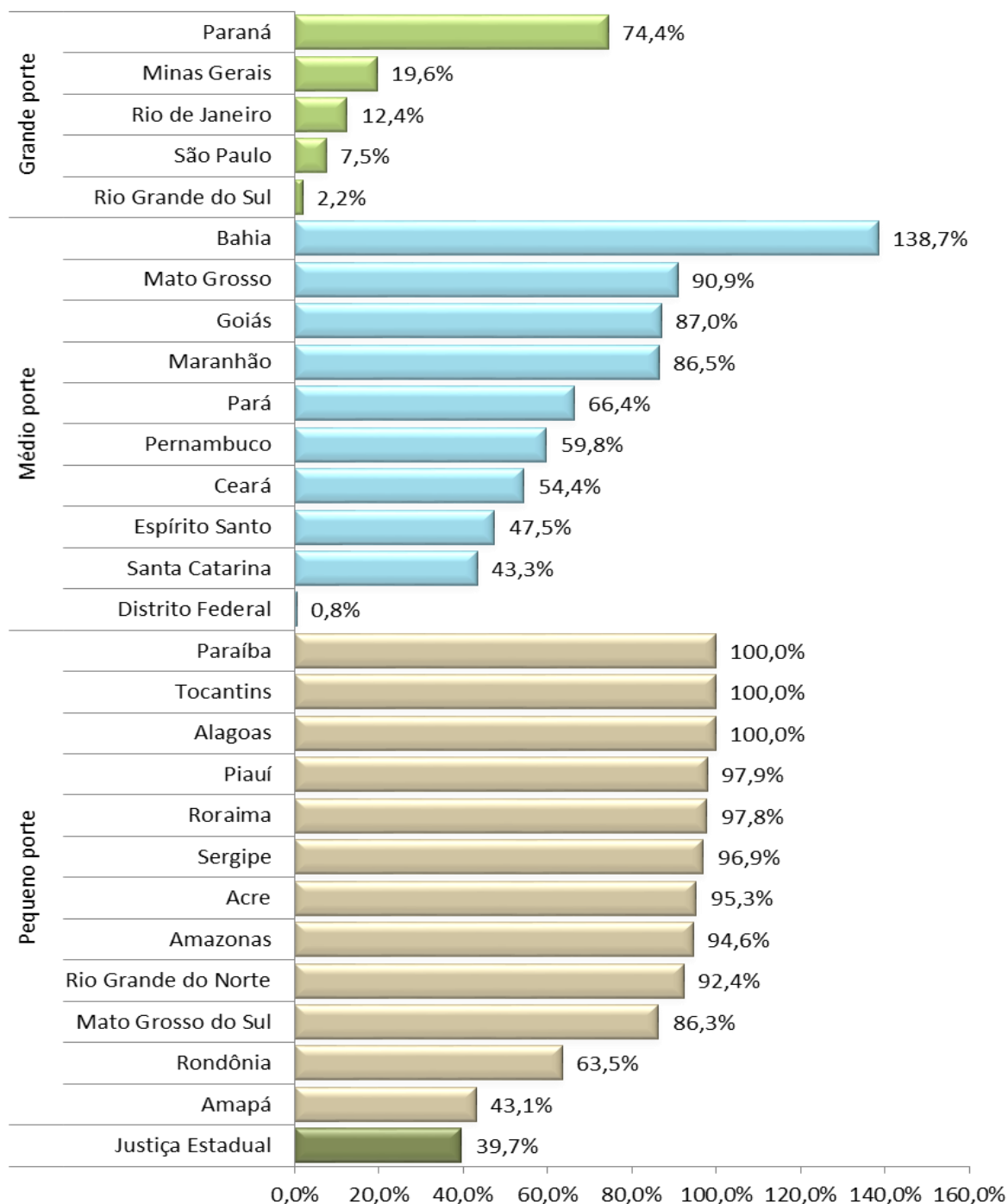
2.4.26. ProcEJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais

Tabela 2.96 - ProcEJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	CnEletJE - Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	ProcEJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais
Acre	32.811	32.814	1.612	95,3%
Alagoas	32.628	31.831	797	100,0%
Amazonas	47.473	49.237	934	94,6%
Amapá	16.164	33.364	4.183	43,1%
Bahia	248.660	175.070	4.240	138,7%
Ceará	49.324	88.040	2.551	54,4%
Distrito Federal	992	121.003	8.180	0,8%
Espírito Santo	28.974	60.050	973	47,5%
Goiás	132.389	133.389	18.831	87,0%
Maranhão	63.162	71.603	1.397	86,5%
Minas Gerais	77.690	337.478	58.375	19,6%
Mato Grosso do Sul	51.459	51.545	8.068	86,3%
Mato Grosso	95.974	105.519	25	90,9%
Pará	29.760	43.288	1.544	66,4%
Paraíba	56.745	56.318	401	100,0%
Pernambuco	74.235	122.790	1.343	59,8%
Piauí	31.386	30.176	1.881	97,9%
Paraná	221.224	275.117	22.312	74,4%
Rio de Janeiro	104.662	835.000	5.685	12,4%
Rio Grande do Norte	71.144	75.174	1.853	92,4%
Rondônia	32.482	46.465	4.721	63,5%
Roraima	16.691	16.459	612	97,8%
Rio Grande do Sul	10.192	447.124	24.959	2,2%
Santa Catarina	116.899	253.722	15.960	43,3%
Sergipe	54.620	54.620	1.721	96,9%
São Paulo	53.451	642.760	66.429	7,5%
Tocantins	21.964	20.834	1.130	100,0%
Justiça Estadual	1.773.155	4.210.790	260.717	39,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.96 - ProcEJJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais



Glossário:

ProcEJE - Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEJE} = \text{CnEletJE} / (\text{CnCJE} + \text{CnExtJE})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnEletJE - Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais: Os processos eletrônicos que ingressaram ou foram protocolizados nos Juizados Especiais no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnCNCrimJE - Casos Novos Não-Criminais de Conhecimento nos Juizados Especiais; b) CnCCErimJE - Casos Novos Criminais de Conhecimento nos Juizados; c) CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais.
- $\text{CnCJE} = \text{CnCCErimJE} + \text{CnCNCrimJE}$
- CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais que ingressaram ou foram protocolizadas nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

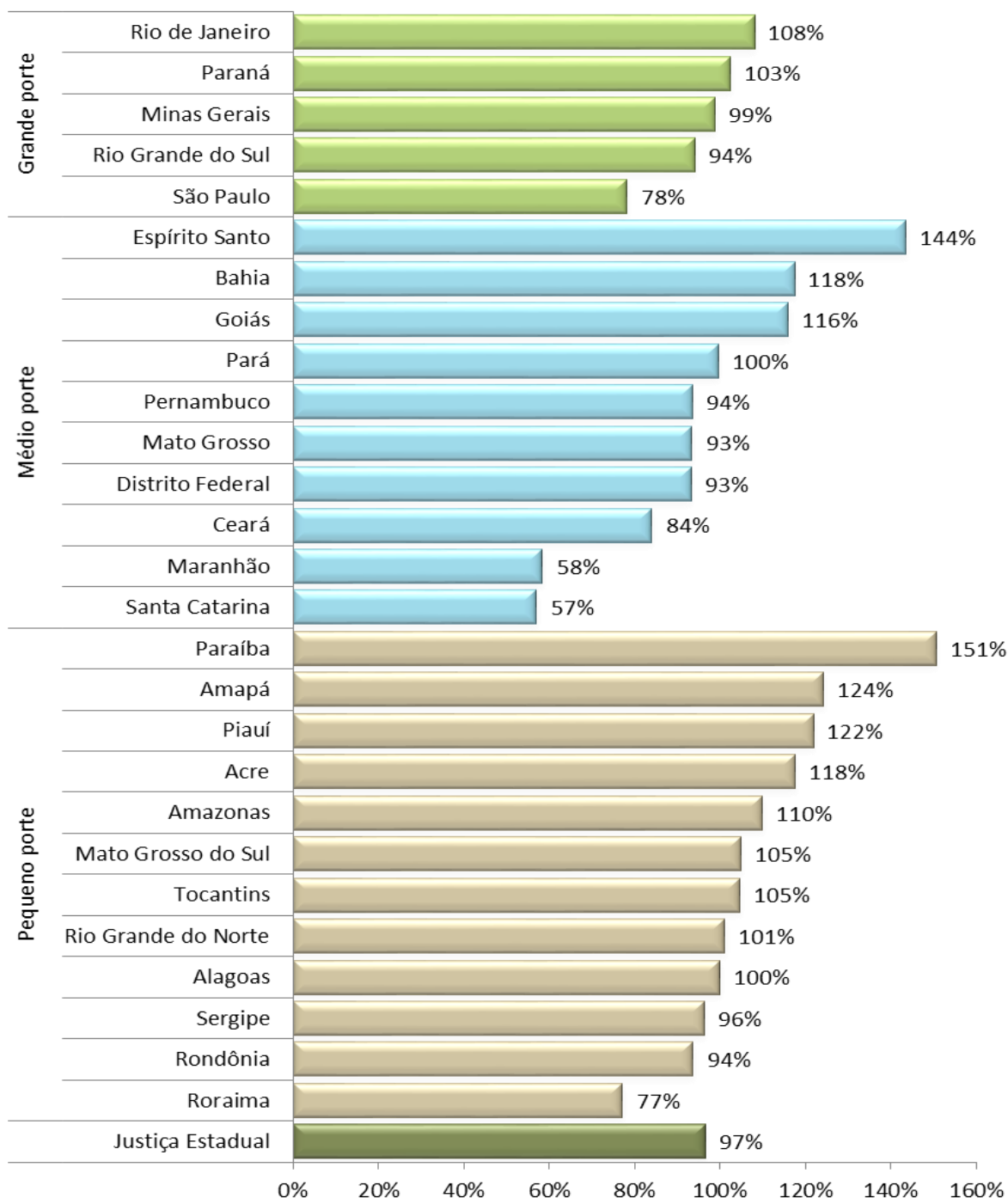
2.4.27. IADCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais

Tabela 2.97 - IADCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	IADCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais
Acre	38.606	32.814	118%
Alagoas	31.828	31.831	100%
Amazonas	54.144	49.237	110%
Amapá	41.493	33.364	124%
Bahia	205.731	175.070	118%
Ceará	73.954	88.040	84%
Distrito Federal	112.806	121.003	93%
Espírito Santo	86.233	60.050	144%
Goiás	154.879	133.389	116%
Maranhão	41.777	71.603	58%
Minas Gerais	333.438	337.478	99%
Mato Grosso do Sul	54.163	51.545	105%
Mato Grosso	98.528	105.519	93%
Pará	43.141	43.288	100%
Paraíba	84.848	56.318	151%
Pernambuco	114.889	122.790	94%
Piauí	36.788	30.176	122%
Paraná	282.105	275.117	103%
Rio de Janeiro	902.756	835.000	108%
Rio Grande do Norte	75.990	75.174	101%
Rondônia	43.540	46.465	94%
Roraima	12.693	16.459	77%
Rio Grande do Sul	420.992	447.124	94%
Santa Catarina	144.696	253.722	57%
Sergipe	52.622	54.620	96%
São Paulo	502.528	642.760	78%
Tocantins	21.816	20.834	105%
Justiça Estadual	4.066.984	4.210.790	97%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.97 - IADCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais



Glossário:

IADCJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento dos Juizados Especiais

Fórmula: $IADCJe = TBaixCJe / CnCJe$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixCJE = TBaixCCrimJE + TBaixCNCrimJE$
- $CnCJE = CnCCrimJE + CnCNCrimJE$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

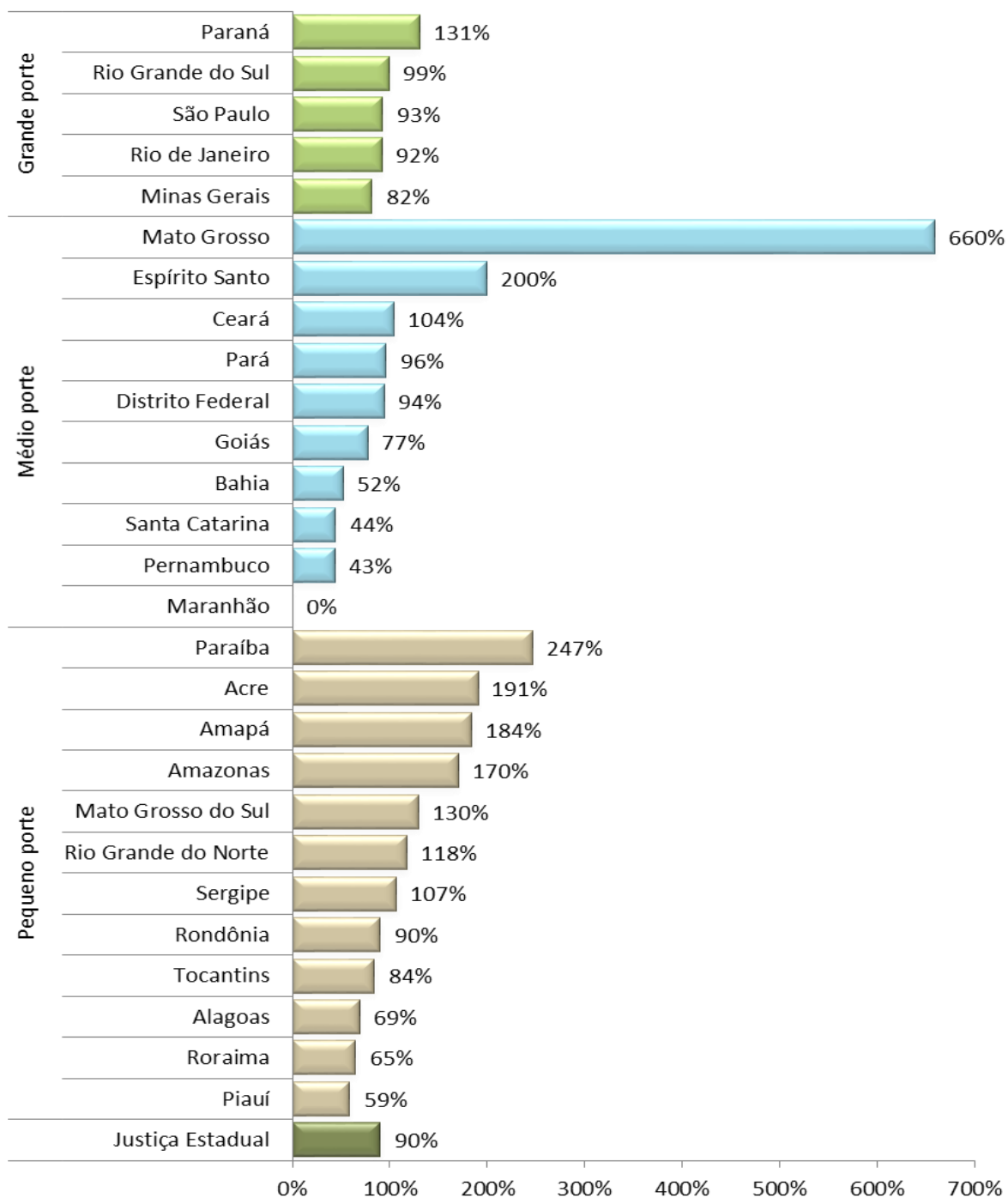
2.4.28. IADExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais

Tabela 2.98 - IADExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	IADExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais
Acre	8.228	4.317	191%
Alagoas	4.881	7.064	69%
Amazonas	5.344	3.135	170%
Amapá	13.223	7.169	184%
Bahia	22.335	42.745	52%
Ceará	2.986	2.863	104%
Distrito Federal	10.624	11.253	94%
Espírito Santo	4.579	2.294	200%
Goiás	16.605	21.511	77%
Maranhão	0	1.766	0%
Minas Gerais	81.554	99.616	82%
Mato Grosso do Sul	19.256	14.842	130%
Mato Grosso	1.669	253	660%
Pará	8.104	8.424	96%
Paraíba	1.023	415	247%
Pernambuco	3.614	8.332	43%
Piauí	2.423	4.106	59%
Paraná	47.494	36.329	131%
Rio de Janeiro	40.993	44.486	92%
Rio Grande do Norte	11.151	9.452	118%
Rondônia	7.282	8.081	90%
Roraima	1.181	1.825	65%
Rio Grande do Sul	27.714	28.027	99%
Santa Catarina	14.925	33.632	44%
Sergipe	11.732	10.953	107%
São Paulo	165.646	178.729	93%
Tocantins	2.063	2.446	84%
Justiça Estadual	536.629	594.065	90%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.98 - IADExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais



Glossário:

IAExJe - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução dos Juizados Especiais

Fórmula: $IAExJe = TBAxExJe / CnExJe$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBAxExJe = TBAxExtJe + TBAxJudJe$
- $CnExJe = CnExtJe + ExeJudJe$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

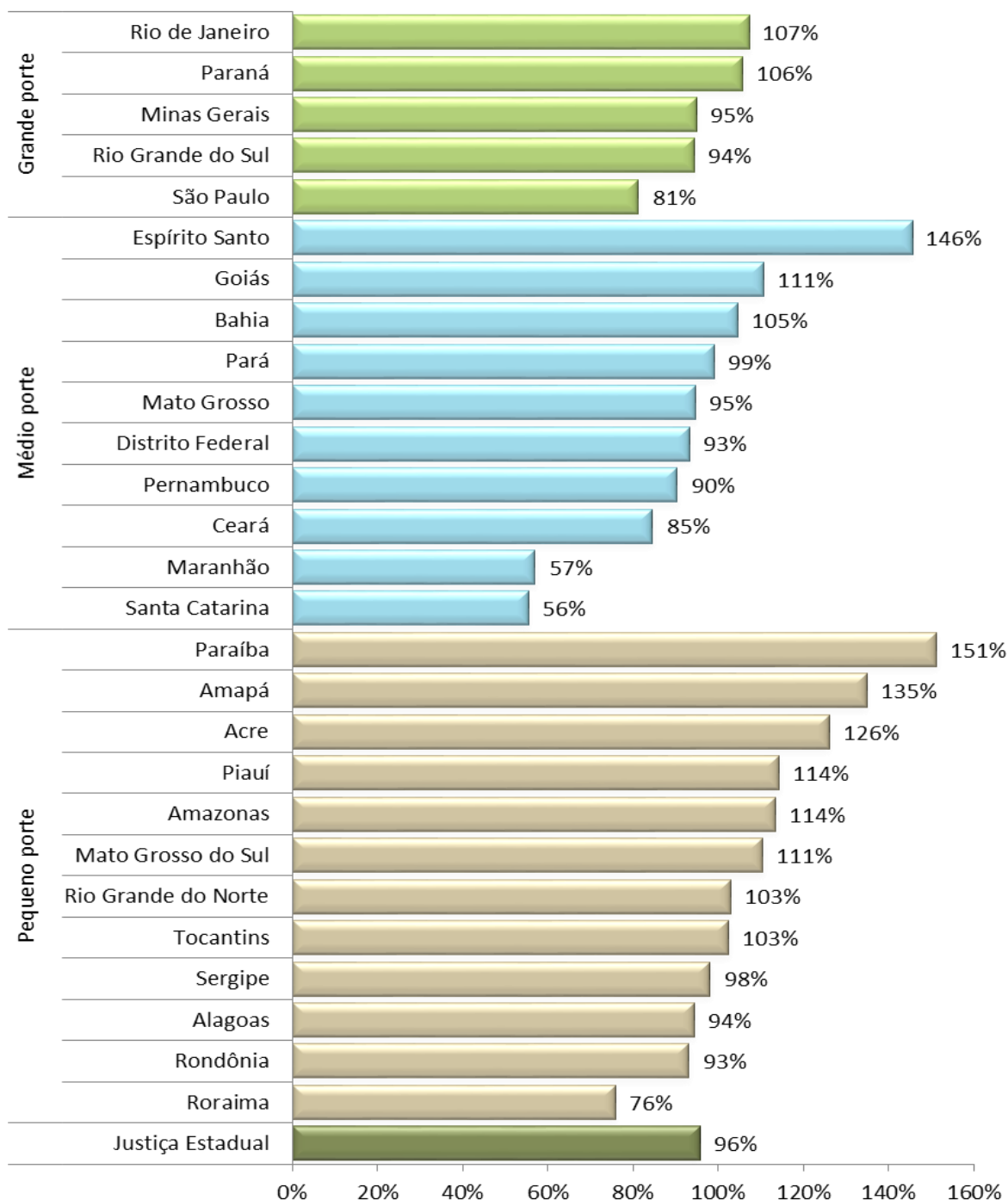
2.4.29. IADJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais

Tabela 2.99 - IADJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	TBaixCJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	TBaixExJE - Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	CnCJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais	CnExJE - Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	IADJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais
Acre	38.606	8.228	32.814	4.317	126%
Alagoas	31.828	4.881	31.831	7.064	94%
Amazonas	54.144	5.344	49.237	3.135	114%
Amapá	41.493	13.223	33.364	7.169	135%
Bahia	205.731	22.335	175.070	42.745	105%
Ceará	73.954	2.986	88.040	2.863	85%
Distrito Federal	112.806	10.624	121.003	11.253	93%
Espírito Santo	86.233	4.579	60.050	2.294	146%
Goias	154.879	16.605	133.389	21.511	111%
Maranhão	41.777	0	71.603	1.766	57%
Minas Gerais	333.438	81.554	337.478	99.616	95%
Mato Grosso do Sul	54.163	19.256	51.545	14.842	111%
Mato Grosso	98.528	1.669	105.519	253	95%
Pará	43.141	8.104	43.288	8.424	99%
Paraíba	84.848	1.023	56.318	415	151%
Pernambuco	114.889	3.614	122.790	8.332	90%
Piauí	36.788	2.423	30.176	4.106	114%
Paraná	282.105	47.494	275.117	36.329	106%
Rio de Janeiro	902.756	40.993	835.000	44.486	107%
Rio Grande do Norte	75.990	11.151	75.174	9.452	103%
Rondônia	43.540	7.282	46.465	8.081	93%
Roraima	12.693	1.181	16.459	1.825	76%
Rio Grande do Sul	420.992	27.714	447.124	28.027	94%
Santa Catarina	144.696	14.925	253.722	33.632	56%
Sergipe	52.622	11.732	54.620	10.953	98%
São Paulo	502.528	165.646	642.760	178.729	81%
Tocantins	21.816	2.063	20.834	2.446	103%
Justiça Estadual	4.066.984	536.629	4.210.790	594.065	96%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.99 - IADJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais



Glossário:

IADJe - Processos Baixados por Caso Novo nos Juizados Especiais

Fórmula: $IADJe = (T\text{BaixCJe} + T\text{BaixExJe}) / (Cn\text{CJe} + Cn\text{ExJe})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{BaixCJe} = T\text{BaixCCrimJe} + T\text{BaixCNCrimJe}$
- $T\text{BaixExJe} = T\text{BaixExtJe} + T\text{BaixJudJe}$
- $CnCJe = CnCCrimJe + CnCNCrimJe$
- $CnExJe = CnExtJe + ExeJudJe$

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.30. RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais

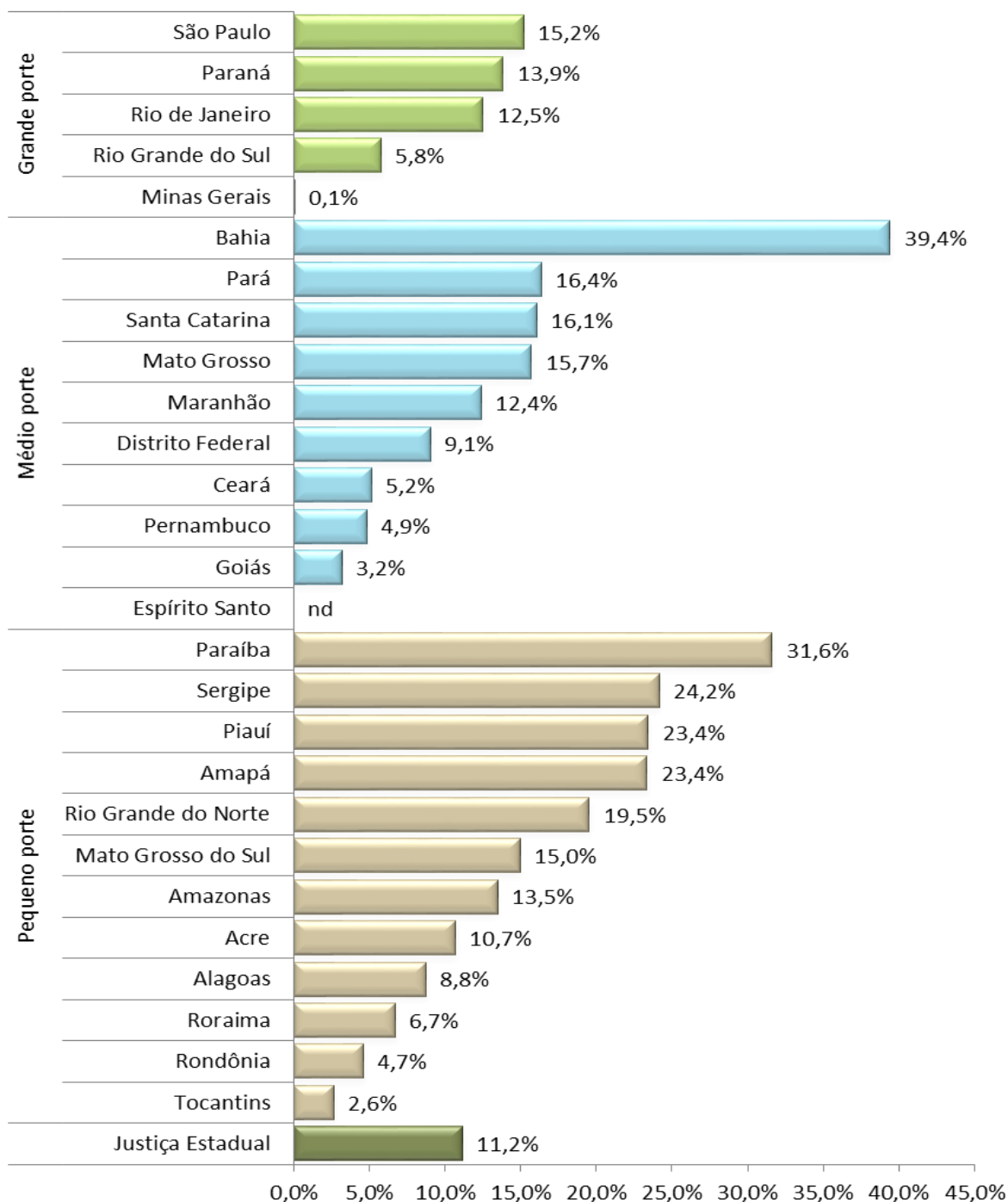
Tabela 2.100 - RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	RSupJE - Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	DeRExtJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais
Acre	3.700	34.536	10,7%
Alagoas	2.531	28.806	8,8%
Amazonas	4.723	35.040	13,5%
Amapá	3.621	15.501	23,4%
Bahia	32.361	82.109	39,4%
Ceará	1.519	29.455	5,2%
Distrito Federal	12.610	138.917	9,1%
Espírito Santo	2.984	nd	nd
Goiás	1.600	50.137	3,2%
Maranhão	8.769	70.701	12,4%
Minas Gerais	375	427.704	0,1%
Mato Grosso do Sul	7.736	51.664	15,0%
Mato Grosso	21.083	134.050	15,7%
Pará	2.936	17.942	16,4%
Paraíba	16.288	51.502	31,6%
Pernambuco	5.742	118.219	4,9%
Piauí	3.062	13.060	23,4%
Paraná	42.284	305.291	13,9%
Rio de Janeiro	116.632	931.703	12,5%
Rio Grande do Norte	6.993	35.794	19,5%
Rondônia	3.920	84.277	4,7%
Roraima	1.473	21.850	6,7%
Rio Grande do Sul	33.641	577.311	5,8%
Santa Catarina	21.733	135.340	16,1%
Sergipe	13.639	56.439	24,2%
São Paulo	66.178	435.071	15,2%
Tocantins	581	21.930	2,6%
Justiça Estadual	438.714	3.904.349	11,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.100 - RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RxJE - Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados às Turmas Recursais da Justiça Estadual, em relação ao número de sentenças proferidas passíveis de recurso externo nos Juizados Especiais no período-base (semestre).

Fórmula: $RxJE = RSupJE / DeRExtJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSupJE - Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais: Todos os recursos endereçados às Turmas Recursais da Justiça Estadual no período-base (semestre). Excluem-se outras modalidades de impugnação a decisões judiciais, tais como mandados de segurança, medidas cautelares e habeas corpus.
- DeRExtJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo: As sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais passíveis de recursos endereçados às Turmas Recursais, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.31. ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais

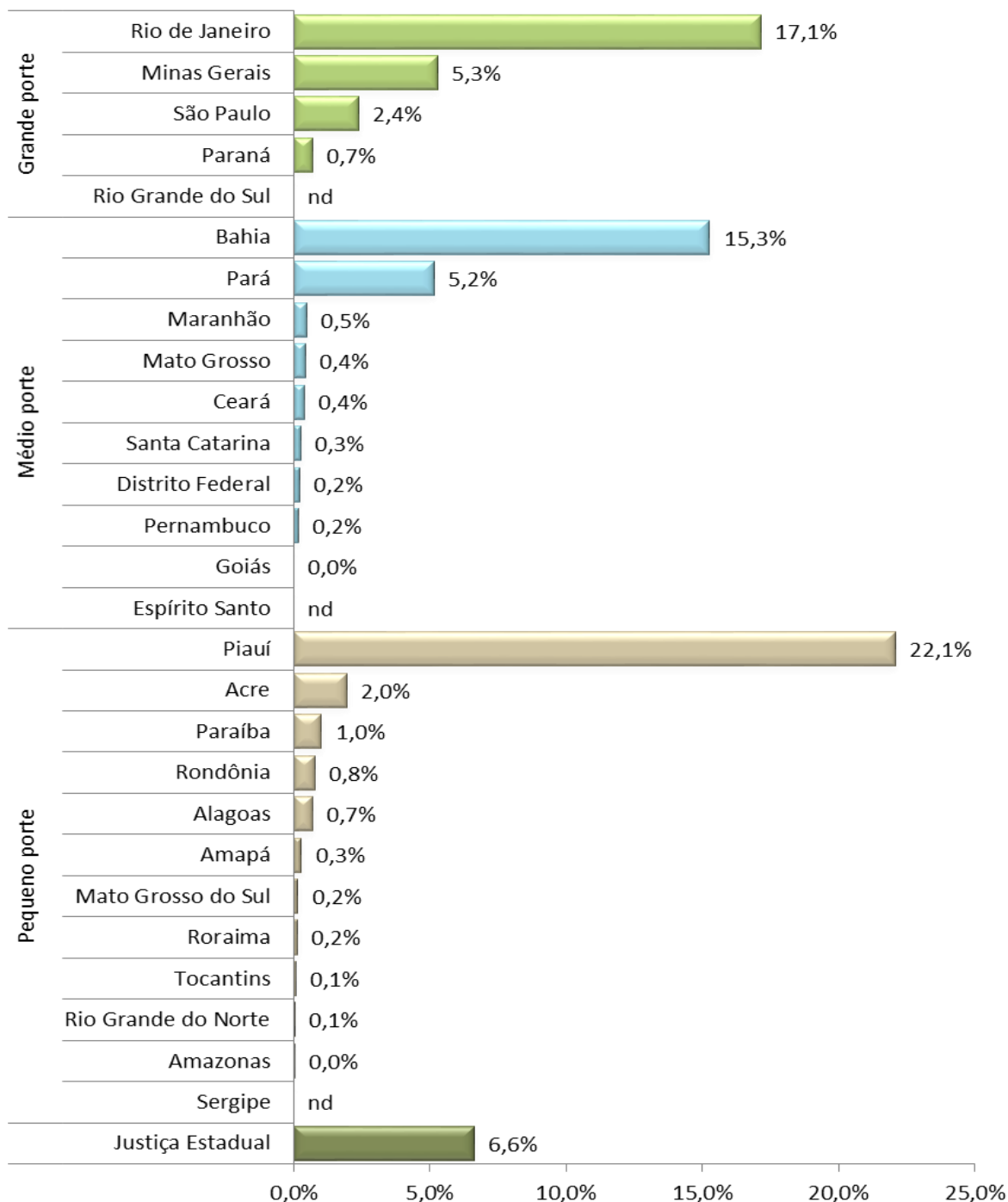
Tabela 2.101 - ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	ISupJE - Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	DeImpJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais
Acre	1.195	60.779	2,0%
Alagoas	105	14.858	0,7%
Amazonas	17	35.178	0,0%
Amapá	55	18.493	0,3%
Bahia	4.085	26.763	15,3%
Ceará	120	29.427	0,4%
Distrito Federal	281	119.028	0,2%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	0	24.607	0,0%
Maranhão	45	9.122	0,5%
Minas Gerais	11.210	211.716	5,3%
Mato Grosso do Sul	50	29.661	0,2%
Mato Grosso	338	77.273	0,4%
Pará	700	13.554	5,2%
Paraíba	168	16.276	1,0%
Pernambuco	105	61.054	0,2%
Piauí	2.265	10.252	22,1%
Paraná	1.179	169.410	0,7%
Rio de Janeiro	118.896	693.500	17,1%
Rio Grande do Norte	39	60.222	0,1%
Rondônia	200	25.713	0,8%
Roraima	40	24.933	0,2%
Rio Grande do Sul	nd	nd	nd
Santa Catarina	239	82.925	0,3%
Sergipe	nd	nd	nd
São Paulo	11.775	489.880	2,4%
Tocantins	6	7.239	0,1%
Justiça Estadual	153.113	2.311.863	6,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.101 - ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ImpJE - Índice de Impugnações dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o índice de impugnações a decisões dos Juizados Especiais que não admitam recurso externo.

Fórmula: $\text{ImpJE} = \text{ISupJE} / \text{DeImpJE}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **ISupJE - Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais:** Todas as modalidades de impugnação a decisões judiciais que não admitam recursos externos, incluindo mandados de segurança, medidas cautelares e habeas corpus, que foram endereçadas às Turmas Recursais da Justiça Estadual, no período-base (semestre).
- **DeImpJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação:** Todas as decisões interlocutórias proferidas no período-base (semestre) passíveis de impugnações para as Turmas Recursais, excluídas as referentes a embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.32. RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

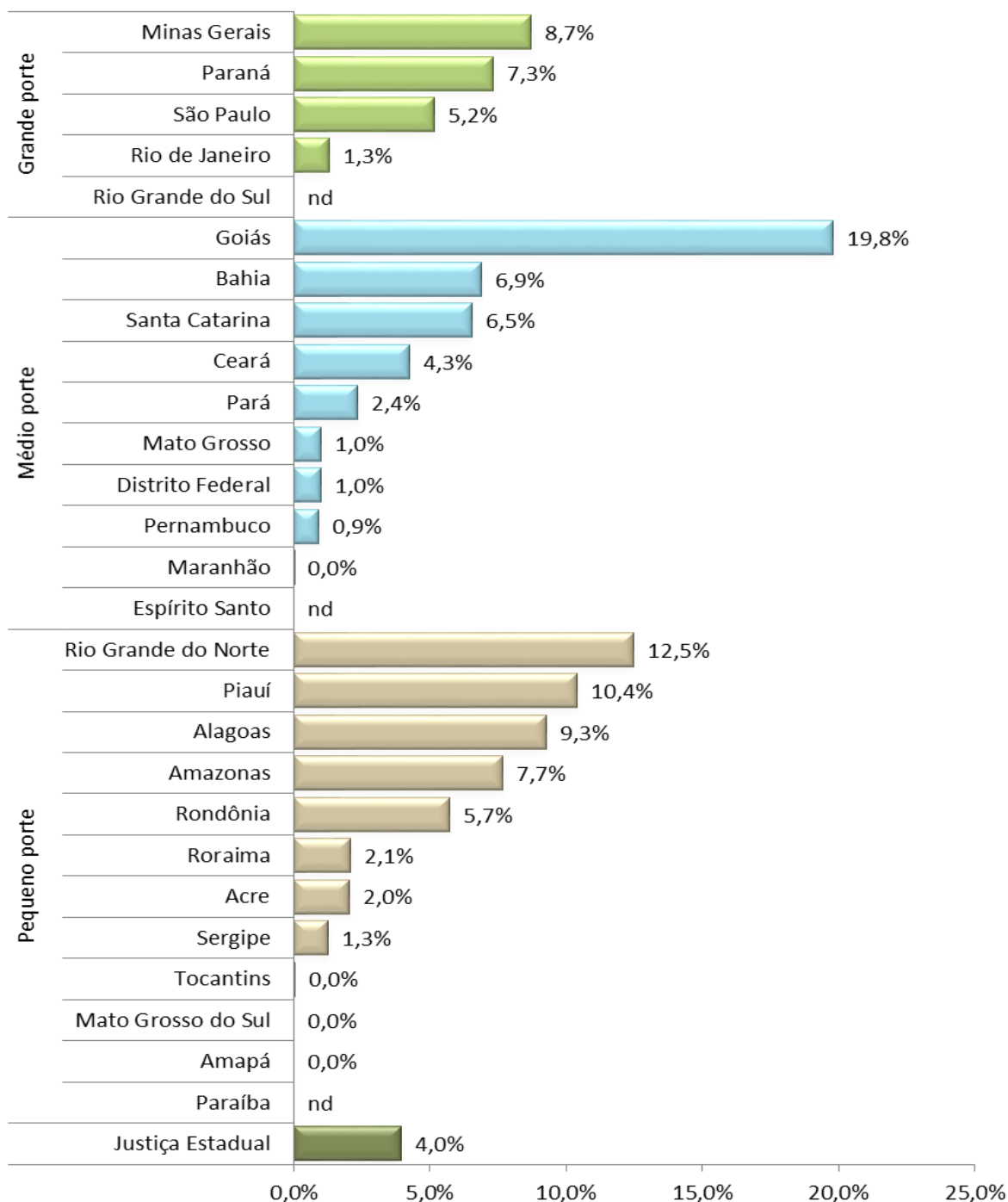
Tabela 2.102 - RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	RIntCJE - Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	SeRIntJE - Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno	RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais
Acre	875	42.834	2,0%
Alagoas	1.002	10.797	9,3%
Amazonas	765	9.948	7,7%
Amapá	0	37.006	0,0%
Bahia	6.914	100.411	6,9%
Ceará	1.166	27.368	4,3%
Distrito Federal	1.421	138.728	1,0%
Espírito Santo	52	nd	nd
Goiás	4.276	21.588	19,8%
Maranhão	7	29.807	0,0%
Minas Gerais	16.313	186.850	8,7%
Mato Grosso do Sul	0	46.285	0,0%
Mato Grosso	133	12.939	1,0%
Pará	698	29.625	2,4%
Paraíba	nd	21.058	nd
Pernambuco	937	99.375	0,9%
Piauí	1.827	17.572	10,4%
Paraná	20.767	282.713	7,3%
Rio de Janeiro	12.192	940.044	1,3%
Rio Grande do Norte	8.472	67.878	12,5%
Rondônia	3.322	57.797	5,7%
Roraima	467	22.367	2,1%
Rio Grande do Sul	nd	577.311	nd
Santa Catarina	9.908	151.510	6,5%
Sergipe	711	56.439	1,3%
São Paulo	14.488	279.656	5,2%
Tocantins	11	26.589	0,0%
Justiça Estadual	106.724	3.294.495	4,0%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.102 - RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RinJE - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos nos Juizados Especiais em relação ao número de sentenças proferidas passíveis de recurso interno no período-base (semestre).

Fórmula: $RinJE = RintCJE / SeRintJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RintCJE - Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais: Os embargos de declaração opostos contra decisão dos Juizados Especiais, no período-base (semestre).
- SeRintJE - Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno: As sentenças extintivas do processo, com ou sem a análise do mérito, proferidas no âmbito dos Juizados Especiais, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.4. Litigiosidade dos Juizados Especiais

2.4.33. RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais

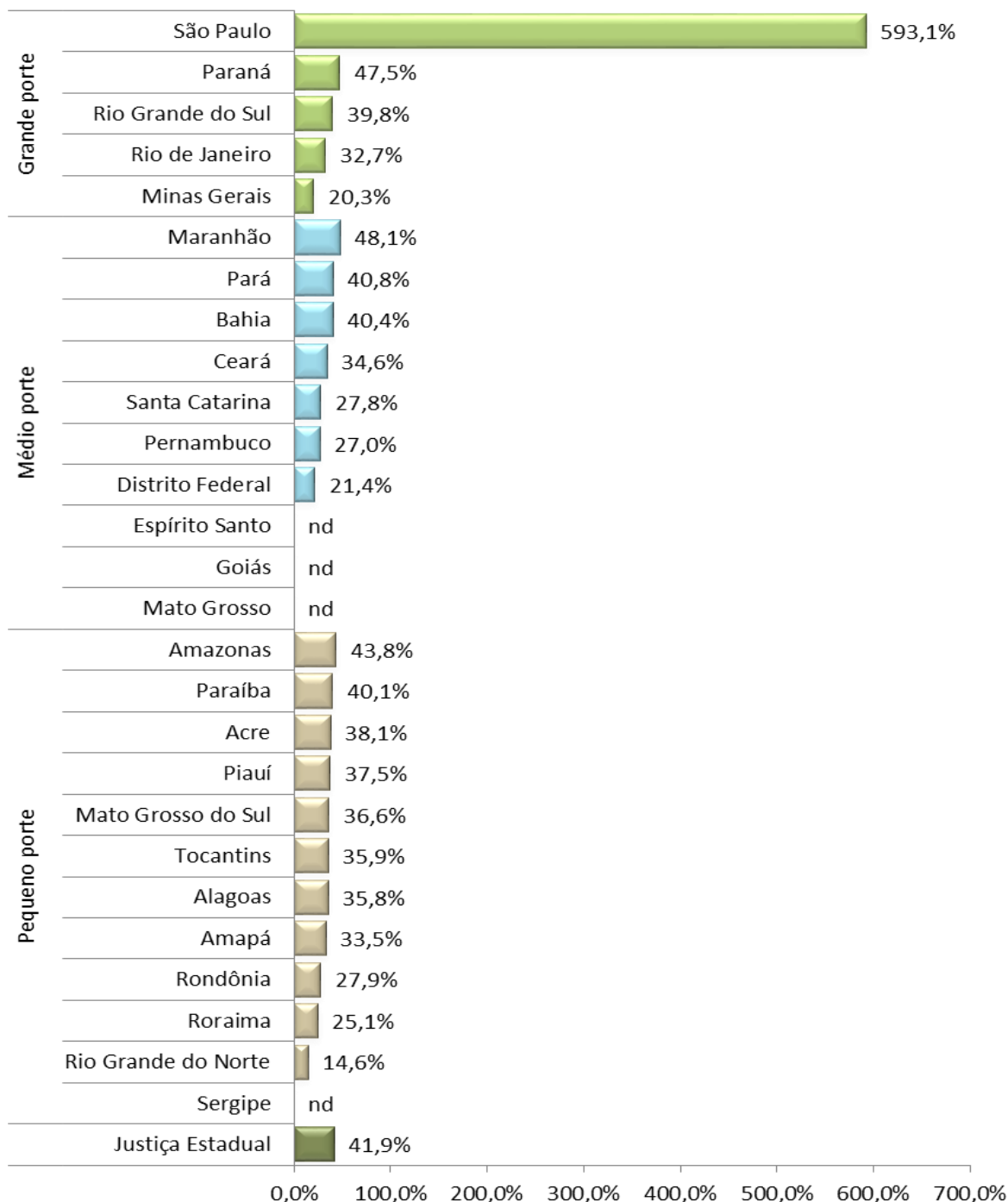
Tabela 2.103 - RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais

Tribunal de Justiça	RplnJE - Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	RjlnJE - Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais
Acre	1.133	2.971	38,1%
Alagoas	545	1.524	35,8%
Amazonas	35	80	43,8%
Amapá	1.026	3.066	33,5%
Bahia	4.307	10.661	40,4%
Ceará	1.093	3.158	34,6%
Distrito Federal	2.612	12.189	21,4%
Espírito Santo	nd	nd	nd
Goiás	0	0	nd
Maranhão	6.862	14.269	48,1%
Minas Gerais	2.595	12.771	20,3%
Mato Grosso do Sul	2.713	7.422	36,6%
Mato Grosso	3.961	0	nd
Pará	2.951	7.234	40,8%
Paraíba	2.197	5.473	40,1%
Pernambuco	1.840	6.818	27,0%
Piauí	514	1.370	37,5%
Paraná	13.826	29.080	47,5%
Rio de Janeiro	33.394	102.126	32,7%
Rio Grande do Norte	1.037	7.082	14,6%
Rondônia	930	3.335	27,9%
Roraima	411	1.640	25,1%
Rio Grande do Sul	12.244	30.767	39,8%
Santa Catarina	4.224	15.221	27,8%
Sergipe	nd	13.729	nd
São Paulo	17.545	2.958	593,1%
Tocantins	388	1.082	35,9%
Justiça Estadual	118.383	296.026	41,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.103 - RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RdJE - Reforma de Decisão nos Juizados Especiais

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões dos Juizados Especiais, no período-base (semestre).

Fórmula: $RdJE = RplnJE / RjlnJE$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RplnJE - Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente): Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Inominados julgados providos pelas Turmas Recursais, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).
- RjlnJE - Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais: Todos os acórdãos e decisões monocráticas referentes aos Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

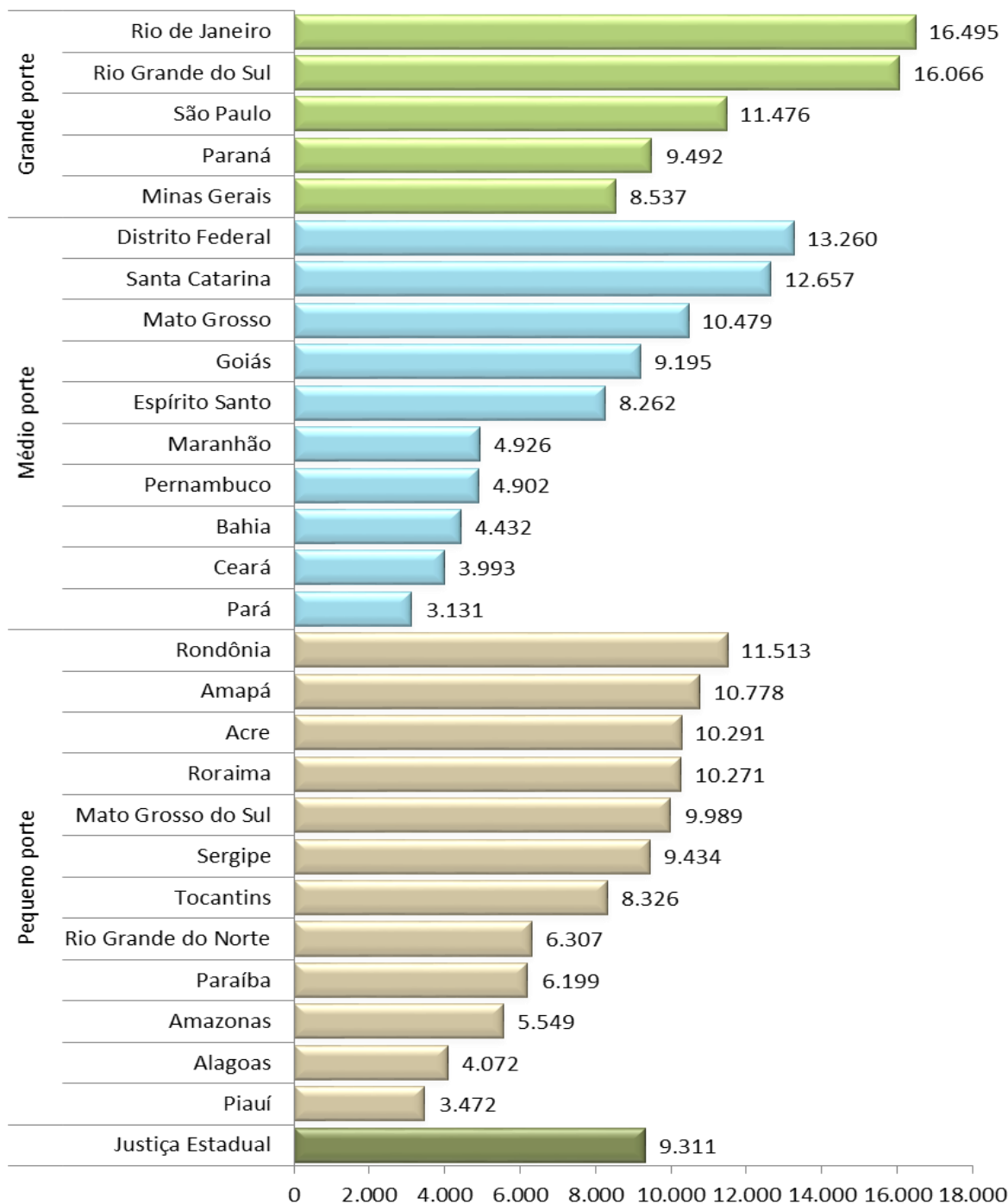
2.5.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.104 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal de Justiça	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
Acre	79.908	8	10.291
Alagoas	134.419	33	4.072
Amazonas	211.309	38	5.549
Amapá	79.218	7	10.778
Bahia	666.790	150	4.432
Ceará	350.548	88	3.993
Distrito Federal	369.922	28	13.260
Espírito Santo	317.211	38	8.262
Goiás	591.622	64	9.195
Maranhão	334.661	68	4.926
Minas Gerais	1.758.010	206	8.537
Mato Grosso do Sul	258.450	26	9.989
Mato Grosso	333.443	32	10.479
Pará	250.447	80	3.131
Paraíba	242.672	39	6.199
Pernambuco	451.376	92	4.902
Piauí	110.551	32	3.472
Paraná	1.043.863	110	9.492
Rio de Janeiro	2.700.036	164	16.495
Rio Grande do Norte	212.790	34	6.307
Rondônia	198.964	17	11.513
Roraima	50.129	5	10.271
Rio Grande do Sul	1.793.594	112	16.066
Santa Catarina	839.728	66	12.657
Sergipe	207.144	22	9.434
São Paulo	5.010.671	437	11.476
Tocantins	123.073	15	8.326
Justiça Estadual	18.720.549	2.011	9.311

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.104 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o + CnTR + CnCJE$
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

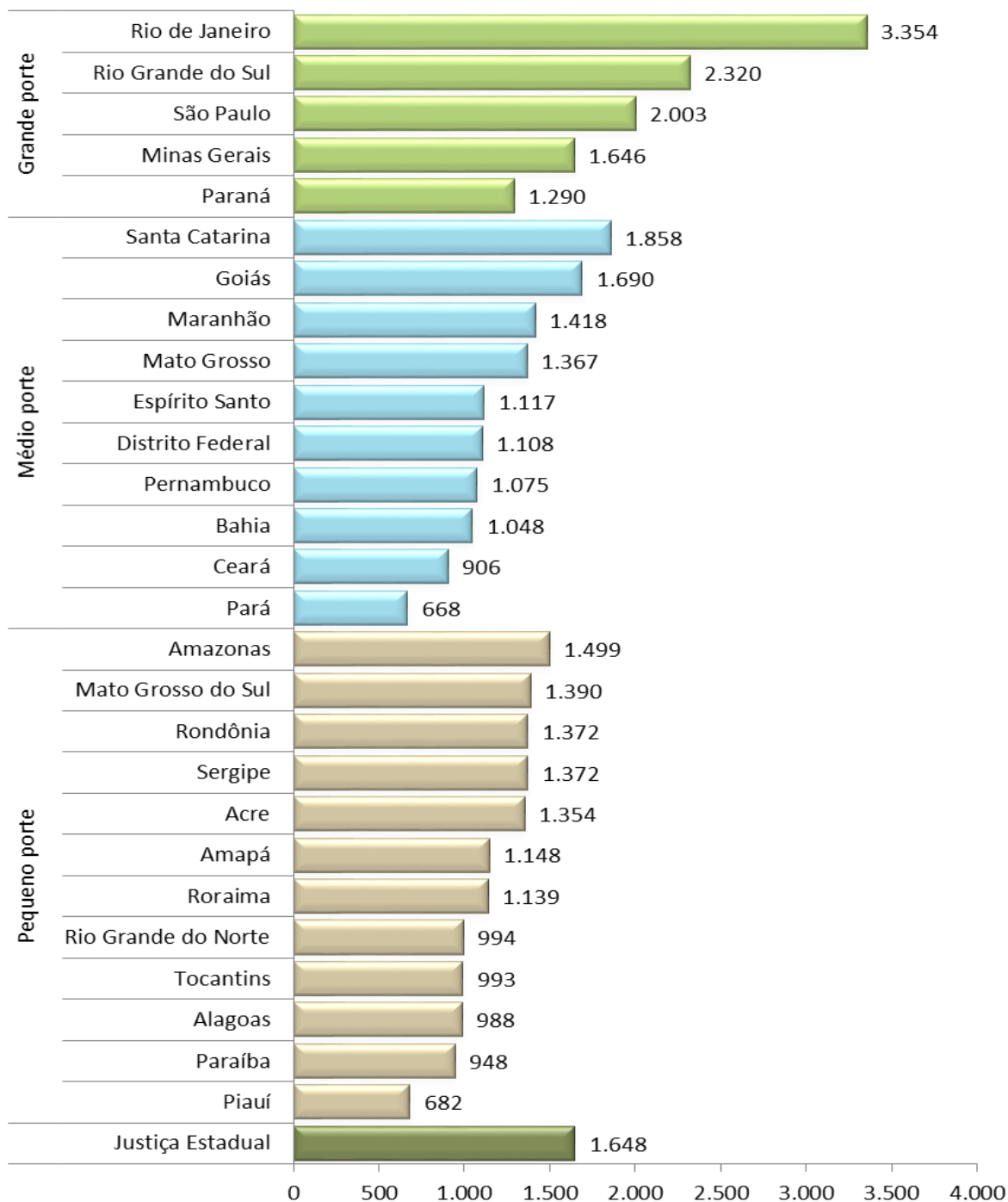
2.5.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.105 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal de Justiça	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
Acre	79.908	59	1.354
Alagoas	134.419	136	988
Amazonas	211.309	141	1.499
Amapá	79.218	69	1.148
Bahia	666.790	636	1.048
Ceará	350.548	387	906
Distrito Federal	369.922	334	1.108
Espírito Santo	317.211	284	1.117
Goiás	591.622	350	1.690
Maranhão	334.661	236	1.418
Minas Gerais	1.758.010	1.068	1.646
Mato Grosso do Sul	258.450	186	1.390
Mato Grosso	333.443	244	1.367
Pará	250.447	375	668
Paraíba	242.672	256	948
Pernambuco	451.376	420	1.075
Piauí	110.551	162	682
Paraná	1.043.863	809	1.290
Rio de Janeiro	2.700.036	805	3.354
Rio Grande do Norte	212.790	214	994
Rondônia	198.964	145	1.372
Roraima	50.129	44	1.139
Rio Grande do Sul	1.793.594	773	2.320
Santa Catarina	839.728	452	1.858
Sergipe	207.144	151	1.372
São Paulo	5.010.671	2.501	2.003
Tocantins	123.073	124	993
Justiça Estadual	18.720.549	11.361	1.648

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.105 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o + CnTR + CnCJE$
- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPAcJE1^o - MagPAcTR1^o - MagPAcTRJE$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

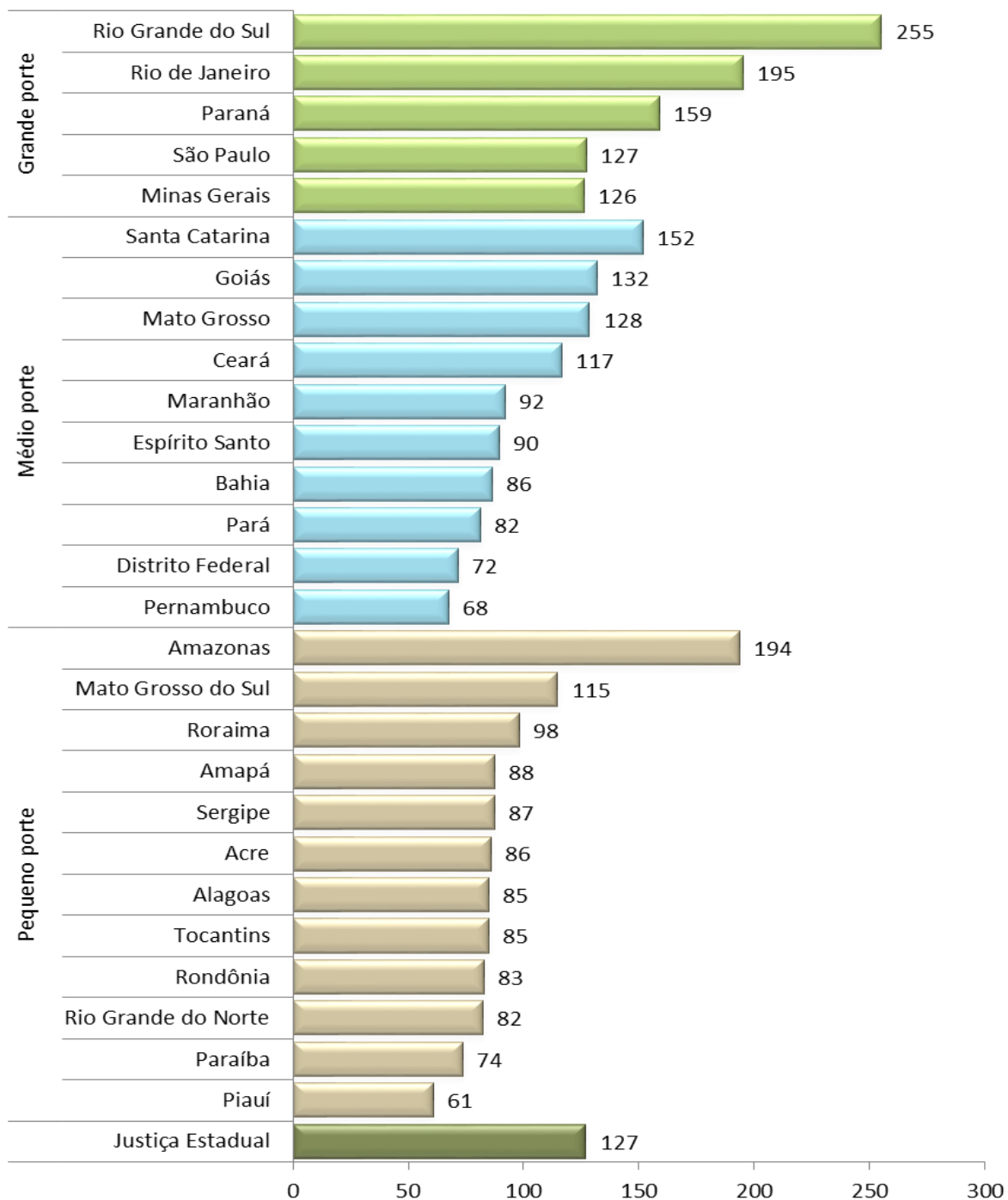
2.5.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.106 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal de Justiça	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
Acre	79.908	928	86
Alagoas	134.419	1.585	85
Amazonas	211.309	1.092	194
Amapá	79.218	905	88
Bahia	666.790	7.713	86
Ceará	350.548	3.008	117
Distrito Federal	369.922	5.144	72
Espírito Santo	317.211	3.538	90
Goiás	591.622	4.484	132
Maranhão	334.661	3.636	92
Minas Gerais	1.758.010	13.912	126
Mato Grosso do Sul	258.450	2.252	115
Mato Grosso	333.443	2.595	128
Pará	250.447	3.072	82
Paraíba	242.672	3.287	74
Pernambuco	451.376	6.672	68
Piauí	110.551	1.816	61
Paraná	1.043.863	6.567	159
Rio de Janeiro	2.700.036	13.832	195
Rio Grande do Norte	212.790	2.586	82
Rondônia	198.964	2.394	83
Roraima	50.129	511	98
Rio Grande do Sul	1.793.594	7.028	255
Santa Catarina	839.728	5.530	152
Sergipe	207.144	2.368	87
São Paulo	5.010.671	39.411	127
Tocantins	123.073	1.452	85
Justiça Estadual	18.720.549	147.318	127

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.106 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + Cn1^o + CnExt1^o + CnTR + CnCJE$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1 + SaJudTR + SaJudJE$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

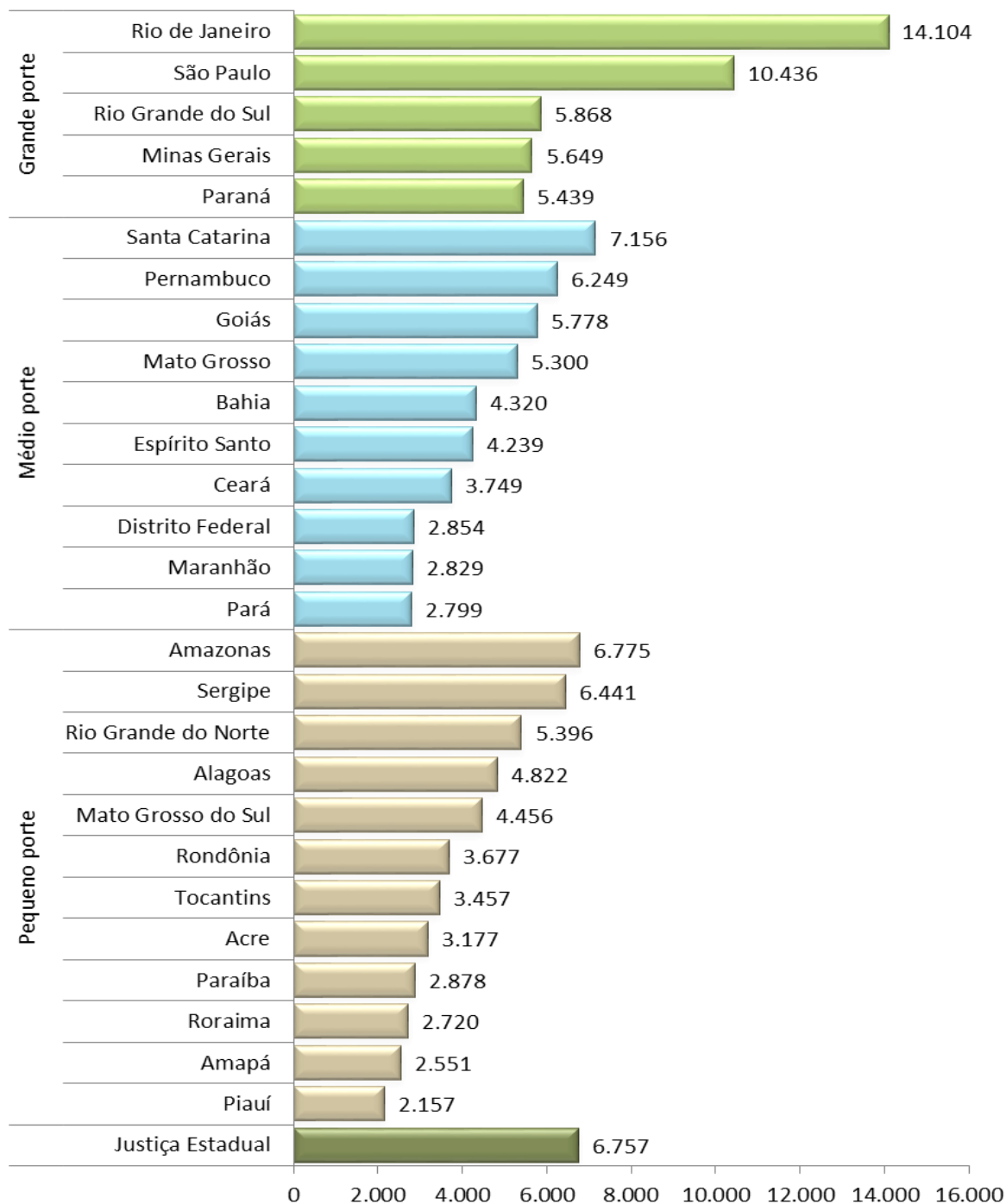
2.5.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.107 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal de Justiça	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
Acre	91.266	93.131	2.426	640	59	3.177
Alagoas	144.723	496.000	5.991	9.097	136	4.822
Amazonas	226.051	711.592	11.191	6.482	141	6.775
Amapá	89.509	85.378	786	343	69	2.551
Bahia	794.120	1.862.021	54.840	36.261	636	4.320
Ceará	370.142	1.032.186	24.994	23.379	387	3.749
Distrito Federal	395.052	520.517	27.785	10.004	334	2.854
Espírito Santo	333.501	857.355	10.743	2.258	284	4.239
Goiás	615.483	1.308.412	52.118	46.347	350	5.778
Maranhão	338.922	307.723	15.115	5.898	236	2.829
Minas Gerais	1.951.858	3.798.754	159.330	123.181	1.068	5.649
Mato Grosso do Sul	295.708	514.197	14.327	4.525	186	4.456
Mato Grosso	338.392	926.780	12.675	15.382	244	5.300
Pará	290.589	735.340	10.291	13.253	375	2.799
Paraíba	248.791	478.853	7.144	1.854	256	2.878
Pernambuco	482.595	2.102.029	24.315	15.761	420	6.249
Piauí	117.641	225.037	5.246	1.436	162	2.157
Paraná	1.092.398	3.131.735	100.171	75.768	809	5.439
Rio de Janeiro	2.837.360	8.315.528	101.601	99.018	805	14.104
Rio Grande do Norte	226.373	437.541	140.504	350.347	214	5.396
Rondônia	234.099	281.776	11.867	5.366	145	3.677
Roraima	53.691	60.596	3.204	2.183	44	2.720
Rio Grande do Sul	1.880.604	2.556.169	81.035	18.369	773	5.868
Santa Catarina	935.672	2.156.786	70.393	71.458	452	7.156
Sergipe	243.150	669.778	16.607	43.052	151	6.441
São Paulo	5.520.704	19.995.251	307.034	276.874	2.501	10.436
Tocantins	133.787	291.909	2.019	928	124	3.457
Justiça Estadual	20.282.181	53.952.374	1.273.752	1.259.464	11.361	6.757

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.107 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RIntInc + RIntIncP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1 + CnTR + CnJE$
- $Cp = Cp2 + Cp1 + CpTR + CpJE$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + RIntTR + RIntCJE + IncEx1 + IncExJE$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + RIntPTR + RIntPCJE + IncExP1 + IncExPJE$
- $Mag = Mag2 + Mag1 + MagTR + MagJE - MagPACJE1^o - MagPACTR1^o - MagPACRJE$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

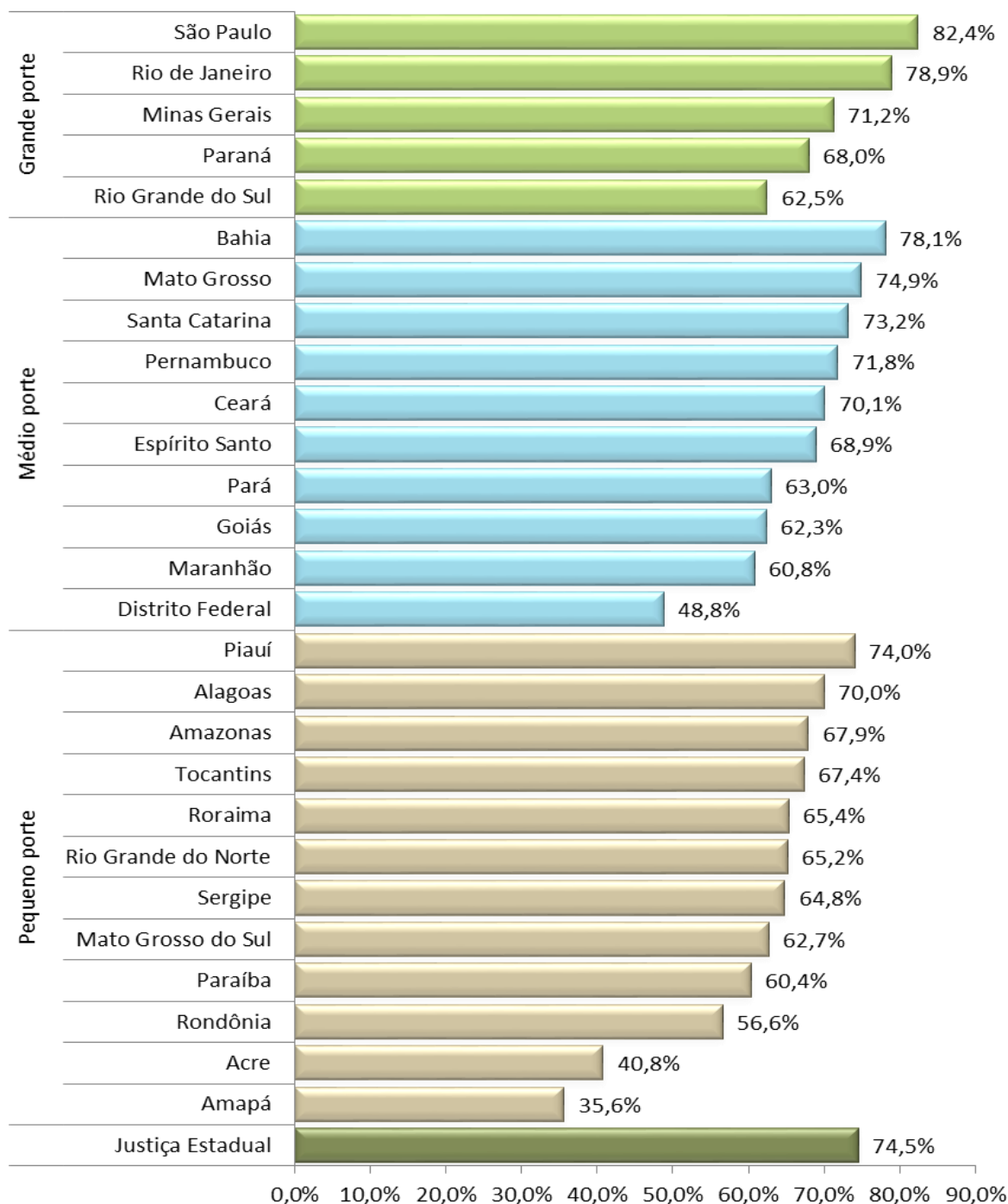
2.5.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.108 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal de Justiça	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
Acre	109.153	91.266	93.131	40,8%
Alagoas	192.078	144.723	496.000	70,0%
Amazonas	300.822	226.051	711.592	67,9%
Amapá	112.545	89.509	85.378	35,6%
Bahia	580.560	794.120	1.862.021	78,1%
Ceará	418.950	370.142	1.032.186	70,1%
Distrito Federal	468.984	395.052	520.517	48,8%
Espírito Santo	370.265	333.501	857.355	68,9%
Goiás	724.533	615.483	1.308.412	62,3%
Maranhão	253.491	338.922	307.723	60,8%
Minas Gerais	1.653.764	1.951.858	3.798.754	71,2%
Mato Grosso do Sul	302.324	295.708	514.197	62,7%
Mato Grosso	317.392	338.392	926.780	74,9%
Pará	379.624	290.589	735.340	63,0%
Paraíba	288.447	248.791	478.853	60,4%
Pernambuco	729.015	482.595	2.102.029	71,8%
Piauí	88.951	117.641	225.037	74,0%
Paraná	1.352.107	1.092.398	3.131.735	68,0%
Rio de Janeiro	2.350.581	2.837.360	8.315.528	78,9%
Rio Grande do Norte	230.914	226.373	437.541	65,2%
Rondônia	223.900	234.099	281.776	56,6%
Roraima	39.596	53.691	60.596	65,4%
Rio Grande do Sul	1.665.045	1.880.604	2.556.169	62,5%
Santa Catarina	827.763	935.672	2.156.786	73,2%
Sergipe	321.611	243.150	669.778	64,8%
São Paulo	4.485.553	5.520.704	19.995.251	82,4%
Tocantins	138.778	133.787	291.909	67,4%
Justiça Estadual	18.926.746	20.282.181	53.952.374	74,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.108 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1} + T_{BaixTR} + T_{BaixJE}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1} + C_{nTR} + C_{nJE}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1} + C_{pTR} + C_{pJE}$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

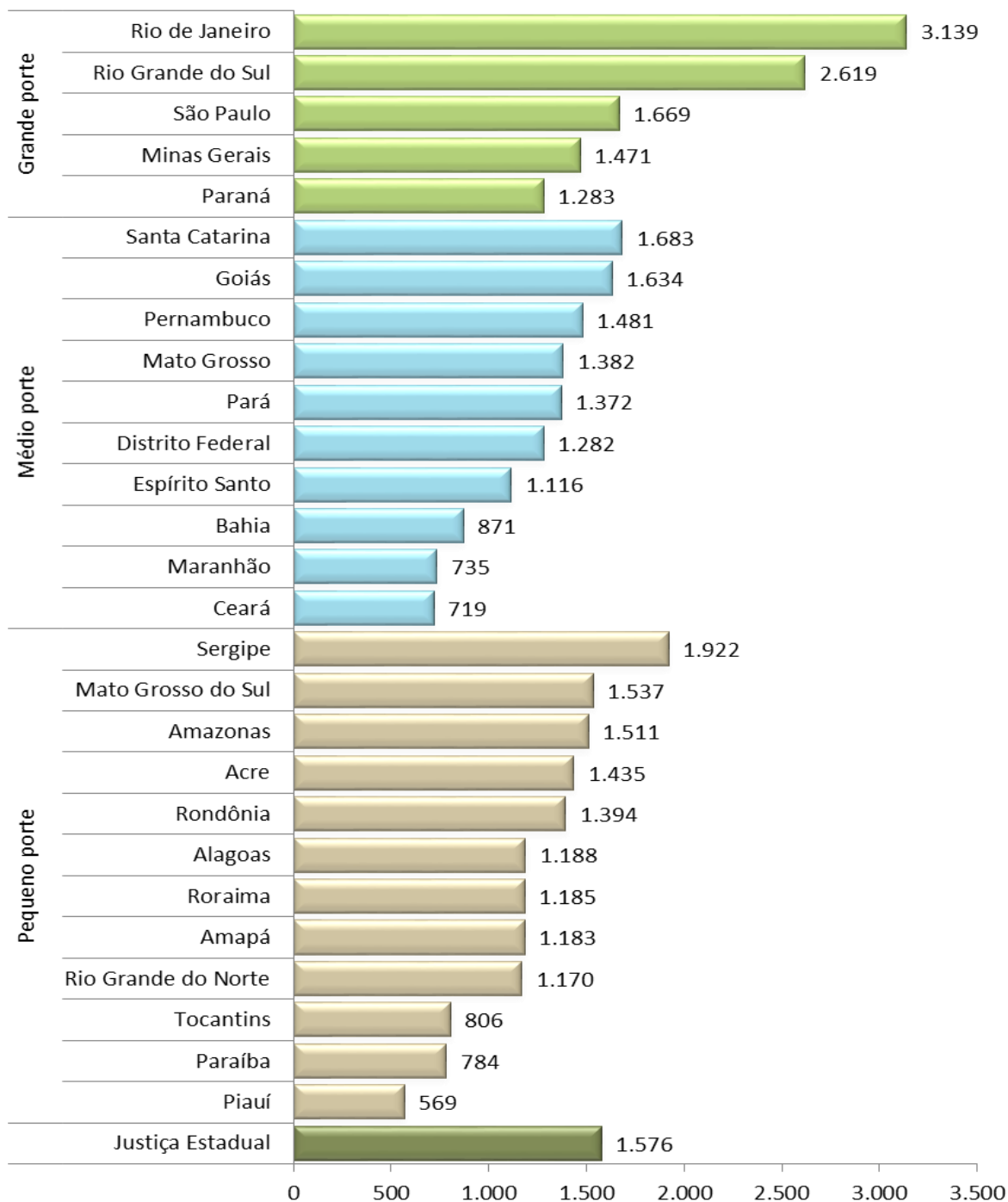
2.5.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.109 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal de Justiça	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
Acre	84.680	59	1.435
Alagoas	161.526	136	1.188
Amazonas	213.102	141	1.511
Amapá	81.637	69	1.183
Bahia	554.158	636	871
Ceará	278.116	387	719
Distrito Federal	428.076	334	1.282
Espírito Santo	316.845	284	1.116
Goiás	571.903	350	1.634
Maranhão	173.446	236	735
Minas Gerais	1.570.995	1.068	1.471
Mato Grosso do Sul	285.829	186	1.537
Mato Grosso	337.138	244	1.382
Pará	514.580	375	1.372
Paraíba	200.688	256	784
Pernambuco	621.836	420	1.481
Piauí	92.182	162	569
Paraná	1.038.005	809	1.283
Rio de Janeiro	2.526.997	805	3.139
Rio Grande do Norte	250.291	214	1.170
Rondônia	202.152	145	1.394
Roraima	52.124	44	1.185
Rio Grande do Sul	2.024.827	773	2.619
Santa Catarina	760.776	452	1.683
Sergipe	290.149	151	1.922
São Paulo	4.173.138	2.501	1.669
Tocantins	99.923	124	806
Justiça Estadual	17.905.119	11.361	1.576

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.109 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{Sent2} + \text{Sent1} + \text{SentTR} + \text{SentJE}$
- $\text{Mag} = \text{Mag2} + \text{Mag1} + \text{MagTR} + \text{MagJE} - \text{MagPAcJE1}^\circ - \text{MagPAcTR1}^\circ - \text{MagPAcTRJE}$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

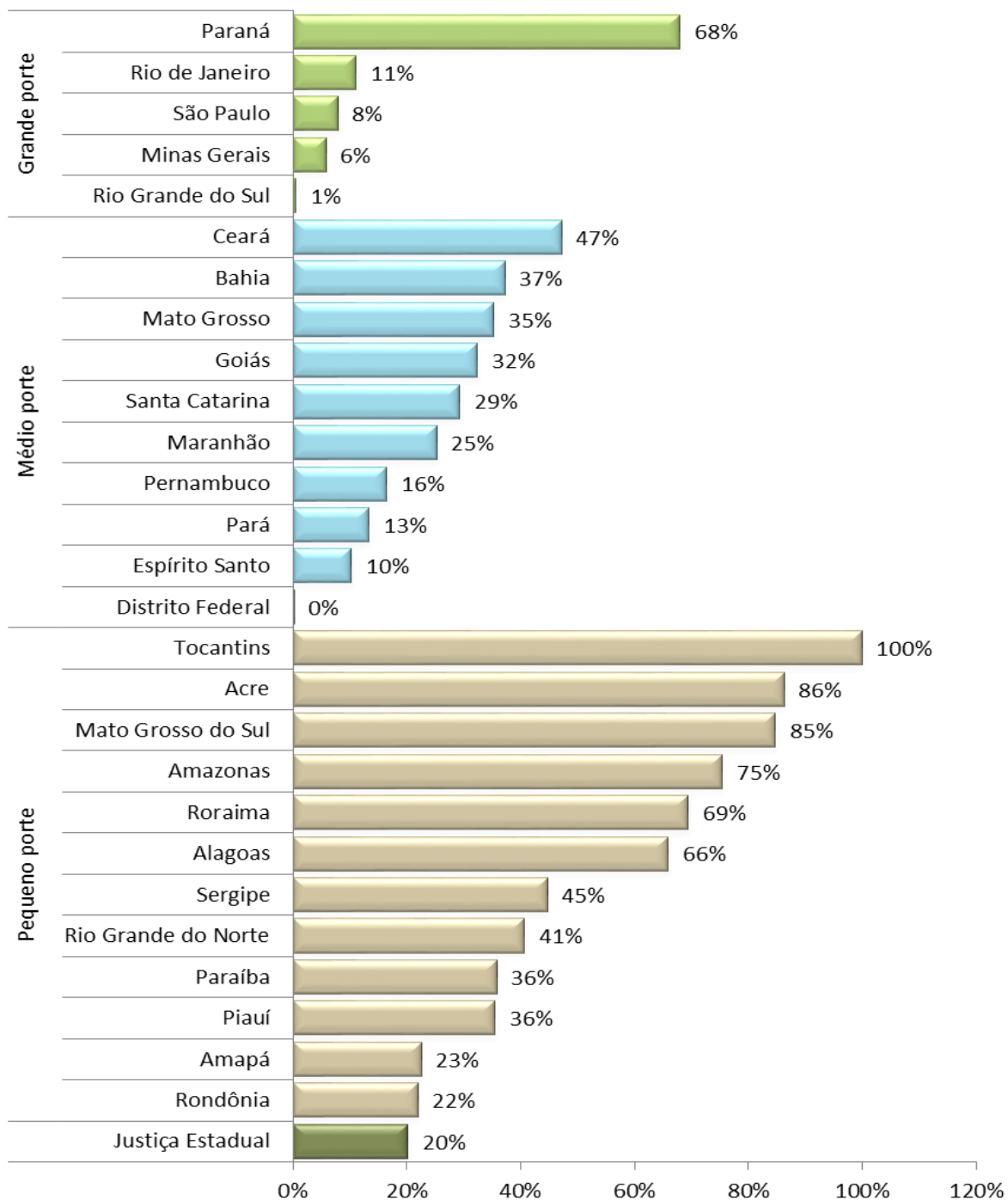
2.5.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.110 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal de Justiça	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
Acre	68.966	79.908	86%
Alagoas	88.576	134.419	66%
Amazonas	159.447	211.309	75%
Amapá	17.903	79.218	23%
Bahia	248.660	666.790	37%
Ceará	165.299	350.548	47%
Distrito Federal	992	369.922	0%
Espírito Santo	32.643	317.211	10%
Goiás	191.736	591.622	32%
Maranhão	84.726	334.661	25%
Minas Gerais	102.646	1.758.010	6%
Mato Grosso do Sul	219.049	258.450	85%
Mato Grosso	117.816	333.443	35%
Pará	33.499	250.447	13%
Paraíba	86.908	242.672	36%
Pernambuco	74.235	451.376	16%
Piauí	39.307	110.551	36%
Paraná	709.545	1.043.863	68%
Rio de Janeiro	298.926	2.700.036	11%
Rio Grande do Norte	86.606	212.790	41%
Rondônia	43.664	198.964	22%
Roraima	34.822	50.129	69%
Rio Grande do Sul	10.192	1.793.594	1%
Santa Catarina	246.184	839.728	29%
Sergipe	92.675	207.144	45%
São Paulo	399.290	5.010.671	8%
Tocantins	123.073	123.073	100%
Justiça Estadual	3.777.385	18.720.549	20%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.110 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1} + \text{CnEletTR} + \text{CnEletJE}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $\text{Cn2}^\circ + \text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ + \text{CnTR} + \text{CnCJE}$

2. Litigiosidade.

2.5. Litigiosidade Total

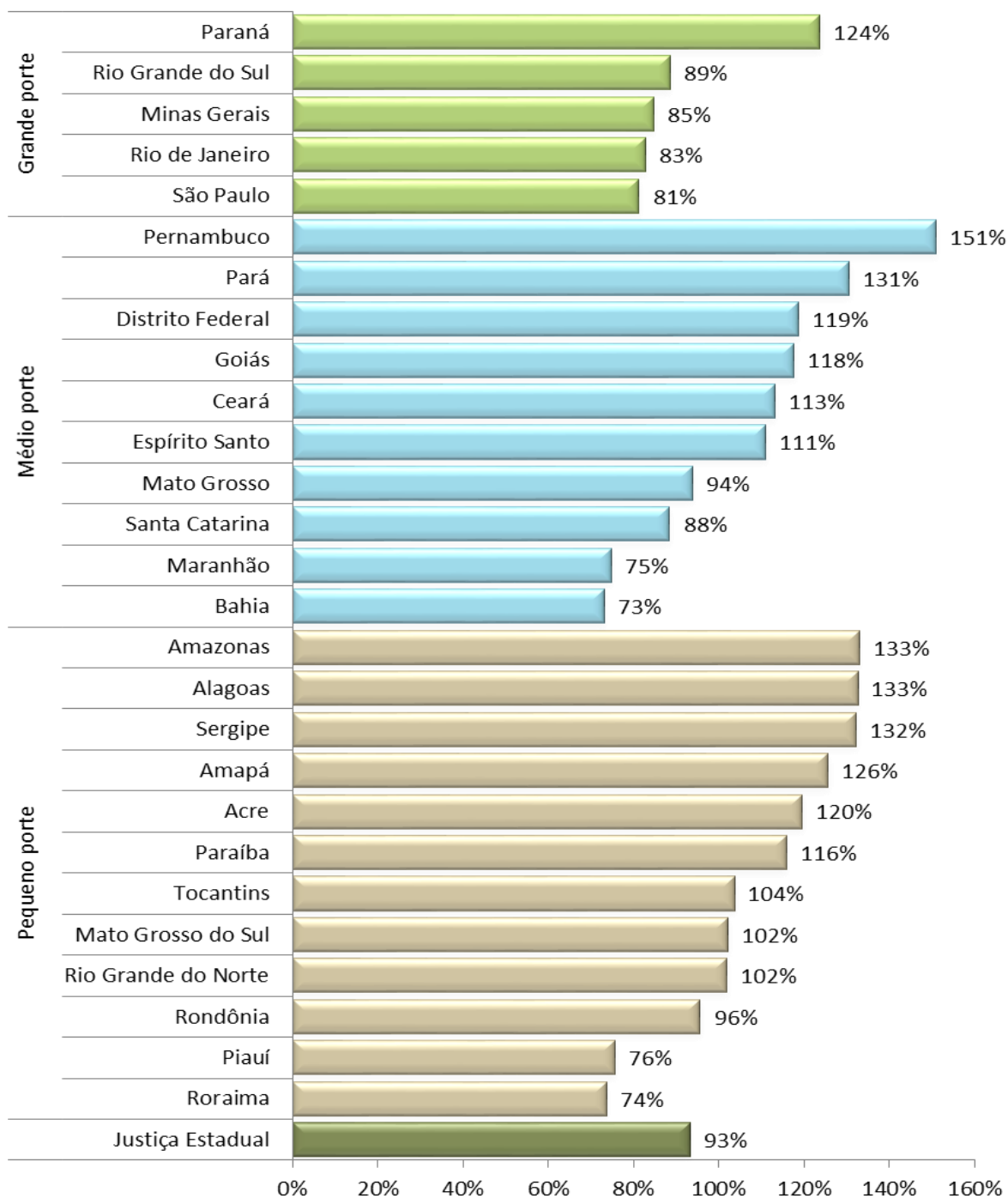
2.5.8. IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.111 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal de Justiça	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	IAD - Processos Baixados por Caso Novo
Acre	109.153	91.266	120%
Alagoas	192.078	144.723	133%
Amazonas	300.822	226.051	133%
Amapá	112.545	89.509	126%
Bahia	580.560	794.120	73%
Ceará	418.950	370.142	113%
Distrito Federal	468.984	395.052	119%
Espírito Santo	370.265	333.501	111%
Goiás	724.533	615.483	118%
Maranhão	253.491	338.922	75%
Minas Gerais	1.653.764	1.951.858	85%
Mato Grosso do Sul	302.324	295.708	102%
Mato Grosso	317.392	338.392	94%
Pará	379.624	290.589	131%
Paraíba	288.447	248.791	116%
Pernambuco	729.015	482.595	151%
Piauí	88.951	117.641	76%
Paraná	1.352.107	1.092.398	124%
Rio de Janeiro	2.350.581	2.837.360	83%
Rio Grande do Norte	230.914	226.373	102%
Rondônia	223.900	234.099	96%
Roraima	39.596	53.691	74%
Rio Grande do Sul	1.665.045	1.880.604	89%
Santa Catarina	827.763	935.672	88%
Sergipe	321.611	243.150	132%
São Paulo	4.485.553	5.520.704	81%
Tocantins	138.778	133.787	104%
Justiça Estadual	18.926.746	20.282.181	93%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.111 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1} + T_{BaixTR} + T_{BaixJE}$
- $Cn = Cn2 + Cn1 + CnTR + CnJE$

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

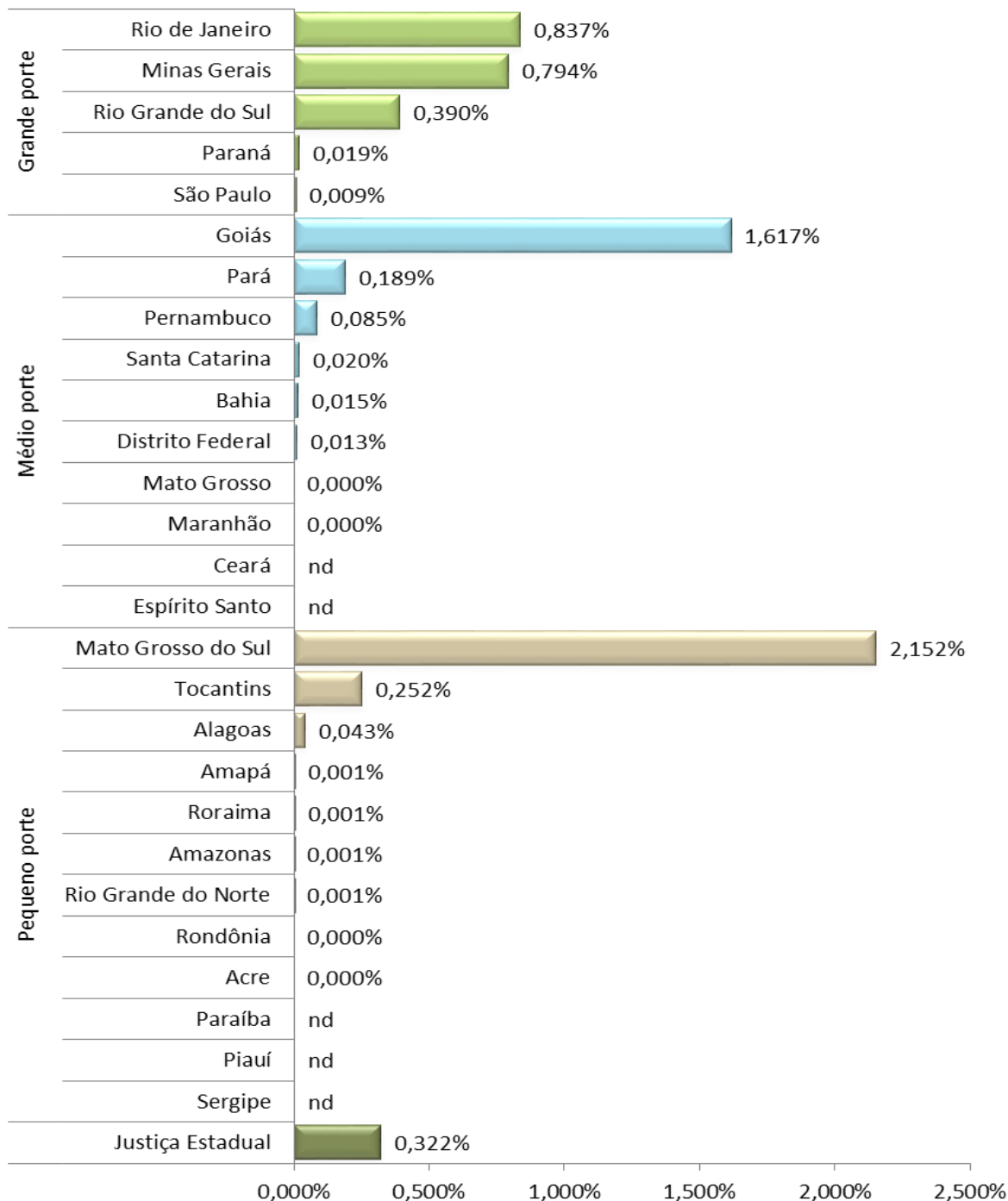
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual
Acre	0	184.449.924	0,000%
Alagoas	140.686	325.855.126	0,043%
Amazonas	4.717	498.871.481	0,001%
Amapá	2.630	194.895.573	0,001%
Bahia	256.214	1.722.593.385	0,015%
Ceará	nd	933.076.155	nd
Distrito Federal	227.773	1.814.485.943	0,013%
Espírito Santo	nd	807.404.499	nd
Goiás	17.350.000	1.072.849.330	1,617%
Maranhão	0	831.737.327	0,000%
Minas Gerais	28.855.967	3.633.001.295	0,794%
Mato Grosso do Sul	11.935.870	554.526.530	2,152%
Mato Grosso	0	791.820.050	0,000%
Pará	1.453.775	767.267.656	0,189%
Paraíba	nd	477.094.037	nd
Pernambuco	903.937	1.060.324.127	0,085%
Piauí	nd	360.621.011	nd
Paraná	304.913	1.602.385.145	0,019%
Rio de Janeiro	28.820.423	3.443.112.609	0,837%
Rio Grande do Norte	3.739	654.198.196	0,001%
Rondônia	0	429.910.092	0,000%
Roraima	1.680	141.705.326	0,001%
Rio Grande do Sul	8.075.565	2.070.026.368	0,390%
Santa Catarina	255.299	1.274.020.234	0,020%
Sergipe	nd	356.018.290	nd
São Paulo	651.880	7.658.857.221	0,009%
Tocantins	822.462	325.821.100	0,252%
Justiça Estadual	100.067.530	33.986.928.028	0,322%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça Estadual no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça Estadual: Despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, considerando como despesa realizada, as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”, excluídos os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

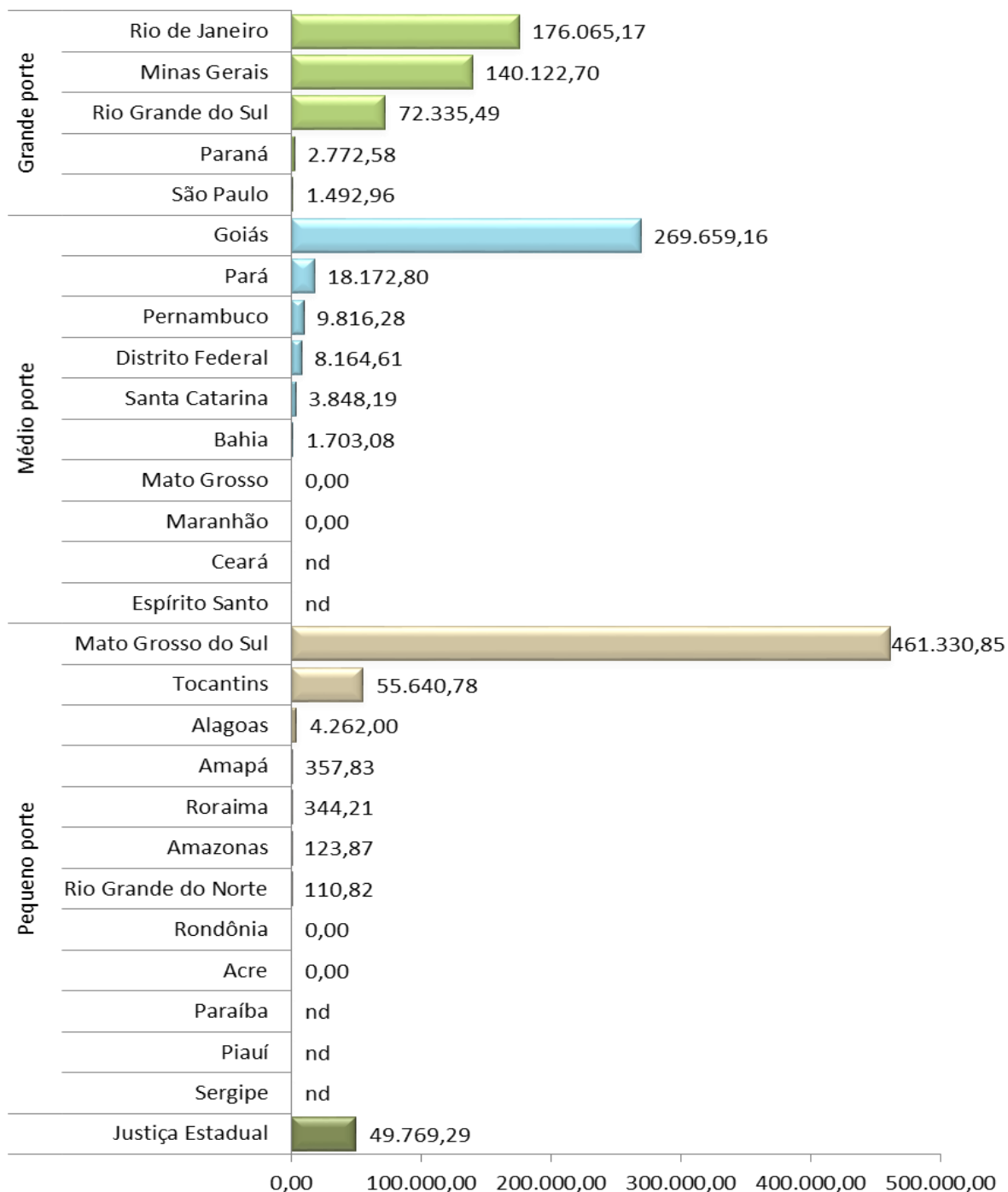
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal de Justiça	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
Acre	0	8	0,00
Alagoas	140.686	33	4.262,00
Amazonas	4.717	38	123,87
Amapá	2.630	7	357,83
Bahia	256.214	150	1.703,08
Ceará	nd	88	nd
Distrito Federal	227.773	28	8.164,61
Espírito Santo	nd	38	nd
Goiás	17.350.000	64	269.659,16
Maranhão	0	68	0,00
Minas Gerais	28.855.967	206	140.122,70
Mato Grosso do Sul	11.935.870	26	461.330,85
Mato Grosso	0	32	0,00
Pará	1.453.775	80	18.172,80
Paraíba	nd	39	nd
Pernambuco	903.937	92	9.816,28
Piauí	nd	32	nd
Paraná	304.913	110	2.772,58
Rio de Janeiro	28.820.423	164	176.065,17
Rio Grande do Norte	3.739	34	110,82
Rondônia	0	17	0,00
Roraima	1.680	5	344,21
Rio Grande do Sul	8.075.565	112	72.335,49
Santa Catarina	255.299	66	3.848,19
Sergipe	nd	22	nd
São Paulo	651.880	437	1.492,96
Tocantins	822.462	15	55.640,78
Justiça Estadual	100.067.530	2.011	49.769,29

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça Estadual com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- h2 - Número de Habitantes por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.3. Dem - Demandantes

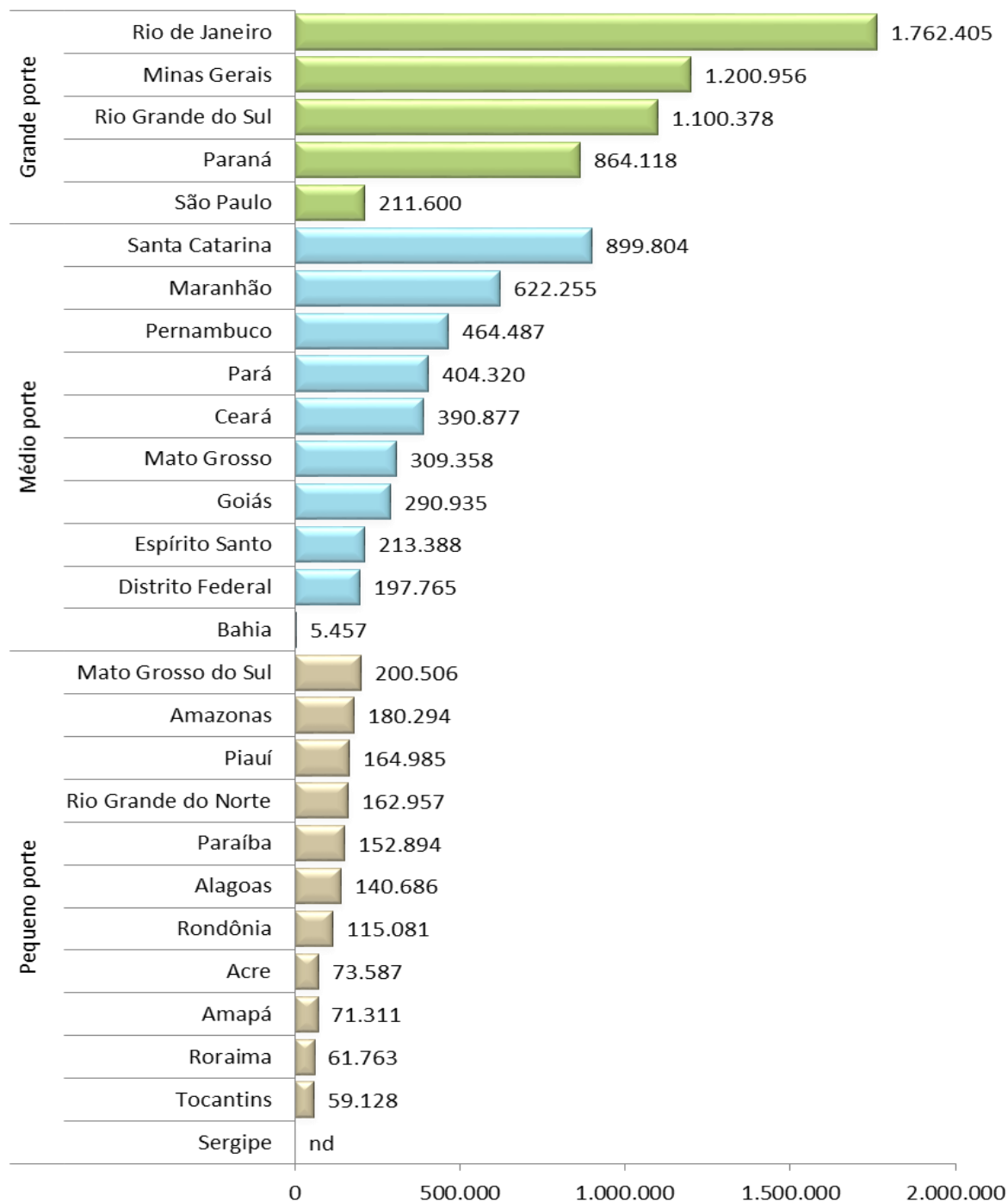
Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal de Justiça	Dem - Demandantes
Acre	73.587
Alagoas	140.686
Amazonas	180.294
Amapá	71.311
Bahia	5.457
Ceará	390.877
Distrito Federal	197.765
Espírito Santo	213.388
Goiás	290.935
Maranhão	622.255
Minas Gerais	1.200.956
Mato Grosso do Sul	200.506
Mato Grosso	309.358
Pará	404.320
Paraíba	152.894
Pernambuco	464.487
Piauí	164.985
Paraná	864.118
Rio de Janeiro	1.762.405
Rio Grande do Norte	162.957
Rondônia	115.081
Roraima	61.763
Rio Grande do Sul	1.100.378
Santa Catarina	899.804
Sergipe	nd
São Paulo	211.600
Tocantins	59.128
Justiça Estadual	10.321.295

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça Estadual no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça Estadual, no ano-base, considerando como partes demandantes (autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos Tribunais de Justiça e nas Turmas Recursais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

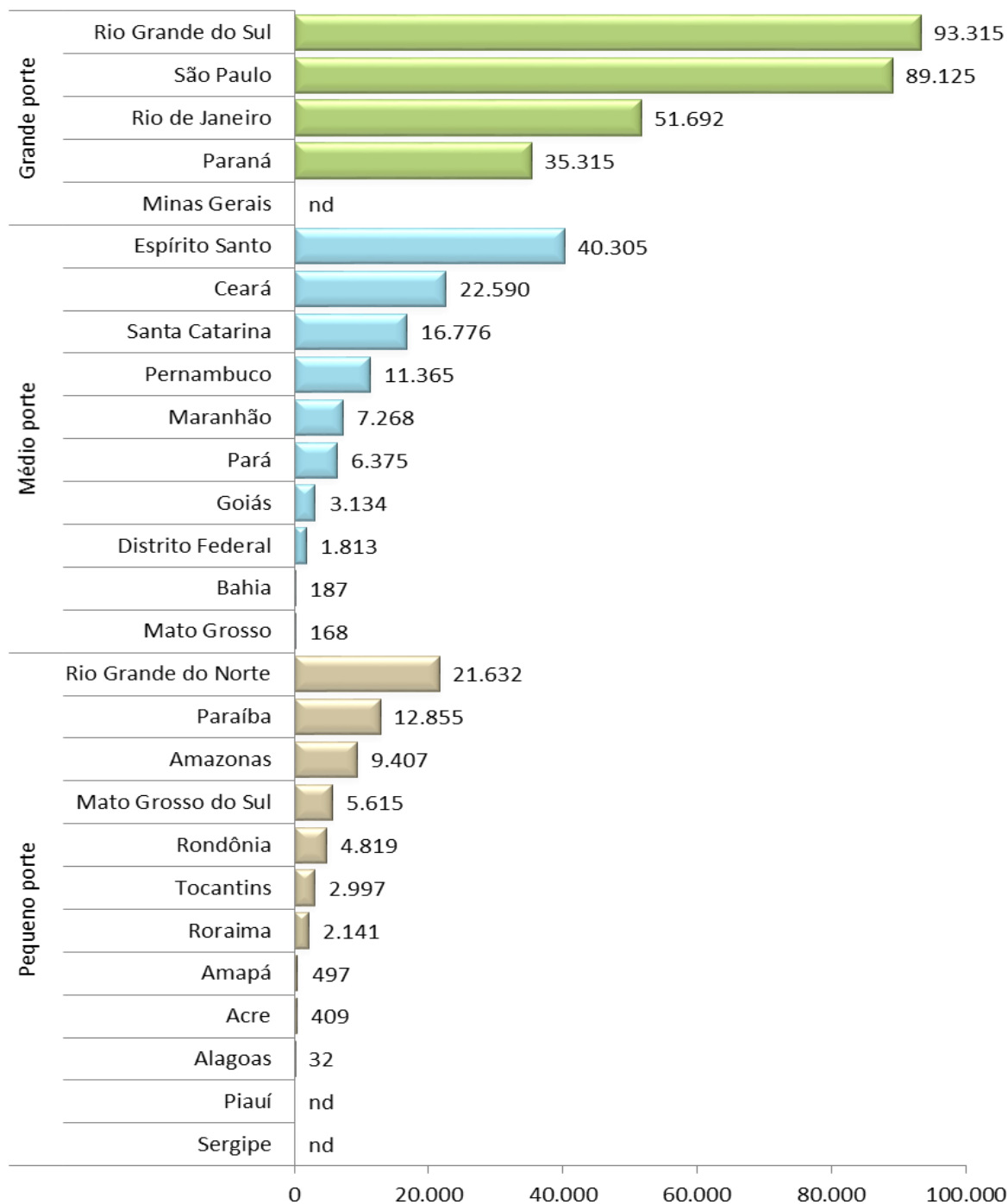
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal de Justiça	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
Acre	15	314	80	409
Alagoas	0	23	9	32
Amazonas	95	1.407	7.905	9.407
Amapá	9	451	37	497
Bahia	0	176	11	187
Ceará	2.861	13.983	5.746	22.590
Distrito Federal	nd	1.813	nd	1.813
Espírito Santo	2.277	25.545	12.483	40.305
Goiás	549	1.234	1.351	3.134
Maranhão	520	3.608	3.140	7.268
Minas Gerais	nd	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	478	3.508	1.629	5.615
Mato Grosso	105	61	2	168
Pará	47	3.964	2.364	6.375
Paraíba	235	6.281	6.339	12.855
Pernambuco	76	7.878	3.411	11.365
Piauí	nd	nd	nd	nd
Paraná	10.463	15.035	9.817	35.315
Rio de Janeiro	3.073	18.067	30.552	51.692
Rio Grande do Norte	205	15.993	5.434	21.632
Rondônia	937	3.470	412	4.819
Roraima	102	1.683	356	2.141
Rio Grande do Sul	15.210	56.930	21.175	93.315
Santa Catarina	3.016	6.244	7.516	16.776
Sergipe	nd	nd	nd	nd
São Paulo	6.927	46.961	35.237	89.125
Tocantins	244	1.274	1.479	2.997
Justiça Estadual	47.444	235.903	156.485	439.832

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF2^\circ + CpPF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE2^\circ + CpPE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM2^\circ + CpPM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

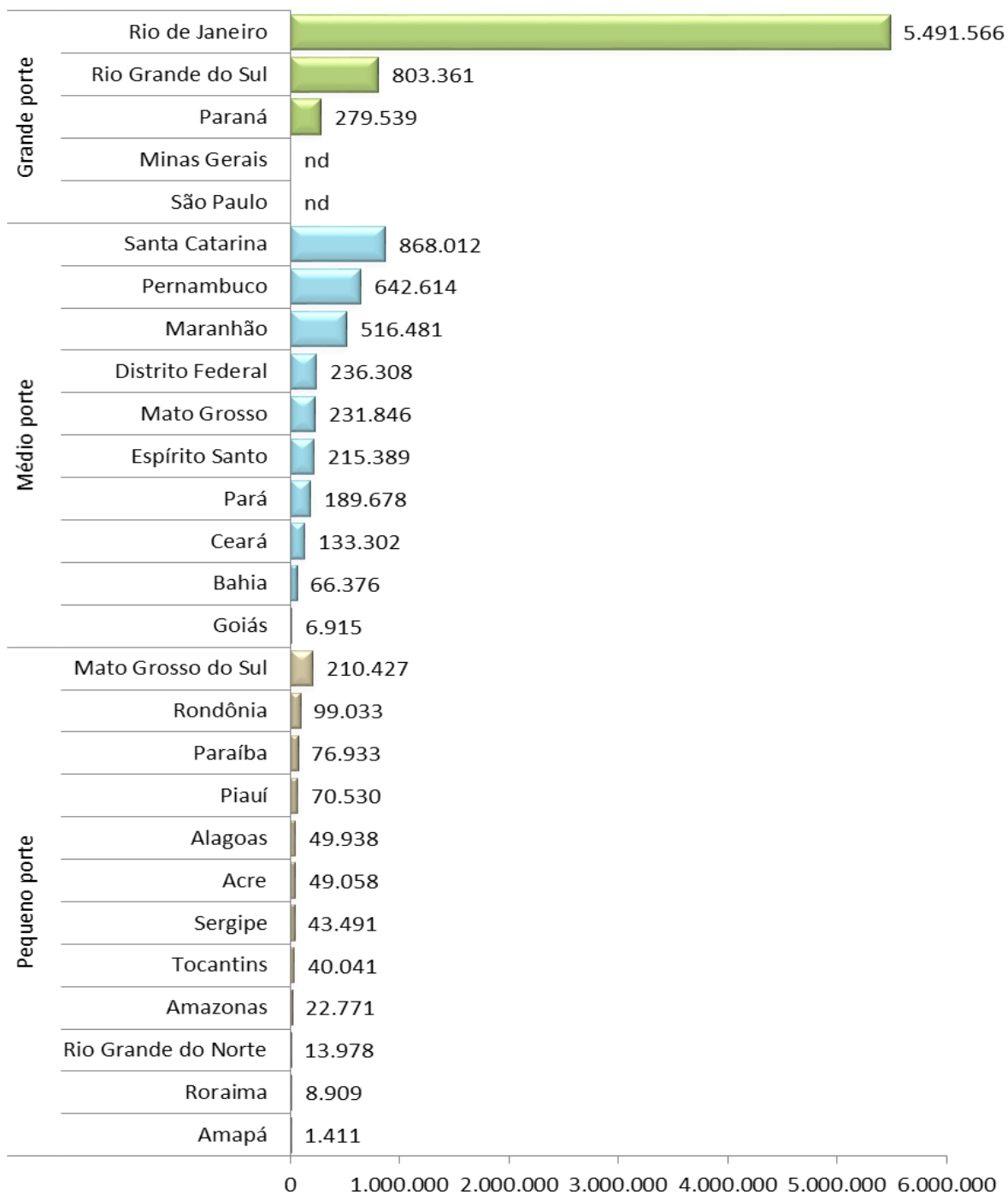
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal de Justiça	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
Acre	1.562	44.622	2.874	49.058
Alagoas	817	1.571	47.550	49.938
Amazonas	903	16.914	4.954	22.771
Amapá	220	949	242	1.411
Bahia	14.737	23.831	27.808	66.376
Ceará	22.842	77.699	32.761	133.302
Distrito Federal	nd	236.308	nd	236.308
Espírito Santo	5.927	109.763	99.699	215.389
Goiás	1.189	4.334	1.392	6.915
Maranhão	91.374	125.496	299.611	516.481
Minas Gerais	nd	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	1.533	6.591	202.303	210.427
Mato Grosso	46.186	70.846	114.814	231.846
Pará	11.215	162.421	16.042	189.678
Paraíba	11.853	33.730	31.350	76.933
Pernambuco	22.040	7.148	613.426	642.614
Piauí	5.200	22.666	42.664	70.530
Paraná	33.853	27.284	218.402	279.539
Rio de Janeiro	16.804	286.672	5.188.090	5.491.566
Rio Grande do Norte	807	11.491	1.680	13.978
Rondônia	9.424	65.958	23.651	99.033
Roraima	1.045	4.174	3.690	8.909
Rio Grande do Sul	103.033	206.604	493.724	803.361
Santa Catarina	43.401	95.481	729.130	868.012
Sergipe	14.905	13.466	15.120	43.491
São Paulo	nd	nd	nd	nd
Tocantins	2.415	6.718	30.908	40.041
Justiça Estadual	463.285	1.662.737	8.241.885	10.367.907

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça Estadual de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF1^\circ + CpPF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE1^\circ + CpPE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM1^\circ + CpPM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

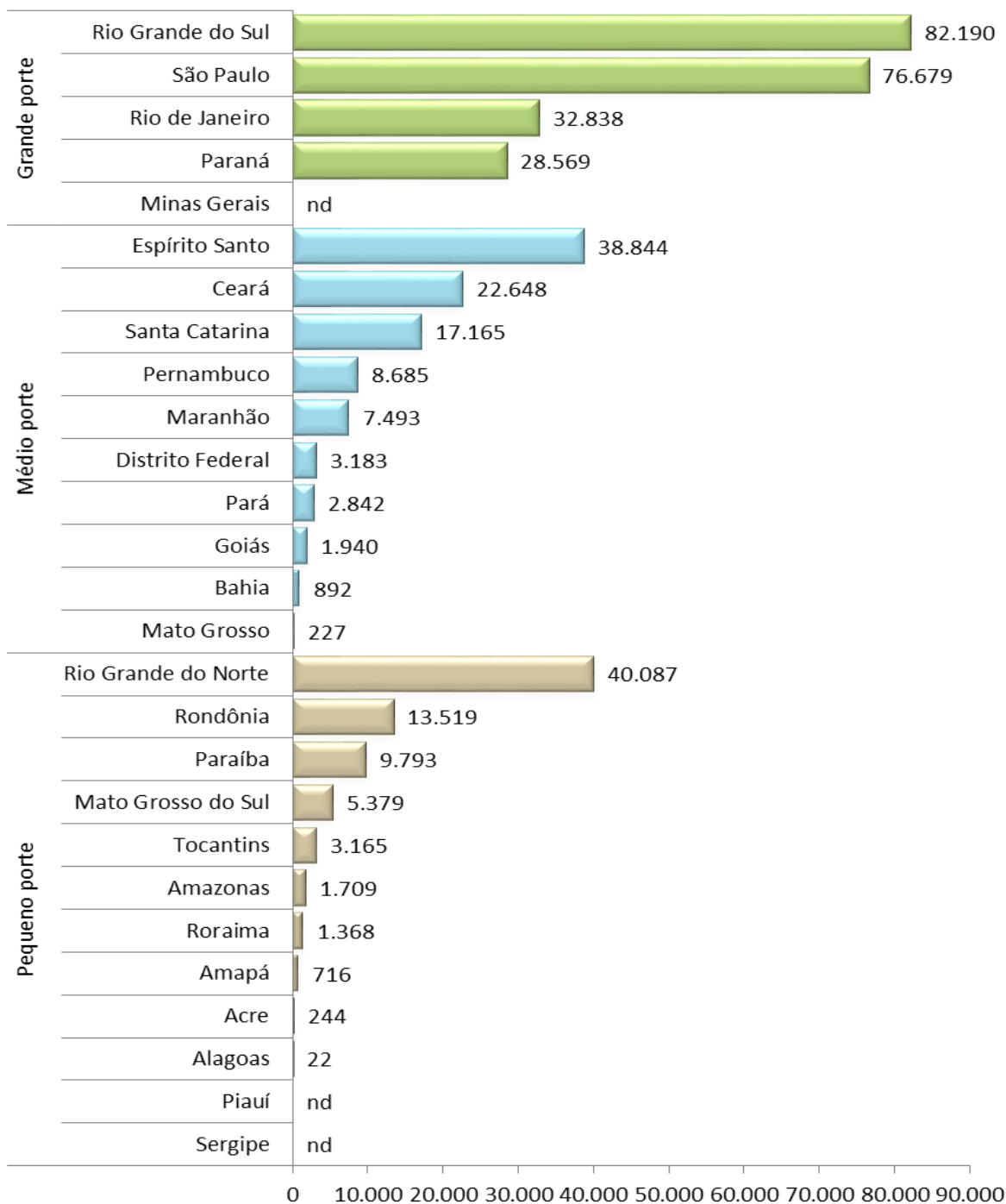
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal de Justiça	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
Acre	6	194	44	244
Alagoas	6	9	7	22
Amazonas	27	1.542	140	1.709
Amapá	20	579	117	716
Bahia	0	885	7	892
Ceará	860	18.320	3.468	22.648
Distrito Federal	nd	3.183	nd	3.183
Espírito Santo	2.256	28.752	7.836	38.844
Goiás	191	956	793	1.940
Maranhão	272	5.521	1.700	7.493
Minas Gerais	nd	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	482	3.502	1.395	5.379
Mato Grosso	110	109	8	227
Pará	92	2.508	242	2.842
Paraíba	246	4.944	4.603	9.793
Pernambuco	41	6.843	1.801	8.685
Piauí	nd	nd	nd	nd
Paraná	6.217	15.267	7.085	28.569
Rio de Janeiro	4.210	14.454	14.174	32.838
Rio Grande do Norte	377	29.333	10.377	40.087
Rondônia	938	11.416	1.165	13.519
Roraima	46	1.133	189	1.368
Rio Grande do Sul	9.177	58.199	14.814	82.190
Santa Catarina	3.672	7.803	5.690	17.165
Sergipe	nd	nd	nd	nd
São Paulo	12.478	47.550	16.651	76.679
Tocantins	287	1.962	916	3.165
Justiça Estadual	42.011	264.964	93.222	400.197

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF2^\circ + CpCF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE2^\circ + CpCE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM2^\circ + CpCM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

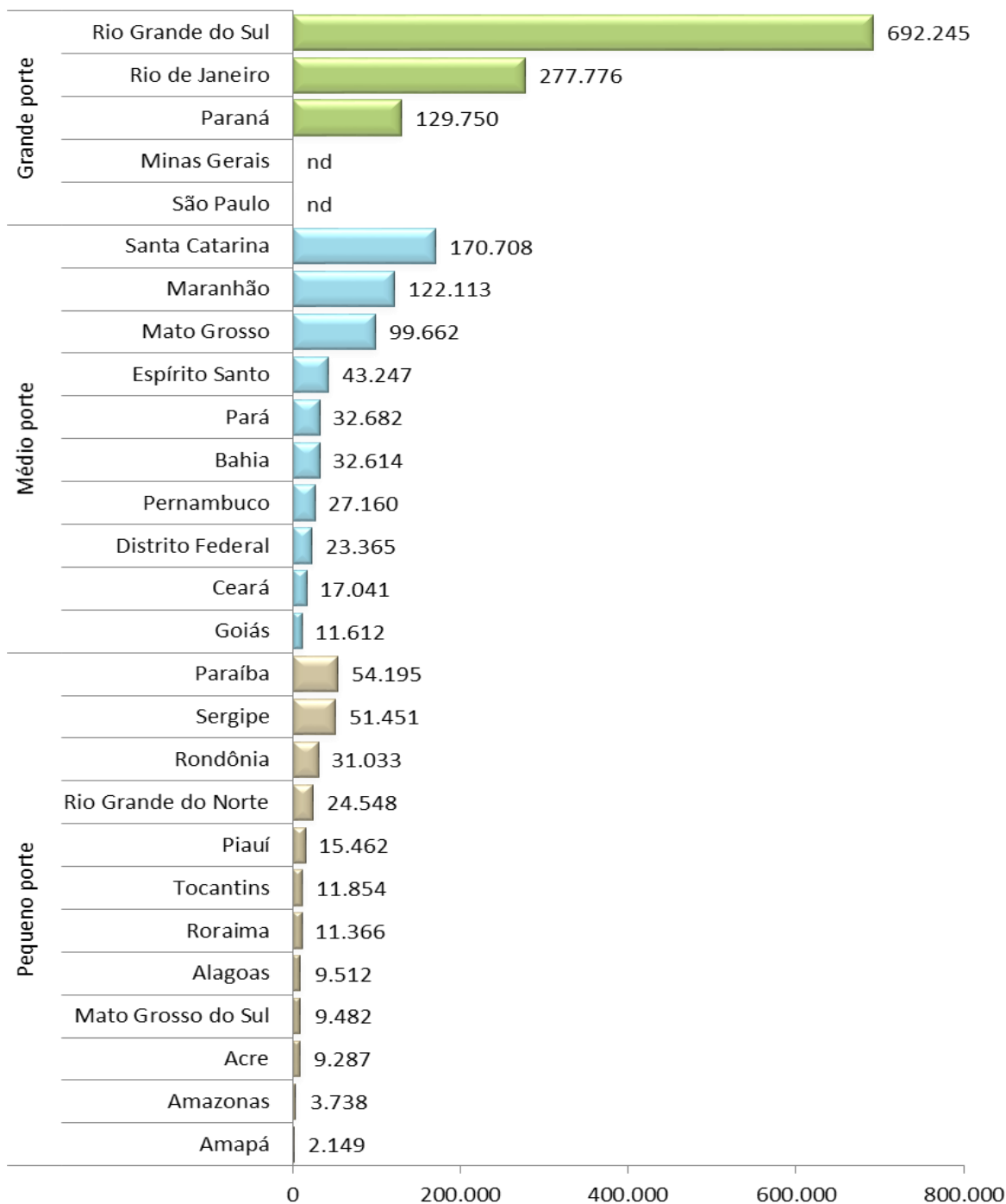
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal de Justiça	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
Acre	4.191	4.008	1.088	9.287
Alagoas	155	1.180	8.177	9.512
Amazonas	1.156	1.513	1.069	3.738
Amapá	183	1.402	564	2.149
Bahia	5.409	2.146	25.059	32.614
Ceará	908	12.636	3.497	17.041
Distrito Federal	nd	23.365	nd	23.365
Espírito Santo	9.434	18.586	15.227	43.247
Goiás	1.962	8.126	1.524	11.612
Maranhão	42.811	36.584	42.718	122.113
Minas Gerais	nd	nd	nd	nd
Mato Grosso do Sul	451	4.891	4.140	9.482
Mato Grosso	59.114	20.045	20.503	99.662
Pará	10.556	15.224	6.902	32.682
Paraíba	4.643	21.787	27.765	54.195
Pernambuco	11.993	1.032	14.135	27.160
Piauí	5.052	2.961	7.449	15.462
Paraná	34.216	58.140	37.394	129.750
Rio de Janeiro	26.752	139.242	111.782	277.776
Rio Grande do Norte	658	18.303	5.587	24.548
Rondônia	17.427	7.558	6.048	31.033
Roraima	4.159	4.420	2.787	11.366
Rio Grande do Sul	99.375	499.839	93.031	692.245
Santa Catarina	60.660	99.755	10.293	170.708
Sergipe	23.075	17.100	11.276	51.451
São Paulo	nd	nd	nd	nd
Tocantins	3.821	4.328	3.705	11.854
Justiça Estadual	428.161	1.024.171	461.720	1.914.052

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça Estadual de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF1^\circ + CpCF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE1^\circ + CpCE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM1^\circ + CpCM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.